





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê democracia na américa latina

5 Editorial

8 Apresentação *Bernardo Sorj*

11 Representação político-eleitoral no Peru: fragmentação e construção partidária (2001-2016)
Aldo Panfichi e Juan Dolores

31 Globalização, América Latina e os desafios para a democracia *Angelina Peralva*

43 Democracia na América Latina: mudanças e persistências *Fernando Mayorga*

53 Dilemas e desafios da democracia na América Latina. Deterioração ou renovação?
Isidoro Cheresky

67 Encontros e desencontros: balanço do estado da prática democrática na América Latina
Javier Couso

75 Democracia na América Latina: da inovação institucional ao velho problema do equilíbrio entre os poderes *Leonardo Avritzer*

87 A democracia no México *Rubén Aguilar Valenzuela*

arte

96 Frida Kahlo: à procura de si mesma *Simone Rocha de Abreu*

textos

117 A propósito de um equívoco da literatura *Varlam Chalámov*

123 Quem escreve a crônica? A correspondência entre Clarice Lispector e Fernando Sabino
Élide Valarini Oliver

133 Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas *Pedro Roberto Jacobi e Samia Nascimento Sulaiman*

livros

145 Para além de um simples relato de viagem *Iuri Pereira Jaime*

151 Filósofa e santa *Mário Miranda Filho*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO
Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor chefe FRANCISCO COSTA

Editor executivo JURANDIR RENOVARO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Conselho Editorial

ANA LUCIA DUARTE LANNA

BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO

CICERO ROMÃO RESENDE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FRANCO MARIA LAJOLO

JOÃO SAYAD

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

MIGUEL TREFAUT URBANO RODRIGUES

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

J.L.E. Gráfica e Editora

The logo of the University of São Paulo (USP), consisting of the letters 'USP' in a stylized, bold, sans-serif font.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
<http://jornal.usp.br/revista-usp>
e-mail: revisusp@edu.usp.br

Caro leitor, quando você estiver lendo este texto, uma de duas coisas poderá ter ocorrido: a) a presidente Dilma Rousseff terá seu mandato cassado pelo Senado da República, estando no poder, de fato e de forma, Michel Temer, vice na chapa que elegeu Dilma por uma margem apertada de votos; ou b) Dilma Rousseff, sendo absolvida pelos senadores na votação final, estará de volta ao poder, e Temer reassumido (ou não) seu posto como vice-presidente.

Veja, estamos falando do Brasil, que já conviveu com um *impeachment* há não tanto tempo assim (em 1992, quando o defenestrado foi Fernando Collor de Mello), numa ruptura democrática muito menos “nervosa” que a atual, pois não houve, naquele momento, quem duvidasse da legitimidade do *impeachment*, tendo-o, como agora, na conta de golpe. De toda forma, enquanto acontece todo esse processo, nada parou no Brasil, as instituições continuam funcionando, a vida da população não mudou, para pior ou para melhor e, grande motor de todo esse imbróglio, a economia dá sinais de que, se continua precisando respirar por aparelhos, dá-se como certo que o pior já passou.

Isto posto, o presente dossiê, como se verá a partir da próxima página, trata, justamente, de democracia. “Democracia na América Latina” é um trabalho de escol – perdoe-me o passadismo –, pensado e organizado por Bernardo Sorj, professor titular da UFRJ, a quem muito devemos, pois, dos oito autores que orquestram esta seção, dois são brasileiros, dois são peruanos, um é boliviano, um, argentino, um, chileno e um último, mexicano. Do México à Argentina e Chile, os principais países de *nuestra América*, como se diz, são observados com lupa. Ocorre-me a palavra “imperdível” para caracterizar este trabalho. Deixo ao leitor o adjetivo particular para avaliar nosso atual dossiê.

Francisco Costa

democracia na américa latina





Apresentação

Este dossiê apresenta várias interpretações dos desafios atuais que confrontam a democracia na América Latina. Alguns textos elaboram seus diagnósticos focalizando a conjuntura atual pela qual passam os países dos autores, enquanto outros procuram avançar um marco interpretativo mais geral. O leitor certamente observará que os textos se complementam e que fenômenos similares podem ser encontrados nos diversos países, o que não elimina as particularidades da forma em que eles se expressam nos diversos contextos nacionais.

A dinâmica política atual do Peru é caracterizada, por Aldo Panfichi e Juan Dolores, como sendo de extrema fragmentação de seu sistema partidário. Tomando como ponto de referência a situação política criada com a renúncia de Fujimori no ano 2000, os autores mostram a ascensão de dois novos partidos que tendem a ocupar a cena política, Fuerza Popular (FP) e Alianza para el Progreso (APP), caracterizados pela capacidade de consolidar alianças em nível local. Os autores indicam que o atual sistema partidário ainda é extremamente frágil, e que ambos os partidos são controlados por núcleos familiares, organizados a partir de laços clientelísticos.

Angelina Peralva nos confronta com os desafios apresentados pela globalização. No novo espaço transacional circulam identidades, mercadorias e pessoas que colocam em questão o formato tradi-

cional do Estado-nação dentro do qual se cristalizaram as instituições democráticas. Nesse contexto surgem novas formas de produção e mobilidade humanas, muitas vezes às margens da legalidade, tanto na forma de trabalho precário de emigrantes, quanto de contrabando ou tráfico de drogas, que permeiam as estruturas e as instituições do Estado, fragilizando os sistemas políticos e as formas tradicionais de representação.

Fernando Mayorga se concentra no chamado pêndulo da política latino-americana, que estaria passando de uma fase de governos com orientação de esquerda para governos liberais, ou, colocado de forma diferente, de governos que enfatizavam o papel do Estado e políticas distributivas para governos menos intervencionistas e políticas pró-mercado. O autor indica que o lado “esquerdo” do pêndulo se refere a uma diversidade de modelos de governo de esquerda, ao qual eu agregaria que podemos encontrar diversidade similar no lado “direito”. Finalmente o autor discute o caso boliviano e o referendo onde foi derrotada a proposta que permitiria a reeleição de Evo Morales. Esse resultado estaria associado ao surgimento de uma oposição extraparlamentar, que habita nas redes sociais e que não se identifica com os partidos políticos, e, portanto, dificilmente se traduzirá numa

BERNARDO SORJ é professor titular de Sociologia da UFRJ e diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

nova base parlamentar capaz de questionar a hegemonia do partido governante, o MAS.

De acordo com Isidoro Cheresky, as instituições democráticas estão em crise não somente na nossa região, embora na América Latina elas apresentariam características específicas. O ciclo de governos que promoveram políticas sociais que permitiram uma melhoria das condições de vida dos setores sociais mais pobres teria se caracterizado por uma relação direta entre os “líderes” e os cidadãos, uma excessiva concentração de poder executivo, um discurso paternalista e o uso opaco de recursos públicos, levando ao enfraquecimento das instituições e dos partidos políticos. Muitos desses governos teriam um discurso “fundacionista”, se apresentando não como uma alternativa de poder no interior do jogo democrático, mas como expressão de um novo tempo e única expressão da vontade popular, da qual eles seriam os legítimos representantes, com direito a se manterem no governo de forma permanente.

Javier Couso nos apresenta uma visão de conjunto dos principais desafios que enfrentam as democracias da região. Embora reconhecendo que fizemos grandes avanços na consolidação de uso de eleições para escolha dos governantes, o autor indica a existência de vários déficits na capacidade de instaurar um Estado de direito capaz de limitar a violência criminal e o abuso do poder armado dos órgãos de segurança pública e combater a corrupção e a apropriação de recursos públicos por grupos econômicos privados. Couso assinala

igualmente que a grande desigualdade social que ainda continua presente mina o funcionamento da democracia. Finalmente propõe que se analisem os casos do Uruguai, Costa Rica e Chile como referências que podem indicar caminhos para enfrentar os desafios enumerados.

Leonardo Avritzer discute a formação histórica dos regimes democráticos na América Latina focalizando as relações entre as instituições do Estado e a participação cidadã. Analisando a elaboração das novas constituições de vários países da região em fins do século passado, ele argumenta que foram reforçados o papel do Judiciário, os direitos dos cidadãos e os mecanismos de participação. Na parte final do texto o autor se interroga sobre como essas transformações interagem com o atual momento econômico e político da região.

Rubén Aguilar apresenta um diagnóstico da situação da democracia no México, a partir da derrota do PRI nas eleições de 2000, depois de oito décadas de permanência no poder. Aguilar argumenta que, apesar do mal-estar na sociedade com o sistema político, foram realizados importantes progressos, entre eles as eleições realmente abertas com alternância de poder e partidos competitivos, melhor distribuição entre os poderes do Estado e respeito pela autonomia dos governos estaduais. Em contraposição, lembra a persistência da corrupção, o abuso de poder dos governos estaduais, a desigualdade social, a baixa qualidade dos serviços públicos (embora eles tenham se ampliado) e a violência e o desrespeito pelos direitos humanos.



**Representação político-eleitoral
no Peru: fragmentação e construção
partidária (2001-2016)**

*Aldo Panfichi
Juan Dolores*

resumo

Desde 2000 a democracia peruana transitou sem problemas por quatro processos eleitorais subnacionais e quatro processos presidenciais. Não obstante, é considerada como um dos casos de maior fragmentação política na região. Efetivamente há uma forte separação entre os atores, a dinâmica política e os resultados eleitorais nacionais e subnacionais. Os partidos nacionais quase desapareceram nas regiões que, progressivamente, se transformaram em espaços controlados por movimentos regionais pouco articulados entre si. No entanto, uma análise mais detalhada mostra que dois partidos relativamente recentes, o Força Popular (Keiko Fujimori) e o Aliança para o Progresso (César Acuña) estão desenvolvendo estratégias sustentadas, mas diferentes, de construção partidária. Este artigo explora esses desenvolvimentos e propõe algumas hipóteses explicativas.

Palavras-chaves: fragmentação política; construção partidária; Fujimorismo; Aliança para o Progresso.

abstract

Since 2000, Peruvian democracy has gone through four sub-national electoral processes and four presidential elections. Yet, Peru is still considered to have one of the most politically volatile and fragmented political systems in the region. This is due in part to the considerable distance between the players in the game, the political dynamics and the local and national electoral results. National-level parties have nearly disappeared in Peru's 25 separate political regions, and have been replaced largely by regional movements loosely linked to each other. However, a more detailed analysis suggests two relatively recent parties, Fuerza Popular (Keiko Fujimori) and Alianza para el Progreso (César Acuña) are developing more sustained – albeit different – strategies for party construction with serious prospects for national-level representation. This article explores these developments and proposes some explanatory hypotheses in this respect.

Keywords: political fragmentation; party construction; Fujimorism; Alliance for the Progress.

Depois da transição que se produz com a renúncia via fax do então presidente Alberto Fujimori (2000), a democracia peruana transitou com sobressaltos, mas sem maiores problemas, por quatro processos eleitorais subnacionais – 2002, 2006, 2010, 2014 –, e por quatro processos eleitorais presidenciais – 2001 (Toledo), 2006 (García), 2011 (Humala) e 2016 (Kuczynski). Embora seja positivo que esse exercício de eleição e alternância democrática tenha se desenvolvido sem contratempos, também é verdade que a democracia peruana é um dos casos mais extremos de fragmentação da representação política¹.

Tal fragmentação se expressa na separação ou desarticulação entre os atores, a dinâmica política e os resultados de nível nacional com os quais se observa o nível regional e local. Do mesmo modo, também se percebe essa separação pelo crescente predomínio na escala regional e local de movimentos regionais sobre os partidos nacionais. A representação político-eleitoral é fragmentada exatamente por esta dupla condição: por um lado,

a frágil articulação entre a representação nacional (os partidos) e a representação subnacional, e, por outro, os inúmeros movimentos regionais e locais que disputam entre eles os cargos de representação política. Alguns autores (Suárez-Cao & Freidenberg, 2010; Batlle, 2012) chamam essa situação de “incongruência”, já que não existe uma política nacional congruente com as diferentes dinâmicas políticas subnacionais.

Compartilhando o diagnóstico da alta fragmentação, esse documento postula que os resultados eleitorais do primeiro turno da eleição presidencial e parlamentar de 2016 e os resultados dos últimos quatro processos eleitorais subnacionais de 2002, 2006, 2010 e 2014 permitem observar avanços sustentados na construção de dois partidos de alcance nacional: Força Popular (FP), de Keiko Fujimori, e Aliança para o Progresso (APP), de César Acuña. Esses partidos parecem constituir esforços que procuram driblar a tendência dominante à fragmentação e construir uma espécie de “congruência” entre os diferentes níveis da representação política. No entanto, não são essas as únicas tentativas de articulação ou de congruência que se desenvolveram nos últimos anos. Há outros casos de

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

1 Sociólogos e politicólogos escreveram amplamente a respeito, tais como Tanaka (2005), Levitsky e Cameron (2003), Meléndez (2012), Vergara (2012 – sobre a Bolívia e o Peru) e outros.

ALDO PANFICHI é professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

JUAN DOLORES é bacharel em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Peru.

movimentos regionais ou partidos que ou bem não tiveram sucesso ao dar o salto do regional para o âmbito nacional, ou bem não puderam manter seus altos níveis de apoio eleitoral em suas respectivas regiões. Isso devido, principalmente, ao fato de que seus sucessos conjunturais terminam se diluindo logo por falta de redes institucionais de apoio ou pela perda de capital político de seus principais líderes (por exemplo, Guillén, em Arequipa, Villanueva, em San Martín, Huaroc, em Junín, Vizcarra, em Moquegua, Santos, em Cajamarca). Ficam, no entanto, líderes destacados dessas organizações que são atraídos e incorporados como aliados nas listas de candidatos e, inclusive, nas chapas presidenciais dos partidos nacionais.

Como destacamos, os casos exitosos que analisamos são o Força Popular (FP) e o Força para o Progresso (FPP). Ambos são partidos de formação recente, portanto não tradicionais, embora organizados em torno de líderes personalistas e com um espírito de família muito marcado. Esses partidos se localizam no espectro político com conteúdos claramente identificáveis (num caso, o legado de Fujimori e, no outro, o paradigma do emergente e empreendedor) e contam, além disso, com inscrição eleitoral vigente que lhes permite concorrer em todos os níveis da representação política, incluindo as eleições nacionais para a presidência e o Congresso. Ambos os partidos, além disso, vêm incrementando de maneira sustentada sua presença e participação eleitoral nas regiões do país desde 2002. Do mesmo modo, ambos têm êxito eleitoral, especialmente o FP, que, nos últimos comícios de 2016, obteve, no primeiro turno, a votação mais alta (39,86% dos votos válidos) e a maioria de congressistas eleitos (73 de 140, com 36,34% de votos válidos para as listas parlamentares). O FP atualmente disputa a presidência da República no segundo turno e tem grandes possibilidades de ser o ganhador.

O outro partido, o APP, apesar de ter sofrido a exclusão de seu candidato presidencial pelas autoridades eleitorais justo quando as pesquisas o mostravam numa posição vantajosa, obteve nove representantes para o Congresso. Um número que supera o de dois partidos históricos que governaram o Peru, como o Apra e o Ação Popular, que

têm cinco congressistas cada um. O APP também pôde revalidar sua inscrição legal como partido, algo que não pôde fazer, entre outros, o Peru Posível, do ex-presidente Alejandro Toledo.

Postulamos que ambos os partidos desenvolveram estratégias diferentes de construção partidária, buscando articular a política nacional com a subnacional, contando para isso com recursos próprios e redes organizacionais de apoio. Enquanto o FP desenvolve uma estratégia de construção horizontal e de escala nacional, o APP faz isso de forma vertical nas regiões de sua influência, articulando as escalas regionais e provinciais, como veremos mais adiante.

No entanto, acreditamos que, para além do êxito eleitoral, esses partidos não parecem melhorar substancialmente a qualidade da democracia peruana devido à sua alta dependência das decisões de líderes personalistas com altas margens de discricionariedade, às práticas tradicionais de clientelismo e a indícios de possíveis imersões de poderes “ilegais” ou constante presença de escandalosos atos de corrupção.

II

A fragmentação da representação política no Peru se expressa principalmente nas diferenças entre as dinâmicas da política nacional e da subnacional; isto é, de maneira coloquial, “os que ganham em cima não ganham embaixo” e vice-versa. Tal situação pode ser observada claramente no Quadro 1, onde são analisados os resultados das quatro últimas eleições subnacionais (2002, 2006, 2010 e 2014).

A partir da informação disponível, por um lado, pode-se apreciar a progressiva diminuição da presença de partidos nacionais assim como o pouco êxito eleitoral destes na maioria das regiões e províncias do país. De 72% das presidências regionais ganhas pelos partidos nacionais em 2002, em eleições convocadas pelo governo de Alejandro Toledo no início da transição política pós-Fujimori, observa-se uma dramática redução nos anos seguintes, chegando a apenas 24% dos governos regionais na última eleição de 2014. A mesma tendência se observa nas eleições provinciais e distritais. De fato, os partidos nacionais que em 2002 obtiveram 56,7% do total

QUADRO 1

Resultados subnacionais 2002-2014

| Tipo de organização | % de candidatos ² | | | | % de candidatos eleitos | | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-------|-------|-------|-------------------------|------|------|------|
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
| RESULTADOS REGIONAIS | | | | | | | | |
| Partidos políticos³ | 76,7% | 68,4% | 50,8% | 50,8% | 72% | 32% | 36% | 24% |
| Movimento regional | 23,3% | 31,6% | 49,2% | 49,2% | 28% | 68% | 64% | 76% |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

| RESULTADOS PROVINCIAIS | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
|----------------------------|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Partidos políticos | 67,6% | 67,6% | 53,3% | 46% | 56,7% | 55,9% | 36,9% |
| Movimento regional | 12,6% | 26,3% | 44,4% | 51,8% | 15,5% | 35,4% | 60% | 72% |
| Organizações locais | 19,8% | 6,1% | 2,3% | 2,3% | 27,8% | 8,7% | 3,1% | 2,6% |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

| RESULTADOS DISTRITAIS | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
|----------------------------|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Partidos políticos | 65,7% | 65,6% | 48,6% | 43,7% | 61,2% | 58,4% | 39,1% |
| Movimento regional | 11,5% | 26,7% | 47,4% | 53,7% | 12,1% | 31,8% | 56,8% | 62,4% |
| Organizações locais | 22,8% | 7,7% | 4% | 2,6% | 26,7% | 9,8% | 4,1% | 3,3% |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração Tanaka e Guibert (2010) para resultados regionais e provinciais 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria para resultados regionais e provinciais 2014 e para resultados distritais 2002, 2006, 2010 e 2014.

2 A porcentagem de candidatos deriva do total de listas apresentadas para a eleição mencionada.

3 No caso das Alianças Eleitorais, assim como Tanaka e Guibert (2010), quando encontramos alianças entre

partidos e movimentos regionais, nós as consideramos como parte dos primeiros, razão pela qual se tendeu a “sobrestimar o peso dos partidos nacionais” (Tanaka & Guibert, 2010, p. 19).

dos municípios provinciais caíram para 36,9% em 2010, para continuar diminuindo até chegar a 25,4% em 2014. Em nível distrital ocorre uma situação similar: os partidos nacionais ganham as eleições distritais em 61,2% dos municípios em 2002, para, na última eleição de 2014, obter apenas 34,4%.

São partidos nacionais aqueles que têm inscrição vigente para concorrer em todos os níveis da representação política do país, incluindo a presidência e o Congresso. Dos 16 partidos nacionais que cumpriram esse requisito e participaram das eleições de 2014 apenas dois obtiveram vitórias regionais, três corresponderam precisamente à Força Popular (fujimorista) e dois ao Partido Aliança para o Progresso (APP). Nenhum dos denominados partidos tradicionais, como o Apra, Ação Popular ou o Partido Popular Cristão, obteve algum governo regional.

Do mesmo modo, os resultados mostram o crescimento sustentado dos movimentos regionais em todos os níveis da representação política subnacional. Cabe precisar que esse tipo de organização política pode participar de qualquer tipo de eleição subnacional (regional, provincial e distrital), mas não de eleições gerais (presidenciais e congressuais). De fato, com exceção da eleição de 2002, em que os movimentos regionais ganharam em 28% das regiões, em todas as eleições seguintes foram consolidando sua hegemonia ao obter vitórias em 68% (2006), 64% (2010) e 76% (2014) dos governos regionais. Em nível provincial e distrital a tendência foi a mesma: em 2002 só obtiveram 15,5% dos municípios provinciais, em 2006 saltaram até 35,4%, em 2010 já eram 60% e, finalmente, em 2014, obtiveram 72% desses municípios. Em nível distrital os números são similares: 12,1% em 2002, 31,8% em 2006, 56,8% em 2010, e na última eleição de 2014, 62,4% dos municípios distritais.

Em suma, vemos que a presença e êxito dos partidos nacionais em espaços subnacionais diminuíram consideravelmente, em detrimento dos novos movimentos sociais. Isso evidencia, como enunciam alguns autores (Suárez-Cao & Freidenberg, 2010; Batlle, 2012; Dosěk & Freidenberg, 2013), uma situação de “incongruência” do sistema de partidos. Isto é, as dinâmicas de

disputa eleitoral subnacional não são similares às do nível nacional, motivo pelo qual estaríamos diante de um caso de fragmentação política.

No entanto, embora a tendência seja uma menor presença e êxito eleitoral dos partidos nacionais em instâncias subnacionais, são exatamente o APP e o FP os únicos partidos que progressivamente tiveram uma tendência inversa ao resto dos partidos. Como podemos verificar no Quadro 2, o APP e o FP mostram uma tendência ascendente quanto à porcentagem de participação e de êxito eleitoral em províncias e distritos em comparação ao Partido Aprista Peruano (PAP), o partido de maior tradição e mais organizado, que conta com bases partidárias em quase todo o país.

Segundo o Quadro 2, o APP e o Fujimorismo passam a ter candidatos em 14,43% e 5,15% das províncias em 2002 e, nas últimas eleições subnacionais de 2014, o número aumenta para 84,10% e 56,41%. Um incremento verdadeiramente impressionante. Por sua vez, o PAP diminui dramaticamente sua participação em províncias, indo de 93,81% em 2002 para 37,95% em 2014. Em nível distrital, os resultados são similares. O APP, de uma participação em 9,79% dos distritos em 2002, passou para 63,69% em 2014; o Fujimorismo passa de 2,75% em 2002 para 46,75% em 2014; e o PAP cai de 89,30% em 2002 para 27,27% em 2014. Embora em geral os partidos nacionais ostentem baixos níveis de êxito eleitoral nas instâncias subnacionais, vemos uma tendência de alta tanto em nível distrital como provincial, no caso do APP e do Fujimorismo. Em 2002, tanto o APP como o Fujimorismo não ganharam nenhuma província, enquanto em 2014 tenham ganho em 9,74% e 2,05% das províncias, respectivamente. O PAP, por sua vez, de 17,53% do total de províncias ganhas em 2002, caiu para somente 1,54% em 2014. Quanto aos municípios distritais, o APP ganhou 1,10% em 2002 para subir para 8,68% nos últimos comícios subnacionais. Por sua vez, o Fujimorismo, que em 2002 ganhou 0,24% dos distritos, subiu para 4,92% em 2014. Finalmente, o PAP caiu de 12,48% em 2002 para 4,61% em 2014.

Portanto, enquanto os partidos nacionais e, em específico, o partido mais organizado como o PAP, deixaram não só de ter êxito eleitoral

QUADRO 2

Porcentagem de participação e êxito eleitoral em províncias e distritos do APP, do Fujimorismo e do PAP (2002-2014)

| ALIANÇA PARA O PROGRESSO | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------------|--------|--------|--------|-------------------------|-------|-------|-------|
| | % de candidatos | | | | % de candidatos eleitos | | | |
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
| Província | 14,43% | 25,13% | 64,62% | 84,10% | 0% | 4,10% | 7,18% | 9,74% |
| Distrito | 9,79% | 20,40% | 46,61% | 63,69% | 1,10% | 3,54% | 4,88% | 8,68% |

| AGRUPAÇÕES FUJIMORISTAS | | | | | | | | |
|-------------------------|-----------------|--------|--------|--------|-------------------------|-------|-------|-------|
| | % de candidatos | | | | % de candidatos eleitos | | | |
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
| Província | 5,15% | 36,41% | 40,51% | 56,41% | 0% | 0,51% | 3,59% | 2,05% |
| Distrito | 2,75% | 30,73% | 32,76% | 46,75% | 0,24% | 1,22% | 4,15% | 4,92% |

| PARTIDO APRISTA PERUANO | | | | | | | | |
|-------------------------|-----------------|--------|--------|-------------------|-------------------------|--------|-------|-------|
| | % de candidatos | | | | % de candidatos eleitos | | | |
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 ⁴ | 2002 | 2006 | 2010 | 2014 |
| Província | 93,81% | 94,36% | 75,90% | 37,95% | 17,53% | 8,72% | 4,62% | 1,54% |
| Distrito | 89,30% | 91,08% | 67,42% | 27,27% | 12,48% | 14,36% | 7,93% | 4,61% |

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

como também de participar das eleições subnacionais, o APP e o Fujimorismo viram crescer sua participação e, em menor medida, seu êxito eleitoral. São, pois, partidos que estiveram tentando vincular a dinâmica eleitoral subnacional com a eleitoral.

Como se pode verificar no Quadro 3, que mostra o resultado das eleições gerais e parlamentares de 2016, o Força Popular (FP), já sob a liderança consolidada de Keiko Fujimori, conseguiu o primeiro lugar depois de obter 39,86% dos votos, o que lhe permitiu passar para o se-

gundo turno no próximo dia 5 de junho. Atrás dela, com quase 19 pontos percentuais a menos, encontra-se Pedro Pablo Kuczynski, com 21,05%, e que disputará o segundo turno com Fujimori. Em terceiro lugar, colocou-se a candidata de esquerda e atual congressista de Cuzco, Verónica Mendoza, com 18,74%. Por último, como quarto e quinto lugares, ficaram Alfredo Barnechea, do Ação Popular, com 6,97%, e Alan García, do Aliança Popular (aliança entre dois partidos tradicionais como o PAP e o Partido Popular Cristão), com 5,83%.

4 Tomamos as três alianças às quais o PAP pertenceu durante tal eleição: "Vamos Arequipa" (em Arequipa), "Juntos por Junín" (em Junín) e "Aliança Popular" (em Cuzco). Enquanto as duas primeiras foram alianças com movimentos regionais, a terceira, em Cuzco, foi com um partido nacional (Restauração Nacional). Isso difere das alianças que o APP (em Ayacucho e

Arequipa) e o FP (em Áncash) realizaram, já que suas respectivas alianças contêm tanto o nome como o símbolo desses dois partidos. Por tal motivo, embora tanto para o APP quanto para o FP como para o PAP tenhamos considerado suas alianças eleitorais, é preciso ressaltar que os resultados do PAP poderiam chegar a ser, inclusive, mais baixos.

QUADRO 3

Resultados presidenciais e congressuais 2016

| Agrupação política | Porcentagem de votos válidos em presidenciais | Distribuição de bancadas no Congresso |
|-----------------------------------|---|---------------------------------------|
| Força Popular (Fujimori) | 39,86% | 73 |
| Peruanos pela Mudança (Kuczynski) | 21,05% | 18 |
| Frente Ampla (Mendoza) | 18,74% | 20 |
| Aliança Para o Progresso (Acuña) | | 9 |
| Ação Popular (Barnechea) | 6,97% | 5 |
| Aliança Popular (García) | 5,83% | 5 |
| Outros | 7,55% | |
| TOTAL | 100% | 130 |

Fonte: Onpe. Elaboração própria

Embora o APP tenha começado participando da contenda presidencial, o Tribunal Nacional de Eleições determinou excluir seu candidato presidencial, César Acuña, por violar a Lei de Partidos Políticos depois de ter doado dinheiro diretamente a potenciais votantes. Não obstante essa sanção, o APP conseguiu nove cadeiras para o próximo Congresso, superando inclusive os partidos tradicionais que foram governo duas vezes, como o Ação Popular ou o PAP, que obtiveram cinco cadeiras cada um. Do mesmo modo, o FP conseguiu 73 cadeiras, quase o dobro das que conseguiu em 2011 (37), superando amplamente seus concorrentes mais próximos.

Desses resultados, derivam duas observações. Primeiro, a *débâcle* eleitoral da maioria dos políticos que dominaram a cena política na primeira década do século XXI. Alan García, Alejandro Toledo e Lourdes Flores (aliada do Apra) tiveram magros resultados, chegando a somar entre os três um total de 7,13% dos votos válidos (5,85% dos votos emitidos). Diante disso, “novos” políticos conseguiram se inserir no cenário político nacional de maneira satisfatória. No princípio, César Acuña, ex-governador regional de La Libertad, e depois Julio Guzmán, um ex-funcionário público do atual gover-

no que se tornou conhecido pelas redes sociais virtuais, rapidamente escalaram posições nas pesquisas. Finalmente, sendo ambos excluídos da disputa, a ascensão se deu por parte de Verónica Mendoza, candidata de uma “renascida” esquerda peruana, e Alfredo Barnechea, jornalista e candidato presidencial de um partido tradicional como o Ação Popular.

A segunda observação é que essa eleição parece confirmar a importância da construção partidária a partir dos espaços subnacionais. Desse ponto de vista, os grandes ganhadores foram, sem dúvida alguma, o FP e o APP. O primeiro por não só se manter no primeiro lugar das preferências eleitorais desde alguns meses antes das eleições, como também por conseguir maioria parlamentar. E o segundo por conseguir nove cadeiras sem um candidato presidencial que lhe permitisse “arrastar” votos.

Diante dessa situação, nós nos propusemos as seguintes perguntas: de que maneira esses partidos nacionais vinculam a dinâmica eleitoral nacional num contexto marcado pela fragmentação política? Que estratégias de construção partidária utilizam? Em que essas estratégias se diferenciam? A seguir, exploraremos as estratégias de construção partidária que cada um

desses partidos realizou e esboçaremos algumas hipóteses a respeito.

III

Como destacamos anteriormente, dos partidos nacionais que participaram das eleições subnacionais de 2014, o Aliança para o Progresso (APP) e o Força Popular (Fujimorismo) são os que obtiveram melhores resultados. Além disso, nas eleições presidenciais de 2016, o FP obteve a maior votação e o maior número de congressistas, alistando-se para disputar a presidência. Por sua vez, o APP ratificou sua vigência em algumas regiões do país e, não obstante haver perdido seu candidato presidencial, também teve êxito eleitoral. Nesta seção, procuramos identificar suas estratégias diferenciadas de crescimento partidário num contexto de fragmentação do sistema político.

Força Popular (FP)

Como indicamos previamente, o partido nacional com maior presença nas regiões, províncias e distritos do país é o Força Popular (FP), liderado por Keiko Fujimori. Nas eleições presidenciais de 2016, esse partido obteve a votação nacional mais alta (39,86% dos votos válidos) e a maioria dos congressistas eleitos (73/130). Em separado, o FP ganhou em 16 regiões de 25, em 113 províncias de 196⁵ e em 1.033 distritos de um total de 1.854. Inclusive fica em segundo lugar em sete regiões onde as esquerdas obtiveram a primeira maioria: seis do sul peruano, onde ganhou a candidata do Frente Ampla, Verónica Mendoza, e o outro na Serra Norte, Cajamarca, onde outro candidato da esquerda, Gregorio Santos, conseguiu vencer. Esses bons resultados permitem a Keiko Fujimori passar para o segundo turno e disputar, com muitas possibilidades de êxito, a presidência da República com o Peruanos pela Mudança, de Pedro Pablo Kuczynski. O FP, além disso, obteve, no último processo eleitoral subnacional de 2014, três governos re-

gionais (Ica, San Martín e Junín), quatro municípios provinciais e 81 municípios distritais.

Se compararmos esses resultados com os que o FP obteve em 2011, vemos que em nível nacional sua votação aumentou em 13%. E mais, incrementou sua votação em todas as regiões, menos em Cajamarca, onde teve uma queda modesta de pouco mais de 2%. Do mesmo modo, praticamente duplicou seu número de congressistas: enquanto em 2011 obteve 37 cadeiras, em 2016 são 73, as quais, além disso, provêm de todas as regiões do país, inclusive das seis regiões das que lhe foram esquivas em 2011. Os números são ainda mais impressionantes se pensarmos que, de acordo com o registro de organizações políticas do Tribunal Nacional de Eleições, o FP tem apenas 4.169 pessoas afiliadas ao partido (dados de 2015)⁶. Além disso, no último período congressual, a bancada do FP não sofreu de “transfugismo”, isto é, nenhum congressista abandonou o partido para ir para outro grupo, uma prática comum no Congresso peruano. Em outras palavras, o FP é um partido com poucos afiliados, mas mostra disciplina e uma forte coesão, que, acreditamos, provêm de um legado político controverso que nasce de circunstâncias históricas críticas.

De fato, o FP, através da liderança de Keiko Fujimori, colhe o legado e a valorização positiva de um setor do eleitorado com relação ao governo de Alberto Fujimori na década de 1990. Uma conjuntura crítica devido ao fato de que a crise econômica (hiperinflação incluída) e o avanço da subversão assolavam o país. Alberto Fujimori pôde resolver esses problemas que afligiam a população para depois construir um regime autoritário, clientelista e corrupto. Não obstante, em muitas províncias e distritos ainda são lembradas as visitas do ex-presidente levando pessoalmente ajuda material e canalizando pessoalmente os programas sociais (Murakami & Barrenechea, 2011; Urrutia, 2011). A derrota do terrorismo e a estabilização da economia são conquistas frequentemente invocadas.

5 Apartir de 2015, foi criada uma nova província em Loreto, chegando o Peru a se dividir administrativamente em 196 províncias.

6 Segundo o Tribunal Nacional Eleitoral, o Apra tem 250 mil afiliados, o Ação Popular, 195 mil, o Aliança para o Progresso, 121.795, o PPK, 7.819, e o Força Popular, apenas 4.169.

Uma vez produzida a queda de Alberto Fujimori e seu posterior julgamento e envio para a prisão por violação de direitos humanos, o legado fujimorista sofre uma coesão com a percepção de seus simpatizantes de que seu líder e seu legado estão sendo perseguidos por seus adversários políticos. Entre os fujimoristas dos primeiros anos existe a arraigada convicção de que a prisão do líder histórico é injusta. Depois que vários setores do Fujimorismo tentaram formar organizações políticas que reunissem sua herança, a partir de 2006 há a consolidação da liderança de Keiko, que consegue unificar os diferentes grupos e inicia um processo de construção partidária em nível nacional (Navarro, 2011). Desse esforço também participa Kenji Fujimori, irmão de Keiko, ex-funcionários do governo de seu pai, os denominados “albertistas”, mas também novas figuras atraídas pela possibilidade de um Fujimorismo sem Alberto Fujimori, mas com Keiko Fujimori.

A estratégia de construção partidária inclui esforços sustentados para incentivar ou alentar a formação e institucionalização de bases partidárias. Para isso, nos últimos anos, Keiko viajou extensamente por todo o país, desenvolvendo vínculos de proximidade e identificação das bases com a liderança, ao mesmo tempo buscando identificar personalidades respeitadas em suas localidades e sem experiência política (Sosa, 2016). De alguma maneira, Keiko segue o exemplo de seu pai Alberto, que viajou por todo o país, inclusive em lugares aonde um presidente peruano nunca havia chegado.

Daí que se observe um crescimento sustentado das candidaturas do FP nas eleições subnacionais, embora em um ritmo menor do que o do APP. De fato, segundo o Quadro 3, nas eleições de 2002, o Fujimorismo participou em 5,15% das províncias, em 2006 subiu para 36,4%, em 2010 alcançou 40,51% e, finalmente, em 2014 teve presença em 56,41% das províncias do país. Vejamos, a seguir, os padrões de crescimento do Fujimorismo em nível provincial segundo regiões a partir de seus níveis de participação em uma eleição subnacional atrás da outra.

O Quadro 4 mostra que o crescimento do Fujimorismo foi desigual, pois há regiões nas quais não mantém uma presença sustentada,

como Cuzco, Ayacucho, Áncash, Apurímac, o que revela certa dificuldade de conseguir se estabelecer com firmeza nesses lugares. No entanto, é possível também identificar as regiões que constituem o núcleo duro do Fujimorismo e onde suas porcentagens de participação foram altas e sustentadas. Trata-se das regiões de Ica, Cajamarca, Junín e, sobretudo, Lima.

A partir desse núcleo duro, o Fujimorismo fez esforços para expandir sua presença na Costa Norte (Lambayeque, La Libertad, Piura e Tumbes), especialmente entre 2006 e 2014. Nessas regiões, devido à forte presença do APP, o partido de César Acuña, nas eleições subnacionais, a expansão do FP não teve o êxito esperado. Na Serra Central, desde 2006 o FP consegue uma forte presença em Pasco e Junín, enquanto em Huánuco lhe custa muito entrar, embora o tenha conseguido em 2014. Em outras regiões da Serra Norte, como Amazonas e Áncash, sua presença é baixa, sendo Cajamarca a exceção. Do mesmo modo, na Serra Sul (Cuzco, Moquegua, Puno, Tacna) também mostra uma baixa presença. E na Amazônia há contrastes entre a ausência, em Madre de Dios e Loreto, e a crescente presença partidária em Ucayali e San Martín a partir de 2010.

Embora aumentar a presença do FP nas diferentes províncias e distritos seja significativo, ganhar em tais circunscrições eleitorais é mais ainda. A esse respeito, comparando o êxito distrital com o provincial em termos absolutos, podemos constatar uma disparidade: o Fujimorismo teve maiores conquistas ou êxitos em nível distrital do que em nível provincial. As regiões onde o FP conseguiu êxito eleitoral distrital sustentado são aquelas onde também teve êxito nas províncias (Cajamarca, Junín e San Martín), mas também nos distritos de Ica, La Libertad e Pasco.

Como se pode perceber, em nível subnacional o Fujimorismo, embora tenha tido um crescimento desigual, mantém um núcleo duro inicial (Lima, Cajamarca, Junín, Ica, Pasco) de onde pôde constituir outros núcleos importantes como San Martín e a Costa Norte (La Libertad, Lambayeque, Piura). Se compararmos esses resultados com os grupos fujimoristas nas eleições parlamentares de 2001, 2006, 2011 e 2016, observaremos que tais núcleos duros são os mesmos onde obtêm

QUADRO 4

Porcentagem de participação do Fujimorismo em províncias segundo a região (2002-2014)

| Região | Porcentagens de participação provincial 2002 | Porcentagens de participação provincial 2006 | Porcentagens de participação provincial 2010 | Porcentagens de participação provincial 2014 |
|---------------|---|---|---|---|
| Amazonas | 0% | 42,86% | 0% | 0% |
| Áncash | 5% | 15% | 50% | 15% |
| Apurímac | 0% | 42,86% | 28,57% | 100% |
| Arequipa | 0% | 25% | 25% | 25% |
| Ayacucho | 0% | 81,82% | 0% | 90,91% |
| Cajamarca | 15,38% | 76,92% | 69,23% | 92,31% |
| Cuzco | 0% | 23,08% | 38,46% | 15,38% |
| Huancavelica | 0% | 28,57% | 0% | 0% |
| Huánuco | 0% | 18,18% | 18,18% | 81,82% |
| Ica | 0% | 80% | 80% | 100% |
| Junín | 11,11% | 66,67% | 100% | 88,89% |
| La Libertad | 0% | 50% | 66,67% | 83,33% |
| Lambayeque | 0% | 66,67% | 100% | 100% |
| Lima | 40% | 70% | 90% | 90% |
| Loreto | 16,67% | 0% | 0% | 0% |
| Madre de Dios | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Moquegua | 0% | 33,33% | 0% | 0% |
| Pasco | 0% | 66,67% | 66,67% | 100% |
| Piura | 0% | 37,50% | 50% | 37,50% |
| Puno | 7,69% | 15,38% | 0% | 61,54% |
| San Martín | 0% | 0% | 70% | 100% |
| Tacna | 0% | 25% | 0% | 0% |
| Tumbes | 0% | 0% | 33,33% | 66,67% |
| Callao | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Ucayali | 0% | 0% | 50% | 75% |
| Total | 5,15% | 36,41% | 40,51% | 56,41% |

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

porcentagens maiores que a média nacional⁷ em tais eleições: Cajamarca, Junín, Lima (incluindo Lima Províncias), Pasco e San Martín. Até o momento, identificamos os padrões de crescimento do FP e seus núcleos duros eleitorais. No entanto, falta conhecer a forma específica como o Fujimorismo se insere nos espaços regionais. Para isso, consideramos que uma fonte é a análise dos currículos dos 140 candidatos ao Congresso que o FP teve nessas últimas eleições. A partir dela podemos conhecer de onde vêm esses candidatos, que perfis têm e assim aprofundar a análise das estratégias de crescimento partidário. Do mesmo modo, essa informação vai nos permitir ensaiar algumas explicações sobre como esses partidos vinculam a dinâmica política nacional com a subnacional e por que o fazem de determinada maneira.

Segundo o Quadro 5, 41,4% dos candidatos do FP ao Congresso são pessoas vinculadas ao partido, seguido de 33,6% de candidatos que não têm experiência partidária prévia em nenhuma outra organização política. É clara, então, a opção do FP por seus próprios quadros e por personalidades novas na política. Estes últimos, além

disso, são candidatos naquelas regiões onde o FP não pôde se desenvolver como partido previamente. Em Cuzco, Moquegua, Puno e Loreto, por exemplo, o FP não apresentou nenhum candidato ao Congresso previamente vinculado ao partido, mas seus candidatos são pessoas novas na política ou, em menor medida, pertencentes às organizações regionais e locais.

A lista de candidatos ao Congresso por ocupação também sugere certos nichos onde existe maior atenção (ver Quadro 6). Do total de candidatos de 2016, 29,29% se desempenham no setor privado, seguidos de 22,14% de políticos e autoridades eleitas. Esse perfil é diferente do da lista parlamentar do APP, nosso outro caso de estudo, em que há três grupos com números similares: setor educação, 23,57%, setor privado, 21,43% e funcionários públicos, 22,14%. É interessante notar que nenhum dos dois partidos mais desenvolvidos teve um número significativo de candidatos que provêm de organizações e instituições da sociedade civil. Ambos têm apenas 10% desse setor. É provável que esses candidatos tenham optado por candidaturas como as de Verónica Mendoza, da Frente Ampla.

QUADRO 5

Análise das listas parlamentares do Aliança para o Progresso (APP) e do Força Popular (FP)

| | APP | | FP | |
|---|------------|-------------|------------|-------------|
| Com experiência no partido ⁸ | 41 | 29,29% | 58 | 41,42% |
| Com experiência política | 66 | 47,14% | 35 | 25% |
| Novos | 33 | 23,57% | 47 | 33,57% |
| Total | 140 | 100% | 140 | 100% |

Fonte: Portal Infogob-JNE. Elaboração própria

7 Exceto Cajamarca, em 2016 e 2001, e Pasco, em 2001, embora as diferenças entre tais resultados e a média nacional que o Fujimorismo obteve nessas respectivas eleições não seja ampla: em Cajamarca, menos de 8% em 2016 e menos de 4% em 2001 e em Pasco, menos de 2% em 2001.

8 Consideramos que um candidato pode ter “experiência no partido” de duas maneiras possíveis. A primeira é que tenha se candidatado anteriormente pelo parti-

do, seja numa eleição parlamentar ou subnacional. A segunda é que se encontre ligado à rede institucional do partido através da militância, do trabalho como funcionário público em alguma instância estatal nacional, parlamentar ou subnacional que o partido controle e o vínculo familiar com a cúpula partidária. Levando em conta apenas a primeira, o APP tinha 30 candidatos com “experiência no partido”, enquanto o FP tinha 57. Agregando a segunda maneira, o APP aumentava para 41 e o FP para 58.

Aliança para o Progresso (APP)

O outro partido emergente é o Aliança para o Progresso (APP), fundado em 2001, em Trujillo. É liderado pelo empresário César Acuña e conta com a ativa participação de sua família

nos postos de direção e representação (um filho e um irmão como congressistas, outro irmão governador regional e uma filha na direção do partido). Isso configura um caráter personalista e familiar à organização. O APP, além disso, não é um partido com uma doutrina política

QUADRO 6

Porcentagens de candidatos de listas parlamentares do Aliança para o Progresso (APP) e do Força Popular (FP) segundo ocupação

| Ocupações ⁹ | APP | FP |
|---|-------------------|-------------------|
| Autoridades eleitas e políticos ¹⁰ | 10,71% (15) | 22,14% (31) |
| Funcionários públicos ¹¹ | 22,14% (31) | 13,57% (19) |
| Dirigentes de organizações da sociedade civil ¹² | 10,71% (15) | 10% (14) |
| Setor privado ¹³ | 21,43% (30) | 29,29% (41) |
| Setor educacional ¹⁴ | 23,57% (33) | 8,57% (12) |
| Outras profissões ¹⁵ | 11,43% (16) | 16,43% (23) |
| Total | 100% (140) | 100% (140) |

Fonte: Portal Infogob-JNE. Elaboração própria

9 Para classificar as ocupações dos candidatos consideramos não só sua ocupação atual, como também sua trajetória trabalhista anterior consignada no currículo entregue ao TNE. Isso devido ao fato de que em muitos casos a ocupação que atualmente o candidato tem é recente, tendo se dedicado durante grande parte de sua trajetória trabalhista a outra função. Diante dessa situação, optamos por classificar segundo o tipo de ocupação a que mais tempo o candidato se dedicou.

10 Com a expressão "autoridades eleitas e políticos", classificamos aqueles candidatos que atualmente estão ocupando um cargo público por vias eleitorais e que, não tendo alguma profissão conhecida ou de longa trajetória, constantemente se encontram se candidatando em eleições subnacionais e/ou parlamentares com ou sem sucesso.

11 Com a expressão "funcionário público", classificamos aqueles candidatos que atualmente ou estão trabalhando em alguma instância governamental (seja subnacional ou nacional) ou em grande parte de sua trajetória trabalhista trabalharam no aparato público estatal.

12 Na categoria "dirigentes de organizações da sociedade civil", classificamos aqueles candidatos que atualmente se encontram dirigindo ou representando alguma organização da sociedade civil ou que por vários anos dirigiram/representaram uma. Embora em muitos casos tal trabalho de direção ou representação se dê paralelamente a outras ocupações trabalhistas, priorizamos o primeiro.

13 Com o rótulo de "setor privado", classificamos aqueles candidatos que são donos, gerentes ou administradores de empresas privadas de diversos tamanhos e dedicadas a qualquer atividade.

14 Com a expressão "setor educacional", classificamos aqueles candidatos que são professores, docentes universitários ou autoridades acadêmicas de instituições educacionais privadas ou públicas (como diretores de escola, decanos ou qualquer outro cargo de autoridade).

15 No item "outras profissões", classificamos aqueles candidatos que se encaixam dentro das demais categorias. Nesse rótulo se encontram advogados independentes, médicos, arquitetos etc.

clara, embora, sim, tenha um discurso de superação e empreendimento pessoal, apresentando a biografia de César Acuña como o paradigma do menino pobre que ficou rico. Discurso que se conecta com a narrativa e cultura neoliberais que se desenvolveu no país nas últimas décadas.

O APP se constrói a partir de uma base territorial precisa, a costa norte do Peru, La Libertad e Lambayeque, onde substitui, de forma progressiva, a tradicional influência que, por décadas, o Partido Aprista teve no outrora denominado “sólido norte”¹⁶. As migrações das regiões da serra contígua e o consequente crescimento de cidades como Trujillo e Chiclayo transformaram as características e as lealdades do eleitorado dessas regiões, sobretudo quando a política aprista se desprestigia ao ter afastado a direção do partido de suas bases regionais, adotando, além disso, um discurso de direita neoliberal.

Como mostra o Quadro 7, a partir de Trujillo, o APP desenvolveu uma estratégia de crescimento, primeiro consolidando uma região ou núcleo de forte influência nas regiões da costa norte do país: La Libertad e Lambayeque. Depois, entre as eleições subnacionais de 2006 e 2010, se expande para Áncash e para regiões da serra central (Junín, Pasco), assim como da selva norte-oriental, para, nas últimas eleições subnacionais de 2014, dar um salto importante ao apresentar candidaturas em quase todo o país. De fato, o Quadro 3 nos mostrou que nas eleições de 2002 o APP apresentou candidatos em 14,4% das províncias do país, em 2006 o fez em 25,1%, em 2010 saltou para 64,6%, para chegar, em 2014, em 84,1% do total de províncias. É possível, além disso, notar que o crescimento subnacional do APP é mais regular em todas as províncias (com exceção de Junín e de Tacna) e inclusive mais “ordenado” do que o do FP.

Não há dúvida de que o fato de ter cada vez maior presença nas províncias e distritos é um sinal muito positivo da construção partidária, mas o é mais ainda o êxito eleitoral de suas candidatu-

ras. Em termos de êxito eleitoral, em 2002 o APP não obteve nenhum município provincial, mas, sim, 18 municípios distritais. Em 2006 melhorou substancialmente, com oito prefeituras provinciais e 58 municípios distritais. Pouco depois, em 2010, se saiu melhor ainda, com um governo regional (Humberto Acuña, irmão de César Acuña, ganhou em Lambayeque), 14 municípios provinciais (incluindo a reeleição de César Acuña como prefeito de Trujillo) e 80 municípios distritais em 15 regiões do Peru. Finalmente, nas eleições de 2014, o APP obteve dois governos regionais (Lambayeque e La Libertad), 19 municípios provinciais e 143 municípios distritais. A tendência geral é que nas regiões onde o APP teve a presidência dos governos regionais, foi onde obteve um número significativo de municípios provinciais e distritais. Também é interessante registrar que em 18 das 19 províncias ganhas, a Universidade César Vallejo conta com uma sede.

Nas eleições presidenciais de 2016, o APP considera que o partido já está pronto para concorrer à presidência, lançando a candidatura de seu líder e fundador César Acuña. No início da campanha eleitoral, no final de 2015, as pesquisas de opinião pública (GfK, Ipsos, CPI, Datum) registram uma boa recepção à sua candidatura, ficando em terceiro lugar das preferências. Pouco depois, surge uma série de questionamentos à integridade pessoal do candidato (acusações de plágio de sua tese de doutorado) e à sua prática de dar incentivos econômicos em troca de apoio político. No dia 9 de março de 2016, o Tribunal Nacional de Eleições o exclui da disputa por violações à Lei de Partidos Políticos.

O bom desempenho do APP, segundo Rodrigo Barrenechea (2012), deve-se à existência de uma estrutura institucional paralela e complementar ao partido, que serve de base para a expansão territorial, fonte de capital humano para o partido ou aliados, além de prover recursos administrativos e econômicos para as atividades de proselitismo. A estrutura institucional é formada pela Universidade César Vallejo, que conta com 11 sedes em seis regiões do país e 46 mil alunos, segundo dados de 2010 (Censo Universitário), pela Universidad Señor de Sipán, em Lambayeque, e pela Universidad Autónoma del Perú. Também um canal de televisão regional (UCV via satélite); um clube de

16 César Acuña foi eleito prefeito provincial de Trujillo em 2007, reeleito para o mesmo cargo em 2010 e eleito governador de La Libertad em 2014. Em 2016, apresenta sua candidatura à presidência da República, mas em 9 de março o Tribunal Nacional de Eleições o exclui da disputa por violações à Lei dos Partidos Políticos.

QUADRO 7

Porcentagem de participação do APP em províncias, segundo a região

| Região | Porcentagens de participação provincial 2002 | Porcentagens de participação provincial 2006 | Porcentagens de participação provincial 2010 | Porcentagens de participação provincial 2014 |
|---------------|---|---|---|---|
| Amazonas | 0% | 14,29% | 71,43% | 85,71% |
| Áncash | 5% | 20% | 90% | 95% |
| Apurímac | 42,86% | 14,29% | 85,71% | 85,71% |
| Arequipa | 0% | 12,50% | 50% | 100% |
| Ayacucho | 0% | 9,09% | 100% | 90,91% |
| Cajamarca | 0% | 53,85% | 92,31% | 92,31% |
| Callao | 0% | 0% | 100% | 100% |
| Cuzco | 0% | 7,69% | 15,38% | 76,92% |
| Huancavelica | 0% | 0% | 14,29% | 42,86% |
| Huánuco | 0% | 9,09% | 45,45% | 45,45% |
| Ica | 0% | 0% | 60% | 100% |
| Junín | 55,56% | 55,56% | 77,78% | 66,67% |
| La Libertad | 83,33% | 100% | 100% | 100% |
| Lambayeque | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Lima | 0% | 10% | 60% | 100% |
| Loreto | 0% | 42,86% | 42,86% | 85,71% |
| Madre de Dios | 0% | 0% | 0% | 66,67% |
| Moquegua | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Pasco | 33,33% | 33,33% | 0% | 100% |
| Piura | 62,50% | 37,50% | 75% | 87,50% |
| Puno | 0% | 23,08% | 46,15% | 92,31% |
| San Martín | 0% | 10% | 100% | 80% |
| Tacna | 0% | 0% | 50% | 75% |
| Tumbes | 0% | 0% | 100% | 100% |
| Ucayali | 0% | 0% | 0% | 25% |
| Total | 14,43% | 25,13% | 64,62% | 84,10% |

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

futebol de primeira divisão profissional, chamado César Vallejo, e forte influência na Associação de Municipalidades do Peru (Ampe), da qual César Acuña foi presidente entre 2006 e 2015.

Barrenechea (2012) explicita que de todas essas instituições a mais importante é a universidade, que se vincula com o partido através de uma série de serviços como apoio logístico para a campanha (propaganda eleitoral midiática e de base, mobilização de bases locais, cartazes de campanha); postos de trabalho para candidatos, bolsas para candidatos e para a população eleitoral; e serviços de saúde e educação básica nos bairros pobres. Os serviços sociais são utilizados para cultivar vínculos de identificação e relações de clientela com os beneficiários, ao mesmo tempo em que garantem a presença permanente do partido nas localidades.

Do mesmo modo, esse autor também chama a atenção para a existência de uma burocracia partidária permanente, encarregada de servir de apoio logístico aos candidatos e administrar os programas de assistência social do partido. A Fundação Clementina Peralta de Acuña (nome da mãe de César Acuña), que implementa, com fundos próprios, programas de ajuda a escolas para crianças pobres, de assistência à saúde através de postos médicos, caminhões-pipa que distribuem água potável gratuita e restaurantes populares. Esses programas e os recursos do partido são bons instrumentos para atrair aliados políticos locais e provinciais.

O partido, além disso, conta com a inscrição legal no registro eleitoral nacional, requisito indispensável para participar de todos os níveis da disputa eleitoral (nacional, regional, provincial e distrital). Isso lhe permite utilizar essa condição como franquia política para atrair grupos locais que desejam participar das eleições com o nome do APP. A estrutura institucional de apoio lhe permite, além disso, ofertar assessores municipais, captação para funcionários e apoio de meios de comunicação. Daí que a expansão eleitoral do partido ocorra, sobretudo, no nível dos municípios distritais e provinciais, onde as necessidades de apoio à gestão são maiores.

Mas o APP não só depende dos recursos privados que obtém de sua rede institucional, como também dos recursos públicos que obteve depois de ganhar em instâncias subnacionais. Uma investigação jornalística descobriu, por outro lado, o uso

indevido de fundos públicos da Municipalidade Provincial de Trujillo, destinados a subvencionar programas de assistência à saúde e à educação em benefício de militantes e afiliados ao partido, dirigentes sociais e de bairro, com os quais procura desenvolver laços de colaboração, e possíveis votantes (*Revista Poder*, 2012, pp. 30-9). A *Revista Poder* denominou essa prática como o Modelo Acuña de Gestão Municipal.

Portanto, vemos, por um lado, o forte caráter familiar (assim como o Fujimorismo) na dinâmica interna do partido (o irmão como candidato e governador regional de Lambayeque, o uso do nome da mãe em programas de ajuda social) e, por outro lado, o uso de dois tipos de recursos para a construção partidária: recursos privados provenientes da rede institucional (Universidade César Vallejo, em especial) e recursos públicos derivados das prefeituras que conseguiu ganhar. É muito provável que, enquanto os recursos públicos sirvam mais para manter o *stronghold* inicial do APP (pois é onde, em geral, manteve altos níveis de êxito eleitoral), os recursos privados sirvam para expandir candidaturas ao longo do país em nível subnacional.

Por outro lado, vimos como o APP conseguiu aumentar seus níveis de participação subnacional a partir de seu núcleo duro inicial (onde mantém altos índices de êxito eleitoral), para depois ir colocando candidaturas em quase todas as províncias do país. O uso de recursos privados e também, pelo visto, de recursos públicos, possibilitou que o APP conseguisse atrair políticos para suas fileiras. Embora haja um padrão claro de crescimento partidário em nível subnacional, falta conhecer como o APP se comporta quando tenta ascender em nível nacional. Para isso, a análise de seus candidatos ao Congresso resulta crucial.

Com relação à informação do que os currículos dos candidatos do APP para o Congresso nas eleições de 2016 contêm, estes revelam aspectos da estratégia de crescimento partidário para além da rede institucional própria de apoio. De fato, segundo o Quadro 5, 47,14% dos candidatos ao Congresso que o APP apresentou têm experiência política prévia em outros partidos ou organizações, seguidos de 29,29% de candidatos com vínculo com o partido. Isto é, há uma clara preferência do APP por atrair candidatos de outras legendas. A informação disponível também

indica que a maior parte provém de movimentos regionais e, em número menor, de partidos aliados legalmente ao APP, como o Somos Peru e o Restauração Nacional. Meléndez e Pachón (2006) registram que aqui não haveria coalizões nem pactos, e sim estratégias de integração vertical respeitando a liderança familiar em troca de recursos para a mobilização política. No entanto, também o APP fez um esforço para atrair como candidatos ao Congresso políticos conhecidos em regiões ou em setores específicos da população, como Marisol Espinoza, ex-vice-presidente do governo de Ollanta Humala, e César Villanueva, ex-presidente regional de San Martín. Ambos ingressaram no novo parlamento representando as regiões de Piura e San Martín. A estratégia de recrutar candidatos com experiência política prévia oferecendo uma estrutura institucional de apoio tem a vantagem de cobrir regiões e províncias onde o partido ainda é fraco. Não obstante, também se corre o risco de que, uma vez eleitos, se mostrem menos disciplinados em se manter dentro da estrutura vertical do partido.

A lista dos 140 candidatos do APP ao Congresso por ocupação (Quadro 6) mostra que estes provêm, majoritariamente, do setor educacional (23,57% – professores, autoridades), do Estado (22,14% – funcionários públicos) e do setor privado (21,43%). Esse perfil difere da lista do FP, nosso outro caso de estudo, em que predominam aqueles que vêm do setor privado e do poder político.

Em suma, o FP e o APP são partidos nacionais de formação relativamente recente que, nos últimos anos, vieram desenvolvendo uma crescente presença nos espaços subnacionais (regiões e províncias) para escalar a arena nacional. Ambos mostram *strongholds* de onde expandem seus esforços de organização e representação eleitoral para outras regiões do país. Diferentemente do APP, o FP não conta com uma estrutura institucional de apoio ao partido e sim com uma forte identidade e um legado político familiar claramente identificados. Legado que, inclusive, atrai aportes econômicos de grupos de poder regional e nacional. Este é seu principal ativo, mas também seu potencial problema. Nesses momentos parece muito difícil pensar em alguma outra liderança partidária que não tenha o sobrenome Fujimori (Alberto, Keiko, Kenji).

No entanto, Keiko deixou para trás a prática do Fujimorismo dos anos de seu pai, Alberto Fujimori, quando não se construía organização política permanente e, sim, criavam-se agremiações eleitorais com nomes para a ocasião e com um candidato inapelável (Cambio 90, Vamos Vezinho, Nova Maioria). Keiko viajou por todo o país procurando institucionalizar e revitalizar suas bases partidárias e, ao mesmo tempo, identificar pessoas prestigiosas, mas sem experiência partidária, para integrá-las à organização. Dessa maneira, o FP se caracteriza por, de um lado, apresentar candidatos estreitamente vinculados ao partido e, de outro, personalidades sem experiência política prévia, mas prestigiosas em nível local ou regional, em sua maioria provenientes do setor privado.

O APP, por sua vez, manteve níveis de participação e êxito distrital e provincial sustentado em duas regiões onde ganhou as presidências ou governos regionais nas últimas eleições (Lambayeque e La Libertad), dando a impressão de que esse partido consegue, sim, articular verticalmente os diferentes níveis subnacionais nas duas regiões onde obteve vitórias. Para isso conta com uma rede institucional de apoio onde se combinam instituições e recursos de propriedade da família Acuña com o uso de recursos de governos regionais e de municípios. O APP, além disso, atrai dirigentes de movimentos regionais e partidos nacionais de pouco êxito para integrá-los à sua fileira de candidatos. Em compensação, para o Fujimorismo, dado que seus níveis de êxito provincial não são tão altos como os distritais, custa muito mais articular verticalmente não só aquelas regiões onde teve presença histórica (como Lima, Ica, Junín e Cajamarca), como também naquelas nas quais ganhou a presidência regional (San Martín e Pasco).

Finalmente, ambos os partidos (APP e FP), diferentemente das coalizões de independentes, têm um caráter de partido familiar que os une, com recursos e incentivos materiais (APP) ou apelações ideológicas (Fujimorismo) que lhes permitem se manter na disputa eleitoral e ser um projeto político de longo prazo. Portanto, é altamente provável que ambos continuem tendo um papel de protagonistas nos processos eleitorais seguintes e sejam fatores que diminuam a fragmentação do sistema político.

COMENTÁRIOS FINAIS

Este documento parte da premissa de que na última década e meia a fragmentação do sistema político peruano se acentuou, especialmente, pela desarticulação entre os atores, a dinâmica política e os resultados eleitorais que são produzidos em escala nacional (presidencial e parlamentar) com os que são produzidos em escala regional, provincial e distrital. Cada vez há uma menor participação e êxito dos partidos nacionais nos processos eleitorais subnacionais, e maior predomínio dos movimentos regionais. Mas a fragmentação não só é vertical como também horizontal, isto é, inúmeros movimentos regionais e locais disputam entre si os cargos de representação política.

No entanto, pudemos comprovar que, apesar da fragmentação descrita, existem dois partidos, o FP e o APP, que vieram desenvolvendo diferentes estratégias para se expandir e vincular a dinâmica eleitoral nacional com a subnacional. Nas recentes eleições presidenciais e parlamentares de 2016, são estes partidos os que obtiveram bons resultados, especialmente o FP. Em que consistem essas estratégias de construção partidária e como elas respondem à fragmentação do sistema político?

Segundo Batlle (2012), existem duas perspectivas para se analisar a disputa em sistemas políticos com diferentes níveis de concorrência (“sistemas de partido multinível”): a perspectiva horizontal e a vertical. Em relação à perspectiva horizontal, “[...] explora-se o modo como são distribuídos, no território, os apoios que os partidos recebem, relacionando-o com o conceito de nacionalização do sistema de partidos [...] segundo o qual, quanto mais próximo se encontrar o voto subnacional (de cada província, estado ou departamento) da votação que se registra na nação em sua totalidade, mais nacionalizado se encontrará o sistema de partidos [...]” (Batlle, 2012, p. 30). Por outro lado, da perspectiva vertical “explora-se o formato da disputa do sistema de partidos, mas já não mais de um só nível e sim tomando o sistema de partidos como um espaço constituído por diferentes níveis [...] observa-se então que à medida que o formato da disputa em um nível coincide ou não com o que ocorre em outro nível” (Batlle, 2012, p. 32).

Levando em conta essa perspectiva, podemos ensaiar uma possível explicação com relação à diferença nas estratégias do FP e do APP. Consideramos que o FP integra horizontalmente o sistema político peruano, concentrando-se em escala nacional (presidência e parlamento), onde obteve bons rendimentos: primeira votação presidencial e parlamentares em todas as regiões. Por outro lado, em nível subnacional, embora o FP tenha expandido suas candidaturas, não consegue ter êxito eleitoral de maneira “congruente”; isto é, naquelas regiões onde triunfou em 2014 (San Martín, Ica e Pasco), não conseguiu ganhar um número significativo de municípios provinciais. Apesar disso, nas recentes eleições presidenciais de 2016, o FP aumentou sua votação em quase todas as regiões e províncias. Para conseguir esse resultado, o FP recrutou como candidatos ao Congresso personalidades com expressão local e regional.

Outra perspectiva que ajuda a entender as diferenças de estratégia de construção partidária é prestar atenção às campanhas eleitorais do FP e do APP. A esse respeito, Taylor Boas (2016) mostra que as campanhas eleitorais na América Latina tenderam a gerar modelos nacionais próprios, em contraposição às teorias que afirmam que as campanhas tendem a convergir transnacionalmente. Boas constrói uma teoria alternativa, que denomina “êxito por contágio” (“*success contagion*”), na qual uma exitosa campanha eleitoral, somada a um posterior governo com amplo respaldo popular, é imitada por outros partidos ou candidatos. Esse seria o caso do Brasil e do Chile.

No Peru, o autor afirma que o “êxito por contágio” não acontece devido ao fato de que os governos precedentes terminaram seus períodos deslegitimados pela opinião pública e com baixos índices de aprovação cidadã. Por isso, os políticos evitam utilizar as estratégias de campanhas seguidas pelos presidentes previamente eleitos. Boas assegura que as campanhas no Peru se baseiam no que ele denomina “reações orientadas para dentro” (“*inward oriented reactions*”). Isto é, o candidato ou partido em disputa avalia os erros cometidos em campanhas anteriores a partir dos quais realiza mudanças graduais ou totais. Nós acreditamos, além disso, que as campanhas eleitorais estão ligadas a processos de construção

partidária, motivo pelo qual ajudam a entender por que o FP e o APP optaram pelas estratégias descritas nas seções anteriores.

No caso do FP, a partir da consolidação de Keiko Fujimori como líder, ocorreram duas mudanças em suas campanhas eleitorais, produto de aprendizagem com erros anteriores. Em primeiro lugar, Keiko não seguiu completamente a estratégia de campanha de seu pai, na qual, para cada eleição, fosse geral ou subnacional, criava um novo veículo político pessoal com diferentes nomes e pessoas. Essa falta de partido, num contexto de crise de legitimidade política, no final de 2000, facilitou a derrubada do governo de Alberto Fujimori. Aprendendo com esses erros, Keiko, desde 2010, desenvolve esforços sustentados para construir uma organização político-partidária de alcance nacional. É assim que, de 2010 até hoje, o “novo” Fujimorismo decide postular com um mesmo nome nos comícios de nível subnacional consolidando organização, militância e independentes com o objetivo de tentar ganhar as eleições presidenciais.

Em segundo lugar, depois de sua derrota em 2011, Keiko conclui que deveria “renovar” o Fujimorismo, pois foi duramente criticada por estar muito próxima de personagens históricos fujimoristas que estiveram com Alberto nos anos 90. Diante disso, decide tirar da palestra pública tais históricos “albertistas”, colocando em seu lugar políticos locais e independentes alheios ao partido. Por isso, não é de surpreender que, de sua lista parlamentar, 33,57% sejam novos em política e 25% tenham experiência política em organizações não fujimoristas. A isso é preciso acrescentar que, de sua bancada parlamentar atual de 73 congressistas, 37 (50,68%) não tiveram vínculos anteriores com o Fujimorismo (20 sem experiência política e 17 com experiência em outras organizações políticas).

Por outro lado, no caso do APP, é a partir dos resultados das eleições gerais de 2006 que se percebe uma mudança substancial na estratégia de construção partidária. Embora o APP tenha lançado candidatos nas eleições subnacionais de 2002 em algumas províncias e distritos da costa norte (e em muito menor medida em outras regiões do país), seu líder, César Acuña, decide se candidatar, sem sucesso, como congressista e vice-presidente nas eleições gerais de 2006. É a partir desse “erro” de se candidatar em tais eleições gerais que Acuña decide mudar de estratégia e priorizar a participação nas eleições subnacionais. Por isso, como demonstramos anteriormente, é a partir de 2006 que a expansão de candidaturas do APP pelas diferentes regiões do país começa a ganhar força. Devido ao êxito eleitoral que o APP teve em 2006 na costa norte e, sobretudo, Acuña, ao ser eleito e reeleito como prefeito provincial de Trujillo e como governador regional de La Libertad, tal estratégia se mantém e se consolida em 2010 e 2014 com resultados cada vez melhores, tal qual vimos. É somente em 2016 que César Acuña se sente pronto para tentar concorrer novamente às eleições presidenciais.

Finalmente, ainda está por se ver se esses esforços de construção partidária significam uma melhora da democracia peruana. Esse é um processo em curso e precisa de tempo para amadurecer e se desenvolver. No entanto, surgem dúvidas quando observamos a estrutura de poder dessas organizações, onde se tem uma alta dependência do partido de decisões de líderes personalistas, rodeados de pequenos grupos de parentes e incondicionais, assim como no que se refere às práticas de clientelismo, e indícios de possíveis infiltrações de recursos “ilegais” nessas organizações.

BIBLIOGRAFIA

- BARRENECHEA, Rodrigo. *Becas, Bases y Votos. Alianza para el Progreso y la Política Subnacional en el Perú*. Lima, IEP, 2014.
- BATLLE, Margarita. *Sistemas de Partidos Multinivel en Contextos Unitarios en América Latina: Los Casos de Ecuador, Perú, Bolivia y Colombia (1978-2011)*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca, 2012.
- BOAS, Taylor. *Presidential Campaigns in Latin America Electoral Strategies and Success Contagion*. New York, Cambridge University Press, 2016.
- DOSĚK, Tomás; FREIDENBERG, Flavia. "La Congruencia de los Partidos y los Sistemas de Partidos Multinivel en América Latina: Conceptualización y Evaluación de Algunas Herramientas de Medición", in *Politai. Revista de Ciencia Política*, año 4, n. 7, 2013, pp. 161-78.
- JURADO NACIONAL DE ELECCIONES Infogob. Observatorio para la Gobernabilidad, 2015. Disponible em: <http://www.infogob.com.pe/Default.aspx>.
- MELÉNDEZ, Carlos; PACHÓN, Cristina "Mi Primer Millón. César Acuña, el Nuevo Rico de la Política Peruana", in Carlos Meléndez (ed.). *Anti-Candidatos. El Thriller Político de las Elecciones 2016*. Lima, Planeta, 2016, pp. 43-60.
- MURAKAMI, Yusuke; BARRENECHEA, Rodrigo. "Fuerzas y Límites del 'Fujimorismo Sin (Alberto) Fujimori'", in Carlos Meléndez. *Anti-Candidatos: Guía Analítica para Unas Elecciones Sin Partidos*. Lima, Mitin y 50+1, 2011, pp. 71-84.
- NAVARRO, Melissa. *La Organización Partidaria Fujimorista a 20 Años de Su Origen*. Tese de Licenciatura. PUCP, 2011.
- REVISTA PODER. "Acuña Mete la Uña. El Alcalde de Trujillo Consolida un Modelo de Corrupción Municipal", in *Revista Poder*, 2012, pp. 30-9.
- SOSA, Paolo. "¿El Despertar de la Fuerza Popular? Keiko Fujimori y el Partido de las Paradojas", in Carlos Meléndez (ed.). *Anti-Candidatos. El Thriller Político de las Elecciones 2016*. Lima, Planeta, 2016, pp. 15-42.
- SUÁREZ-CAO, Julieta; FREIDENBERG, Flavia. "Sistemas de Partidos Multinivel y Calidad de Democracia: Una Tipología de Sistemas de Partidos", in *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Buenos Aires, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.
- TANAKA, Martín; GUIBERT, Yamilé. "Entre la Evaporación de los Partidos y la Debilidad de los Movimientos Regionales. Una Mirada a las Elecciones Regionales y Municipales Desde las Provincias, 2002-2006-2010", in Omar Coronel; Ana María Rodríguez (eds.). *El Nuevo Poder en las Regiones: Análisis de las Elecciones Regionales y Provinciales 2010*. Lima, Perú Debate, 2011.
- URRUTIA, Andrea. "Que la Fuerza (2011) Esté con Keiko: El Nuevo Baile del Fujimorismo. El Fujimorismo, Su Organización y Sus Estrategias de Campaña", in Carlos Meléndez. *Post-Candidatos: Guía de Supervivencia Hasta las Próximas Elecciones*. Lima, Mitin y 50+1, 2011, pp. 91-120.



Globalização, América Latina e os desafios para a democracia

Angelina Peralva

resumo

A aceleração da globalização implodiu as condições institucionais-legais sobre as quais se assentou a experiência democrática moderna. Multiplicaram-se em níveis exponenciais as práticas de contornamento da lei, ampliando-se ao mesmo tempo o leque dos envolvidos nessas transgressões legais. Agentes da chamada “globalização por baixo” alinham-se ao lado de grandes forças econômicas, não raro com a conivência dos próprios Estados, em um vasto movimento circular – frequentemente ilegal e planetário – envolvendo seres humanos e mercadorias. Formas extremas de violência estatal e não estatal subsistem nesse novo contexto, sem que isso necessite qualquer tipo de controle autoritário direto sobre o sistema político, ao mesmo tempo em que se desfazem as condições da representação partidária construídas ao longo do século XX.

Palavras-chave: globalização; América Latina; mobilidade; ilegalismos; desenvolvimento democrático.

abstract

The accelerated process of globalization shattered the institutional and legal conditions on which modern democratic experience was based. Practices of bypassing the law have grown exponentially as well as the number of people involved in law violations. Agents of the so-called «grassroots globalization», aligned with big economic corporations and often with the connivance of the States, are part of a wide circular movement involving human beings and goods. Such a movement is often illegal and worldwide. However, it benefits from the implicit agreement of several governments. Extreme forms of state and non-state violence persist in this context, which do not necessarily imply strict control of the political system. At the same time the conditions for the existence of political parties and political representation built in the 20th century are watered down.

Keywords: globalization; Latin America; mobility; illegality; democratic development.

Ao anunciar o fim da história em um artigo de 1989, Francis Fukuyama estava em verdade sinalizando o fim do fim da Guerra Fria e a generalização da democracia liberal como paradigma de organização da vida em sociedade. Não que a democracia fosse, dizia ele, um regime perfeito; mas o esgotamento tendencial dos totalitarismos e de autoritarismos das mais diversas espécies sugeria que nada melhor se havia até ali inventado e nada melhor se poderia inventar no futuro. O artigo e o livro que dele derivou (1992) suscitaram intensos debates. Quase 30 anos mais tarde, no entanto, se o caráter paradigmático da democracia liberal não foi desmentido, tampouco se pode dizer que a democracia vai bem.

A aceleração da globalização implodiu as condições institucionais-legais sobre as quais se assentou a experiência democrática moderna. Multiplicaram-se em níveis exponenciais as práticas de contornamento da lei, ampliando-se ao mesmo tempo o leque dos envolvidos nessas transgressões legais. Agentes da chamada “globalização por baixo” alinham-se ao lado de grandes forças econômicas, não raro com a conivência dos próprios Estados, em um vasto movimento circular – frequentemente ilegal e planetário – envolvendo seres humanos e mercadorias. Formas extremas de violência estatal e não estatal subsistem nesse novo contexto, sem que isso necessite

qualquer tipo de controle autoritário direto sobre o sistema político, ao mesmo tempo em que se desfazem as condições da representação partidária construídas ao longo do século XX.

Tal como a conhecemos até um período recente, a democracia resultou de um longo processo histórico no qual se articularam uma administração estatal, enquadrada por princípios legais enunciados através de um sistema político de representação; uma coletividade humana definida como “nação” através da construção imaginária/imaginada de uma história, de uma língua e de uma cultura comuns; e uma economia nacional que implicava coordenação de diversos atores e uma arbitragem de conflitos. Tudo isso tendo por corolário a emergência de sucessivas gerações de direitos e por referência perímetros territoriais circunscritos. A democracia tem fronteiras.

Sobre esse modelo, sumariamente descrito, o impacto da globalização mede-se no mínimo através de três registros. Primeiro, pela alteração profunda da nossa experiência do espaço com o crescimento exponencial das relações a distância – ou, mais ainda, das relações de presença conectada, comparativamente às relações em situação de copresença direta; e com a intensificação ao mesmo tempo da mobilidade humana, da mobi-

ANGELINA PERALVA é socióloga, ex-professora da USP, professora emérita da Universidade de Toulouse e autora de, entre outros, *Illegalismos na Globalização* (EDUFRJ).

lidade dos objetos e mercadorias e da circulação de significados, imagens e referências culturais. Segundo, pela desconexão entre economia e territórios, através da intensificação da mobilidade do capital financeiro, industrial, comercial e de serviços e a substituição das economias predominantemente nacionais do passado (nacionais, mesmo quando dependentes, como no caso da América Latina) por economias transterritoriais, em rede. Terceiro, pela desconexão entre populações, culturas e territórios, que multiplicou os fenômenos de hibridação cultural e alterou as paisagens humanas a partir das quais foram construídas nossas representações dos povos, das nações, das identidades nacionais e mesmo das áreas histórico-culturais¹.

Essa nova experiência do espaço definiu também a importância dinâmica das redes como forma das relações sociais, em contraposição às organizações, que forneceram o modelo clássico de funcionamento da vida em sociedade e, por extensão, o modelo clássico de funcionamento da democracia. Jacques Donzelot (1984) aponta, na França do fim do século XIX, a relação estreita entre um pensamento sociológico nascente, de corte funcionalista, e a invenção das instituições e do imaginário que fizeram da república um horizonte político plausível, ao mesmo tempo em que o voto operário – enfim possível – tornava-se um indicador da incorporação do mundo popular à democracia. A noção de integração social, central no pensamento funcionalista, subsiste até hoje no imaginário político francês. A noção de solidariedade – através da qual Durkheim pensa a complementaridade, necessariamente hierarquizada, mas indissociável, das funções sociais no quadro da divisão do trabalho (1902) – é uma categoria central do debate político da época. O papel das instituições como operadoras da integração social, ou ainda a ideia de “serviço público” como elemento de legitimação da ação social do Estado – todas essas referências constroem-se, simultaneamente, como categorias da

análise sociológica e de um debate político de construção da democracia.

Considerar a democracia como expressão política direta de uma sociedade integrada não é um ponto de vista puramente francês ou durkheimiano – vamos encontrá-lo com variantes e talvez mesmo sob uma forma mais dura, por exemplo, nos Estados Unidos, pela voz de Talcott Parsons. Esse ponto de vista constituiu, ao longo do século XX, um modelo de alcance mais geral, naturalmente imperfeito e diverso nas suas aplicações práticas, das condições de funcionamento de uma sociedade democrática. Tal modelo presidiu à conquista progressiva de direitos trabalhistas e sociais, ou ainda à ampliação do acesso a uma escolaridade longa para categorias desfavorecidas a partir do segundo pós-guerra. Seu processo de decomposição, no entanto, torna-se cada vez mais visível no último terço do século XX. Seria impossível recensar, nos limites deste artigo, os múltiplos sinais dessa decomposição. Vale talvez simplesmente lembrar um livro, o de Daniel Bell (1978), que cedo assinala como, nos Estados Unidos, a contracultura dos anos 50, a contestação estudantil dos anos 60, que pede o fim da Guerra do Vietnã, e a luta pelos direitos civis dos negros americanos implodiram o consenso ideológico em torno da moral protestante, que até ali havia justificado a imagem da sociedade americana como uma sociedade integrada.

O mundo que emerge nesse último terço do século XX é, conforme o termo de Manuel Castells (1999), uma “sociedade em rede”. As aspas são minhas e vêm indicar o caráter antinômico das duas expressões. A noção de sociedade, tal como forjada pela sociologia, refere-se a um tipo particular de organização social, com fronteiras delimitadas, uma distribuição interna de funções e papéis e um padrão de funcionamento hierarquizado. A noção de rede, ao contrário, refere-se a um padrão de relações sociais horizontal, aberto, sem limites pré-fixados e desprovido de princípios hierárquicos. Embora a noção de rede date dos anos 50, e não seja, portanto, tão recente, foi a globalização que tornou a forma rede o padrão típico ideal das relações sociais. Sobre isso, uma observação de Ulf Hannerz (1980, p. 223) merece comentário. Perguntando-se qual a utilidade da noção de rede, ele responde que ela “é útil quando nos interessamos pelos indivíduos e pelo uso que fazem de seus

1 As questões discutidas neste artigo estão em grande parte pautadas nos resultados de um programa franco-brasileiro de cooperação codirigido com Vera da Silva Telles e parcialmente publicados em Peralva e Telles (orgs.), 2015.

papéis, e não pelos papéis e pela maneira como formatam os indivíduos; quando nos interessamos por práticas que contornam os limites institucionais ou que os atravessam, e não por práticas que confirmam esses limites”. Inversão radical, portanto, da representação de uma sociedade integrada onde cabe aos indivíduos adequar-se a seus papéis; interesse, ao contrário, pela maneira pela qual eles atravessam fronteiras institucionais e fazem um uso estratégico dos papéis que desempenham.

Toda a problemática da globalização e de suas relações com a democracia está posta nessa formulação. Herdamos do antigo modelo um quadro institucional-legal que já não mais funciona como perímetro e limite das práticas sociais, que se autonomizam em relação a ele e o atravessam, embora também mantendo sua referência a ele. Um jogo que se joga simultaneamente dentro e fora, e que dá origem nas ciências sociais a um vocabulário novo, as expressões em “trans” – transnacional, translocal, etc. Jogo marcado por uma ambivalência que altera radicalmente as condições de funcionamento das sociedades democráticas.

MOBILIDADE ECONÔMICA E ECONOMIA EM REDE

Tendo por referência a noção de “cadeias de valor global” (*global commodity chains*), Gary Gereffi (1999) analisa o modo operatório das redes mundiais que abastecem o mercado americano da confecção. A “cadeia” (categoria econômica análoga à de “rede”) remete, no caso, ao conjunto de atividades relativas ao *design*, à fabricação e à comercialização de um produto. Uma distinção fundamental, explica Gereffi, é a que opõe cadeias dirigidas pelo produtor e cadeias dirigidas pelo comprador – *producer driven* e *buyer driven commodity chains*. Ambas são indústrias globais, no sentido de que necessitam da integração funcional e da coordenação de atividades internacionalmente dispersas. Mas, nas primeiras, grandes indústrias de escopo transnacional desempenham um papel central na coordenação das redes de produção – tal é a característica das indústrias capital-intensivas e de alta tecnologia.

A indústria da confecção corresponde ao segundo tipo de cadeia, onde marcas e grandes re-

vendedores do comércio varejista desempenham um papel central na criação de redes descentralizadas de produção em um sem-número de países, geralmente do Terceiro Mundo. Esse padrão de industrialização comandada pelo comércio tornou-se comum em setores com alta capacidade de absorção de mão de obra, como a confecção, a fabricação de calçados, brinquedos, artigos de uso doméstico, alguns produtos eletrônicos e dezenas de outros produtos manufaturados. As mercadorias, nesse caso, obedecem às especificações de quem as comercializa. Desse modo, nos países avançados, observa-se nesses setores um deslocamento do eixo de gravitação econômica da indústria para o comércio, com uma concentração correlativa de alguns grandes grupos e marcas. Estes repartem entre si um mercado segmentado e estratificado segundo o poder de compra do consumidor final, induzindo também a uma especialização das redes de produtores/fornecedores.

O exemplo da indústria da confecção como cadeia de valor global *buyer driven*, analisado por Gereffi, é interessante não apenas porque mostra como se reconfiguram importantes dinâmicas econômicas, mas também pelas consequências paradoxais que essa reconfiguração acarreta – e que ele não analisa – do ponto de vista da estrutura de oportunidades de inserção econômica e das condições de mobilização do trabalho no setor. Uma literatura abundante registra e descreve os efeitos positivos da globalização no que se refere à criação de oportunidades de inserção econômica, ali onde essas oportunidades eram antes inexistentes. Mas esse fenômeno se acompanha de condições de forte precarização do trabalho, efetua-se conforme um modelo pós-salarial e implica, frequentemente, a destruição de empregos industriais que essa estrutura de oportunidades pós-salarial vem substituir². Mais do que isso, num contexto de

2 Em espaços tradicionais da confecção paulistana, como a Rua José Paulino ou o Brás, é comum ver-se nas vitrines das lojas pequenos cartazes pedindo não costureiras, mas oficinas de costura. Carlos Freire (2008) mostra que a queda dos níveis de emprego na indústria da confecção não corresponde – ao contrário – a uma redução da escala de valor gerado no setor. São as formas de produção que mudam, deslocando-se das fábricas para as oficinas de fundo de quintal da periferia. Para um balanço mais geral sobre a situação no Brasil e a nova industrialização do Nordeste brasileiro, ver, por exemplo, Jacob Lima (2015).

intensificação geral da mobilidade, essas oportunidades de trabalho não são preenchidas apenas por populações localmente instaladas. A globalização gerou um proletariado em movimento, dotado de uma cultura do “empreendedorismo”, capaz de aceitar condições de precarização e ausência de direitos em troca do engajamento na mobilidade geográfica e social como “aventura” globalizada. Tal é o caso das migrações de bolivianos que têm por destino oficinas de fundo de quintal da região metropolitana de São Paulo e que contribuem ativamente para o sucesso da nova indústria da confecção paulista. Um curioso debate opõe a qualificação de trabalho análogo ao do escravo para descrever as condições de vida dessas populações e o ponto de vista dos interessados, que frequentemente recusam tal definição. A amplitude desse fenômeno, que não diz respeito apenas à indústria da confecção³, teve um enorme impacto conceitual sobre os estudos migratórios, pautados, desde meados dos anos 80, por problemáticas orientadas para o tema da mobilidade e das iniciativas translocais e transnacionais dos migrantes.

Do ponto de vista de uma discussão sobre a democracia, várias observações merecem registro. Se a implosão dos direitos sociais é inerente à precarização do trabalho, característica da globalização, em contrapartida a capacidade de iniciativa dos pobres cresce consideravelmente nesse novo contexto. A tal ponto que todo um campo das ciências sociais atento aos fenômenos migratórios convergiu para a ideia da existência de uma globalização “por baixo” (Portes, 1977 e 1999; Tarrus, 2002; Ribeiro, 2006 e 2007)⁴. Ora, a democracia não é apenas um quadro institucional garantidor de um

3 Sobre as migrações bolivianas na confecção paulista, ver Souchaud e Baeninger (2009). A articulação entre trabalho assalariado precário e “novo empreendedorismo”, por exemplo, na área do desenvolvimento agrícola, é particularmente bem desenvolvida em um estudo de Leonardo de la Torre Avila (2006) sobre migrantes de um vilarejo boliviano empregados na construção civil nos Estados Unidos. Sobre migrantes brasileiros empregados na construção civil na França e essa dupla lógica de articulação entre trabalho assalariado precário e empreendedorismo, ver também Luciano Rodrigues Costa (2015). Os serviços à pessoa e às empresas ou, ainda, o trabalho no meio rural são igualmente concernidos.

4 Para um balanço dessa discussão e dos limites da noção de globalização “por baixo”, ver também Peralva (2015).

Reprodução



conjunto de direitos fundamentais; ela é também uma experiência de igualdade e liberdade e, na leitura de Tocqueville, uma dinâmica social de corte igualitário que pode preceder as mudanças no sistema político. O acesso à mobilidade para os pobres, antes, por definição, sedentários e condenados a sofrer passivamente os efeitos negativos da mobilidade do capital, é, sem dúvida, uma das dimensões mais interessantes de uma experiência igualitária tornada possível pela globalização. O mesmo pode ser dito do impacto dessa mobilidade sobre a geração de dinâmicas de desenvolvimento nos territórios de origem dos migrantes, observadas em múltiplos estudos – além dos já referidos (Torre Avila, 2006; Rodrigues Costa, 2015), há que citar, a simples título de exemplo, o estudo de David Kyle (2003) sobre a migração dos otavals equatorianos.

A mobilidade como recurso produtivo e vetor da criação de riquezas não afeta apenas os seres humanos. Ela incide também sobre a circulação de mercadorias, acelerada desde os anos 90 pela criação da OMC, amplificando fenômenos migratórios que se constroem em torno das atividades de importação-exportação⁵. Essa redefinição da estrutura de oportunidades econômicas é, no entanto, fonte de múltiplos ilegalismos. A ampla abertura de fronteiras, preconizada pela OMC, debilitou a soberania territorial dos Estados e facilitou o crescimento não apenas do comércio legal, mas também de múltiplas transações ilegais em escala internacional e/ou local. Pirataria, contrabando (Pinheiro-Machado, 2015) ou tráfico internacional de drogas são aspectos significativos desse comércio, que suspende os controles nas fronteiras (Peralva, 2015) e os substitui por uma repressão frequentemente selvagem no âmbito dos mercados locais⁶. Embora essa repressão se

faça acompanhar de retóricas guerreiras (combate às drogas, ao contrabando, à pirataria), a verdade é que o comércio mundial implica a articulação de múltiplos mercados, legais e ilegais; que os mercados ilegais são vetores (como as circulações migratórias) de dinâmicas de desenvolvimento; e que se observa paralelamente a transformação das instituições em mercados, graças a uma categoria específica de mercadorias que há vários anos Michel Misse vem designando através do termo “mercadorias políticas”⁷.

Tudo isso aponta para uma dissolução das instituições como espaço eficiente de definição das fronteiras entre o permitido e o proibido, e de explicitação de direitos e obrigações individuais. Aponta ao mesmo tempo para a transformação dessas mesmas instituições em mercados, objeto de transações que ora autorizam, ora impedem a conversão do proibido em permitido ou, ao menos, em tolerado. Do ponto de vista das condições de funcionamento da vida econômica, tal é hoje, em grande medida, o quadro ao qual são confrontados os Estados nacionais democráticos. Mas a economia não é o único problema.

ESTADOS-NAÇÕES, MINORIAS CULTURAIS E PAISAGENS DIASPÓRICAS

O início do século XX consolidou e generalizou os Estados-nações como padrão de administração das coletividades humanas e, por conseguinte, também das democracias. Neste último caso, tratava-se de articular igualdade dos cidadãos perante a lei, eleições representativas e uma unidade imaginada – histórica, cultural e linguística – constitutiva da nação (Anderson, 1996), ela própria fonte de legitimidade do Estado. O último terço do século XX caracterizou-se pela reformulação desse modelo com a emergência progressiva de minorias visíveis, dotadas ou não de personalidade jurídica particular, no interior de nações antes apenas referidas a um individualismo abstrato de corte legal. Esse fenômeno, que teve como ponto de partida debates na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos,

5 A geografia das migrações chinesas, estimulada pelas oportunidades econômicas de importação-exportação abertas pelo Estado chinês, é particularmente bem descrita nos estudos publicados sob a direção de Laurence Roulleau-Berger (2007). Ver também, sobre os circuitos comerciais dos artigos *made in China*, Pliez (2015), Guiheux (2015) e Pinheiro-Machado (2015); e, para o caso de São Paulo, Freire (2015) e Toledo Piza (2015).

6 Ver, notadamente, os artigos de Michel Kokoreff, Ricardo Vargas Meza, Jacqueline Sinhoretto, Fernanda de Almeida Gallo e Daniel Hirata, em Peralva e Telles (2015).

7 Ver, por exemplo, Misse (2007).

estendeu-se rapidamente ao resto do mundo, produzindo uma nova geração de reivindicações e direitos culturais, tematizados através do termo “multiculturalismo” (Peralva, 2010). A narrativa que fundou as nações modernas havia optado por silenciar a existência das minorias, em nome da construção de uma identidade nacional forte e consensual, pautada pelo esquecimento. O fim do século XX assistiu à implosão desse consenso: um dos elementos mais significativos do debate público, nesse plano, tem sido desde então a reivindicação de diferentes minorias de reconstruir uma narrativa nacional que não mais oculte as relações assimétricas que marcaram ao longo da história suas relações com os grupos majoritários.

Esse movimento produziu importantes efeitos na América Latina, na esteira da democratização dos anos 80 e 90. Teve como corolário a formação de um direito internacional dos povos autóctones cujo principal instrumento de referência é, ainda hoje, a Convenção 169 da OIT, promulgada em 1989. A evolução das instituições nacionais, no que se refere aos povos autóctones, acompanhou as orientações gerais da Convenção, embora cada Estado tenha mantido suas especificidades próprias. Especificidades que transitam entre dois tipos históricos polares: o da reiteração da unidade do Estado, da nação e do território (o Chile sendo provavelmente na América Latina sua encarnação mais perfeita); e o do pluralismo jurídico, que reconhece no interior do Estado a diversidade das fontes do direito (Rouland, 1996). A generalização do pluralismo jurídico, no entanto, introduz uma exigência nova, e com respostas nunca evidentes, do ponto de vista da articulação dessas fontes, conforme mostrou Rebecca Lemos Igreja (2010) para o caso mexicano.

A reconfiguração interna, nos anos 90, dos modelos de unidade nacional latino-americanos para abrir um espaço de reconhecimento dos povos autóctones ou originários implicou, em muitos casos, importantes mudanças constitucionais. A elas, a intensificação da mobilidade humana na globalização agregou um componente novo: o de uma dissociação pronunciada entre identidades, culturas e territórios. O acesso à mobilidade obtido por antigos povos colonizados

ou minorias nacionais na Ásia, na África e nas Américas diversificou as paisagens humanas em antigos Estados nacionais, que se tornaram Estados de destino para populações em movimento, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de comunicação e informação criavam e davam consistência a relações supranacionais ou diaspóricas, frequentemente fundadas em identidades infranacionais ou “étnicas” (Appadurai, 2001; Diminescu, 2005). Tanto mais, à medida que as redes étnicas tornaram-se um elemento fundamental da mobilização do trabalho na globalização (Sassen, 2001) e que os migrantes transportam suas culturas e as reterritorializam sob formas alteradas e complexas, em hibridação com aportes culturais locais⁸. Se o tema das identidades de fronteira (Odgers, 2001), pautado já há algum tempo pelas ciências sociais, constitui uma modalidade específica mas limitada dessa reconfiguração identitária, a generalização da mobilidade acentua esse processo, pondo em evidência formas infrapolíticas de existência coletiva que não se enquadram nos modelos institucionais da representação construídos até aqui.

AMÉRICA LATINA E O FIM DA DEMOCRACIA IMPERFEITA

Em 1990, um artigo de Francisco Weffort, “A América Errada”, vinha de certo modo responder ao otimismo triunfante do texto de Fukuyama publicado no ano anterior. Não obstante o avanço decidido da democracia no continente, os anos 80 haviam sido difíceis para a América Latina. Dívida externa, inflação, recuo do PIB constituíam o pano de fundo que fazia rimar democracia com “anomia”, “decadência” e “perda de lugar no mundo”. Weffort concedia, ao fim de seu texto, uma pequena nota otimista, registrando o “extraordinário crescimento da capacidade de organização da sociedade civil” e da “capacidade de pressão no rumo da participação”, das quais o Brasil aparecia como exemplo importante, embora certamente não único. A década

8 Tal é o caso das religiões em movimento analisadas por Peggy Levitt (2013).

seguinte foi menos dramática, permitindo uma retomada do crescimento econômico e o retorno do otimismo. Muitos problemas apontados no artigo não foram, no entanto, superados, embora o tempo e a maior clareza com que é possível considerar hoje o impacto da globalização sobre as democracias nacionais sugiram que se lance sobre eles um outro olhar.

Desde 1990, a publicação dos relatórios anuais do PNUD e a criação de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) oferecendo bases de comparação internacional mais seguras que as do passado vêm contribuindo para renovar o debate sobre a redução da pobreza. A discussão sobre o desenvolvimento deixou de pautar-se por indicadores puramente econômicos. O IDH permitiu uma melhor percepção das lógicas complexas e heterogêneas que marcam os processos de desenvolvimento, relativizando a importância dos níveis de renda e incorporando ao índice outros indicadores – inicialmente saúde (esperança de vida) e educação (alfabetização de adultos) –, inscrevendo-os também num tempo de evolução mais longo e menos dependente de conjunturas imediatas. Outros indicadores vieram agregar-se

posteriormente aos primeiros, como o indicador de desigualdade de renda, que produziu um IDH ajustado, ou o indicador de participação e igualdade de gênero, apontando para o caráter multifacetado e complexo do desenvolvimento humano e democrático.

Por outro lado, a oposição categórica entre economia informal e formal, que durante longo tempo dominou o debate sobre a modernização da América Latina, foi completamente reconsiderada com a constatação de um “retorno” da economia informal (ou da sua presença de fato e irreduzível) nos países de economia avançada (Portes, Castells & Benton, 1989; Peralva, 2015). A cultura do “empreendedorismo”, da qual Hernando de Soto (1987) foi um dos grandes arautos no continente, ignorou as fronteiras da economia institucionalizada, combinando formas legais, semilegais e ilegais de inserção no mundo do trabalho. Mais do que isso: foram criados e vêm-se aplicando desde algum tempo em muitos lugares, inclusive no Brasil, dispositivos institucionais simplificados de legalização de atividades econômicas informais que apontam para a criação de formas pós-salariais de inser-



Reprodução

ção econômica⁹, pretendendo reverter ao menos em parte a importância da economia informal no continente e fora dele.

Nesse contexto, as assimetrias clássicas que permitiram pensar o lugar da América Latina no mundo a partir das noções de dependência e desenvolvimento foram também duplamente alteradas. Mais além da integração geoeconômica “por cima”, por efeito de configurações regionais que ganharam impulso com o fim da Guerra Fria (União Europeia, Nafta etc.) e que avançaram também na América Latina através da fundação do Mercosul em 1991, a globalização – sob formas próprias e nem sempre inteiramente desejáveis – integrou mercados “por baixo”. O desenvolvimento da Região Nordeste, uma das mais pobres do Brasil, beneficiou-se particularmente dessa última modalidade de integração¹⁰. A formação do Brics como nova categoria da geopolítica mundial relativiza também a ideia de uma unidade latino-americana face ao resto do mundo; do mesmo modo, como a transversalidade das medidas do desenvolvimento humano operacionalizadas pelo PNUD, põe igualmente

em xeque, pelo menos em parte, essa unidade. A debilitação da representação de uma área cultural marcada pela sua unidade histórica é o contraponto do debilitamento da unidade territorial e política dos Estados nacionais.

Na América Latina, como em outros lugares, o problema é hoje provavelmente menos o da definição histórica do lugar do continente no mundo ou mesmo o do desenvolvimento e mais, como em outros lugares, um problema de reconstrução das instituições democráticas, notadamente um sistema de representação política debilitado pela globalização – diagnóstico que não é recente (Sorj, 2004; Cheresky, 2011). A distância entre a experiência social, as dinâmicas econômicas e o quadro institucional, para a qual tentamos chamar a atenção neste artigo, é um elemento fundamental das dificuldades atuais da democracia. As instituições, dizia John Stuart Mill (1990), são compromissos provisórios da vida democrática. Sua eficiência é, portanto, relativa a um certo estado das relações sociais, que a dinâmica social altera incessantemente. Periodicamente, torna-se imperativo reconstruí-las.

9 Ver Freire (2015) para o caso dos ambulantes de São Paulo.

10 Ver, por exemplo, Lima (2009).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, B. *L'Imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris, La Découverte, 1996 [1982].
- APPADURAI, A. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris, Payot, 2005 [1996].
- BELL, D. *Les contradictions culturelles du capitalisme*. Paris, PUF, 1979.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CHERESKY, I. (Comp.). *Ciudadania y Legitimidad Democrática en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO y Prometeo Libros, 2011.
- DIMINESCU, D. "Le migrant connecté: pour un manifeste épistémologique", in *Migrations/Société*, 17/102, 2005.
- DONZELOT, J. *L'Invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris, Fayard, 1984.
- DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. 2^a ed. Paris, Alcan, 1902 [1893].
- FREIRE, C. *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2008.
- FUKUYAMA, F. "The End of History?", in *The National Interest*, n. 116 (Summer), 1989.
- _____. *The End of History and The Last Man*. Nova York, The Free Press/Macmillan, Inc., 1992.
- GEREFFI, G. "International Trade and Industrial Upgrading in the Apparel Commodity Chain", in *Journal of International Economics*, 48, 1999, pp. 37-70.
- GUIHEUX, G. "Yiwu, China: Vilarejo Rural que se Tornou Praça Comercial Globalizada", in A. Peralva; V. S. Telles. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 215-38.
- HANNERZ, U. "A quoi servent les réseaux?", in *Explorer la ville*. Paris, Fayard, 1983.
- KYLE, D. *Transnational Peasants: Migrations, Networks and Ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore/Londres, The John Hopkins University Press, 2000.
- LEMOS IGREJA, R. "Droit indien et identité ethnique : les pratiques juridiques des migrants indiens à Mexico", in G. Ferreol ; A. Peralva. *Altérité, dynamiques sociales et démocratie*. Paris, LGDJ, 2010.
- LEVITT, P. "Les tribulations de la religion", in A. Caille ; S. Dufoix. *Le tournant global des sciences sociales*. Paris, La Découverte, 2013, pp. 155-85.
- LIMA, J. "Negócios da China: A Nova Industrialização do Nordeste", in *Novos Estudos*, v. 49. São Paulo, Cebrap, 1997, pp. 141-58.
- _____. "Mobilidade do Capital e do Trabalho: Redes, Espacialidades e Precariedades na Indústria do Vestuário", in A. Peralva; V. S. Telles. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 156-70.
- MILL, J.S. *De la liberté*. Paris, Gallimard, 1990 [1859].
- MISSE, M. "Mercados Ilegais, Redes de Proteção e Organização Local do Crime no Rio de Janeiro", in *Estudos Avançados*, 61. São Paulo, IEA-USP, 2007, pp. 139-57.
- ODGERS, O. *Identités frontalières: immigrés mexicains aux Etats-Unis*. Paris, L'Harmattan, 2001.
- PERALVA, A. "Multiculturalisme", in A.-J. Arnaud (org.). *Dictionnaire de la globalisation*. Paris, LGDJ, 2010.

- _____. "Globalização por Baixo e Mercados Ilegais", in A. Peralva; V. S. Telles. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 441-65.
- PERALVA, A.; TELLES, V. S. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.
- PINHEIRO MACHADO, R. "'Pirataria' e 'Informalidade' na China e no Brasil: Aproximações e Tensões em suas Estratégias de Desenvolvimento", in *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 239-60.
- PLIEZ, O. "Renascimento das Rotas da Seda? Leitura Espacial de um Processo Global", in A. Peralva; V. S. Telles. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 201-14.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (eds.). *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1989.
- RODRIGUES COSTA, L. "A Construção da Precariedade: O Setor da Construção Civil no Brasil e na França", in A. Peralva; V. S. Telles. *Ilegalismos na Globalização: Migrações, Trabalho, Mercados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015, pp. 171-86.
- ROULAND, N. (org.). *Droit des minorités et peuples autochtones*. Paris, PUF, 1996.
- ROULLEAU-BERGER, L. (org.). *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*. Toulouse, PUM, 2007.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 2001 [1991].
- SORJ, B. *A Democracia Inesperada: Cidadania, Direitos Humanos e Desigualdade Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
- SOTO, H. *Economia Subterrânea: Uma Análise da Realidade Peruana*. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- SOUCHAUD, S. ; BAENINGER, R. "Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil", in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 25, n. 1, 2009, pp. 195-213.
- TORRE ÁVILA, L. DE LA. *No Llores, Prenda, Pronto Volveré: Migración, Movilidad Social, Herida Familiar y Desarrollo*. La Paz, PIEB, 2006.
- WEFFORT, F. "A América Errada: Notas sobre a Democracia e a Modernidade na América Latina em Crise", in *Lua Nova*, 21, set./1990, pp. 5-40.



**Democracia na América Latina:
mudanças e persistências**

Fernando Mayorga

resumo

Este ensaio indaga sobre a noção de “fim de ciclo” estabelecendo uma distinção entre “ciclo político” e “ciclo estatal”. No primeiro caso, manifesta-se uma mudança no mapa político da América Latina que mostra um sinal diferente à “guinada para a esquerda” que caracterizou os primeiros anos do século XXI. No segundo caso, a transformação é menos evidente e previsível, posto que os modelos de desenvolvimento e padrões de acumulação não serão desmantelados sem conflito social nem desestabilização política, tal como acontece na Argentina, no Brasil e na Venezuela. No caso da Bolívia, a análise se concentra no referendo realizado em fevereiro de 2016 e que culminou com a derrota do MAS, que pretendia uma reforma parcial da CPE para viabilizar a postulação de Evo Morales nas eleições de 2019. O resultado nas urnas colocou limites na capacidade hegemônica do MAS e afirmou a solidez da democracia.

Palavras-chave: fim de ciclo; democracia; ciclo político; referendo; ciclo estatal.

abstract

This essay questions the notion of “end of a cycle” by making a distinction between “political cycle” and “state cycle”. In the first case, a change is manifested in the political map of Latin America showing a different “left turn” that characterized the first years of the 21st century. In the second case, the transformation is less obvious and predictable, as development models and accumulation patterns will not be dismantled without social unrest or political instability, as it happens in Argentina, Brazil and Venezuela. In the case of Bolivia, analysis is focused on the referendum held in February, 2016; which led to the defeat of the MAS [Movement for Socialism], which sought a partial Constitutional reform to enable Evo Morales to run for president in 2019. The poll results set limits on the MAS hegemonic capacity, and affirmed the strength of democracy.

Keywords: *end of a cycle; democracy; political cycle; referendum; state cycle.*

Depois de 15 anos de predomínio de correntes progressistas ou de esquerda em vários países da região, a política entra – pelo menos essa é a tendência que se percebe – numa fase marcada pela incerteza a respeito da estabilidade e continuidade dos regimes denominados populistas e, também, pelo enigma com relação ao rumo das alternativas políticas que ostentam ou estimulam uma espécie de retorno às políticas neoliberais de outrora e cujo fracasso em alguns países deu origem, exatamente, à denominada “guinada à esquerda”, um movimento que, ao que parece, enfrenta-se com uma fase de estancamento eleitoral e/ou reversão programática. Nestas linhas, pretende-se refletir em torno da noção de “fim de ciclo” na política latino-americana prestando atenção, num parágrafo final, na situação da democracia no caso boliviano.

RUMO A UM FIM DE CICLO: POLÍTICO OU ESTATAL?

Desde o final de 2015, um tópico – transmutado em lema – inunda as análises sobre a democracia e se refere a um “fim de ciclo” na região.

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

As reflexões em torno desse tema adquiriram um notável predomínio no debate político e acadêmico latino-americano a partir de importantes acontecimentos suscitados em vários países da região. É evidente que se trata de um vocábulo carregado de conotações e, ao mesmo tempo, denota um caráter impreciso com relação a seu objeto de inteligência. Para tentar uma cabal compreensão dessa aparente confusão, propomos uma questão: estamos diante da culminação de um “ciclo político” ou diante dos prolegômenos de um novo “ciclo estatal” na América Latina?

A resposta preliminar acerca do que é que se conclui e o que é que se inaugura não pode ser senão ambivalente na medida em que “ciclo político” e “ciclo estatal” correspondem a diversos aspectos da realidade e implicam um *tempo* diferente. Isto é, a análise de seu desdobramento deve distinguir seu ritmo e sua intensidade. No primeiro caso, existem evidências de uma mudança no mapa político latino-americano nos últimos meses que mostra um sinal diferente – senão oposto – ao da “guinada à esquerda” que caracterizou a democracia durante a primeira década do século XXI. No segundo caso, a transformação é menos evidente e menos previsível, posto que os padrões de acumulação e/ou modelos de desenvolvimento

FERNANDO MAYORGA é professor da Universidad Mayor de San Simón (Bolívia), coordenador do Grupo de Trabalho Cidadania, Organizações Populares e Representação Política e autor de, entre outros, *Urnas y Democracia Directa* (OEP).

baseados numa renovada matriz “estadocêntrica”¹ – e que foram estimulados com variado sucesso pelos governos de esquerda ou progressistas – não serão desmontados sem que se desate uma intensa onda de conflito social e uma conseqüente instabilidade política. Contudo, existem sinais nítidos com relação à irradiação de uma tendência anties-tatista (ou, como costumam dizer seus detratores, “antipopulista”) com traços de restituição do neo-liberalismo – obviamente sob novas pautas –, posto que seu ponto de origem são as medidas econômicas assumidas pela Argentina e pelo Brasil, países de enorme influência na região.

Com relação a um esgotamento do “ciclo político” que remete à mencionada “guinada à esquerda” existem manifestações de variados signos. Essas diferenças têm a ver com as rotas dos governos progressistas no Brasil e na Argentina (Lula da Silva e Dilma Rousseff, Néstor e Cristina Kirchner), que não encararam profundas transformações político-institucionais em seus países, e com os caminhos percorridos pelos governos que promoveram “processos refundacionais” mediante assembleias constituintes, tal como aconteceu na Venezuela, na Bolívia e no Equador sob a liderança de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Não se deve afastar o fato da incidência do papel do sistema de partidos em cada caso, um tema que não abordamos neste texto por razões didáticas. A distinção no caráter das transformações políticas nos países mencionados não é um dado irrelevante para distinguir possíveis rupturas e continuidades no decurso do processo histórico, independentemente de que seja um “fim de ciclo” ou uma “mudança de época”. Por ora, o assunto é estabelecer e interpretar a seqüela de acontecimentos que dão sustentação para destacar que se trata da culminação de uma fase ou da inauguração de outra virada na história da América Latina.

No início dessas mutações se destaca a derrota do kirchnerismo na Argentina em fins de 2015 e a orientação das medidas econômicas adotadas pelo governo de Mauricio Macri, que ostenta um discurso antitético às políticas estatais vigentes na década anterior, precisamente

aquelas que privilegiaram a autonomia estatal com relação aos poderes fáticos e propugnaram inclusão social e integração regional. Depois se configurou a figura institucional de “governo dividido” na Venezuela como conseqüência da obtenção da maioria de cadeiras por parte da oposição nas eleições legislativas que, correlativamente, iniciou ações para estimular a convocatória para um referendo para a revocatória do mandato de Nicolás Maduro. Posteriormente, produziu-se a derrota de Evo Morales na Bolívia numa consulta cidadã dirigida a modificar um artigo da Constituição para habilitar sua postulação a outro mandato contínuo; quase paralelamente se manifestaram as dúvidas no Equador em torno da reforma constitucional para promover a reeleição indefinida ou a volta de Rafael Correa como candidato depois de um período presidencial. Finalmente, a suspensão de Dilma Rousseff no Brasil como parte de uma tentativa de destituição presidencial – obscura manobra legal carente de legitimidade –, que aponta, estrategicamente, para excluir Lula da Silva da cena política visando às próximas eleições.

A esse quadro se poderia adicionar a definição da disputa presidencial no Peru entre duas forças de centro-direita com a vitória de Pablo Kuczynski, que, no segundo turno, teve apoio da esquerda. Da mesma forma, a baixa popularidade de Michelle Bachelet junto à inércia dos partidos da coalizão de governo frente às demandas cidadãs, entre as quais sobressai a reforma do sistema político e do Estado chileno mediante uma assembleia constituinte. Em suma, trata-se de um quadro complexo, que coloca em evidência o enfraquecimento de vários governos incluídos na definição genérica de “guinada à esquerda”, vinculada, precisamente, a um “ciclo político” que estaria em fase terminal ou em processo de conversão em termos ideológicos.

DIVERSAS ORIENTAÇÕES, DISTINTOS CENÁRIOS

O decurso da conjuntura política é incerto, exceto – por ora – no caso argentino. Desencadeia menos dúvidas no Equador e na Bolívia, posto que os partidos de governo – em que pese

¹ Ver, a respeito, Cavarozzi (1996) e Garretón (1995).

enfrentarem as próximas eleições presidenciais sem a presença de seus líderes – dispõem de uma base eleitoral sólida e enfrentam forças opositoras frágeis e dispersas; em todo caso, o processo político se elucidará nas urnas e sem nuvens escuras no horizonte. O panorama é mais complexo no Brasil e na Venezuela, uma vez que neles predomina uma cena de intensa polarização política e social em torno de esquemas institucionais que são motivo de intenso debate legal e mobilização nas ruas: julgamento para a destituição presidencial no Brasil e referendo para a revocatória de mandato na Venezuela. Isto é, apartados da arena institucional, as ruas e os meios de comunicação – com uma cada vez maior influência das redes sociais digitais – são espaços de disputa que podem incidir no processo decisório político. Em ambos os casos, o tempo é um recurso escasso para os atores políticos relevantes e coloca um enorme sinal de interrogação no desenlace dos acontecimentos, posto que a polarização se acentua e diminuem as possibilidades de entendimento entre as forças oficiais e as opositoras.

É preciso ressaltar que a noção de “guinada à esquerda” colocou a caracterização dos processos políticos – e dos governos desse início ou de matiz progressista – num eixo de contrastes ideológicos – direita e esquerda – que resultava equivocado por seu caráter reducionista. Essa antinomia ideológica era imprecisa e tal ambiguidade obnubilou um traço central da realidade latino-americana: a coexistência na região de diversas “orientações políticas”, as quais foram definidas por Fernando Calderón (2012, pp. 183-4) como modernização conservadora, reformismo prático, modelo nacional-popular e neodesenvolvimentismo indigenista. Essa taxonomia resulta útil para avaliar a complexidade política regional e distinguir a especificidade das realidades nacionais a partir de suas articulações e predomínios circunstanciais. Tais orientações se referem a inclinações ou tendências de caráter geral que se combinam de diversas maneiras em cada país de acordo com os traços da conjuntura crítica e da trajetória histórica nacional. Agora, desde o início do século XXI, produziu-se um notável incremento de governos adversos ao neoliberalismo (uma orientação afim à moder-

nização conservadora) e propensos a um papel de maior protagonismo do Estado e, conseqüentemente, da política. A reprodução de projetos de reformismo prático no Uruguai, no Brasil e no Chile (apesar do interregno de Pyñera), o avanço de projetos fincados na tradição nacional-popular na Venezuela, no Equador e na Argentina (também na Bolívia), ou os indícios de neoliberalismo com componentes indígenas na Bolívia (e, em menor medida, no Equador) foram os sinais evidentes do início de um novo “ciclo estatal” na região. Um ciclo que se caracterizava pelo retorno do protagonismo do Estado e do estabelecimento de novas relações entre política, economia e sociedade. Essa matriz sociopolítica teve expressões econômicas de tipo heterodoxo em sua aplicação, sobretudo em matéria macroeconômica e em projetos de industrialização, e suas políticas de caráter (re)distributivo foram eficazes na redução das desigualdades socioeconômicas. De maneira paralela, e com ênfase variada, produziram-se processos de inclusão política e social e renovação de elites políticas sem atentar contra a democracia; ao contrário, expandiu-se o rito eleitoral e a eficácia do voto cidadão se ampliou.

Com relação ao modelo de desenvolvimento, existe uma postura crítica aos governos, que corresponderia ao “ciclo político” vinculado à “guinada à esquerda”. Essa crítica aponta a noção de “extrativismo progressista” para destacar que as políticas pós-neoliberais redistributivas não modificaram a matriz produtiva de um modo substantivo (Gudynas, 2010). Não obstante, tal questionamento desdenha um fato decisivo que tem relação com a potencialidade da capacidade de autonomia do Estado com relação às dinâmicas da globalização e aos poderes econômicos fáticos. Agora, a persistência de um padrão de acumulação com maior ou menor centralidade estatal, assim como as pautas de redistribuição do excedente econômico com orientação popular, depende, em grande medida, do grau de força dos grupos de poder econômico – nacionais e estrangeiros. O retorno das elites econômicas a esferas de decisão política – ou sua influência no manejo governamental – pode incentivar o predomínio de uma orientação política propensa ao mercado e reticente à intervenção estatal. Essa

orientação política conservadora – com sinais de restauração – já se pôs em marcha de maneira evidente na Argentina, com as políticas adotadas por Mauricio Macri. Aspecto similar têm as primeiras medidas econômicas ditadas pelo governo interino brasileiro presidido por Michel Temer. A crise econômica é um elemento que atua como pano de fundo na disputa política no Brasil e na Venezuela, proporcionando razões a favor de posições liberais na economia, adereçadas com críticas à corrupção governamental. Esse panorama aparece de maneira quase invertida nos casos do Equador e da Bolívia, onde vários segmentos dos grupos de poder econômico optaram por se adaptar aos projetos governamentais renunciando à disputa política. Contudo, é possível apontar que a região assiste a um momento de inflexão cuja definição é incerta e seu desenlace nacional será dessemelhante, assim como foram heterogêneos os esquemas políticos e modelos econômicos vigentes nos últimos 15 anos.

Assim, a partir dessas considerações, é possível relativizar o pertencimento da noção de “fim de ciclo” como afirmação de um fato consumado, seja em sua cara política ou em sua faceta estatal. O que resulta evidente, exceto no caso argentino – embora o desgaste da imagem de Mauricio Macri na primeira parte de sua gestão governamental demonstre que a implementação de seu programa teve e terá custos políticos negativos –, é o risco de uma escalada da conflituosidade política e social no Brasil e na Venezuela, assim como a multiplicação dos problemas derivados da rotinização do carisma das lideranças de Rafael Correa e Evo Morales, no Equador e na Bolívia. Essa variedade de rotas coloca em evidência a complexidade da articulação – ou briga – entre diferentes “orientações políticas” nos países da região. Portanto, à margem de sua caracterização como “fim de ciclo”, a América Latina vive uma conjuntura crítica que expressa – de maneira condensada – a dinâmica transformadora intrínseca à política democrática (Cheresky, 2015). Uma política democrática que, nos últimos 15 anos, ampliou a participação cidadã e o sistema de direitos, assim como permitiu a execução de políticas (re)distributivas após a cristalização de seus valores convencionais de liberdade e igualdade. Do mesmo modo, colocou

em evidência a persistência de padrões clientelistas na relação entre o Estado e a sociedade, a reprodução de lideranças carismáticas em substituição de alicerces institucionais e o atraso na construção de um Estado democrático de direito, tarefa pendente e desafio permanente.

Nesse sentido, diante da eventualidade de uma “guinada à direita”, isto é, de uma orientação política com tendência à modernização conservadora – com pretensões de restauração neoliberal –, é dado supor que os governos desse tipo se enfrentarão com sociedades que têm características muito diferentes das que se apresentavam nos anos da transição democrática ou no período de ajuste estrutural do ciclo neoliberal. Esse elemento é crucial para avaliar essa conjuntura crítica cujo desenlace pode marcar, também, o início de uma etapa de instabilidade política e agudo aumento dos conflitos sociais na região.

A DERROTA DE EVO MORALES NA BOLÍVIA E OS DESAFIOS DO MAS

Em que medida esse novo panorama político regional afeta o curso do “processo de mudança” impulsionado pelo Movimento para o Socialismo (MAS) sob a liderança de Evo Morales, já faz uma década? Mais ainda se o MAS enfrenta uma situação de incerteza depois do referendo constitucional realizado em fevereiro de 2016, que culminou com a derrota do oficialismo. A seguir, avalia-se esse fato eleitoral e sua incidência no cenário político. Essa consulta aos cidadãos foi convocada com a intenção de modificar um artigo constitucional para permitir uma nova postulação de Evo Morales em 2019, uma vez que a reeleição contínua se limitava a uma nova rodada². A opção pelo Não obteve 51,3% frente ao Sim, que alcançou 48,7%. A equilibrada distribuição da votação mostra um quadro de

2 Evo Morales venceu com maioria absoluta em três eleições consecutivas: 2005, 2009 e 2014. Em 2009 foi aprovado um novo texto constitucional que estabelece a reeleição contínua por uma única vez e, por essa razão, o MAS impulsionou uma reforma do artigo 168 com a intenção de avaliar a participação do binômio Evo Morales Ayma-Álvaro García Linaera como candidatos nas eleições gerais de 2019.

perdedores e ganhadores relativos, o que não minimiza a derrota do plano oficialista de reeleição do binômio presidencial nem exagera a vitória dos adversários do MAS.

Um fato relevante do referendo constitucional é que demonstrou que não existe polarização política na sociedade boliviana, portanto, a imagem de um “país dividido” pós-referendo é uma figura retórica que carece de sustentação. É possível afirmar que a polarização ideológica somente se manifestou no discurso dos atores políticos que evitaram a deliberação argumentativa e optaram pela desqualificação do adversário. As forças opositoras brandiram, de maneira efêmera, o lema de “campanha cidadã”, mas cedo ou tarde ingressaram no círculo da confrontação porque esse campo disperso e fragmentado (“a oposição”) se transformou numa arena de disputa quando as sondagens preliminares mostraram a supremacia da opção pelo Não na opinião pública, sobretudo nos centros urbanos. A concorrência para ser o porta-voz da rejeição a Evo Morales definiu o comportamento opositor sob o predomínio de uma radicalização discursiva. Essa tendência se exacerbou nas redes sociais digitais devido ao conteúdo das mensagens cuja

viralização foi maior quanto mais denegridoras eram as palavras e as imagens dirigidas a apagar a figura presidencial.

Pela primeira vez a agenda midiática foi definida pelo Facebook e pelo Twitter e os *mass media* se transformaram em caixas de ressonância diante da inexistência de restrições ao uso de redes sociais. Essa polarização foi incentivada por alguns promotores do Não num circuito comunicacional que se originava nas redes sociais digitais e continuava em programas televisivos e manchetes de jornais, o que sugere a existência de novas pautas de formação da opinião pública. Por sua vez, o MAS estimulou uma polarização fictícia utilizando argumentos de caráter convencional, porque focalizou seu discurso num complô norte-americano, no retorno do neoliberalismo e dos partidos tradicionais e na “guerra suja” da direita. Essa estratégia pretendeu provocar um cenário de polarização – favorável a Evo Morales em eleições anteriores – sem perceber que nessa contenda não existia um adversário definido, uma vez que o Não tinha muitos porta-vozes e se alimentava de múltiplas razões ostentadas pelos detratores do regime: denúncia de extrativismo na economia, violação dos direitos



humanos, traição aos povos indígenas, corrupção e ineficiência na gestão governamental e, sobretudo, a permanência de Evo Morales no poder por duas décadas que foi percebida como uma expressão de autoritarismo. Isto é, o eleitor não devia escolher entre Evo Morales e um oponente político e sim entre a possibilidade – ou não – de sua permanência no poder por mais uma década.

Nesse sentido, a polarização foi “encenada” nos *mass media* e nas redes sociais digitais e incentivada pelos atores políticos: não se encarnou na cidadania. A sociedade, em oportunidades anteriores, demonstrou autonomia de ação em seu exercício de cidadania política porque uma importante fatia do eleitorado decidiu seu voto de acordo com os temas em jogo e o aspecto dos cenários eleitorais. Essa leitura implica questionar a ideia de “sociedade dividida” como expressão da polarização política entre oficialismo e oposição. A concentração de votos pelo Não nas cidades e o apoio majoritário ao Sim nas zonas rurais mostra uma distribuição territorial das preferências eleitorais, muito embora se trate simplesmente de uma “divisão na votação”. Ou seja, a leve diferença no resultado do referendo relativiza a ideia de “clivagem” ou “fratura social”.

Embora o plano governamental tenha acabado sendo derrotado, o MAS manteve o apoio de quase a metade do eleitorado e ratificou sua disposição de força política com presença nacional. Com relação aos saldos negativos para o oficialismo, sobressai a deterioração da imagem presidencial submetida a uma superexposição pela diversidade de críticas que alardeavam os promotores do Não (desde a desaceleração da economia até a violação da Constituição, incluindo avatares de sua vida privada) e contrastavam com a monotonia da convocatória do oficialismo: continuidade do “processo de mudança” sob o mando presidencial de Evo Morales como única garantia de estabilidade política e social.

É evidente que a popularidade de Evo Morales declinou com a derrota do MAS no referendo, não obstante a popularidade ser episódica, diferentemente do vínculo carismático. A esse respeito, é preciso ressaltar que não se enfraqueceu o laço carismático entre Evo Morales e seus seguidores, e é possível supor que esse ca-

pital político será a base da estratégia oficialista com vistas às eleições gerais de 2019. Evo Morales escolherá seu substituto como candidato presidencial do MAS e pretenderá que o sucesso de sua atual gestão governamental – enfrentando uma situação econômica menos favorável que no passado – sirva como substrato da convocatória eleitoral do MAS nas eleições vindouras. Numa espécie de analogia com o comportamento de Lula da Silva, no caso brasileiro, Evo Morales tem como uma de suas opções se transformar em guardião e reserva do “processo de mudança” – enquanto encara uma agenda global baseada em sua imagem de representante dos direitos dos povos indígenas – para retornar como candidato nas eleições de 2024. Essa possibilidade depende, em boa medida, do cumprimento dos objetivos propostos na Agenda Patriótica do Bicentenário, um programa de ações governamentais que expressa uma “guinada programática” no MAS em direção a posturas nacionalistas e que lhe permitiu estender sua capacidade hegemônica durante uma década (Mayorga, 2014). Existem outras posturas no oficialismo que apontam para propiciar outro referendo em posse da habilitação de Evo Morales, uma estratégia que provocaria uma intensa polarização e abriria uma conjuntura de imprevisíveis consequências.

Por ora, o cenário é aquele esboçado pelo referendo de fevereiro de 2016. E outra novidade dessa consulta é a recomposição das forças de oposição. É evidente que as possibilidades de reprodução da capacidade hegemônica do MAS no futuro dependerão das estratégias dos atores políticos e sociais, que deram sinais da configuração de um novo campo opositor devido à emergência de forças políticas extraparlamentares. A votação pelo Não demonstrou que a articulação de posições contrárias ao MAS pode proporcionar uma maioria opositora inédita – pouco mais da metade do eleitorado –, muito embora se tratasse de uma coalizão fictícia, porque a paternidade da vitória do Não se transformou, rapidamente, em motivo de disputa entre forças opositoras de variado matiz ideológico que consideram que o MAS é vulnerável sem a presença de Evo Morales como candidato presidencial.

Nessa linha, é preciso destacar a emergência de alguns fatos novos cujo caminho é incerto.

Em primeiro lugar, alguns segmentos da sociedade formaram grupos de mobilização e fizeram uso político das redes sociais digitais. Embora não seja possível equiparar seu desempenho com os casos emblemáticos de “política viral” que se forjaram na Grécia, na Espanha, no Egito ou no México, seu acionamento pode ser o gérmen de modalidades de ação política à margem dos partidos políticos e se constituir em fermento de lideranças alternativas. Essas ações cidadãs denotam a presença de uma “oposição extraparlamentar” inexistente no passado e que se organizou como agrupação informal encabeçada por personagens públicos com perfil progressista ou ligados ao MAS. Essas agrupações cidadãs tiveram um nítido protagonismo nas campanhas pelo Não, com uma crítica de caráter programático e alardeando a proposta de “recondução do processo de mudança” feita por setores da esquerda. À irrupção desses novos atores se soma o acionamento de uma organização política regional que venceu o MAS nas eleições subnacionais de março de 2015 e controla a prefeitura da cidade-capital e o governo do departamento (província/estado) de La Paz, o mais importante do país. Essa agrupação regional se distingue da oposição convencional porque não tem presença no Parlamento e seus dirigentes/autoridades foram ativos promotores do Não no referendo.

A oposição parlamentar, por sua vez, se mantém como uma força sem possibilidades de influência decisória já que continua vigente o “sistema de partido predominante”, porque o MAS dispõe de uma maioria qualificada na Assem-

bleia Legislativa. No entanto, a oposição parlamentar – que se divide em três partidos políticos: Partido Demócrata Cristão (PDC), Movimento Democrático Social (MDS) e Unidade Nacional (UN), que se situam à “direita” do MAS – dispõe de uma oportunidade propícia para disseminar uma ação fiscalizadora da gestão governamental do MAS sobre temas de corrupção e ineficiência para questionar o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. Não obstante, seu principal desafio é a renovação de seus dirigentes e a formação de uma coalizão com vistas às eleições gerais de 2019, embora a ausência de Evo Morales como candidato seja um incentivo para que esses campos políticos optem por uma atuação individual e à margem de posturas frentistas. Uma decisão que, além disso, implicaria competir com forças políticas extraparlamentares que, por sua vez, carecem de incentivos para aliar-se aos partidos. Em suma, o processo político boliviano ingressou numa nova fase, marcada pelos efeitos políticos do referendo constitucional que exigem a modificação das estratégias dos atores políticos relevantes – sobretudo no caso do MAS – sob o atento olhar da sociedade. Uma sociedade mais ativa que se expressou nas urnas para colocar limites na capacidade hegemônica do MAS e, ao mesmo tempo, afirmou a solidez das instituições democráticas; neste caso, da democracia direta e participativa. Nesse ponto, o “fim de ciclo” no caso boliviano se limita, por ora, à presença de Evo Morales na presidência até os primeiros dias da próxima década.

BIBLIOGRAFIA

- CALDERÓN, Fernando. *América Latina y el Caribe: Tiempos de Cambio. Nuevas Consideraciones Sociológicas sobre la Democracia y el Desarrollo*. Buenos Aires, Teseo/Flacso, 2012.
- CAVAROZZI, Marcelo. *El Capitalismo Político Tardío y su Crisis en América Latina*. Buenos Aires, Homo Sapiens, 1996.
- CHERESKY, Isidoro. *El Nuevo Rostro de la Democracia*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2015.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Hacia una Nueva Era Política. Estudio sobre las Democratizaciones*. Santiago de Chile, FCE, 1995.
- GUDYNAS, Eduardo. "El Nuevo Extractivismo Progresista. Tesis sobre un Viejo Problema Bajo Nuevas Expresiones", in *El Observador*, n. 8. La Paz, Cedla, 2010.
- MAYORGA, Fernando. *Incertidumbres Tácticas. Ensayos sobre Democracia, Populismo y Ciudadanía*. La Paz, PIEB/Ciudadanía/Plural, 2014.



**Dilemas e desafios da
democracia na América Latina.
Deterioração ou renovação?**

Isidoro Cheresky

resumo

Desde o início do século XXI, o regime político e a sociedade em alguns dos países da América do Sul experimentaram mudanças e conflitos que questionam o que se deve entender por democracia. Explicitamente, movimentos e governos refundacionais emergiram como a contrapartida da crise de representação e da desarticulação das instituições tradicionais com a promessa de uma sociedade mais justa. Estes governos melhoraram situações sociais de carência e postularam direitos, o que permite reconhecer uma primeira dimensão de “liberação” de amarras e barreiras. No entanto, a concentração do poder numa liderança (semi)encarnada e uma vida pública pouco deliberativa erodiram o alcance de seus postulados originais.

Palavras-chave: democracia em mutação; lideranças de popularidade; representação; alternância; eleições.

abstract

Since the beginning of the 21st century, the political regime and society in some South American countries have experienced significant changes and conflicts that call into question what is meant by democracy. Refoundational movements and governments explicitly emerged as a consequence of the crisis of representation and the breakdown of traditional institutions, bringing the promise of a fairer society. Those governments improved the situation of those living in social conditions of deprivation and postulated rights, so we can recognize a first dimension of “liberation” from obstacles and barriers. However, the concentration of power in a (semi)embodied leadership and a scarcely deliberative public life eroded the scope of its original principles.

Keywords: *mutating democracy; popularity leadership; representation; alternation; elections.*

Desde o início do século XXI, o regime político e a sociedade em alguns dos países da América do Sul experimentaram mudanças e conflitos que questionam o que se deve entender por democracia. No passado, a crítica revolucionária ou mesmo reformista nutria um desdém pelas liberdades públicas e pelas eleições de governantes como aparências que encobriam

a dominação social e a exploração de uns pelos outros. Agora, o termo “democracia” está na boca de todos e, inclusive, ampara regimes políticos com práticas que parecem colocar em risco a liberdade e a igualdade, princípios estes que, se não podem se tornar realidades factuais unívocas e plenas – pois encontraríamos o fim da política e da vida cívica –, são, no entanto, em sua pretensão, próprios da democracia desde sua proclamação nas revoluções que os enunciaram e lhes deram vigência como derivativo das relações factuais.

Mas como esses princípios devem ser entendidos no mundo em que vivemos? E – pergunta clássica da teoria política – são compatíveis entre si? Neste ensaio não se pretende um aprofundamento conceitual genérico, e sim orientar a indagação aos desafios contemporâneos na América Latina.

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

Desde o início do século, movimentos ou correntes partidárias sensíveis à justiça social e aos privilégios de ricos e governantes ganharam força, seja com uma perspectiva reformista, seja com uma “revolucionária”. Em alguns casos, chegaram ao governo, mais ou menos inesperadamente, dirigentes emergentes de fora dos círculos tradicionais e empreenderam políticas públicas que aspiram a uma ampla inclusão social, com distribuição da riqueza e participação cidadã e popular, motivo este último, em particular, de controvérsia quanto a seu alcance e significação; além disso, esses governantes obtiveram sustentação eleitoral desde o princípio.

Esse rumo, embora com diferenças bem marcadas em cada país, invocava uma pretensão “refundacional” que se viu alentada por um crescimento econômico sustentado e favorecido pela conjuntura internacional, mas apoiado, junto à providencial melhora das exportações de matérias-primas agrícolas e da indústria extrativa, numa ampliação do mercado interno, resultante do acesso incrementado a bens de consumo para setores populares e da classe média; inclusão no trabalho e no consumo, que, em consonância, habilitava uma possível inserção nos assuntos públicos. Desse modo, registrou-se uma considerável ampliação da cidadania em outros termos que o da mera subsistência e, em graus diversos segundo os casos, uma inclusão am-

ISIDORO CHERESKY é professor consultor e titular de Teoria Política Contemporânea da Universidade de Buenos Aires (Argentina) e autor de, entre outros, *El Nuevo Rostro de la Democracia* (FCE).

pla. Em outras palavras, o sucesso que sobretudo esta corrente multivariada exibiu era o da inclusão social. O epicentro do movimento bolivariano – denominado assim por Hugo Chávez em reconhecimento à raiz independentista na trajetória de Simón Bolívar – foram a Venezuela, a Bolívia e o Equador, que elaboraram constituições e leis em sintonia com o ideal de uma nova fundação. Os governos da Argentina, no ciclo de Néstor e Cristina Kirchner, e do Brasil, no de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se associaram ou se solidarizaram com esse movimento com diferenças significativas.

No momento de enfraquecimento ou do abandono do poder dos governos desse tipo, cabe deter-se nas mudanças político-sociais que acarretaram.

A saída da indigência, para alguns, e da pobreza, para outros, deve ser considerada uma libertação efetiva – do império da necessidade na vida cotidiana, e eventualmente do patrocínio de protetores e mecenas –, isto é, uma ampliação potencial da autonomia pessoal. Mas a libertação daqueles que se encontram em situação de submissão estrutural não é um ato pontual, repentino, e sim um fato que abre o desafio de se integrar a – ou a criar – uma comunidade de iguais, ou, em outras palavras, instituir a liberdade e a igualdade para aqueles que não gozavam delas, gerar vínculos e instituições que tornem a melhora duradoura na igualdade básica.

Mesmo quando esse acesso a bens básicos não se institucionalizou plenamente – isto é, legal e socialmente –, a transformação na consciência de direitos naqueles que foram incluídos, e na sociedade em geral, foi notória. Na América Latina contemporânea, a agenda pública é então agora diferente daquela que prevalecia nos anos 90: a expectativa da superação da pobreza e de uma redução das desigualdades está instalada, atribuindo-se ao Estado um papel promotor e regulador em busca desses valores.

Os governos explicitamente refundacionais melhoraram situações sociais de carência e postularam direitos, o que permite reconhecer uma dimensão de “libertação” de amarras e barreiras. No entanto, a indagação que surgiu é se essa fase inicial teve prosseguimento com a consolidação de uma democracia renovada, com uma “fundação da liberdade”.

Embora com matizes nos diferentes casos, a concentração de poder numa liderança (semi)

encarnada e uma vida pública pouco deliberativa com cooptação dos movimentos sociais no dispositivo estatal ou então sua marginalização para os dissidentes erodiram o alcance dos postulados originários desses governos. De modo que o Estado regulador é bem-vindo, mas questionado em decisões arbitrárias, isto é, com pouca ou nenhuma argumentação e deliberação pública; e com o passar do tempo se instalou um mal-estar com relação aos privilégios da nova classe política pela influência derivada de sua situação de poder, podendo chegar, como ocorreu com vários deles, a uma corrupção de grande magnitude. A justiça social e o desenvolvimento podiam ser um emblema de duas faces: políticas públicas populares e, ao mesmo tempo, aproveitamento pessoal ou político faccioso de uma porção dos fundos públicos. Essa carência de uma “democracia de exercício do poder” (Rosanvallon, 2016) se evidenciou quando os movimentos governantes se confrontaram com a eventualidade da alternância no poder, isto é, com a possibilidade de uma derrota nas urnas ou mesmo com a continuidade, mas com sucessão na liderança.

É que o movimento refundacional (ou populista) aludido se expandiu no contexto de sociedades e no mundo no qual vem à luz uma relação diferente dos cidadãos, entre eles e com o poder. A democracia de partidos e o sistema representativo não têm a centralidade de outrora, exibindo, em compensação, uma extensa informalidade institucional e laços flutuantes de identificação política cidadã e de questionamentos recorrentes à legitimidade das decisões adotadas pelos governantes. Essas decisões, questionadas por outras instâncias de autoridades formais e informais e pela sociedade, que se pronuncia implícita ou explicitamente em cada circunstância crítica, são características da comunicação política e da vida pública nas sociedades democráticas que se encontram em expansão. Nos casos latino-americanos mencionados, desarticulou-se o sistema representativo e foram instalados governos refundacionais hegemônicos – isto é, com maiorias eleitorais e amplos recursos institucionais do Estado sob seu controle –, mas que coexistiam com os recursos remanescentes da representação tradicional e, sobretudo, encontravam um limite decisivo na recorrência de eleições a termo, com pluralidade de postulantes.

Os presidentes decisionistas, por vocação ou mesmo pelas circunstâncias¹, procuram reequilibrar permanentes, tendo em conta a carência dos canais partidários, sindicais e associativos permanentes, e com qualificação que lhes permita uma contenção do mal-estar social. Os governantes refundacionais, geradores de uma polarização antagonica, adotam também decisões pragmáticas de governo, mas têm limites mais definidos para o reequilíbrio e a recuperação da legitimidade quando a crise advém.

O paradoxo próprio da democracia contemporânea – a qual eu chamo de democracia contínua, isto é, de permanentemente colocar em jogo a legitimidade no exercício do poder e não somente no ato eleitoral – é a existência de dois núcleos de configuração das cenas e, conseqüentemente, do rumo político. Os líderes de popularidade instituem um rumo político ao se tornarem o que são, isto é, ao adquirirem qualificação e instalarem uma linha de demarcação política. E a sociedade autonomizada, que se faz representar eleitoralmente e mesmo reconhecendo o resultado das urnas, se mantém vigilante e se realinha nas conjunturas sucessivas, questionando decisões no âmbito público embora sua fonte seja legal.

O paradoxo consiste em que as lideranças de popularidade presumem uma relação direta – ou pouco mediada – com os cidadãos e, conseqüentemente, derivam com frequência do poder concentrado, eventualmente decisionista e arbitrário. Mas a sociedade é autônoma, pois a cessão de soberania no ato eleitoral é parcial e transitória, e então emergem atores que questionam a legitimidade das decisões desses líderes, que podem decair rapidamente em sua capacidade de governo. A flutuação do eleitorado e da opinião pública é o traço emergente num contexto cuja característica é a desconfiança dos cidadãos para com os governantes e representantes.

1 O governo está confrontado com o imprevisível no contexto de globalização. Ao mesmo tempo, esses governos se caracterizam por um hiperativismo que lhes permite manter a iniciativa política e às vezes adiantar-se ou sufocar o que pode vir da sociedade. O decisionismo costuma contar com respaldo popular em situações de crise, mas também em contextos de estabilidade; paradoxalmente, torna-se insustentável quando os líderes de popularidade no poder pretendem se eternizar nessa posição.

Um ato decisivo que referencia e organiza a vida política é o das eleições nacionais, que consagram governantes legais. Não é concebível uma sociedade democrática contemporânea sem a capacidade governante que resulta de eleições competitivas. Mas a vida política é contínua e a representação surgida das urnas não pode ser subtraída do questionamento eventual, cada vez mais frequente e efetivo, proveniente de uma sociedade presentificada como estado da opinião na comunicação política por seus pretensos porta-vozes, sejam jornalistas ou personalidades, por sua figuração nas pesquisas de opinião e por atores do espaço público com representação não eleitoral – outros representantes com credibilidade argumentativa em termos de saberes, de imparcialidade em relação a facções e interesses e de crédito em termos de valores morais. Essa ebulição do espaço público comunicacional condiciona o sistema representativo em seu núcleo e de fato o reconfigurou. Desse modo, a ação política sustentada nas oscilações de opinião e popularidade predomina sobre os aparatos políticos e instituições.

A NOVA SOCIABILIDADE DEMOCRÁTICA

Os governos e movimentos refundacionais configuram uma evolução possível da decadência da democracia de partidos e do sistema representativo tradicional, que Bernard Manin, Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon observaram, com perspectivas próprias a cada um deles, como características da mutação da democracia nas últimas décadas.

Explicitamente, os movimentos e governos refundacionais emergiram como a contrapartida da crise de representação e da desarticulação das instituições tradicionais com a promessa de uma sociedade justa, sob variadas designações (socialismo do século XXI, Estado multinacional pós-colonialista, democracia). Os antecedentes em cada caso nacional são distintos e em geral houve alguma forma de agrupamento política ou social promotora, mas o impulsor e aglutinador foi um líder de popularidade, enunciador e decisório, com adeptos, mas sem apoio de pares, e cuja sustentação foi uma relação direta com os cidadãos, que são tais em sua condição de eleitores, mas que se tornam massa, sem muita expressão – ao menos

uma parcela deles –, na medida em que são audiência passiva de alocações e mobilizações, com pequeno alcance realmente participativo ou deliberativo. O decisionismo, precisamente, não consiste tão somente em ignorar as instâncias institucionais que requerem a formulação de leis e o controle do exercício do poder de Estado, mas, sobretudo, a ação de um chefe/presidente que irrompe com rumos não tratados publicamente perante a opinião pública, os setores envolvidos ou ainda os especialistas, e pouco ou nada explicitados ao se pôr em vigência. Ilustração desse modo de decidir foi, entre outros, a Resolução 125 que, em 2008, tentou incrementar as retenções fiscais às exportações agrícolas na Argentina, ou a tentativa reiterada de construir uma grande estrada que atravessava o parque nacional Tipnis, na Bolívia².

Mas em que medida esse formato político embrionário foi, no início do século XXI, uma completa novidade? O monopólio decisionista no Executivo – o “cheque em branco” – por acaso já não havia sido previsto por Guillermo O’Donnell nos anos 90, ao se referir à “democracia delegativa”? Nela se vota e o governante que surge do ato democrático exerce um poder ilimitado³.

A sociedade contemporânea, com significativas variantes nacionais, estaria experimentando uma mutação que habilita movimentos e governos refundacionais como os aqui tratados, o que convida a propor novamente os conceitos políticos e sociopolíticos para interpretá-la.

A informalidade política – termo que tomo da obra de Hugo Quiroga – se associa à fraqueza institucional, e o alcance limitado do Estado de direito se revela no exercício irrestrito do poder por aqueles que governam, com pouca transparência das decisões, o que facilita a arbitrariedade e a corrupção em proveito privado ou das facções

políticas. Mas deve-se considerar que isso é um eventual emergente de uma nova sociabilidade de pertencimentos coletivos enfraquecidos e da expansão, por outro lado, de laços espontâneos e horizontais de interação e sociabilidade possibilitados pelas novas tecnologias digitais. Indivíduos e coletivos estão em transição da sociabilidade tradicional para essa nova, e já esses termos – indivíduo, coletivo, social – designam novas realidades. A autonomia cidadã remete a esse novo modo de ser em sociedade e à distância real ou potencial das corporações e dos dispositivos estatais de atribuição. Essa sociabilidade emergente ainda é quantitativamente minoritária, embora predomine entre os jovens e esteja em boa medida enviesada social e territorialmente, mas é ela que dá a tônica da comunicação política, por sua própria dinâmica e porque impregna o funcionamento de instituições, assim como as ações coletivas⁴.

Esse contexto inédito de liberdade é particularmente visível nas redes sociais virtuais e tem seu correlato em associações e participações deliberativas de sede territorial e contato cara a cara. Os grupos de intensidade política que são mencionados mais adiante foram fomentados e inclusive se originaram nesse espaço público político-social transformado.

Mas também se expande, em paralelo, uma sociabilidade que oferece amparo e sobrevivência, sobretudo para quem a nova informalidade – que às vezes é espaço do Estado na provisão de bens básicos e de contenção – gera coesão identitária na obediência a provedores providenciais de bens e serviços, ou mesmo no delito: desde facções que controlam segmentos do espaço público no futebol ou na circulação e proteção de veículos até o tráfico de pessoas e o crime organizado, em larga escala exercido pelos cartéis do narcotráfico ou pelas redes de terrorismo sob emblemas étnicos ou religiosos fanatizados.

A flutuação identitária dos indivíduos – com relação à adscrição política, ao pertencimento sindical ou a crenças –, com um horizonte em expansão de projetos de singularidade, em paralelo à fraqueza do Estado para assegurar bens básicos – renda

2 Decisões com consequências políticas duradouras, pois nesses casos se configurou um cenário em que a decisão foi vetada pela mobilização cidadã ou popular, segundo o caso, e aparelhou uma recomposição da cena política.

3 Essa nova percepção de O’Donnell deve, no entanto – segundo a evolução ulterior dos regimes com lideranças concentradas –, ser acompanhada pela contrapartida que se evidenciou com a multiplicação de experiências. A sociedade pode não estar muito atenta a respeito das restrições institucionais ao exercício do poder, mas no final das contas pode “desinvestir” as lideranças de popularidade e vetar ou bloquear suas decisões.

4 Essa metamorfose do espaço público tem um alcance decisivo na transformação do regime político (Cheresky, 2015).

mínima, saúde, educação –, conota a autonomia e flutuação cidadã às quais se faz referência aqui. A liberdade contemporânea pode derivar em direção a uma maior associatividade, coletivos mais eletivos e mesmo trajetórias individuais cifradas na criação em diferentes domínios, mas também habilita a constituição de redes e a organização de submissão e exploração das pessoas.

A comunicação política e a mais geral, que se desdobram no espaço público por vias formais e informais – as mais tradicionais, pelos meios audiovisuais, e as mais informais, pela internet –, favorecem a constituição de novos sujeitos nesse espaço público. Este é simultaneamente um âmbito de autonomia, de servidão voluntária e de exploração extorsiva das fraquezas e das necessidades dos indivíduos⁵.

Em termos mais gerais, no século XXI não se trata tão somente de mudanças sociológicas próprias de sociedades pós-industriais, e sim de ser consignados os traços de um passado que os contemporâneos e, talvez em menor medida, as novas gerações conservam em sua memória: a dos regimes totalitários que em nome da raça superior ou da sociedade igualitária, sem classes sociais, instalaram a ideologia do terror e do extermínio dos considerados inimigos. Este antecedente de eventual destrutividade da intensidade na ação pública sustentou o ceticismo para com a política e a rejeição ante a referência à revolução. De modo que a identificação dos atores políticos e dos indivíduos participantes não pode simplesmente ser considerada a continuidade de uma tradição, e sim deve ancorar-se – sem ignorar o legado democrático – nos desafios do presente.

Um traço relevante na configuração das cenas políticas contemporâneas é a diluição dos traços que ordenavam o espaço público e o âmbito político, em termos de esquerda e direita. A desagregação do sistema soviético e a queda do Muro de Berlim, celebrada de um e de outro lado como libertação, somaram-se ao esgotamento das políticas social-democratas, exitosas em haver impulsionado “Es-

tados providenciais”, que asseguraram em sua época a profunda experiência de igualdade de condições consistente na provisão de bens básicos para todos – os cidadãos credenciados, naturalmente –, mas que tropeçaram diante das expectativas diferentes de indivíduos e coletivos emergentes das sociedades pós-industriais e com o contexto da globalização, que certamente oferece oportunidades inéditas, mas cujos condicionamentos delimitam a efetividade e as atribuições dos Estados nacionais.

Nas condições sociopolíticas mencionadas, predominam o executivismo e o personalismo, deixando no passado a “democracia de partidos” característica de algumas sociedades do hemisfério ocidental e que pareceu ser o rumo empreendido na América Latina a partir dos anos 80, com a queda das ditaduras e a retirada dos militares da cena política. Em particular nos países com tradição de frágil institucionalidade, a democratização, depois da queda das ditaduras, constituiu um verdadeiro advento. Isso acarretou uma reabilitação institucional, mas, sobretudo, uma reabilitação de princípios subestimados e a sedimentação, pelo menos embrionária, de costumes cívicos de convivência. Certamente, a tensão entre institucionalidade democrática e reclamos de justiça social, que, em muitos casos, já estava presente e retornou como desafio depois da “primavera democrática”, adquiriu vigor afastando a ideia de que o conseguido era então um regime evolutivo de rotinas.

LIDERANÇAS DE POPULARIDADE E REGIMES REFUNDACIONAIS

Liderança de popularidade designa um reconhecimento positivo num setor considerável da sociedade por um vínculo direto, sem mediações institucionais, com as figuras presidenciais, mas ainda assim um recurso no qual se sustentam os opositores emergentes. Esse tipo de direção, frequentemente associado com um exercício de poder concentrado, foi atribuído à tradição caudilhistas e à imaturidade política das democracias tardias na América Latina. É claro que as tradições pesam, mas não parecem ser suficientemente explicativas dos vínculos contemporâneos. A desarticulação do sistema de partidos em países europeus, em proveito de forças emergentes, algumas com preten-

5 Sujeitos e organizações que não derivam do mundo do trabalho e das atividades funcionais, embora não lhes sejam completamente alheios: piqueteiros, ativistas e também a variedade de sujeitos que se constituem no espaço público, na “negatividade” ou no reclamo pontual.

são de agremiação, mas encarnadas num líder ou líderes em disputa, e outras com liderança análoga às latino-americanas, assim como as candidaturas presidenciais inesperadas nos Estados Unidos em 2016 – como o fora de Obama oito anos atrás –, ilustram o sucesso de *outsiders* e renovadores, que canalizam a desconfiança nos políticos e o repúdio aos aparatos partidários.

Com modalidades variadas no mundo todo, emergem líderes de popularidade, que mobilizam por fora e contra os aparatos políticos ou corporativos, convocando o “cidadão comum” e provocando, desse modo – se obtêm êxito –, a convergência de descontentes variados, sem haver, necessariamente, afinidade entre eles. Os “partidos cidadãos” como o Podemos, na Espanha, emergiram esporadicamente, e outros foram a sustentação de líderes que chegaram ao poder com uma congregação de adeptos, como é o caso de Ollanta Humala, no Peru, e de líderes refundacionais como o próprio Hugo Chávez ou Rafael Correa⁶. Cada um deles se tornou líder de “popularidade” como receptáculo da negatividade perante o poder vigente naquela época ou dos partidos tradicionais e invocando a renovação política. Os movimentos que lideraram tinham como eixo a interpelação direta ao povo e, ao mesmo tempo, aspiravam à agregação de movimentos de cidadãos “indignados”, junto a novos adeptos provenientes de redes organizacionais descoladas dos partidos tradicionais em decadência ou de grupos marginais ao jogo institucional. As coalizões assim configuradas o eram de fato. Em geral, não se conformavam com acordos formais entre partidos ou facções, como havia sido no passado, sem cooptação de individualidades e grupos fragmentários; era o líder quem convocava e atribuía posições no governo e, embora em alguns casos levasse em conta a notoriedade local dos candidatos a postos representativos, em grande medida primava o arbítrio baseado na lealdade dos indicados, para cobrir a oferta política eleitoral e, claro, as indicações administrativas.

6 Ilustração de “partidos cidadãos” tributários de uma liderança que se institui através dos meios de comunicação e, nos tempos mais recentes, recorrendo à internet, foram o Frepaso, de Chacho Álvarez, nos anos 90, na Argentina, de Marcos Ominami, uma década atrás, no Chile, e de Marina Silva, alguns anos atrás, no Brasil.

Mas os governos de ambições fundadoras se diferenciam nitidamente de outros movimentos ou partidos personalistas, e por isso estão inseridos num paradoxo. O líder e o movimento aspiram a deter o poder *sine die*, pois isso coincide com o bem comum. Designam inimigos externos, que são tais porque ameaçam o “modo de ser” da comunidade nacional que eles encarnam. E os opositores internos não são considerados adversários, isto é, aspirantes ao poder em nome de outra interpretação do bem comum e então amparados nas leis e nos direitos, mas, sim, expressão local ou circunstancial dos inimigos: não inimigos do governo, mas do povo. O formato político consistente nesse princípio que identifica líder e movimento com nação e povo é o de uma concentração de poder no líder e sua permanência contínua na liderança. No entanto, embora esses projetos e governos refundacionais se instalem suprimindo regimes falidos, fracassados em sua institucionalidade tradicional, persistem instituições e um modo de vínculo governantes-governados que não é afim à instalação de uma liderança para a vida toda e uma concepção do bem comum transformada em dogma. A realização de eleições nacionais com regularidade acarreta a renovação potencial de governantes e representantes; em outras palavras, os governos têm um limite temporal, variável segundo as Constituições, mas a alternância é um horizonte definido. A aspiração a ser a encarnação do povo, a corporeidade de líderes idealizados – e às vezes sacralizados – e um relato de ação e logros constitutivos para aqueles que fizeram parte desse movimento, uma espécie de comunidade política em si mesma, tropeçam com uma sociedade que pode respaldar uma liderança de popularidade (ou várias em disputa), mas que não delega a soberania no ato eleitoral, e sim de um modo parcial, e em instituições que, em que pesem a fragilidade e com frequência a corrupção, se não foram colonizadas pelo movimento refundacional, fazem obstáculo exercendo sua imparcialidade ou inclusive por parcialidade adversa.

O ponto crítico desse paradoxo – instalação de um poder encarnado numa sociedade em que persiste a indeterminação democrática – foram as eleições e a alternância. A coexistência de práticas e princípios adversos que se inscrevem e coexistem nos regimes políticos tratados aqui são partícipes da democracia em sua condição básica;

os governantes surgem de eleições livres e com gozo de liberdades públicas.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL E ALTERNÂNCIA NOS GOVERNOS REFUNDACIONAIS

As eleições foram decisivas nas inflexões dos governos refundacionais. Amplas maiorias confortavam a assimilação da liderança nacional com o povo como parte de um todo e propiciaram uma radicalização no modo de governar.

Na Bolívia, Evo Morales chegou ao governo com uma maioria inédita e a aumentou nas duas eleições presidenciais sucessivas⁷. Seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS) – definido como instrumento dos movimentos sociais –, alcançou maioria de dois terços no Congresso em 2010.

A reeleição de Cristina Kirchner nas eleições argentinas de 2011 foi por uma margem esmagadora⁸, o que a levou a impulsionar uma guinada de radicalização política.

Na Venezuela, Hugo Chávez ganhou as eleições sucessivamente desde 1998 com maiorias absolutas, assim como o referendo revocatório de 2005, convocado pela oposição. O sucesso em dar *status* constitucional à possibilidade de reeleição indefinida, depois de um primeiro fracasso, reforçou a tendência de conceber um Estado sustentado num poder popular fora do sistema representativo tradicional⁹. No entanto, a partir das eleições legislativas de 2010, diante de uma oposição unificada, as margens de triunfo eleitoral do oficialismo foram se estreitando e Nicolás Maduro alcançou a presidência depois da

queda de Chávez em uma eleição disputada. Em dezembro de 2015, a coalizão opositora Mesa da Unidade Democrática (MUD) ganhou por ampla margem o confronto pela legislatura¹⁰ e alcançou os dois terços que lhe dariam amplos poderes na Assembleia Nacional, o que aparelhou uma disputa de legitimidades em curso.

Luiz Inácio Lula da Silva chegou à presidência do Brasil em 2002 depois de ter fracassado em tentativas anteriores, tendo credenciado que o Partido dos Trabalhadores (PT) impulsionaria reformas sociais em sintonia com o marco das instituições democráticas. Conseguiu sua reeleição em 2006, também com uma ampla margem, e, no término de seu mandato, impulsionou Dilma Rousseff, que chegou à presidência em 2010 e foi reeleita em 2014, numa disputa acirrada e num contexto de protestos sociais contínuos. A característica do governo do PT, e também dos precedentes, é que o presidente/líder conta com a legitimidade de patrimônio eleitoral, mas seu partido é minoritário no Congresso. Esse tipo de regime foi denominado presidencialismo de coalizão, pois se sustenta em acordos pragmáticos nas Câmaras, que se refletem em compromissos que incluem a participação dos aliados no governo e com domínio sobre diferentes áreas das políticas públicas, mesmo em postos-chave¹¹.

No Equador, Rafael Correa irrompeu na cena política sem maiores recursos institucionais nas eleições presidenciais de 2006; chegou em segundo lugar no primeiro turno, mas conseguiu incrementar seu eleitorado e triunfar no *ballotage*; nas eleições que se sucederam, conseguiu se reeleger no primeiro turno, mantendo as oposições na fragmentação. O curso político futuro nesse país é incerto, pois Correa anunciou que não se candidatará novamente ao cargo.

7 Obteve 54% em 2005, 62% em 2009 e 61% em 2014.

8 Em 2011, Cristina Kirchner obteve mais de 54% dos votos, superando seu rival mais imediato em 38 pontos. A maioria eleitoral significativa se traduziu numa expressão exaltada que se tornou emblemática do seu modo de governar (“vamos por tudo”), cuja ilustração mais destacada foi o projeto de reforma judicial que modificava o órgão colegiado encarregado de seleção e exclusão de juízes federais pretendendo que a maioria de seus membros surgisse do voto popular em listas partidárias. A modificação, por lei, do Conselho da Magistratura foi desqualificada pela Corte Suprema de Justiça por considerá-la inconstitucional.

9 O Estado Comunal é uma configuração que ficou em estado embrionário, mas com vocação de coexistir e, eventualmente, substituir o sistema representativo.

10 Obteve 56% dos votos, 15 pontos percentuais a mais do que a lista chavista, cuja sigla era PSUV.

11 Essa articulação política é vulnerável e desembocou, em maio de 2016, num processo de destituição da presidente, acusada de maquiagem orçamentária de 2014 e 2015 com o fim de dissimular o déficit fiscal e poder disputar melhor a renovação de seu mandato. O PT denunciou a fragilidade das imputações, que não seriam suficientes para uma destituição da presidente, e qualificou os fatos como golpe institucional; políticos e juristas de diferentes âmbitos têm opiniões que coincidem no inusitado do processo de destituição e dos riscos que agrega à estabilidade da democracia no Brasil e em outros países da região.

Com maiorias eleitorais, os governos refundacionais e afins pretenderam, em graus variáveis, o controle do Estado em todos os seus órgãos de poder e autoridade, pois, segundo a concepção dominante, todos eles deveriam se alinhar com a vontade popular em sua expressão eleitoral presente, isto é, ignorando os limites constitucionais das Cartas fundadoras, que, em dado momento, alguns desses movimentos refundacionais haviam promovido e promulgado.

Outro ator do espaço público que procurou ser absorvido foram os meios de comunicação, no âmbito de uma atividade de intensa presença governamental na comunicação política. As alocações presidenciais procuraram responder ao princípio segundo o qual a verdade devia ser revelada pelos presidentes comunicadores, posto que era distorcida pela imprensa tradicional¹².

Mas em todos os casos, as oposições fragmentadas e as dissidências desprendidas abriram caminho também através das eleições, uma vez que na maioria deles o voto flutuava em nível distrital e local, com maiores chances para as oposições.

De fato, depois do auge inicial desses governos, no início da segunda década do século, sucessivas eleições ilustraram a flutuação do voto, configurando cenas de pluralismo territorial. No Equador, em 2014, e na Bolívia, em 2015, candidatos opositores conquistaram a maioria em boa parte das grandes cidades e em algumas regiões-chave. Na Argentina, as eleições legislativas de 2013 desmentiram a imagem de bloco eleitoral oficialista esmagador ao dar o triunfo para a oposição nas principais províncias, em particular na de Buenos Aires e no subúrbio portenho, desmentindo também a fidelidade majoritária do chamado “voto peronista”. A composição das Câmaras surgida desses comícios inibiu o projeto de uma reforma constitucional que habilitasse Cristina Kirchner a concorrer por um terceiro mandato. Nesse caso, como no de Evo Morales, não se abriu um lapso de “pato manco”, mas sim uma cena de recomposição política. Na Argentina, depois da derrota eleitoral, o oficialismo se encontrou

imediatamente atravessado pela tensão entre as diferentes facções e com a dificuldade, para a presidente, de encontrar um sucessor verossímil afinado com sua acentuada guinada “revolucionária” depois de sua primeira reeleição. As oposições, por sua vez, tropeçaram nas dificuldades de uma dispersão que foi saldada no processo eleitoral pela convergência para o candidato de alternância, que pareceu mais verossímil¹³.

Na maioria dos países com governos refundacionais, em proximidade de final de mandatos sem reeleição presidencial, coloca-se o cenário da alternância e/ou sucessão. Para os oficialismos, seja para a reeleição dos governantes refundacionais, modificando as cláusulas constitucionais que os impediriam de voltar a postular-se, ou buscando sucessores afins com uma continuidade refundacional, o fenômeno da reeleição, através de referendo para salvar as disposições constitucionais, leva à convergência de mal-estares e oposições variadas. Chávez, depois de um primeiro fracasso, conseguiu incluir essa cláusula, ampliando o número de cargos beneficiados para a reeleição indefinida, e antes de falecer designou um sucessor/filho que conseguiu se consagrar nas eleições por escassa margem. Em 2016, na Bolívia, o referendo muito antecipado a respeito da contenda presidencial por vir – programada para 2019 – foi negativo para a ideia de reeleição, descartando-se então a convocatória de uma constituinte que habilitasse uma nova postulação e a possibilidade de um terceiro mandato sucessivo, motivo pelo qual Evo Morales enfrenta três anos de governo talvez debilitado¹⁴.

12 A ideia de uma verdade factual, que fala por si mesma, alimenta a intolerância com relação à enunciação comunicacional na qual coexistem verdades factuais e interpretações dos fatos.

13 Embora os altos e baixos eleitorais tenham repercutido na consistência dos movimentos refundacionais, o executivismo desses governos também lidava, em algumas circunstâncias, com parlamentos adversos. Desse modo, o oficialismo kirchnerista aguentou sua derrota eleitoral de 2009 e a ulterior minoria no Parlamento, através do ativismo presidencial na promoção de leis e iniciativas alinhadas com demandas progressistas, traço comum aos outros governos de mesma sintonia. Decisões de eco popular, mesmo com Estado parlamentar, ou iniciativas que poderiam ter surgido do trâmite legislativo foram propiciadas pelos governos ou adotadas por decreto.

14 O referendo convocado pelo governo para que se impulsionasse uma reforma constitucional que, mudando a cláusula restritiva sobre os limites à reeleição contínua, permitisse a Evo Morales buscar novamente sua reeleição terminou em rejeição; 51,3% votaram pelo Não e 48,7% pelo Sim.

Em termos mais gerais, a liderança de popularidade não é facilmente transferível, pois a característica desse modo personalista de governar tem um alto componente de identificação com decisões concretas e benefícios atribuídos ao líder e com seus traços de personalidade ou, se se preferir, com o componente carismático.

A Venezuela e o Brasil não podem ser equiparados em termos de seus governos. Mas, em ambos os casos, a transição continuísta teve, em 2014, um êxito eleitoral muito minguado pelos resultados apertados¹⁵. Os sucessores se apresentaram como uma espécie de continuidade encarnada, mas tanto Nicolás Maduro, pouco depois, como Dilma Rousseff, no final de seu primeiro mandato, sofreram uma queda decisiva em sua popularidade, colocando em crise, com antecipação aos tempos habituais de seus mandatos, num caso, o projeto bolivariano e, no outro, o presidencialismo de coalizão baseado em amplos compromissos, sobretudo entre o PT e o PMDB.

O impulso refundacional sustentado em ações de governo cria adeptos de dois tipos bem diferenciados, o que é visível no caso venezuelano: os incluídos por políticas públicas redistributivas, para quem o acesso a um trabalho, a subsídios, a bens básicos ou a alguma outra forma de reconhecimento social supõe, com frequência, uma mudança de vida; e os ativistas, que, em parte, provêm de um envolvimento de outra natureza, pois acreditam haver encontrado o ideal público largamente esperado.

Como já foi assinalado e cabe lembrar no momento de ponderar este ciclo de governos refundacionais, a mudança nessas sociedades foi, em alguns casos, significativa e em todos deixou uma marca, e, se não alcançaram a estabilidade de outra sociedade completamente diferente, ao menos foram preparadas alterações no reconhecimento social e na condição dos mais carentes e desprotegidos. Algumas dessas mudanças adquiriram caráter constitucional e muitas foram

circunstanciais; mesmo sendo ambíguas, estão ativas nas relações sociais como preservação de conquistas ou aspirações de reforma.

O modo decisionista de governar – que com frequência implicou atos imaturos ou arbitrários, por falta de deliberação e de consulta aos próprios beneficiários e, inclusive, imprevisibilidade quanto à sua sustentabilidade – foi, no entanto, com frequência, exitoso por seus efeitos redistributivos e pelo reconhecimento público alcançado para além dos beneficiários diretos; houve períodos de amplo respaldo popular pelas conquistas e reforçou aspirações de ampliação democrática. Certas políticas aparecem perante a opinião pública imbuídas de um sentido de justiça fazendo uma abstração sobre como são adotadas e implementadas por oposição às rotinas institucionais, que são percebidas como inerte preservação do *status quo* e que, em razão disso, se encontram desacreditadas¹⁶.

O qualificativo de “populista” foi aplicado a esses regimes pelo menos num ponto, em que coincide com o uso do termo no passado: promessas e decisões de resultados imediatos proveitosos sem articulação com uma política que lhes desse sustentabilidade futura. Também a adoção de decisões presidenciais que não adquirem o caráter de lei e de ulterior regulamentação que inicie uma execução factível faz com que muitas inovações sejam precárias. A ausência de instituições regulatórias autônomas com participação de beneficiários que monitorem as políticas públicas contribui para sua provisoriamente e arbítrio.

O relevante, independente do fato de as iniciativas de políticas públicas provirem do governo ou do Parlamento, é avaliar em que medida elas têm o longo prazo em perspectiva, por terem sido debatidas e alcançarem um consenso possível, e, no caso das decisões que aludem a beneficiários ou afetados específicos, se elas se instalam como direitos ou como benesses. Certamente, a deliberação implica uma apropriação coletiva que reativa os princípios inerentes à democracia, mas a busca de uma ampla sustentação não implica que não haja “perdedores” ou, em outras palavras, que

15 Nicolás Maduro se impôs nas eleições com 50,61% dos votos contra o candidato da MUD, Henrique Capriles Radonski, que obteve 49,12% dos sufrágios. No Brasil, por sua vez, Dilma Rousseff conseguiu a reeleição num segundo turno disputado, com 51,64% dos votos contra 48,36% obtidos pelo candidato opositor, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

16 A baixa estima dos cidadãos pelos partidos políticos e pelo Congresso está consignada nos estudos de opinião pública do instituto de pesquisa Latinobarômetro.

se desfaçam relações de dominação e se democratizem relações de autoridade, nem que se alcance um acordo total.

Em consonância com um rumo que se pretende transcendente, de política extraordinária, os governos refundacionais procuraram instalar uma bipolaridade de traço ideológico em termos de amigo/inimigo¹⁷ que influiu muito além dos envolvidos na política ativa.

Oficialismos heterogêneos em suas ideias mantiveram sua unidade mobilizadora pela enunciação e ação do líder/presidente. A heterogeneidade tem sido variada e mutante, mas a liderança de popularidade, enquanto foi locomotiva eleitoral, somou beneficiários de suas políticas em todo o espectro social, com foco nos excluídos, mas também nos funcionários e militantes, com os partícipes pragmáticos.

Um recurso da configuração dos movimentos refundacionais foi se instalar como governos de exceção, inscritos na reação contra as políticas neoliberais dos anos 90, propiciando uma intervenção reguladora e reparadora do Estado¹⁸, mas sustentando que alcançar o governo não significava contar com o poder econômico e corporativo. De modo que procuravam capitalizar os variados descontentamentos “contrademocráticos” existentes na sociedade, como insatisfação e, em alguma medida, como protesto. A designação de inimigos internacionais – o império, ilustrado na campanha de descolonização – e a identificação dos poderes nacionais factuais, incluindo tanto a classe política tradicional como seus agentes, colocava-os na dupla condição de governantes, com os recursos do poder estatal, e, ao mesmo tempo, de aspirantes a líderes ou depositários das demandas e descontentamentos sociais contra os “poderes verdadeiros”. Assim, a denúncia

de complôs e conspirações foi recurso cotidiano da atividade governamental¹⁹.

Um traço desses regimes é que, tendo associado crescimento econômico e iniciativas políticas populares, dominaram por longos períodos as cenas políticas nacionais. O assinalado e a flutuação do eleitorado se traduziram, em nível de distritos regionais e cidades, na persistência de Executivos de caráter diverso, ao mesmo tempo em que a liderança nacional podia dar uma marca decisiva que parecia envolver todo o país. As oposições políticas subnacionais apareciam muito minguadas em nível nacional, mas foram exitosas e deram consistência à disputa quando se ofereceu a oportunidade, também em nível nacional, da mobilização ou do voto negativo.

Torna-se visível que os cidadãos contemporâneos, em contextos minimamente democráticos, não são simplesmente flutuantes – que é um modo de apreciar a variação de identificações e voto –, mas sim adscrevem e reformulam suas adscrições segundo sensibilidades e lógicas que excedem a formalidade de identidades político-partidárias e de ofertas eleitorais. A particularidade das preferências e identificações se evidencia no divórcio crescente entre o voto, na maioria dos casos depositado levando em conta o candidato, e, por outro lado, a sigla partidária que habilita legalmente a oferta eleitoral e que é ainda depositária de adesões “cativas”.

As organizações políticas são cada vez mais tributárias da visibilidade e da popularidade de seus líderes. E a transferência de popularidade é problemática. O rumo político está cada vez menos derivado de um programa explícito e cada indivíduo tem um estilo e uma figura pública mais ou menos cativantes e, como candidato, arrasta uma rede virtual ou real de identificações. Isso é tanto mais relevante quanto o fato de que os governos refundacionais levam adiante políticas com um alto componente de decisões que derivam do sur-

17 A ideologia polarizadora costuma ser um conjunto de enunciados da cúpula do poder entrelaçados com reformas nas políticas públicas e nas relações internacionais. Ela coexiste com uma diversidade de sensibilidades ideológicas distintas enunciadas por grupos do conglomerado oficialista.

18 Certamente, os mais radicalizados anunciavam uma sociedade pós-capitalista. No caso venezuelano, deram alguns sinais, na institucionalidade política, de que iam nessa direção. Mas em termos gerais, como já se afirmou, tratou-se de governos de libertação, com políticas nacionalistas e distributivas.

19 Em alguns casos, a conspiração foi real e efetiva, como o frustrado golpe de Estado na Venezuela, que depois outorgou um matiz de epopeia a toda ação do governo de Hugo Chávez. Em particular com o governo de Nicolás Maduro, por outro lado, a invocação dos inimigos procurou desviar a atenção do modo de governar e da terrível crise econômica, com queda da produção e desabastecimento com fome.

gimento das conveniências circunstanciais ou de compromissos mais do que da consistência de um princípio geral ou de uma doutrina.

A nova encenação promovida pelos governos refundacionais constituiu, ou melhor, acompanhou uma revolução comunicacional na qual procura se inscrever. Três âmbitos se distinguem: o que gira em torno da figura do presidente/líder, o da mobilização territorial cidadã e popular, e o do espaço público digital (redes sociais, *blogs*, telefonia celular, etc.).

As lideranças de popularidade às quais nós nos referimos são dessemelhantes e em cada uma delas o vínculo comunicacional promovido foi diferente. No entanto, o líder enunciador foi o epicentro de variadas cenas comunicacionais muito diferentes daquelas dos líderes populistas do passado. A concentração multitudinária na praça principal foi, no passado, um recurso que encenava a relação líder/massa. Uma unidade quase orgânica em que o corpo do povo mal diferenciado em seus componentes trabalhistas/funcionais era “falado” pelo chefe carismático. O murmúrio ou a aclamação da audiência/massa o acompanhava. Essa cena territorial, no entanto, passou para um segundo plano, ou melhor, foi capturada e incluída, dando-se preferência aos meios audiovisuais – sobretudo a TV e a internet –, com vistas a uma audiência mais diversa e, embora vinculada emocionalmente, com frequência considerada em sua diferença.

A cena comunicacional contemporânea característica é a de uma liderança que procura subjugar um espaço multifacetado e, em princípio, incontrollável. Como já se mencionou previamente, as alocações presidenciais semanais ou, ainda, de maior frequência e, em alguns casos, de transmissão obrigatória para todos os meios de comunicação respondem ao propósito de enunciar uma verdade factual que, segundo os líderes refundacionais, a comunicação comum distorcia ou ocultava. Mas a figura presidencial foi também o componente principal de uma encenação que inclui estratégias de proximidade variadas – reuniões de gabinete rodando o território, cerimônias tradicionais, como as homenagens à Pachamama, a transgressão da segurança, às vezes de um modo desafiante por parte de Néstor Kirchner e Rafael Correa, e o decisionismo exibido por ocasião de anúncios em público sem aviso prévio –,

expropriações, subsídios, etc. – tudo quanto outorga uma figuração de geometria diferente das lideranças populistas do passado.

O Congresso, âmbito tradicional da deliberação representativa, foi marginalizado – embora não possa ser completamente ignorado, especialmente quando não se conta com maiorias oficialistas –, o que às vezes acarreta reações, pois já está desconsiderado perante os cidadãos, especificamente porque é visto como o cenário da negociação política, termo que costuma aludir a tratos espúrios ou a transações pragmáticas, e um modo de estar ao lado do povo, para os refundacionais, é postular-se como renovadores no sentido de alheios às transações entre facções da classe política.

Com os governos refundacionais se acentuou a atividade pública característica da democracia contínua, na qual as eleições são o ato que consagra governantes, mas a política não conclui nem se apazigua fora das campanhas eleitorais e do próprio ato eleitoral. Os atores principais do espaço público político são os meios de comunicação e as redes e outros lugares da sociabilidade digital, mas também contam as instituições que pesam na convalidação das leis e no impacto das suas decisões no espaço público, a Justiça Federal e as Cortes Supremas em particular: estes foram, na região, os representantes não eleitorais mais significativos, embora não os únicos. A alta magistratura e a Constituição – e em particular aquela que foi elaborada no início da refundação – podem ser obstáculos para o poder presidencial, que, implícita ou explicitamente, invoca a superioridade da vontade popular acima das leis. Nessas circunstâncias, o líder refundacional pode impulsionar uma espécie de “democracia imediata”, que se vale seja de uma maioria eleitoral, seja de um “povo em ato”.

Mas, em que pese a vocação de capitalizar a propensão contrademocrática dos cidadãos contemporâneos, isto é, sua desconfiança para com o poder, esses governos preservam uma pretensão vanguardista que lhes faz reivindicar sua condição de reencarnação do povo, mesmo contra os pronunciamentos majoritários, ou denunciar como conspirativos os protestos e mobilizações políticas adversas ou, inclusive, independentes. Necessitam da legitimação eleitoral, mas também resistem a ela ou procuram removê-la com o uso arbitrário dos recursos do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Hannah. *Qu'est-ce que la politique? Texte établi et commenté par Ursula Ludz*. Paris, Éditions du Seuil, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- _____. *Eleições, Radicalização Política e Revolta Social: Uma Análise do Brasil entre as Eleições de 2014 e os Panelços de 2015*. 2015.
- CARDON, Dominique; GRANJON, Fabien. *Mediactivistes*. Paris, Les Presses Science Po., 2010.
- CASAL, Bértoa; SHERLIS, Gerardo. *Partidos, Sistemas de Partidos y Democracia: La Obra Esencial de Peter Mair*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Eudeba, 2015.
- CHERESKY, Isidoro. *El Nuevo Rostro de la Democracia*. México, FCE, 2015.
- CHERESKY, Isidoro (org.). *Elecciones Presidenciales y Giro Político en América Latina*. Buenos Aires, Manantial, 2007.
- CUVI, Juan; MUÑOZ, Francisco. "Análisis Político del Proceso Electoral del 23-F", in *La Línea de Fuego*, 7 de abril de 2014.
- DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto. *Macroeconomic Policies and Performances in Latin America 1990-2010*. Buenos Aires, Cedes, 2011.
- DUBET, François. *La préférence pour l'inégalité. comprendre la crise des solidarités*. Paris, La Republique des Idées, Seuil, 2014.
- ESPINOSA, Carlos de la Torre. *De Velasco a Correa*. Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador, Corporación Editora Nacional, 2015.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Las Ciencias Sociales en la Trama de Chile y América Latina*. Santiago de Chile, Universidad de Chile, 2014.
- GERVASONI, Carlos; PERUZZOTTI, Enrique (orgs.). *¿Década Ganada?* Buenos Aires, Debate, 2015.
- GONÇALES COUTO, Claudio. "2014 e o Futuro do PT: Novas Eleições Críticas?", in *Interesse Nacional*, ano 7, n. 28, janeiro-março de 2015.
- GONZÁLEZ, David. *El Estado Descomunal. Conversaciones con Margarita López Maya*. Caracas, Editorial El Nacional, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid, Cátedra, 1994.
- MAIR, Peter. *Party System Change*. Oxford, Oxford University Press, 1997.
- MAYORGA, Fernando. *Democracia Participativa en Bolivia: Análisis del Referendo Constitucional 2016*. 2016.
- _____. *Incertidumbres Tácticas. Ensayos sobre Democracia, Populismo y Ciudadanía*. La Paz, Plural Editores, 2014.
- _____. "Efectos Políticos de las Elecciones Subnacionales", 12 de abril 2015, inédito.
- PLOT, Martín; GAMBAROTTA, Emiliano; BOROVIANSKY, Tomás (orgs.). *Estética, Política, Dialéctica. El Debate Contemporáneo*. Buenos Aires, Prometeo Libros, s/d.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Paris, Gallimard, 1998.
- _____. *La contredemocratie*. Paris, Seuil, 2006.
- _____. *La Legitimidad Democrática. Imparcialidad, Reflexividad, Proximidad*. Buenos Aires, Manantial, 2009.
- _____. *El Buen Gobierno*. Buenos Aires, Manantial, 2016.
- ROUSSEAU, Dominique. *La démocratie continue*. Paris, Bruylant, 1995.
- YAPUR, Fernando L. García. "Elecciones Subnacionales: 'Hegemonía Incompleta' y Nuevo Pluralismo", documento de discusión para FES-Bolivia, inédito.



**Encontros e desencontros:
balanço do estado da prática
democrática na América Latina**

Javier Couso

resumo

Para além do fato positivo de que – em quase toda a América Latina – a democracia seja o único método legítimo para se exercer o poder, a qualidade da democracia na região ainda deixa muito a desejar. Entre outros desafios, destacam-se a persistência, em muitos países, de sérios abusos aos direitos humanos (perpetrados pelas polícias e outras entidades armadas), a existência de uma corrupção galopante e a incapacidade de diminuir as desigualdades socioeconômicas (para além das conquistas em matéria de redução da pobreza). A continuar assim, estes flagelos poderiam colocar em perigo os impressionantes avanços democráticos das últimas décadas.

Palavras-chave: democracia; direitos humanos; corrupção; igualdade; Estado de direito.

abstract

Despite the positive fact that democracy is the only legitimate method for the exercise of power throughout almost the whole of Latin America, the quality of democracy in the region leaves much to be desired. Among other challenges we can highlight the persistence in many countries of serious human right abuses (perpetrated by the police and other armed agencies), the existence of rampant corruption and the inability to reduce social and economical inequalities (besides the achievements concerning poverty reduction). If such scenario persists, those troubles may jeopardize the impressive democratic advances from the past decades.

Keywords: *democracy; human rights; corruption; equality; Rule of Law.*

Olhando em perspectiva, o estado da democracia na América Latina é melhor do que a dura contingência, pela qual atravessam muitos de nossos países, parece sugerir. De fato, em meados de 2016 a região em seu conjunto estava há mais de duas décadas embarcada em um processo de democratização sem precedentes, algo que deve ser aquilatado positivamente, para além dos enormes déficits e desafios que confrontam a maioria dos Estados latino-americanos.

A conquista política, social e cultural que representa que o único método aceito para escolher as autoridades sejam eleições livres e universais é mais apreciada quando se considera, por exemplo, o lamentável fracasso do épico esforço dos democratas do Oriente Médio, que, com sua “Primavera Árabe”, iludiram o mundo com a possibilidade de que eles também alcançariam a democracia. Ou, de uma perspectiva histórica, quando se repara no fato de que nunca havia acontecido que tantos países latino-americanos exibissem uma continuidade democrática tão sustentada.

Até aqui se destacou a importância do fato de que, por um período significativo de tempo, o conjunto da América Latina tenha aceitado a noção de que a democracia é o único método

legítimo para se exercer o poder. Estabelecido isso, é evidente que a existência de métodos eleitorais para escolher as autoridades políticas não esgota o conceito de democratização, e quando se analisa a situação a partir dessa perspectiva mais holística é evidente que o estado da democracia deixa muito a desejar na região. De fato, quando se escava debaixo do panorama de eleições regulares de autoridades políticas na quase totalidade dos países da região, percebem-se sinais muito preocupantes, que sugerem que a valiosa conquista destacada mais acima poderia estar correndo o risco de se perder, a continuarem algumas tendências verdadeiramente destrutivas da legitimidade democrática.

II

Como se destacava na seção precedente, em meados de 2016 o continente latino-americano se aproximava de um quarto de século de predomínio indiscutível de mecanismos democráticos de eleição de suas autoridades políticas. Produto disso, uma geração inteira de latino-americanos nasceu e cresceu em um entorno em que as eleições são algo totalmente natural. E em que a mera possibilidade de que os militares tomem o controle do governo mediante um golpe de Estado

JAVIER COUSO é professor da Universidade Diego Portales (Chile) e pesquisador associado do Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social (Coes).

aparece como algo inconcebível. Dito isso, o fato de que as novas gerações deem por certo que a democracia exista, paradoxalmente pode estar contribuindo para enfraquecê-la, especialmente pela indiferença que os processos eleitorais suscitam em boa parte da juventude da região.

Por outro lado, e dado que as atuais concepções da democracia não se esgotam em eleições periódicas das autoridades políticas, mas, sim, incluem o respeito aos direitos das minorias e a existência de instituições de *accountability horizontal* (O'Donnell, 1991), quando se incorporam esses fatores na análise o que era digno de ser celebrado se torna algo muito menos atraente.

Para ilustrar o que se acabou de destacar, considere o leitor a aberrante situação que a democracia na América Latina enfrenta, isto é, a de que em muitíssimos países da região eleições limpas e universais convivem com a sistemática execução – por parte da polícia ou do exército – de centenas e, às vezes, milhares de cidadãos a cada ano. Dessa forma, crimes que eram considerados característicos de regimes ditatoriais passaram a ser algo normal em sistemas políticos em que as autoridades são eleitas pelo povo. Essa nova realidade, que em outro trabalho denominei “democracias criminais” (Couso, 2016), é impactante não só pelo aberrante que representa o fato de que governos democraticamente eleitos tolem – ou inclusive instiguem – a execução extrajudicial de seus próprios cidadãos, como também pela falta de escândalo com que esses crimes de Estado parecem ser recebidos. Embora não contemos ainda com estudos que analisem o impacto que essa triste realidade tem na legitimidade da democracia eleitoral, cabe especular que a regular eliminação de centenas ou milhares de cidadãos por agentes do Estado é algo que mina as bases éticas de um sistema democrático.

III

Vinculado ao escrito anteriormente, cabe destacar a persistência no tempo dos déficits em matéria de Estado de direito que a maior parte dos países latino-americanos exhibe. Embora já no início da década de 90 algumas vezes tenham se levantado, alertando para o perigo que representava para a própria sustentabilidade da

democracia eleitoral o fato de não contar com cortes de justiça verdadeiramente independentes (e cujas decisões foram obedecidas pelos demais poderes do Estado), e depois de substanciosos recursos investidos em modernizar os sistemas judiciais, a situação do Estado de direito na América Latina continua sendo alarmante. E o pior é que parece não existir caminhos rápidos para abordar esse problema. Produto disso, as democracias latino-americanas continuam convivendo com o que o já mencionado O'Donnell (1998) denominou “*the (un) rule of law*”.

Neste ponto é importante destacar algo que, embora seja evidente para os juristas, não o é necessariamente para outras pessoas. Eu me refiro à correlação que existe entre a ausência de um Estado de direito “em forma” e a existência de crimes de Estado, corrupção de funcionários públicos e políticos e outra vasta gama de irregularidades. De fato, por trás das – às vezes – áridas discussões sobre o Estado de direito, se esconde um fato central: o de que, ao final do dia, as sociedades modernas confiam a um grupo de oficiais públicos (fiscais e juízes) a função de estabelecer se existiram (ou não) atos de corrupção e se foram (ou não) agentes do Estado que perpetraram o assassinato de um cidadão em um caso em que se suspeita que tenha existido uma execução (e não um enfrentamento entre a polícia e o exército e grupos criminosos).

Quando se aquilata suficientemente o comentado anteriormente, o Estado de direito (e seu ingrediente essencial, um corpo de juízes genuinamente independentes, imparciais e que contem com autoridade) se revela como o mecanismo central com que contam as sociedades modernas para evitar os excessos do poder estatal – mesmo do eleito democraticamente – e para alicerçar autoritariamente os conflitos produzidos por denúncias de corrupção de autoridades públicas e entidades privadas. Em outras palavras, ali onde não se pode confiar na imparcialidade dos juízes, ou onde suas decisões são sistematicamente desobedecidas pelas demais autoridades públicas, as sociedades carecem de mecanismos civilizados de resolução de conflitos, o que conduz à frustração, à anomia e à violência.

O problema, no entanto, é que enquanto resultou relativamente fácil organizar processos

eleitorais limpos e universais em países sem uma tradição democrática, o ato de instituir cortes genuinamente profissionais, independentes e legitimadas perante a população continua sendo uma tarefa extremamente complexa. E, como resultado disso, a maior parte das democracias do continente latino-americano carece da infraestrutura jurídica necessária para enfrentar assassinatos policiais ou corrupção em grande escala. Tudo aquilo que necessariamente repercute na saúde da democracia eleitoral.

IV

Embora à primeira vista pudesse parecer reducionista, outro grande problema das democracias latino-americanas contemporâneas também está relacionado com Estados de direito frágeis. Refiro-me ao severo aumento da insegurança cidadã gerada pelo incremento da criminalidade comum em muitos países da região. De fato, ali onde o Estado de direito é frágil, a impunidade não só alcança os agentes do Estado como, eventualmente, também os delinquentes comuns mais perigosos. Esse dado indica que a corrupção policial normalmente se traduz na “captura” desses policiais por parte de cartéis de drogas e outros grupos criminosos, que então agem com a tranquilidade que lhes outorga a impunidade conseguida à custa de pagamentos a policiais e a outras autoridades locais. Como o “equilíbrio” do controle territorial de diferentes grupos de narcotraficantes é inevitavelmente instável, depois de um tempo costumam ser geradas guerras internas entre tais grupos, que podem chegar a destruir comunidades inteiras, por sua violência. Nessas lides, os encarregados da ordem pública tendem a recuar e a observar, sem maiores ferramentas, como se sucedem essas disputas. E quando o assunto ultrapassa os limites, chega-se ao extremo de envolver o exército, recurso desesperado que raras vezes contribui para solucionar uma situação que escapou do controle completamente.

A situação descrita marcou a Colômbia nos anos 90, e atualmente afeta boa parte do território mexicano, assim como os bolsões importantes do Brasil e da Venezuela e de alguns países centro-americanos. O mais complicado é que, uma vez que se desencadeou o processo que sucintamente

se resumiu mais acima, é pouco o que as autoridades nacionais e locais podem fazer, especialmente considerando que, enquanto alimentar um Estado de direito transparente em tempos de criminalidade moderada só exige integridade da parte de policiais, fiscais, autoridades locais e juízes, uma vez que as guerras entre narcotraficantes se desenrolam com toda sua força, o que as circunstâncias reclamam das autoridades recém-mencionadas não é só integridade, mas, também, um heroísmo impossível de demandar.

V

Continuando com a análise dos desafios que confrontam as democracias latino-americanas, destaca-se também a dificuldade com que a vasta maioria delas evidenciou em termos de redução das desigualdades econômicas e da exclusão social e cultural. De fato, mesmo quando há clara evidência a respeito da redução da pobreza na maior parte dos países da região, sob o império das democracias eleitorais das últimas décadas a desigualdade econômica persistiu – ou inclusive aumentou – na maior parte da América Latina. Novamente, o fato de enfatizar esse último ponto poderia ser considerado como uma forma de subestimar a importância da redução da pobreza e – sobretudo – da extrema pobreza numa região em que elas eram dramáticas a apenas uma geração atrás. Dado esse contexto, alguns analistas conservadores objetam que se dê demasiada atenção ao problema da iniquidade econômica, num contexto em que todos os setores sociais aumentaram seu consumo e bem-estar. Inclusive, a partir de certas perspectivas filosóficas, objeta-se que, eliminando-se a pobreza absoluta, a desigualdade econômico-social represente um problema a ser atendido.

Muito além das objeções que podem ser levantadas à posição filosófica recém-formulada, uma das perguntas de fundo que a persistência da desigualdade socioeconômica na América Latina na era das democracias eleitorais coloca é a seguinte: quanta desigualdade econômica um regime democrático tolera? Em outras palavras: que problemas para o desenvolvimento do próprio sistema democrático a existência de excessivas iniquidades socioeconômicas gera?

Embora essas perguntas sejam impossíveis de abordar neste breve texto, a experiência latino-americana dos últimos anos sugere que, inclusive ali onde a pobreza absoluta começa a ser eviscerada, a própria dinâmica democrática gera mal-estar entre as camadas que recebem menos, especialmente em sociedades em que a mobilidade social é pouco frequente. Assim, sem prejuízo de que na maior parte da região tenham sido dados importantes passos na direção de dotar os grupos menos favorecidos de acesso às necessidades vitais mínimas (como alimento, moradia, transporte, etc.), o fato de que o sistema econômico que predominou nas últimas décadas tenha aumentado a distância entre os ricos e extremamente ricos e as camadas médias e pobres resultou num mal-estar generalizado, que foi logo explorado por políticos populistas ou pseudorrevolucionários que prometem uma mudança radical dos modos de produção e distribuição da renda.

Por outro lado, a combinação de um eleitorado mais bem-educado e, portanto, mais consciente de seus direitos (como o que a América Latina exhibe depois de quase três décadas de contexto democrático) com uma economia que gera cada vez maiores disparidades na renda dos ricos e dos super-ricos e o resto da população parece estar contribuindo também para a busca, por parte dos cidadãos, de alternativas politicamente heterodoxas, especialmente aquelas que prometem soluções de curto prazo e efetivas para as barreiras econômicas apontadas.

VI

Complicando mais as coisas, a concentração econômica gerada pelo modelo econômico predominante na região nas duas últimas décadas levou, em muitos países, à “captura” do Estado por parte de grupos econômicos. Quando – produto da maior circulação da informação que as novas tecnologias geraram – tais atos de captura se tornaram públicos, os escândalos se sucederam quase sem trégua na esmagadora maioria dos países da região, contribuindo para um desprestígio e uma desconfiança dos cidadãos a respeito dos partidos políticos e da política sem precedentes.

Embora caiba se perguntar em que medida o que acontece nesse âmbito na América La-

tina é simplesmente o fato de que existe uma maior consciência cidadã a respeito de atos de corrupção que ocorriam com igual (ou maior) frequência no passado, o mais relevante é que nunca antes a sociedade soube tanto a respeito de atos de corrupção do sistema político como atualmente, o que levou muitos latino-americanos a um preocupante desprezo pelo sistema de representação democrática.

Por outro lado, quando os escândalos de corrupção política ocorrem em contextos de desconfiança dos próprios foros em que se supõe se estabelecerão tanto a veracidade das acusações como as responsabilidades penais e civis dos funcionários, políticos e empresários envolvidos em ações corruptas (em outras palavras, quando se duvida da integridade de fiscais e juízes), o cidadão comum tende a desacreditar de tudo e de todos, isolando-se num ensimesmamento individualista extremamente daninho para a saúde das ainda jovens democracias latino-americanas.

VII

Considerando o efeito potencialmente devastador que a verdadeira onda de escândalos de corrupção dos políticos – e de seus partidos – impactou na vasta maioria dos países da região, vale a pena se deter um pouco mais nessa aresta da democracia latino-americana. Como o leitor deve perceber, cada vez mais se fica sabendo que um grupo econômico ou um empresário individual obteve condições regulatórias vantajosas como contrapartida às suas doações para as campanhas eleitorais de governos nacionais, regionais ou locais. Ou que foram beneficiados por legislações vantajosas como contrapartida de seus aportes para parlamentares. Assim, a própria essência do sistema de democracia representativa recebe um golpe descomunal. Se a “captura” de funcionários do Executivo e parlamentares por parte de grupos econômicos (nacionais ou estrangeiros) se torna habitual, chegará um momento em que o cidadão comum deixará de confiar no regime democrático representativo, o que o levará à mais completa indiferença a respeito do sistema democrático ou da busca de políticos antissistema (que reclamem para si a mais completa independência a

respeito de um sistema corrompido até a medula). Em ambos os casos, quem perde é a democracia, já que – no caso do desprezo eleitoral – o sistema corre o risco de implodir, como resultado da falta de um mínimo de eleitores que legitimem o processo democrático ou, no caso em que se recorra a um *outsider*, porque estes costumam ser indivíduos sem história política que ofereça garantias sobre a seriedade com que se comportarão no poder, nem ligação alguma com os partidos políticos existentes, algo conveniente eleitoralmente nesses ambientes de desconfiança, mas extremamente perigoso em termos de governabilidade.

VIII

Nas seções precedentes, depois de se destacar quão valioso é o fato de que, pela primeira vez na história da região (e por mais de um quarto de século), a quase totalidade dos países latino-americanos tenha exibido uma prática democrática, foi identificada uma série de limitações que afetam a maioria das democracias da região.

Nesta seção se sugere o contorno geral que uma agenda de fortalecimento democrático na América Latina deveria adotar, entendendo que, nesse campo, não existem os atalhos fáceis e que, inevitavelmente, alguns países contam com maiores dotações de capital institucional que outros, o que lhes facilita as coisas.

Se há um elemento comum que caracteriza todas as democracias latino-americanas (com a possível exceção dessa espécie de “milagre” democrático que é o Uruguai, país com a melhor *performance* nesse âmbito em toda a região), é a combinação de formas eleitorais democráticas com estruturas econômicas que geram crescentes brechas de desigualdade entre uma – cada vez menor – camada de grupos ricos e ultrarricos e a generalidade da população.

Essa característica, que convive com uma importante redução da pobreza em boa parte da região, demonstrou ser extremamente disruptiva para as perspectivas democráticas, tanto pelas tentativas daqueles que gozam de altos níveis de capital para “investir” parte do seu dinheiro em *lobby*, tráfico de influências e formas ainda mais corruptas de influência política como pelo mal-estar que gera nas camadas médias e baixas

a existência de brechas tão fortes na renda. O contexto descrito não está, claro, circunscrito à América Latina. Também ocorre em outras latitudes, embora seus efeitos sejam muito menos disruptivos para o sistema democrático nos contextos de países desenvolvidos e em que o regime político anterior se encontra inserido numa cultura da legalidade da qual carecem muitos países da região latino-americana.

Como não parece possível alterar, no curto prazo, as dinâmicas do capitalismo tardio que geram a concentração de renda em grupos cada vez menores, os esforços deveriam ser focalizados em evitar a todo custo que o enorme poder econômico que se acumula constantemente em poucas mãos se traduza num poder político superdimensionado, de maneira a assegurar uma mínima autonomia do campo político com relação ao campo econômico.

Em paralelo a isso (embora certamente esteja vinculado), dever-se-ia apostar fortemente no fortalecimento dos aspectos mais básicos de um Estado de direito, isto é, uma judicatura genuinamente independente dos demais poderes do Estado (e dos poderes econômicos) e com um mínimo de capacidade institucional para fazer executar suas decisões.

Os instrumentos para avançar nos dois planos mencionados anteriormente deveriam ser objeto de um estudo mais acabado, mas uma pista que se sugere é estudar os casos virtuosos da própria região latino-americana (Uruguai, Costa Rica e Chile, em relação ao Estado de direito, e o caso uruguaio, no que diz respeito à autonomia do campo político com relação ao campo econômico). A vantagem de se buscar chaves para avançar no fortalecimento da democracia na América Latina, mediante o expediente de estudar a fundo casos “virtuosos” da própria região, é que as metas parecerão mais alcançáveis para os países com necessidade de avançar em alguns dos planos cruciais apontados. Adicionalmente, a *expertise* necessária se encontrará mais facilmente disponível. E, finalmente, os possíveis “transplantes” legais ou institucionais necessários serão presumivelmente mais fáceis de realizar, dado o comum contexto histórico, social e cultural próprio da região latino-americana.

BIBLIOGRAFIA

- COUSO, Javier. "Sine Qua Non: On the Role of Judicial Independence for the Protection of Human Rights in Latin America", in *Netherlands Quarterly of Human Rights*, v. 33, Issue 2, 27 July 2015, pp. 251-8.
- O'DONNELL, Guillermo. "Polyarchies and the (un) Rule of Law in Latin America", in *Working Paper*, n. 254, Mayo 1998. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/254.pdf>.
- _____. "Horizontal Accountability in New Polyarchies", in *Journal of Democracy*, 9 (3), pp. 112-26.



**Democracia na América Latina:
da inovação institucional ao velho
problema do equilíbrio entre os poderes**

Leonardo Avritzer

resumo

Neste trabalho, analisamos a construção democrática latino-americana a partir da obra de Guillermo O'Donnell e da sua percepção acerca dos problemas para a construção da democracia, que ele identifica com a assim chamada "democracia delegativa". Iremos abordar a questão democrática na região a partir dos processos de constitucionalismo e o novo equilíbrio de poderes na América Latina. Especialmente neste último período, entre 2000 e 2015, houve um fortalecimento das instituições jurídicas, mas o nosso argumento é que esse fortalecimento ainda não gerou uma estrutura de equilíbrio de poderes compatível com a construção de uma democracia consolidada. Pelo contrário, é possível observar elementos de particularismo e hierarquia, que são próprios dos problemas históricos das instituições democráticas na região, se manifestarem nas novas instituições ou no novo equilíbrio entre as instituições.

Palavras-chave: democracia; delegativismo; equilíbrio de poderes.

abstract

In this work we analyze the building of democracy in Latin America from the perspective of Guillermo O'Donnell's views on the problems to the building of democracy in the region. He brought those problems under the umbrella concept of delegative democracy. We will approach the democracy issue in Latin America based on the new constitutional processes in the region and the new power balance it generated. During the period spanning from 2000 to 2015, legal institutions were strengthened in Latin America; however, as we see it, such process has not brought about a new structure of power balance compatible with a consolidated democracy. On the contrary, one can see traces of particularism and hierarchy – typical historical problems of democratic institutions in the region – emerge in the new institutions or in the new balance between institutions.

Keywords: democracy; delegativism; balance of powers.

A América Latina como cultura, práticas sociais e formas de autoentendimento constitui uma região com claras especificidades¹. Desde a sua independência, a região transita entre duas tendências antagônicas: de um lado, existem aqueles que procuram argumentar que nada de distinto em relação à tradição liberal ocidental existe na região, a não ser algumas lacunas (Veliz, 1980). Assim, esses autores, ao pensarem a formação do Estado e da democracia na América Latina, ou a formação da sociedade civil, tentam argumentar na direção da reprodução das mesmas estruturas existentes na Europa ou na América do Norte no mesmo período. Para eles, o constitucionalismo liberal foi a marca registrada da independência latino-americana (Veliz, 1980) e o associativismo de corte liberal foi a marca registrada dos processos dessa independência (Forment, 2003). Escapa a esses autores que, ao largo

desses processos, existiram outros fenômenos tão ou mais importantes, como, por exemplo, a recentralização administrativa que se seguiu ao liberalismo no período pós-independência ou simplesmente a inaplicabilidade do direito liberal na região durante o século XIX (Santos, 1996). O problema com esta linha de análise é que ela se concentra demasiadamente na ideia da falta para analisar o que foi frequentemente o fracasso rotundo de experiências ligadas ao liberalismo e à democracia na América Latina desde o século XIX até a recente incursão neoliberal (Pereira, 2007). Assim, para Veliz, o problema do liberalismo latino-americano pressupõe algumas lacunas: a falta de uma tradição feudal; a falta de disputa religiosa; a falta de uma revolução industrial e a falta de um desenvolvimento político parecido com aquele gerado pela Revolução Industrial (Veliz, 1980, pp. 3-4). A tentativa do autor, como de outros, é explicar a formação social e política latino-americana através de ausências identificadas na sua comparação com os países ocidentais, em especial, com a Europa e os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que encontramos, nas ciências sociais na América Latina, a tentativa de mostrar que nada há de específico na região, também observamos uma intenção de romper radicalmente com qualquer continuidade de con-

1 Existem diferentes origens atribuídas à expressão “América Latina” que evidentemente incluem alguns grupos sociais e excluem outros grupos. A origem do termo remonta à palavra *latin* ou *latina*, que encontra diversas definições na literatura. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez pelo publicista colombiano José María Torres Caicedo, em 1856. O uso mais corrente da expressão “latino-americana” se deu no início do século XX, por diversos intelectuais de influência decisiva no continente, entre eles José Enrique Rodó e José Carlos Mariátegui, quando passou a ter um significado político, geográfico e cultural, ainda que na sua acepção originária haja o problema da não inclusão do elemento indígena (Bruir, 2000).

LEONARDO AVRITZER é professor titular de Ciência Política da UFMG, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política e autor de, entre outros, *A Moralidade da Democracia* (Perspectiva).

ceitos e argumentar pela total especificidade das formações sociais latino-americanas. A tentativa mais clara nessa direção foi de Richard Morse. De acordo com o autor, a especificidade da formação política latino-americana deve ser ligada à rejeição do liberalismo pelo pensamento tomista na Península Ibérica. Durante o século XVI, à medida que o liberalismo se desenvolvia no mundo anglo-saxão, desenvolvia-se também uma rejeição a ele na Península Ibérica (Morse, 1989, pp. 86-7). Essa rejeição à tradição de direitos individuais acabou, segundo Morse, gerando uma tradição completamente separada da que irá prevalecer na Europa e que Morse procura valorizar. Só que tal empreendimento tem um alto custo, qual seja, a desvinculação da tradição latino-americana de qualquer tentativa de construir um conceito de direitos humanos, democracia e justiça (Avritzer, 2002). Diversos autores enfatizaram a mesma questão que Morse, chegando a diferentes conclusões. Alguns utilizaram a ideia da especificidade cultural para analisar o autoritarismo ou o corporativismo na região, argumentando que a especificidade cultural apontava nessa direção (Wiarda, 1980; Huntington, 1992). Outros autores utilizaram a mesma literatura para defender a especificidade das estruturas culturais e políticas alternativas (Damatta, 1996). O problema com essa linha da análise é que ela nunca é capaz de demarcar o limite do alternativismo e, quando o demarca, nunca é possível saber se aquelas propostas políticas ou culturais que mais se afastam da relação com o paradigma europeu são as melhores. Por outro lado, elas ignoram (Mignolo, 2003) aspectos fundamentais da formação latino-americana que a tornam distinta de formações como a asiática e de estudos sobre a reapropriação da política e do conhecimento nesta região² (Chatterjee, 2000).

Nem a teoria da replicação, nem a teoria da especificidade completa prosperaram muito na região latino-americana. As teorias sobre o entendimento da América Latina que se tornaram

mais influentes foram aquelas que perceberam que a especificidade latino-americana consiste em um diálogo crítico com as estruturas europeias e norte-americanas, diálogo este que implica pensar paradigmas específicos para o entendimento da região ou pelo menos pensar uma forte adaptação das estruturas ocidentais/liberais para a região (Cardoso, 1976; Canclini, 1990). A teoria da dependência nas suas diferentes versões procurou analisar a especificidade da América Latina através de uma adaptação do conceito de classe social à realidade local. Para Cardoso e Falleto, uma mudança no ciclo de produção conduzia a uma mudança na aliança de classe predominante e, conseqüentemente, uma mudança na estrutura do Estado (Cardoso & Falleto, 1976). Apesar da clara limitação epistemológica da teoria empregada, de acordo com a qual cada grupo de atores sociais existentes em cada parte da América Latina deve ser derivado diretamente do tipo de produção econômica existente na região (Avritzer, 2002), o marco teórico proposto por Cardoso e Falleto tem um elemento positivo claro, qual seja, a percepção de que conceitos derivados da tradição europeia ou ocidental devem ser adaptados e analisados na sua especificidade local para fazerem sentido na América Latina. O mesmo entendimento pode ser derivado da obra de Garcia Canclini com o seu conceito de hibridação. Apesar de o autor não trabalhar a especificidade da América Latina, ele aborda a especificidade do conceito de moderno na região. Para ele, a América Latina vive “um conflito entre tradição e modernidade que não aparece como o esmagamento dos tradicionalistas pelos modernizantes, nem como uma resistência constante dos setores populares determinados a manterem as suas tradições. A interação é mais sinuosa e mais sutil” (Canclini, 1995, pp. 9), o que denomina de “hibridação”. Assim, tanto Canclini quanto Cardoso e Falleto percebem que o problema para o entendimento da América Latina não passa pela negação dos conceitos emergentes na literatura denominada ocidental, mas pela sua aplicação sem levar em conta suas especificidades sociais, políticas e culturais.

Neste trabalho, iremos aplicar essa mesma concepção metodológica à ideia da construção democrática na América Latina. Para isso iremos, em primeiro lugar, abordar a obra de Guillermo O'Donnell e a sua percepção dos problemas para

2 Vale a pena ressaltar duas grandes diferenças entre a América Latina e a Ásia. A América Latina sempre teve um vínculo com a tradição ocidental e ainda que tenha experimentado institucionalidades paralelas, estas últimas sempre estiveram em relação com a modernidade ocidental. No caso da Ásia, a relação com o Ocidente, que varia entre diferentes países, é muito mais distante (Chatterjee, 2005).

a construção democrática na América Latina, que ele identifica com a assim chamada “democracia delegativa”. Em seguida, iremos abordar o processo de constitucionalismo e o novo equilíbrio de poderes na América Latina para tentar mostrar que, no último período, há um fortalecimento das instituições legais, mas ainda não suficiente para gerar uma estrutura de equilíbrio de poderes compatível com a construção de uma democracia consolidada. Pelo contrário, é possível observar elementos de particularismo e hierarquia se manifestarem nas novas instituições ou no novo equilíbrio entre as instituições.

DEMOCRATIZAÇÃO, DELEGATIVISMO E EQUILÍBRIO DE PODERES

Os teóricos da transição democrática marcaram profundamente os estudos sobre democracia na América Latina e aprofundam a ruptura com a teoria da modernização que influenciou toda a região, a partir da ênfase que os autores colocam no papel democratizante das instituições (O'Donnell, Schmitter & Whitehead, 1986; Diamond, Linz & Lipset, 1989). Os teóricos da transição reconhecem a importância política dos atores e traduzem o papel destes sob a lente elite/massas do elitismo democrático, o que os leva a subsumir tais atores ao jogo político entre as elites. Quatro atores principais são identificados por O'Donnell e Schmitter em seu clássico livro que está completando 30 anos de publicação. Para eles, os duros, os moderados, a oposição radical e a oposição moderada são os atores cuja ação irá determinar os desfechos democráticos ou não democráticos.

Sabemos que a correlação de forças entre esses atores gerou casos distintos. O caso do Brasil é claramente uma situação de negociação entre os moderados do regime militar e a oposição moderada, no caso, o MDB. No caso da Argentina, o colapso do regime levou a que os duros e *blandos* não tivessem qualquer papel na ordem democrática posterior e que houvesse forte punição das violações de direitos humanos. Por fim, tivemos o caso chileno, com a altíssima dose de continuidade com o regime anterior, que se expressa nos vetos às mudanças constitucionais determinados pelo modelo eleitoral.

Ainda assim, independente dos diferentes modelos de democratização, Guillermo O'Donnell (1994, 1996, 2004) levantou um problema que inicialmente chamou de delegativismo e que acabou levando a uma literatura sobre a qualidade da democracia na região. O'Donnell tratou esse problema no interior das relações entre política e cultura. Para ele, as mudanças político-institucionais e a vitória, no jogo político competitivo, das elites democráticas produziram de imediato o enraizamento de valores e práticas democráticas no seio societário, mas não entre as elites políticas. Assim, se constata já nos anos 90, no âmbito de sua reflexão sobre a “democracia delegativa”, que a institucionalização da democracia nas novas poliarquias latino-americanas não havia abolido as práticas “clientelistas” e “particularistas”. O'Donnell (1994, 1996) remete tais problemas a vícios da elite (Avritzer, 2002, p. 32) que se expressam no sistema político, especialmente na estrutura de divisão de poderes. Para ele,

“[...] as democracias delegativas se fundamentam em uma premissa básica: o que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final de seu mandato. Tipicamente, os candidatos presidenciais vitoriosos nas democracias delegativas se apresentam como estando acima de todas as partes; isto é, dos partidos políticos e dos interesses organizados. Nessa visão, outras instituições — como o Congresso e o Judiciário — são incômodos que acompanham as vantagens internas e internacionais de ser um presidente democraticamente eleito. A ideia de obrigatoriedade de prestar contas (*accountability*) a essas instituições, ou a outras organizações privadas ou semiprivadas, aparece como um impedimento desnecessário à plena autoridade que o presidente recebeu da delegação de exercer” (O'Donnell, 1994, pp. 30-1).

Assim, encontramos nesse autor um diagnóstico da democracia na América Latina, no começo dos anos 90, que se situa entre a especificidade e um diálogo mais amplo com as teorias da democracia, este último presente na questão da qualidade das democracias expresso pelo conceito dahlsiano de poliarquia. A especificidade

assenta-se no fato de que as democracias carecem de um elemento de qualidade que deteriora algumas instituições, entre as quais a *accountability* e o Poder Judiciário. Na próxima seção deste artigo irei mostrar a evolução dessas questões, para voltar mais à frente com o problema do delegativismo e da divisão dos poderes nesses últimos anos que marcam o fim de uma hegemonia de esquerda na região (Levitski & Roberts, 2011).

CONSTITUCIONALISMO, PARTICIPAÇÃO E EQUILÍBRIO DE PODERES

O novo constitucionalismo latino-americano é um processo que tem a sua origem na elaboração de novas Constituições, o que ocorreu no Brasil em 1988, na Colômbia em 1991, no Paraguai em 1992, no Peru em 1993, na Venezuela em 1999, no Equador em 2008 e na Bolívia em 2009 (Uprimny, 2012). Essas novas Constituições tiveram diversas características enumeradas por diversos autores (Gargarella, 2012; Uprimny, 2012). Neste artigo, irei sustentar que o novo constitucionalismo tem três características principais: a primeira delas é a forte ampliação de direitos, em especial dos direitos das comunidades tradicionais, o que altera o desenho das comunidades políticas; em segundo lugar, a ampliação das formas de participação existentes ao largo da deliberação pelo Executivo e pelo Legislativo, o que altera o escopo do exercício da soberania; e, em terceiro lugar, um novo papel do Poder Judiciário, o que muda o equilíbrio de poderes tradicional na América Latina. Permitam-me elaborar essas três dimensões.

O primeiro ponto importante a ser destacado é que o novo constitucionalismo amplia os direitos, em especial, os direitos das comunidades tradicionais. Esse é o caso das Constituições do Brasil, da Colômbia, da Bolívia, do Equador e das reformas constitucionais mexicanas entre 1992 e 2002 (Baldi, 2012). Esses direitos são reconhecidos de modo diferenciado. No caso da Colômbia – que foi pioneira nesse aspecto –, a Constituição, nos seus artigos 7 e 10, reconheceu a diversidade étnica da nação colombiana e também sua diversidade linguística. A Constituição colombiana também transformou os dialetos locais em oficiais nos seus próprios territórios (Colômbia, 1991).

Outros países latino-americanos também ampliaram fortemente o reconhecimento das suas comunidades tradicionais, como foi o caso da Bolívia, em que o artigo 1 da Constituição estabeleceu o princípio do Estado plurinacional, entendendo a pluralidade como jurídica, política, cultural, econômica e linguística (Bolívia, 2008). O artigo 256 também compatibilizou a tradição de direitos plurais com os tratados internacionais firmados pelo país, estabelecendo um marco mais amplo do que o do Estado nacional para a vigência de direitos (Uprimny, 2012).

O Brasil reconheceu, na sua Constituição de 1988, o direito das comunidades tradicionais, mas de forma indireta e incompleta quando comparado aos países andinos. A Constituição brasileira de 1988 reconheceu os direitos dos povos indígenas nos artigos 20, 22, 129, 216, 231 e 232. Todos eles são formas indiretas de reconhecimento. No artigo 20, as terras indígenas passam a pertencer à União; no artigo 22, a União passa a ter o direito privativo de legislar sobre terras indígenas; no artigo 129, o Ministério Público torna-se defensor dos direitos indígenas; no artigo 216, os indígenas passam a fazer parte do patrimônio cultural e imaterial brasileiro; no artigo 231, há o reconhecimento dos costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, considerando-se nulos e sem efeitos os títulos de propriedade sobre terras indígenas concedidos a particulares; e no artigo 232, aos índios é reconhecida a capacidade para ingressar em juízo para a defesa de seus direitos (Brasil, 1988). Assim, no caso brasileiro, são produzidas garantias em relação à posse da terra, um problema recorrente na história do país, mas não são garantidos direitos de autogoverno e autolegislação (Baldi, 2012). O mesmo é verdadeiro em relação às comunidades quilombolas: o Brasil reconheceu o direito das comunidades quilombolas à propriedade coletiva das terras por elas ocupadas no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas esse direito tem sido pouco garantido devido à necessidade de desapropriação dessas terras pela União, diferentemente do caso da terra indígena (Gomes, 2009).

Assim, no que diz respeito à invenção das comunidades, pode-se afirmar que o novo constitucionalismo iniciou um processo ativo de reinvenção das comunidades, ao reconhecer e redefinir

as pluralidades nacionais. Os processos latino-americanos de independência foram deficientes na invenção das suas comunidades políticas, na medida em que excluíram do próprio conceito de comunidade grupos relevantes e, muitas vezes, majoritários em termos populacionais (Van Cott, 2008). O novo constitucionalismo corrigiu esse processo. Seja no caso dos países andinos, seja no caso brasileiro, as comunidades que resultaram dos processos de colonização são redefinidas para além dos processos de homogeneização que constituíram os Estados nacionais. Passam a existir nos países latino-americanos comunidades plurais, nas quais os grupos minoritários têm reconhecido o direito à diversidade, à terra e à preservação do seu patrimônio cultural.

O segundo elemento do novo constitucionalismo latino-americano é a ampliação dos direitos de participação. Diversas Constituições no continente sul-americano avançaram fortemente em relação às formas de participação da população nas políticas públicas. Entre elas, vale a pena destacar a Constituição brasileira de 1988 e a Constituição colombiana de 1991, no que diz respeito à participação das comunidades afrodescendentes, a Constituição equatoriana de 2008, a Constituição boliviana de 2009 e a Constituição venezuelana de 1999, que aqui será tratada como um caso à parte³. Permitam-me abordar separadamente os diferentes casos.

No que diz respeito à organização da soberania e da participação, a Constituição brasileira de 1988 buscou romper com uma tradição de baixa participação social existente no Brasil e redefinir a maneira de exercício da soberania na redação do seu artigo primeiro. No parágrafo único do artigo primeiro, o legislador constituinte deixou claro que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Esse postulado geral de cidadania ampliada

se manifestou em mais de dez outros artigos da Constituição, entre os quais os artigos dos direitos sociais e os que tratam da organização dos poderes, em especial, os delimitadores dos poderes das comissões do Congresso Nacional e suas Casas, as quais podem até mesmo convocar audiências públicas com entidades da sociedade civil. Aí reside a origem de uma fortíssima institucionalidade participativa que existe hoje no Brasil.

A Constituição de 1988 gerou cinco formas diferentes de participação: o plebiscito, o *referendum* e a iniciativa popular; os conselhos de políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e políticas urbanas; os chamados “planos diretores municipais”; a possibilidade de participação no Legislativo, concretizada na participação popular nas comissões parlamentares; e, por último, a possibilidade de participação nos legislativos estaduais. Desse modo, ela ampliou fortemente as formas de participação no Brasil. Existem hoje no país, segundo o Ipea, cerca de 1.500.000 conselhos que envolvem, pelo menos, 10 milhões de pessoas, se supormos dez membros por conselho de política (Avritzer, 2010). Ressalte-se que também a legislação infraconstitucional foi responsável pela ampliação da participação popular no Brasil. Para exemplificar, podemos citar a Lei 9.868/99, a qual possibilitou a realização de audiências públicas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Temos, na América Latina, outros casos de participação tão fortes quanto o brasileiro, como o da Bolívia. A Constituição boliviana define, no seu artigo 11, que a forma de governo na Bolívia é a democracia “participativa, representativa, comunitária”. Ela define diversos tipos de participação, entre as quais a assembleia, a consulta prévia, a iniciativa legislativa cidadã, o referendo e a revogabilidade de mandatos (Lombardo Jorge & D’Avila, 2009). Ainda no seu artigo 26, prevê um conjunto de formas de participação adicionais, entre as quais vale ressaltar processos de democracia comunitária, exercidos através de normas e procedimentos próprios. As consequências da participação na Bolívia são importantes, em especial aquelas ligadas à participação do próprio movimento indígena no interior das comunidades indígenas autônomas, tal como foi o caso recente da construção de uma estrada dentro do Parque

3 O motivo de tratar o caso venezuelano à parte dos outros está ligado a dois fatos: a origem não democrática do chavismo, que tem elementos evidentes de ruptura política com a democracia; os elementos de politização do constitucionalismo com a associação entre a participação política e a defesa do chavismo. Ainda assim, a Constituição venezuelana tem elementos similares aos das outras Constituições latino-americanas no que diz respeito à participação.

Nacional Isidoro Sécore. A partir do protesto contra a passagem da rodovia no interior do parque, o governo boliviano convocou uma consulta popular sobre o assunto, demonstrando a operacionalidade das formas de participação introduzidas pela Constituição, não obstante haver um movimento de questionamento da própria constitucionalidade da lei de consulta, discutindo-se inclusive a representatividade do conselho indígena a ser consultado.

Por fim, temos as formas de participação na Venezuela e no Equador. A Venezuela e o Equador são casos um pouco distintos dos do Brasil, da Colômbia e da Bolívia, no que diz respeito à origem dos mecanismos de participação. É possível afirmar que, no Brasil, na Colômbia e na Bolívia, os mecanismos de participação são resultado da interação entre Estado e sociedade e de fortes reivindicações participativas da sociedade (Avritzer, 2009; Garavito, 2002). Na Venezuela e no Equador, as formas de participação são *top-down* (Fung & Wright, 2003) e têm origem no próprio processo constituinte. Ainda assim, as duas Constituições têm um conjunto de artigos participativos. No caso da Constituição venezuelana, esses artigos são o 6 e o 70. O artigo 6 afirma que a república bolivariana da Venezuela terá um governo “[...] *democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables*”. Ainda que muitos elementos dessa definição não estejam claros, como a ideia de um governo alternativo, a Constituição da Venezuela estabelece uma definição ampliada de democracia, tal como nos casos do Brasil e da Bolívia. Ainda no artigo 70, temos uma série de instrumentos de participação democrática, tais como o *referendum*, a consulta popular, a revocatória do mandato, as iniciativas legislativas, o *cabildo* aberto e a assembleia de cidadãos. Assim, temos também, na Venezuela, um amplo cardápio participativo, que gerou iniciativas de participação infraconstitucionais, tais como os “*consejos ciudadanos*”. O que está claro no caso da Venezuela é que esse cardápio participativo está fortemente vinculado ao chavismo e sua proposta de politização da sociedade civil (Lopes Maia, 2011).

Por fim, temos o Equador, que, nesse sentido, se assemelha muito à Venezuela. Em seu artigo 1, a República do Equador é definida como tendo um governo republicano e descentralizado, com

reconhecimento de formas de participação direta previstas na própria Constituição. O Título IV da Constituição, que define a organização e participação no poder, além de elencar os princípios de participação, lança amplo conjunto de outras formas de participação, tal como nos casos da Bolívia e Venezuela, entre as quais se destacam a consulta popular, o *referendum* e a revocatória de mandato. O caso do Equador, junto ao da Venezuela, é o mais instrutivo em relação à introdução de formas de participação *top-down*, que têm sido apontadas pela literatura como muito pouco efetivas ou frequentemente antidemocráticas, tal como foi o plebiscito de revisão da Constituição realizado em 2011 (Simon, 2010).

Assim, podemos afirmar que o novo constitucionalismo latino-americano possui, de fato, uma concepção de participação política que se expressa, em primeiro lugar, em uma definição da soberania e do governo diferente daquela que se encontra nas Constituições das democracias mais consolidadas e também nas Constituições latino-americanas do século XX. Nessa definição, a soberania é ampliada e se desdobra em algumas formas de participação como conselhos, “*consejos comunales*”, autônias indígenas, orçamento participativo, planos diretores, entre outras. É verdade que essas formas funcionam diferenciadamente (Seele & Peruzzotti, 2010), mas o princípio de uma maneira diferente de definir soberania política é parte comum da tradição do novo constitucionalismo, o que o diferencia da tradição constitucionalista anterior.

O novo constitucionalismo latino-americano também ampliou o papel do Judiciário no sistema de decisão política, que é um tema central neste artigo devido a prognósticos muito pouco otimistas feitos por O’Donnell sobre a estrutura de equilíbrio de poderes na região. Segundo Tate e Vallinder (2002, p. 28), a judicialização possui dois elementos principais: a transferência de decisões sobre políticas públicas, antes tomadas pelo Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, e o processo a partir do qual a tomada de decisões na arena política assume elementos quase judiciais. Baseando-nos nesses autores, podemos afirmar que o novo constitucionalismo aumentou as prerrogativas do Judiciário e abriu caminho para o seu crescente protagonismo. Sabemos que a tradição latino-americana, até o final dos anos 80, era mais orientada

para o *gap* entre norma jurídica e descumprimento (Rosen, 1980; Verner, 1984). A partir das novas Constituições latino-americanas, a questão do *incumplimiento* ou da falta de efetividade se torna menos importante e passa a ser substituída pela questão do novo protagonismo do Poder Judiciário. Vale a pena diferenciar alguns casos.

No caso do Brasil, a Constituição aprimorou o controle de constitucionalidade e ampliou o papel da sociedade civil nesse processo. O artigo 103 da Constituição de 1988 prevê a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) e amplia os atores que podem argui-la. Até 1988, apenas o procurador geral da República arguia a inconstitucionalidade, a qual foi ampliada não apenas para outros atores estatais, como também para atores da sociedade civil. Foi essa modificação que permitiu a ampliação das Adins e um forte trânsito entre sociedade civil e Estado em diversas Adins. Entre 1988 e 2010, já foram ajuizadas 1.335 Adins, 877 em relação a medidas do Poder Executivo e 458 em relação a medidas do Poder Legislativo (Sundfeld et al., 2011, p. 26). O ativismo da sociedade civil nessas Adins é bastante alto, ainda que a taxa de sucesso seja bem mais baixa.

O segundo caso importante é o da Suprema Corte colombiana, depois da Constituição de 1991. Tal Constituição outorgou à Suprema Corte um

conjunto de funções muito importantes, entre as quais a possibilidade de ouvir ações ou apelos, denominados “ações de tutela”, as quais podem ser iniciadas por qualquer indivíduo (Landau & López-Murcia, 2009). Além disso, o artigo 93 judicializou o tratamento dos direitos humanos pela Corte, ao considerar vinculantes os tratados internacionais de direitos humanos. Assim, temos um segundo caso de fortalecimento do Judiciário no contexto latino-americano. A Corte Constitucional colombiana tem declarado a inconstitucionalidade em um conjunto bastante amplo de questões ligadas à cidadania. Uma dessas declarações (ou injunções) foi a que julgou inconstitucional a situação da população deslocada pela guerra civil contra as Farc (Landau & López-Murica, 2009, p. 80). A Corte Constitucional colombiana também atuou fortemente em casos ligados a direitos sociais, declarando inconstitucional a cobrança do imposto sobre o valor agregado a produtos de primeira necessidade, ou ordenando a indexação dos salários de funcionários públicos (Uprimny, 2012, p. 59). Por fim, a Corte assumiu uma postura extremamente ativa, ao tomar a importantíssima decisão de declarar a inconstitucionalidade da lei que aprovou um terceiro mandato para o ex-presidente Uribe.

Temos ainda três casos adicionais nos países que estamos tratando neste artigo, que são bas-

TABELA 1

Modelo constitucional latino-americano e o novo constitucionalismo

| País | Brasil | Colômbia | Bolívia | Equador | Venezuela |
|--|--|--|---|--|---|
| Período 1930 fim do autoritarismo | Ruptura constitucional com predomínio do Executivo. Executivo forte com baixas prerrogativas do Poder Judiciário em todos os períodos. | Predomínio do Executivo. Suprema Corte não interferiu na decretação de estado de emergência. | Diversas rupturas constitucionais com predominância do Executivo. | Diversas rupturas constitucionais com predominância do Executivo. | Predominância do Executivo com gestão democrática pós-Punto Fijo. |
| 1988 a 2009 | Poder Judiciário recupera prerrogativa com os artigos 102 e 103 entre outras formas de controle. | Suprema Corte ativa com ação de tutela. | Suprema Corte ativa aceitando o pluralismo jurídico. | Suprema Corte ativa e pluralismo jurídico, mas subordinada ao Executivo. | Predominância do Executivo com intervenção no Judiciário. |

tante diferentes. O caso da Venezuela é o mais instrutivo em relação à manutenção de um velho padrão latino-americano de intervenção do Executivo no Judiciário. O presidente Chávez demitiu o presidente da Suprema Corte venezuelana e a Constituição reestruturou o sistema de equilíbrio de poderes em cinco poderes, retirando algumas das prerrogativas da Suprema Corte (Villa, 2005).

Os outros dois casos, o do Equador e o da Bolívia, parecem bastante diferentes. Ambos estão estruturados em Constituições que ampliaram fortemente a tradição de direitos e a autonomia do Poder Judiciário. Ainda assim, vale a pena diferenciá-los. Na Bolívia, temos efetivamente a tentativa de instalação do pluralismo jurídico, com fortes autonomias indígenas, baseadas em uma justiça alternativa. A Constituição boliviana entende o país como “um estado unitário social de direito plurinacional comunitário” (Bolívia, 2009). Essa pluralização se manifestou de forma ambígua em muitos conflitos, mas aguarda decisões importantes da Corte, especialmente no caso recente da suposta inconstitucionalidade da Lei Corta (Lei 180, de outubro de 2011) e da Lei de Consulta Prévia (Lei 222, de fevereiro de 2012). A “Lei Corta”, que é fruto da assim chamada “oitava marcha indígena”, acabou gerando a necessidade de um plebiscito entre a população indígena, o qual se tornou polêmico, haja vista a suposta violação do caráter prévio da consulta e a parcialidade da representatividade indígena. Há casos, como o da Sentença Constitucional 295/03, nos quais a Corte Constitucional da Bolívia já se pronunciou, reconhecendo os direitos indígenas. Nessa sentença, especificamente, a Corte concedeu o pedido de tutela de um casal de uma comunidade indígena, o qual estava sendo ameaçado de expulsão, afirmando, todavia, que o mencionado casal deveria respeitar as normas comunitárias. Assim, é possível apontar a Bolívia como um caso de pluralização do direito com ativismo judicial.

Por fim, temos o Equador, que se encaixa em um padrão semelhante ao da Bolívia. No que diz respeito ao texto constitucional, a Constituição equatoriana também reconheceu o direito indígena e ampliou a competência do Judiciário, garantindo, principalmente, fortes direitos de acesso ao Poder Judiciário no seu capítulo oitavo, que trata dos di-

reitos de proteção, no artigo 75 e seguintes. Além disso, há no caso equatoriano um forte debate sobre o *Consejo de la Judicatura de Transición*, o qual está encarregado de reestruturar o Poder Judiciário no país e que, para fazê-lo, tem removido um grande número de juízes.

Assim, é possível mostrar um padrão de mudança na atuação do Poder Judiciário na região, o qual perpassa todos os países, com exceção da Venezuela e, provavelmente, do Equador. Em todos os casos, não só as Constituições ampliaram fortemente a estrutura de direitos, mas foi possível também ampliar o papel do Judiciário na implementação desses mesmos direitos. O Poder Judiciário é hoje mais ativo na América Latina em duas funções: na contenção de ilegalidades cometidas pelo Estado, tal como fica muito claro nas ações de tutela na Colômbia, e na efetivação da ampliação de direitos no Brasil, Colômbia e Bolívia. O Judiciário constitui também um instrumento de ampliação dos direitos plurinacionais, especialmente no caso da Bolívia e, em alguma medida, no do Equador⁴. Assim, temos de fato um constitucionalismo que mudou um padrão histórico de exercício do poder, na medida em que moderou uma tendência de Executivo presidencial e criou uma estrutura de direitos e um Judiciário mais independente. A questão, no entanto, que irei discutir na seção final deste artigo, é se podemos dizer se especificidades históricas que impediam uma democratização mais profunda da região continuam existindo ou foram superadas.

NOVOS IMPASSES NA DIVISÃO E EQUILÍBRIO DE PODERES

O fim de uma década de governos de esquerda na América (Levitski & Roberts, 2011) e de um *boom* de crescimento econômico volta a colocar dilemas para a democracia na América Latina. Esses dilemas, mais uma vez, estão concentrados em torno do funcionamento do Executivo e do Judiciário e da estrutura de equilíbrios de poder.

4 O caso equatoriano é um pouco mais ambíguo que o boliviano, em especial no que diz respeito às relações entre Poder Executivo e Suprema Corte.

Em primeiro lugar, passamos por mais uma onda de conflitos em torno do Poder Executivo, o que a princípio pode ser positivo. A centralização das estruturas de poder em torno do Executivo foi, para Guillermo O'Donnell, parte do problema para a construção democrática na região. Os chamados *impeachments* populares (Peres-Linan, 2007) são uma demonstração do que existe de errado com a centralização das disputas políticas no Poder Executivo. A inclusão do Brasil no campo dos países com *impeachments* populares mostra que o problema é muito mais complicado e está ligado à falta de um entendimento mais profundo sobre as estruturas do Estado no momento de fortes disputas políticas.

O mesmo podemos dizer sobre os primeiros meses de um governo Macri e o início de uma presidência de Michel Temer, que pode ser interina ou não. Assistimos a elementos de “delegativismo” com uma atuação dos dois muito além dos mandatos recebidos. No caso de Macri, no qual, pelo menos, houve uma eleição, vemos uma extrapolação em relação à agência de controle de meios e à nomeação de membros do Poder Judiciário por decreto, lembrando que a Argentina tem um sistema no qual o presidente governa alguns meses sem que o Congresso esteja em pleno funcionamento. Já no caso de Temer, a situação é mais grave porque não há nenhum mandato que justifique uma forte mudança de curso ancorada apenas em um Congresso sem nenhuma legitimidade. Por fim, vale a pena ficar de olho no caso peruano, no qual o pior, a eleição de Keiko Fujimori, foi evitado, mas não sabemos a que preço. Assim, no caso do Poder Executivo, voltamos a discussões feitas nos anos 70 por Juan Linz e nos anos 90, por O'Donnell. Ele é o poder ativo, mas a sua disputa em momento de fortes mudanças políticas passa por regras não escritas, acordos intraoligárquicos e fortes modificações das regras do jogo. O deslocamento da centralidade absoluta do Poder Executivo tem que ser feito a partir de regras claras, e isso continua sendo um problema para a construção da democracia na região.

Por fim, vale a pena avaliar a grande mudança política da região nos últimos 20 anos, que é a emergência de um Poder Judiciário com prerrogativas de fato. O Judiciário, tal como foi mostrado anteriormente, se fortaleceu, em países como a Co-

lômbia, o Brasil, o Chile e a Argentina. Em todos esses casos, houve um forte aumento de prerrogativas do Poder Judiciário, o que, em um primeiro momento, fortaleceu práticas democráticas na região. A atuação da Suprema Corte colombiana ao declarar a inconstitucionalidade de um terceiro mandato para Uribe ou a tentativa de estabelecer limites à ação de um Poder Executivo muito forte centrado na luta contra as Farc parece ser um bom exemplo desse fortalecimento (Uprimny, 2012). O mesmo pode ser afirmado em relação ao Poder Judiciário na Argentina, que se fortaleceu de forma significativa no período pós-autoritário ao julgar os ex-integrantes das juntas militares por graves violações dos direitos humanos. O Brasil se coloca como um terceiro caso, no qual, de um lado, houve uma forte continuidade do poder judicial com a estrutura judicial do período autoritário. De outro, a partir da Constituição de 1988 e dos seus artigos 103 e 104, há uma enorme ampliação das prerrogativas do Poder Judiciário, que passa a ter o poder de declarar a inconstitucionalidade de atores do Poder Executivo e que disputa e ganha prerrogativas antes detidas pelo Congresso Nacional. No entanto, vemos um último período de forte politização do Judiciário, no qual membros do Supremo Tribunal Federal se pronunciam em público sobre questões políticas se eximindo de tratá-las na linguagem judicial, para nos referirmos aqui à já clássica abordagem de Tate e Vallinder. Desse modo, temos um Poder Judiciário mais forte, mas que não necessariamente fortalece as regras do Estado de direito e da institucionalidade democrática.

Assim, abre-se um novo período em que, mais uma vez, as regras da disputa dos conflitos políticos estão em aberto. Esses conflitos são precipitados por mais uma inflexão no desempenho da economia, que acabou de passar por um momento excepcional. Nada há de errado com o fato de a economia passar por inflexões, o que desde 2008 tem ocorrido com as principais economias do mundo democrático. Mas a inflexão econômica gera conflitos distributivos e abre a luta por novos projetos. É exatamente aí que aparecem mais uma vez os problemas para a construção democrática na América Latina. Poder Executivo e Poder Judiciário se fortaleceram e passaram por um momento positivo pautado pela resolução de conflitos no interior das regras democráticas. Novos atores

estão presentes na cena política, o que mais uma vez é altamente positivo. Mas a volta à tona de um projeto conservador na região e a disputa do poder ou da hegemonia por meios pouco democráticos mostram que, mais uma vez, o problema histórico que se coloca para a construção democrática é resolver conflitos, quando eles emergem, dentro da institucionalidade democrática. Talvez tenhamos superado o dilema apontado por O'Donnell,

no começo dos anos 90, em relação aos poderes e ao seu equilíbrio, mas há um problema de fundo no conceito de democracia delegativa que continua operando, qual seja, o da obediência às regras do jogo democrático por aqueles que atuam nas instituições. Esse será provavelmente o problema que irá indicar, ao final deste período de forte instabilidade política que atinge a América do Sul, o quanto a democracia na região avançou.

BIBLIOGRAFIA

- AVRITZER, L. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 2002.
- _____. *Dinâmica da Participação Local no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2010.
- O'DONNELL, G. "Delegative Democracy", in *Journal of Democracy* 5 (1), 1994, pp. 55-69.
- _____. "Uma Outra Institucionalização", in *Lua Nova* n. 37, 1995, pp. 5-32
- _____. "Horizontal Accountability in New Democracies", in *Journal of Democracy*, vol. 9, n. 3, 1998, pp. 112-26.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. *Transitions from Authoritarian Rule*, vol IV. Baltimore, John Hopkins University Press, 1986.
- ROSEN, K. "The Jeito", in *American Journal of Comparative Law*, 1980.
- SEELE, A.; PERUZZOTTI, E. *Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America*. Washington, Wilson Press/John Hopkins University Press, 2010.
- TATE, C.; VALLINDER, T. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York, New York University Press, 1995.
- UPRIMNY, R. "Las Transformaciones Constitucionales Recientes en América Latina: Tendencias y Desafíos", in César Rodríguez Garavito (coord.). *El Derecho en América Latina: Un Mapa para el Pensamiento Jurídico del Siglo XXI*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2012, pp. 109-37.
- VAN COTT, D. L. *Radical Democracy in the Andes*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- VELIZ, C. *The Centralist Tradition in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1980.



A democracia no México

Rubén Aguilar Valenzuela

resumo

Ao término da fase armada da Revolução Mexicana (1910-1920), o grupo vencedor elabora um sistema político que permite dirimir o poder pela via institucional, que se caracteriza pelo presidencialismo, o partido de Estado e o corporativismo. Em 1977 inicia-se o processo da transição democrática, que termina em 2000, com triunfo do candidato opositor, Vicente Fox. Põe-se fim a 80 anos de um regime autoritário, mas nunca ditatorial. Hoje é uma realidade a intensa competitividade eleitoral. Agora a democracia mexicana se enfrenta com um conjunto de desafios maiores que é indispensável vencer, em curto tempo, para consolidar e aperfeiçoar o sistema. Três dos mais importantes são: acabar com a corrupção, reduzir os níveis de desigualdade social e ampliar os espaços de participação dos cidadãos.

Palavras-chave: transição; alternância; corrupção; desigualdade; bem-estar.

abstract

When the armed phase of the Mexican Revolution (1910-1920) came to an end, the winning group developed a political system which allowed for dissolving power institutionally, and which was characterized by a presidential system, a State party and corporatism. In 1977, a process of democratic transition was started; and it ended in 2000 with the victory of Vicente Fox, the opposing candidate. The 80-year-long period of an authoritarian, albeit not dictatorial, regime was ended. Today an intense electoral competitiveness is a reality. Now Mexican democracy is faced with an array of bigger challenges it needs to overcome in a short period of time to consolidate and streamline the system. Three of the biggest challenges are: rooting out corruption, reducing the levels of social inequality, and expanding spaces for citizen participation.

Keywords: *transition; alternation; corruption; inequality; well-being.*

A fase armada da Revolução Mexicana se estende de 1910 a 1920. Aqueles que a iniciam se enfrentam com uma ditadura, a do general Porfirio Díaz, que havia se mantido no poder por mais de 30 anos. Desse movimento social surge um movimento político elaborado e conduzido pelo grupo vencedor. Caracteriza-se por três elementos: o presidencialismo, o partido único ou de Estado e o corporativismo.

Esse modelo autoritário, que Mario Vargas Llosa chamou de “a ditadura perfeita”, permitiu dirimir o problema do poder pela via pacífica e institucional e também, no âmbito de certos limites, impulsionar o desenvolvimento do país. Os “revolucionários” se sucedem na presidência da República de maneira ininterrupta de 1920 a 2000. São 80 anos. É um caso único na América Latina e no mundo. Em 2000 são desalojados do poder pela via eleitoral. A disputa é ganha por Vicente Fox, um candidato opositor que convence a sociedade de que chegou o momento de colocar fim ao regime.

Em seguida, em linhas gerais, descreve-se o processo do que no México se chamou de a “transição democrática”, que termina com a chegada da alternância. São propostos alguns momentos-chave nesse processo e são apresentados os saldos da

vida democrática, com suas luzes e suas sombras. Na parte final, se esboça quais são os desafios da democracia mexicana frente ao futuro.

MOMENTOS-CHAVE

Na eleição presidencial de 1976 só houve um candidato à presidência do México: José López Portillo. Era membro do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que é fundado ao término da Revolução Mexicana e que, ao longo dos anos, teve três nomes. Nesse momento, o grupo no poder, que naquela época já estava há 50 anos contínuos na presidência, assume que é preciso introduzir mudanças no sistema político.

O presidente decide impulsionar a reforma eleitoral de 1977, sob a responsabilidade do político e intelectual Jesús Reyes Heróles. Assim se inicia o processo da “transição democrática” na lógica de legitimar o grupo no poder, para se perpetuar sob a divisa “mudar, para não mudar”. Finalmente, o processo é concluído quando o PRI, depois de oito décadas, perde a eleição para Vicente Fox, do Partido Ação Nacional (PAN).

Assim, a passagem do regime autoritário para o democrático vai da reforma eleitoral de 1977, que introduz certo nível de concorrência

RUBÉN AGUILAR VALENZUELA é professor de Ciência Política e Comunicação Governamental da Universidad Iberoamericana (México).

e contrapesos controlados, a 2000. Vale a pena ressaltar que, depois da revolução, o México não voltou a ter uma ditadura. A alternância na presidência põe fim a uma época da história moderna do país e abre um novo período que começa com o século XXI.

No transcurso desses 23 anos, são quatro as datas-chave: 1977, ano da reforma eleitoral que dará lugar a outras no curso desse mesmo tempo; 1997, quando o PRI perde o controle absoluto da Câmara dos Deputados pela primeira vez depois de 77 anos e só obtém a maioria simples (nesse momento termina a possibilidade de se fazer mudanças na Constituição); 1998, ano em que o PRI perde o primeiro governo no estado fronteiriço de Baixa Califórnia diante de Ernesto Ruffo, do PAN; e 2000, quando o PRI perde a presidência da República.

SALDOS DA DEMOCRACIA

As luzes

De 1997 até hoje, as mudanças no sistema político mexicano foram notáveis, mas em geral a sociedade, de curta memória histórica, não as reconhece ou as minimiza. A percepção generalizada é de que a democracia não trouxe consigo as mudanças que se queriam, que em muitos casos eram difíceis ou inclusive impossíveis. Reclama-se de o governo da alternância, o do presidente Fox, não ter realizado todas as transformações que o país requeria; inclusive por não ter acabado com o PRI. Do seu sucessor, o presidente Calderón, reclama-se ter permitido a volta do PRI.

A democracia, uma realidade dos últimos 20 anos, trouxe consigo algo simples, mas essencial ao regime democrático: a contagem dos votos. Dentro do peculiar e único modelo autoritário do PRI, era um órgão do governo, presidido pelo secretário de governo de turno, que desempenhava essa tarefa. O número de votantes e de votos era produzido por essa instância, à margem do que realmente acontecia na disputa eleitoral.

Em 1998 é constituído o Instituto Federal Eleitoral (IFE), hoje Instituto Nacional Eleito-

ral (INE), como um órgão autônomo com recursos próprios. A instituição organiza as eleições federais e foi peça-chave no processo de chegada e consolidação da democracia mexicana. Em 2000, a primeira vez que esse órgão “cidadaniza” a contagem dos votos, o PRI perde a presidência da República.

A contagem dos votos estabelece um real sistema de partidos e os coloca para disputar. Por oito décadas o PRI foi um partido único ou hegemônico, de acordo com certos analistas, e para outros, um partido de Estado à semelhança dos que existiram no socialismo real. Atualmente existem nove partidos nacionais e dezenas de partidos locais no âmbito estadual. Agora, três são competitivos: PRI, PAN e PRD. Cada um governa em alguns dos estados do país. Os partidos menores, nas eleições, fazem aliança com os maiores.

No México não existe a possibilidade de reeleição do presidente e dos governadores, que ficam no cargo por seis anos. À presidência de Vicente Fox (2000-2006) segue a de Felipe Calderón (2006-2012), ambos do PAN, e depois a de Enrique Peña Nieto (2012-2018), do PRI. Em 2016, das 32 entidades federativas que o país tem, o PRI ainda não perdeu em quatro (Hidalgo, Estado do México, Coahuila e Campeche); isso desde 1920. No resto, houve alternância no poder.

Expressão da nova pluralidade é também a composição das Câmaras de Senadores e Deputados. A primeira se elege a cada seis anos e é formada por 128 membros, que se distribuem assim: PRI, 52; PAN, 38; Partido da Revolução Democrática (PRD), 22; Partido Verde Ecologista do México (PVEM), 9; Partido do Trabalho, 5; Movimento Cidadão (MC) e Partido Nova Aliança (Panal), 1. A Câmara de Deputados se elege a cada três anos e é formada por 500 membros, que assim se distribuem: PRI, 208; PAN, 109; PRD, 60; PVEM, 42; Movimento de Regeneração Nacional (Morena), 36; MC, 24; Panal, 11; Partido Encontro Social (PES), 9; e um candidato independente. Hoje, nas duas Câmaras, nenhum partido tem a maioria absoluta. As mudanças constitucionais exigem a maioria absoluta e sempre se tem que pactuar. Isso ocorre desde 1997.

No presente, está em disputa a liderança da esquerda. Em 2013 o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado há 25 anos por Cuauhtémoc Cárdenas, filho do legendário presidente Lázaro Cárdenas, se divide como uma cisão do PRI. Cria-se, então, o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), sob a liderança de Andrés López Obrador, que também foi priista. Em 2015 o Morena participa pela primeira vez de uma eleição federal. Esse agrupamento está crescendo e caminha para constituir uma real força nacional. López Obrador foi candidato à presidência em 2006 e 2012, pelo PRD, e em 2018 já anunciou que o será pelo Morena.

A democracia trouxe consigo uma real divisão dos poderes do Estado, antes todos concentrados na figura do presidente da República. Só a partir de 1997, como já foi dito, há um real Poder Legislativo. Anos atrás, quase todas as iniciativas vinham da presidência da República. Agora também o Poder Judiciário é realmente autônomo. Antes, nas ações, como no Congresso, comportava-se como um “escritório” do Poder Executivo.

Com a chegada da democracia e da disputa eleitoral, o país começa a se tornar realmente uma República Federal. A Constituição de 1917, que surge com a Revolução Mexicana, estabele-

ceu o federalismo, mas nos anos dos governos priistas operou como uma República Central. O presidente dava instruções aos governadores e tinha o direito de destituí-los. Isso já não é mais assim. Por sua vez, o federalismo trouxe consigo abusos no exercício do poder por parte de alguns governadores, que se traduzem, entre outros, num elevado endividamento público e em tendências autoritárias. Essa realidade se caracteriza como o surgimento de novos “vice-reinados”.

Uma das maiores conquistas da democracia é a evidente abertura no exercício da liberdade de expressão e de imprensa. A partir de 2000, se estabelece uma nova relação entre a mídia e o poder, que tem luzes e sombras. Com a volta do PRI, houve claros retrocessos. Como nunca antes, ampliam-se também os espaços de manifestação e participação cidadã. A opacidade, uma característica central do autoritarismo priista, entra em crise. Hoje em dia a sociedade está a par de tudo o que os políticos fazem, embora estes não gostem disso.

As sombras

As conquistas da democracia mexicana, as luzes, se enfrentam com as sombras. A ideia, sustentada por boa parte da sociedade, de que



a democracia ia resolver todos os problemas políticos, econômicos e sociais do México num passe de mágica não se podia cumprir. Embora se tenha avançado, continuam presentes muitos dos ancestrais problemas políticos, econômicos e sociais do país.

A corrupção continua sendo parte fundamental do sistema político. Em termos percentuais, não é maior do que antes, mas sim em termos absolutos, porque cresceu o tamanho da economia e dos recursos públicos. O que é novo é que a sociedade fica sabendo dos casos de corrupção. São novos também a condenação e o reclamo social dessa prática. Antes se assumia, com resignação, que a corrupção era inerente ao exercício da política. Isso já não é mais aceito. Não se admite tampouco a frivolidade dos políticos, que antes era vista como parte do folclore nacional.

A democracia tornou a sociedade mais crítica e mais exigente. Há um crescente repúdio à política e aos políticos. Estes, na nova realidade, não estiveram à altura dos novos tempos e estão cada vez mais distantes das expectativas cidadãos. A volta do PRI ao governo, que con-

tinua com suas velhas práticas e métodos, acelerou esse descrédito. A percepção é a de que todos os governantes, em particular os priistas, são corruptos e frívolos. O presidente Peña Nieto é o mais mal avaliado na história do país. Sua aprovação só chega a 30%, o que, para o México, é uma porcentagem muito baixa.

A pobreza e a desigualdade permanecem. Foram reduzidas, mas se mantêm como uma dívida histórica. A pobreza extrema, em números do Banco Mundial (BM), é de só 4,5%, mas na medição nacional, que é mais complexa e rigorosa, sobe para 18%. Mais de 40% da população vive em algum nível de pobreza. A chegada da democracia não acelerou a taxa de redução da pobreza e tampouco melhorou os níveis de distribuição da renda. A desigualdade ofensiva se mantém.

A renda *per capita* cresce, embora de maneira muito lenta, e há uma expansão real das classes médias. Estas, contudo, continuam vivendo em condições de fragilidade. Qualquer abalo na economia impacta sua situação e não se conseguiu as transformações que consolidem sua posição. Esses setores, cada vez mais educados e conscientes, manifestam de manei-

Marcos Santos/USP Imagens



ra crescente seu descontentamento e mal-estar com o estado das coisas, em nível tanto econômico e político quanto social.

Há décadas, de maneira sustentada, se mantém a ampliação da cobertura de serviços públicos, mas sua qualidade não melhorou no ritmo que se requer. Na democracia, houve reformas relevantes no sistema de saúde e agora também no de educação, mas ainda está muito longe de oferecer o nível buscado, sobretudo nas regiões mais pobres do país. A democracia tampouco elevou os gastos em pesquisa, inovação e desenvolvimento científico, que são fundamentais para dar um novo impulso às atividades produtivas.

No governo da alternância, o do presidente Fox, chegou-se ao menor nível de assassinatos dolosos por 100 mil habitantes na história do país. Os números vinham caindo desde o início dos anos 70. Ao assumir seu mandato, o presidente Calderón, que sucede a Fox, anuncia a “guerra” contra o narcotráfico em dezembro de 2006, em cadeia nacional de rádio e televisão. Os níveis de violência disparam e o índice de assassinatos dolosos por 100 mil habitantes passa de 8 para 22. Há um retrocesso de duas décadas. Os 100 mil assassinatos do sexênio influem de maneira decisiva em sua derrota e abrem espaço para que o PRI volte à presidência. No governo de Peña Nieto esses números se mantêm.

A democracia não acarretou mudanças relevantes para que a sociedade tivesse mais espaços de participação no projeto, execução e avaliação das políticas públicas. A diferença é uma maior fragmentação do poder e a entrada de novos atores políticos – mais partidos. Pela via dos feitos, a partidocracia se fortaleceu. As grandes discussões e acordos só ocorrem no âmbito fechado dos partidos. Embora seja verdade que antes só aconteciam no interior do partido hegemônico ou único – o PRI.

No campo dos direitos humanos houve avanços, mas ainda falta muito por alcançar. A chegada da democracia não significou uma mudança relevante em sua melhora. A volta do PRI implicou, inclusive, um retrocesso no que já se havia conquistado. As autoridades dos diferentes níveis continuam com a prática sistemática da tortura e os desaparecimentos

forçados continuam ocorrendo. Tampouco se conseguiu melhorar de maneira significativa o aparato de justiça. A impunidade chega a níveis superiores a 90%.

O FUTURO

O escritor Héctor Aguilar Camín descreve bem a situação que o país vive quando afirma que “a dissonância maior talvez seja que o governo do México tem um projeto de país de primeiro mundo, uma capacidade de execução de governo de terceiro mundo e um rechaço público de Estado ou país falido. Seus propósitos estão muito acima de seus resultados e seus resultados muito abaixo do que sua sociedade está disposta a tolerar”.

Há um crescente desajuste entre as expectativas da sociedade e o que o atual regime democrático oferece. Da parte da sociedade, sobretudo dos mais jovens, há raiva e decepção. Perde-se a esperança de que as coisas possam melhorar. Nesse contexto, a partir das exigências cidadãs, são seis os grandes desafios da democracia mexicana:

- 1) Criar um sistema institucional que faça valer a lei e castigue a corrupção. Em 2016, foram aprovadas, por uma grande maioria, as mudanças constitucionais necessárias para criar o Sistema Nacional Anticorrupção. O projeto e a aprovação das leis regulamentares avançam com lentidão. O PRI e o PVEM, seu aliado, tentam fazer com que estas sejam o menos exigentes possível. Antes que este ano termine, as leis serão aprovadas. A partir das mesmas, começará uma nova prática que deve pôr fim a décadas de impunidade. Só a pressão cidadã pode acelerar o processo. A grande maioria dos políticos não está interessada em que se avance com rapidez e profundidade.
- 2) Acelerar a redução da pobreza e consolidar a posição das classes médias. De um lado, implica gerar mais e melhores trabalhos e, de outro, ser mais assertivo no projeto e execução dos programas sociais voltados para combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população. Isso implica ajustes no atual modelo de desenvolvimento e na

lógica com que são elaboradas e executadas as políticas públicas. Os ajustes devem contemplar o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade.

- 3) Melhorar de maneira significativa o conjunto dos serviços públicos. Merecem especial atenção o sistema nacional de educação e de saúde. Por anos se fizeram valer privilégios inaceitáveis que urge eliminar. O bem-estar da população só vai ser incrementado de maneira significativa na medida em que ela dispuser de uma melhor e mais pertinente educação e acesso a uma saúde de melhor qualidade.
- 4) Ampliar as liberdades e direitos próprios do regime democrático. O sistema político deve abrir espaços para que a sociedade tenha uma maior participação no projeto, execução e avaliação das políticas públicas. A sociedade civil organizada deve crescer e se consolidar. O respeito irrestrito aos direitos humanos deve ser a norma e não a exceção.

A ideia norteadora é que deve haver mais e melhor democracia.

- 5) Reduzir os níveis de violência. É preciso recuperar a tendência histórica da diminuição dos homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Para isso, é preciso uma mudança na estratégia com que hoje se combate o crime organizado. Implica também considerar a legalização-regulação de todo o processo das drogas, da produção ao consumo.
- 6) Elevar a qualidade de vida. O objetivo central da sociedade democrática deve ser que a população viva melhor e seja mais feliz. A ação do governo, qualquer que seja sua ideologia, deve reger-se por esse grande propósito. Os novos políticos e a nova política só terão legitimidade se assumirem este encargo. Governa-se para pessoas com nome e sobrenome. Os grandes números, a estatística, devem sempre contemplar o rosto das pessoas de carne e osso.

arte

Fotos: Reprodução



Frida Kahlo: à procura

Simone Rocha de Abreu





de si mesma



A

tragédia e a dor marcaram a vida de Frida Kahlo (1907-1954). A vivência da dor foi um forte componente diário em consequência de um acidente, aos 18 anos, que a deixou com limitação física e com a impossibilidade de ter filhos. Também marcaram sua vida o engajamento político de esquerda, que a levou a discutir e se envolver em lutas sociopolíticas e até a mudar o ano de seu nascimento¹, a ascendência mestiça e a sequela da poliomielite precoce².

Com generosidade, sinceridade e leveza, Frida Kahlo escreveu os versos abaixo em três folhas amarradas por uma fita vermelha. Esse foi o convite para a única exposição individual da artista na Cidade do México, cuja abertura se deu em 13 de abril de 1953, na galeria da fotógrafa e amiga Lola Alvarez Bravo (Tibol, 2002, pp. 119-20).

1 Embora a certidão de nascimento de Frida Kahlo informe 1907, a artista afirmou em diversas ocasiões ter nascido em 1910. Suponho que a identificação de Frida com a Revolução Mexicana foi tamanha que a levou a vincular o seu nascimento ao ano do início da revolução, tornando-se, assim, filha do México revolucionário.

2 Quando criança, Frida Kahlo contraiu a doença, em consequência da qual uma das pernas tornou-se mais fina e mais curta que a outra, ganhando o apelido de “Frida Pata de Palo”, o que Hayden Herrera (2002, pp. 26-9) relata ter deixado profundas marcas na artista e influenciado sua personalidade. Ela mesma afirmou, em relato a Raquel Tibol (2002, p. 36) cerca de um ano antes de falecer, que, na idade de seis anos, mudou drasticamente e tornou-se uma pessoa completamente introvertida.

*“Con amistad y cariño
Nacidos del corazón
tengo el gusto de invitarte
a mi humilde exposición.*

*A las ocho de la noche
– pues reloj tiene al cabo –
te espero en la Galería
d’ ésta Lola Álvarez Bravo.*

*Se encuentra en Amberes 12
Y con puertas a la calle,
de suerte que no te pierdes
porque se acaba el detalle.*

*Sólo quiero que me digas
tu opinión buena y sincera.
Eres leído y escrito;
tu saber es de primera.*

*Estos cuadros de pintura
Pinté con mis propias manos
y esperan en las paredes
que gusten a mis hermanos.*

*Bueno, mi cuate querido:
con amistad verdadera
te lo agradece en la alma
Frida Kahlo de Rivera”.*

SIMONE ROCHA DE ABREU é professora do curso de Licenciatura em Artes Visuais da FMU-SP e crítica membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) e do Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina.

Kahlo se fez presente na inauguração da exposição, mesmo acamada, e assim vivendo esse momento de reconhecimento em seu país. Meses depois, a artista perdeu definitivamente a perna direita, fonte de dores durante toda a sua vida. Cerca de um ano após a abertura da exposição, a artista faleceu em sua casa em Coyoacán, conhecida como La Casa Azul, hoje, Museo Frida Kahlo.

A obra de Frida foi lida como *naïve* por Bertram D. Wolfe, biógrafo de seu esposo Diego Rivera, em artigo publicado na revista *Vogue* em 1938, por ocasião da exposição da artista na galeria Julien Levy, em Nova York. No artigo, intitulado “Rise of Another Rivera”, Wolfe destacou a relação entre Frida e Rivera, além da personalidade da artista. A citação que o autor fez ao trabalho de Frida foi exclusivamente biográfica: ele discutiu a sua pintura como direta ilustração dos eventos da vida (Wolfe, 2004, p. 56).

Para essa mesma exposição na galeria Julien Levy, André Breton escreveu sobre a artista, mas a maior parte do breve ensaio focalizou outros assuntos³. Breton começa com uma narração sobre a natureza surrealista do México e mostra-se deslumbrado com o país e com Kahlo, que é introduzida no ensaio como uma princesa ou fada mágica, mas o poeta surrealista somente discute brevemente duas pinturas da artista (a saber: *Autorretrato Dedicado a Leon Trotsky* e *Lo que el Agua me Ha Dado*, de 1937 e 1938, respectivamente⁴). Breton parece ter visto a artista como uma musa, como uma nova Nadja, vinculando acertadamente a arte de Kahlo ao trabalho gráfico de José Guadalupe Posada (1852-1913), que realizou inúmeras xilogravuras com críticas à sociedade e para isso cria uma

potente metáfora para a sociedade mexicana: a caveira. Recuperar as caveiras de Guadalupe, assim como os *retablos*⁵, representará, para Kahlo e outros modernistas mexicanos, parte do resgate do próprio país, o que se convencionou chamar de *mexicanidade*. Breton definiu a pintura de Kahlo como “uma fita ao redor de uma bomba”, demonstrando com essa metáfora ter captado a tensão que emana da obra da artista.

É interessante perceber que esses primeiros artigos sobre Kahlo destacaram a relação entre ela e o esposo, o já famoso artista Rivera, bem como a sua personalidade, e atribuíram à artista o termo “*naïve*”, de pintora intuitiva. As declarações de Kahlo sobre sua obra, tais como “Eu pinto sempre o que passa em minha cabeça, sem nenhuma consideração” (Dexter & Barson, 2005, p. 76) e “Eu quero fazer uma série de pinturas de todos os anos de minha vida” (in Parkey apud Ankori, 2002, p. 63), certamente direcionaram ou foram incentivos para essas leituras de sua obra como *naïve* e também como ilustração de sua vida.

A personalidade de Frida Kahlo realmente pautou muito da literatura sobre ela, sendo outro bom exemplo o texto de Carlos Fuentes elaborado como introdução à versão fac-símile do diário da artista. Destacamos a seguir um trecho ilustrativo dessa apaixonada e deslumbrada visão sobre a artista. Nele o autor descreve a entrada de Kahlo no auditório do Palácio de Bellas Artes para assistir a um concerto.

“[...] quando Kahlo entrou em seu camarote no segundo andar do teatro, toda aquela magnificência e todas aquelas coisas que nos distraíam como que desapareceram. O tilintar daquela suntuosidade de joias abafou os sons da orquestra, porém algo mais do que o simples ruído forçou o nosso olhar para cima, e assim descobrimos a figura que se anunciava com incrível vibração de ritmos metálicos, porém distinguindo-se não só pelo ruído das joias, mas igualmente pelo magnetismo de seu silêncio. Foi a entrada de uma deusa asteca [...]” (Fuentes, 2001, p. 7).

3 Esse texto de André Breton também foi utilizado no catálogo da exposição “Mexique” (Paris, 1939). Tive acesso a ele no catálogo da mostra “Un Listón Alrededor de una Bomba. Una Mirada sobre el Arte Mexicano: André Breton”, a qual comemorou a exposição “Mexique”, sendo expostas obras semelhantes àquelas apresentadas em 1939. O evento, comemorativo dos cem anos de nascimento do artista francês, fez parte do que se chamou “Año Breton en el Museo Casa Estudio Diego Rivera y Frida Kahlo”, em junho-julho de 1997, na cidade do México.

4 Teresa del Conde (2004, p. 124) afirma que, embora Frida tenha datado 1939 na obra *Lo que el Agua me Ha Dado*, o quadro foi executado no ano anterior.

5 *Retablos* são pinturas votivas muito difundidas no México, geralmente em agradecimento a um santo por um milagre alcançado.

Outro artigo sobre a arte de Kahlo, publicado em vida, foi “Frida y el Arte Mexicano”, escrito por Diego Rivera em 1943, por ocasião do Seminario de Cultura Mexicana. Diego chama Frida de pintora superior, não reduz sua arte a ilustrações biográficas nem dá ênfase à sua extravagante personalidade ou ao casamento. Ao invés disso, ele enfatiza suas deliberadas alusões à arte popular mexicana.

A maioria dos textos escritos após a morte de Frida é focada mais em sua biografia e personalidade. Nesse sentido, a sua produção artística foi convertida em um dos muitos aspectos do seu caráter único e em uma biografia de dor.

Uma das biografias da artista é Hayden Herrera, que escreveu dois livros sobre Kahlo em 1983, portanto, quase três décadas depois da morte da artista, a saber, uma biografia (Herrera, 2002a) e um livro sobre suas obras (Herrera, 2002b). Os dois guardam muitas semelhanças e contêm um extensivo estudo sobre a sua vida. A autora trabalha com a premissa de que a vida de Kahlo é a chave para a sua arte, ou seja, de que a produção da artista está subordinada à sua vida, seguindo dois eixos principais: as doenças físicas e o tumultuado casamento com Rivera. Esses trabalhos de Herrera são muitas vezes citados em outros textos posteriores sobre Kahlo, por sua monumental coleta de dados, mas, apesar desse ponto elogiável, o eixo principal dos dois textos é biográfico, enfocando também a personalidade da artista e não as suas obras.

Martha Zamora, André Kettenmann e Isabel Alcântara, em seus livros intitulados, respectivamente, *Frida Kahlo The Brush of Anguish*, *Frida Kahlo: Dor e Paixão* e *Frida Kahlo and Diego Rivera*, seguem um padrão de abordagem semelhante ao de Herrera.

Teresa del Conde (2004), em *Frida Kahlo La Pintora y el Mito*, explora a relação da obra da artista com a arte popular mexicana, chamando parte da produção plástica de Frida de *naïve*.

Raquel Tibol, em *Frida Kahlo: Una Vida Abierta* (2002) e *Frida Kahlo en su Luz Más Íntima* (2005b)⁶, cria espaços em seus textos para os relatos e cartas da artista, o que os torna de muito agradável leitura e fonte importante

de informações. A autora também é responsável por uma extensa organização, seleção e comentários de cartas escritas por Kahlo, reunidas em *Escrituras de Frida Kahlo* (Tibol, 2005a), volume que se constitui em uma inestimável fonte de pesquisa sobre a artista.

No livro *Frida Kahlo: Fantasía de un Cuerpo Herido*, Araceli Rico (2004) constrói um discurso sobre a produção plástica de Kahlo que não se baseia demasiadamente na análise de sua personalidade singular nem entende a produção da artista como ilustração direta de sua vida. Porém, de modo algum a autora subestima a experiência do acidente de 1925. Nesse sentido, defende a ideia de que algumas composições expressam tamanha violência e crueldade que transmitem a mensagem de que a artista não viveu a experiência ou as suas consequências penosas; ao contrário, é a experiência que adquire vida própria e se apodera da artista. Outro ponto interessante desse trabalho de Rico é a constante comparação entre o discurso que a autora cria para Kahlo e as interpretações que também tece sobre outros artistas das áreas literária e teatral.

Um trabalho mais recente, de autoria de Gannit Ankori, propõe um contraponto a essas leituras das obras de Kahlo como ilustração de sua vida e também descarta totalmente a ideia de pintura *naïve*. Trata-se do artigo “Frida Kahlo: The Fabric of Her Art”, publicado no catálogo da exposição da artista na Tate Modern, em 2005, e do qual destacamos o seguinte trecho:

“Neste artigo rejeito a dupla premissa que dominou muito da literatura que concerne a Kahlo: primeiramente, que ela foi *naïve* ou uma artista espontânea, que simplesmente pintava o que passava em sua cabeça, sem nenhuma consideração; segundo, que suas pinturas são meramente uma ilustração de sua autobiografia de dor. Argumentarei que Kahlo era qualquer coisa menos *naïve* em sua produção artística, e demonstrarei que ela construiu suas pinturas com sofisticada intenção e considerações cuidadosas” (Ankori, 2005, p. 31).

Com esses comentários sobre parte da bibliografia sobre Frida Kahlo procuro demonstrar como muitos autores discutem a sua obra como direta ilustração de eventos específicos da sua

6 Este livro é uma versão de *Frida Kahlo: Una Vida Abierta*.

vida, destacando a personalidade e o casamento tumultuado com Rivera. Procuo tomar caminho diverso, apontando que o conjunto da obra de Frida Kahlo revela a busca incessante por si mesma, apresentando-se com diversas identidades, e, nessa busca, pinta fábulas sobre as suas origens. Chamo de fábulas, pois são um conjunto de histórias subjetivas e não necessariamente de fatos ocorridos. Nelas a artista se define politicamente como mestiça, filha de uma mãe com quem não tinha afinidades e de um pai amoroso que admirava profundamente; além disso, pinta seu corpo ferido e o seu papel de esposa. O conjunto pictórico revela a autopercepção multifacetada com um profundo senso de conflito, explicitado principalmente pelas inúmeras referências a símbolos opostos em suas obras, como sol e lua, mulher e homem, morte e vida, adulto e criança e a oposição entre as identidades europeia e mexicana.

FÁBULAS SOBRE A SUA ORIGEM

Kahlo afirmou em 1939: “Eu quero fazer uma série de pinturas de todos os anos de minha vida”. De fato, a artista, em 1939, já tinha reali-

zando alguns trabalhos que fazem referência aos anos iniciais de sua vida, como *Mi Nacimiento* (1932), *Mis Abuelos, Mis Padres y Yo* (1936), *Mi Nana y Yo* (1937) e *Recuerdo o el Corazón* (1937). Nessas obras Kahlo repensou-se como criança e, na última citada, representou-se como adolescente, criando imagens distantes do seu presente, para as quais baseou-se em histórias de vida interiorizadas do seu passado.

Em *Mi Nacimiento* (1932), há uma cama no centro da composição, em um ambiente composto de linhas retas tanto na parede como no assoalho, os quais convergem para um ponto fora do quadro, favorecendo a percepção da imagem da *mater dolorosa* na parede acima da cama, único elemento decorativo nesse austero ambiente. A composição varia entre tons marrons (cama e chão) e azuis (parede e lençol). Sobre a cama há um corpo de mulher, evidenciado somente pela metade inferior do corpo, com as pernas totalmente abertas e a região da genitália exposta, enquanto o rosto, ou seja, a especificidade da pessoa que dá à luz, nos é negada. Seria a mãe de Kahlo, se interpretarmos de maneira literal o título da obra, ou a própria artista?



Mi Nacimiento, óleo sobre painel de metal, 30,5 cm x 35 cm, 1932. Coleção particular

Em contraste à rigidez formal da composição absolutamente simétrica, *Mi Nacimiento* apresenta com brutal expressividade o seu assunto, resultando em uma assombrosa imagem de nascimento. Ou será de morte? A imagem é chocante, uma vez que esconde o rosto da mãe e dá ênfase à genitália feminina, dessa maneira tirando o específico dessa mulher que dá à luz, para vulgarizá-la no inespecífico de todas as mulheres, e assim retirando qualquer possibilidade de afeto referente à maternidade. Outro aspecto que torna a imagem assombrosa é o fato de o pescoço e o rosto do recém-nascido, que possui as sobranceiras unidas como as de Kahlo, não se sustentarem. Estaria ele morto? Seria fruto de um aborto? Sabemos que Kahlo nessa época já havia sofrido dois abortos.

As dualidades entre morte e vida, nascimento e aborto presentes na imagem foram reiteradas por declarações verbais da artista, como: “Minha cabeça está coberta porque, coincidentemente com a elaboração dessa pintura, minha mãe faleceu” (Parkey apud Herrera, 2002b, p. 9). Ora, quem é Kahlo nessa obra? O recém-nascido ou a mulher que dá à luz? Eterna dualidade que inunda a obra de significados.

Soma-se ao exposto o fato de os três personagens – recém-nascido, corpo-mãe e *mater dolorosa* – estarem fragmentados, este último uma Madona, referência ao catolicismo, que presencia e chora esse momento de nascimento e morte.

Nessa obra, como em muitas de Kahlo, há uma clara alusão ao *retablo*, pintura votiva muito difundida no México, feita em agradecimento a uma graça recebida (geralmente, a cura de alguém), na qual aparece a pessoa que recebeu a graça, o fato que gerou a solicitação da graça (uma doença ou acidente, narrados através de uma cena ou vários momentos distintos do acontecimento) e o santo que propiciou a salvação. Junto à imagem, há uma faixa na qual se inscrevem o agradecimento ao santo e as informações referentes ao milagre. Aqui, Kahlo deixa a faixa vazia como se o milagre desse nascimento não tivesse acontecido, reiterando a ideia de que na obra coexistem nascimento e morte. Ela não complementa os itens do *retablo*, porque não há celebração nessa assombrosa imagem de mulher como mãe.

Em *Mi Nacimiento*, Kahlo se representou como mãe e como filha. Para isso lançou mão de fontes

biográficas tais como a sua memória da relação com a mãe, não permeada por afeto, como relatado em alguns momentos⁷, e o aborto sofrido poucos meses antes da elaboração da pintura. Mas também utilizou fontes não biográficas, como o catolicismo, a pintura tradicional mexicana dos *retablos* ou ex-votos e conhecimentos de anatomia⁸.

Outra obra na qual a artista imagina o seu surgimento neste mundo, ou melhor, a sua origem, é *Mis Abuelos, Mis Padres y Yo* (1936). Este é um trabalho-chave para o entendimento de que Kahlo constrói a sua imagem inventando a si mesma. Nessa obra, ela se representa como mestiça e, além disso, como fruto do lugar: o México. Formalmente é uma composição meticulosamente planejada. As sete figuras humanas compõem um triângulo invertido; em um dos vértices está Frida-menina, no pátio da casa da família em Coyoacán; na base do triângulo estão representados os seus avós; nas mãos da Frida-menina existe uma fita vermelha que une seus pais e seus avós.

Kahlo não é somente representada pela menina de pé no centro da composição, mas também pelo feto em desenvolvimento na barriga de sua mãe e pela imagem do momento da fertilização, logo abaixo da mãe, composta de um espermatozoide entrando em um óvulo. A artista mostra esses três momentos diferentes do processo de se formar aliados aos encontros de seus avós e de seus pais, em um discurso no qual todos esses momentos são importantes etapas para a sua formação.

Na obra também é importante o lugar, pois as referências são claras e precisas – a Frida-menina está no pátio da Casa Azul –, assim como também são claras as referências ao país por meio dos cactos e, nesse sentido, o discurso parece ser de que ela é tanto fruto da união dos seus avós e dos pais, como também do lugar, ou seja, do México. Sobre a terra mexicana estão seus avós maternos enquanto os avós paternos estão sobre o mar, já que são originários do distante continente europeu. Kahlo se representa como resultado de uma

7 A biografia que Kahlo relatou a Raquel Tibol (2002, pp. 31-40) é permeada por referências à mãe, muito católica e, no entanto, cruel, sem aproximações afetivas.

8 Kahlo solicitou livros de anatomia após seu aborto, em 1932. Informação coletada em: Dexter & Barson (eds.), 2005, pp. 34 e 57.



Mis Abuelos, Mis Padres y Yo, óleo e têmpera sobre lâmina de metal, 30,7 cm x 34,5 cm, 1936. The Museum of Modern Art, Nova York

herança mestiça e, além disso, quer mostrar que pertence à cultura mexicana.

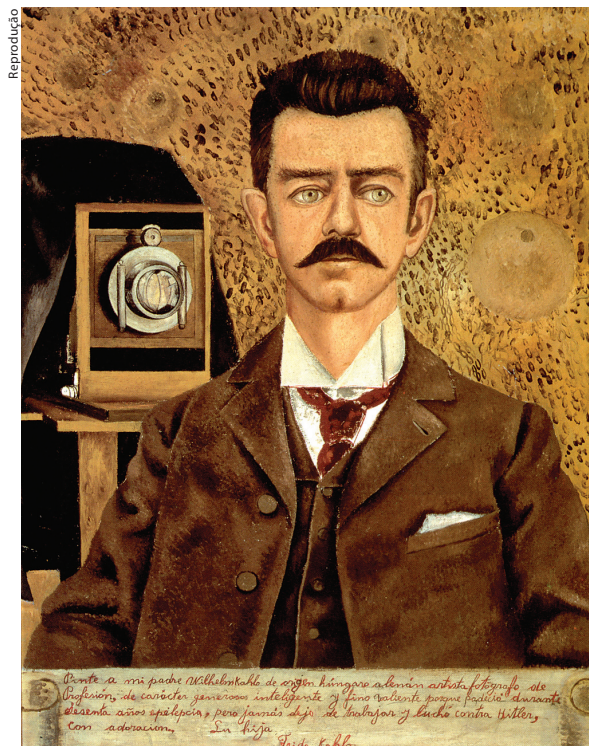
Dentro dessa questão da herança mestiça de Frida Kahlo há um aspecto importante, o da escolha do nome alemão entre todos os outros de seu comprido nome de registro: Magdalena Frida Carmen Kahlo Calderón. A artista não só escolheu o nome alemão como a grafia alemã, adicionando a letra “e” (Frieda) na assinatura de algumas de suas obras e de muitas cartas pessoais da década de 30 e 40⁹. Neste momento devemos fazer nota de que algumas vezes (poucas) não foi o nome alemão o escolhido para identificar-se, tanto é que, em 1932, a artista assinou *Autorretrato em la Frontera entre México y los Estados Unidos* como Carmen Rivera.

O componente paterno ausente em *Mi Nacimiento* (1932) está presente em *Mis Abuelos, Mis Padres y Yo* (1936), mas a obra que Kahlo dedica exclusivamente a seu pai é *Retrato de Mi Padre* (1951),

pintada dez anos após sua morte. Guillermo faleceu em 1941, aos 69 anos. A artista não o representa idoso, mas jovem, escolhendo como referência uma foto que seu pai fez de si mesmo em 1925 (Herrera, 2002b, p. 21). A figura de Guillermo está centralizada, mergulhada em um fundo trabalhado, em meio a muitas células, portanto, entre muita vida. Essa é uma autorrepresentação através da figura paterna: seu pai entre células, simbolizando ela mesma.

Esse homem mergulhado em muita vida é representado aqui ao lado de seu atributo profissional, ou seja, a sua câmera fotográfica, fonte de um importante legado de arte e criatividade para Kahlo. Nessa obra, assim como em *Mi Nacimiento* (1932), também há a faixa das pinturas votivas, agora plenamente preenchida e onde se pode ler: “Pintei o meu pai, Wilhelm Kahlo, de origem húngaro-alemã, artista fotógrafo de profissão, de caráter generoso, inteligente, delicado e muito corajoso, porque sofreu durante 60 anos de epilepsia, mas jamais deixou de trabalhar e nem de lutar contra Hitler. Com admiração, Sua Filha, Frida Kahlo”.

9 As cartas referidas estão reunidas e publicadas em: Tibol, 2005.



Retrato de Mi Padre, óleo sobre masonite, 60,5 cm x 46,5 cm, 1951. Museo Frida Kahlo, Cidade do México

As diferenças entre a representação materna em *Mi Nacimiento* e a representação paterna em *Retrato de Mi Padre* são enormes e as duas obras podem ser consideradas autorrepresentações. Na primeira, em uma das leituras possíveis, Kahlo é a filha de uma mãe sem rosto, de uma mãe fragmentada, da qual somente aparece a parte inferior do corpo com ênfase na genitália feminina, em um resumo totalmente sem sentimento da figura materna. Já na representação de seu pai, ou melhor, na representação simbólica de si através de seu pai, o personagem aparece em primeiro plano; seu rosto e não o físico é o que está em destaque. Outra diferença entre essas obras é a faixa ou bandeira vazia e o quarto, também vazio, na pintura *Mi Nacimiento*, refletindo o vazio emocional que a memória da mãe evoca em Frida; pelo contrário, o vivo fundo do retrato de seu pai e o cuidadoso escrito contam uma história de amor e dão um exemplo de coragem, ativismo político e perseverança.

Em *Mi Nana y Yo* (1937), a artista pinta mais uma imagem que faz referência às suas memórias dos tempos de infância. Uma das camadas de leitura dessa obra se refere ao fato de não ter

sido amamentada pela mãe, tendo recebido, no lugar, leite de uma ama de leite índia. Sobre isso, vamos ouvir Kahlo:

“Minha mãe não pôde me amamentar porque, quando contava com 11 meses, nasceu minha irmã Cristina. Alimentou-me uma ama de leite a quem lavavam os peitos cada vez que eu ia mamar. Em um de meus quadros, estou eu com rosto de mulher adulta e corpo de criança, nos braços de minha ama, enquanto de seus seios o leite cai como do céu” (apud Tibol, 2002, p. 35).

No trecho acima, a artista enfatiza o caráter autobiográfico da pintura, mas, detendo um pouco mais o olhar sobre ela, percebemos outras camadas de informações, tais como a máscara indígena sob o rosto da ama com as sobrancelhas unidas características de Kahlo. Será mais um duplo autorretrato da artista? Somam-se à fonte autobiográfica as referências ao *retablo*, às origens mexicanas e ao cristianismo, uma vez que a composição se assemelha a uma representação de uma Madona (mãe de Jesus Cristo com ele no colo).



Mi Nana y Yo, óleo sobre metal, 30,5 cm x 34,7 cm, 1937.
Museo Dolores Olmedo Patiño, Cidade do México

A composição apresenta duas figuras humanas, a saber: Kahlo e a sua ama, ou duas vezes Kahlo. Ambas as figuras estão centralizadas na composição e envoltas por vegetação. Enquanto Frida, um ser híbrido criança e adulto, recebe leite de sua ama, a vegetação também recebe leite proveniente do céu. Uma máscara asteca, com as sobrancelhas unidas, cobre o rosto da ama de leite, reforçando a mensagem de sua origem indígena. Herrera (2002, p. 10) afirma que a fraca e vulnerável metade de Kahlo é nutrida pela forte, que a sustenta, ou seja, o aspecto forte da dualidade de Kahlo é a sua metade indígena. Essa referência à sua metade indígena aparece em outras obras, como a figuração do fortalecimento da mexicanidade.

A ama parece ser a grande Mãe Terra, que a alimentou e fomentou sua identidade. Kahlo, que recebe o alimento da Mãe Terra, já está madura, com o rosto de adulta, e, saciada, o leite jorra, reforçando a ideia de que esse leite, o mesmo que inunda o México, é a cultura mexicana.

Novamente a artista faz alusão à pintura votiva tradicional, mas a bandeirola desse quadro

está vazia. Quem é a figura sagrada? Será a ama de leite a substituta do santo para o qual esse ex-voto renderia agradecimentos? O fato é que, estando vazia a faixa ou bandeirola do *retablo*, o milagre parece inconcluso.

CORPO FRAGMENTADO

Na obra *Recuerdo o el Corazón*, de 1937, há quatro alusões ao corpo humano, todas fragmentadas. No centro da composição aparece a representação frontal de Kahlo, firmemente parada e chorando; seu corpo está incompleto, sem o coração, sem os braços, vestida com roupas de estilo europeu, com os cabelos curtos e, portanto, não aparecem os penteados usados em certas regiões do México com os quais a artista se representou inúmeras vezes. As roupas regionais, de *tehuana*¹⁰, aparecem aqui em um cabide suspenso através de uma fita vermelha, com apenas um dos braços

¹⁰ *Tehuana* é um termo que se refere às mulheres do istmo de Tehuantepec, região do sul do México.



Recuerdo o el Corazón, óleo sobre metal, 40 cm x 28 cm, 1937. Coleção privada

de Kahlo, que está se apoiando sobre a manga da roupa da figura central. Outra fita vermelha une a roupa de *tehuana* a uma terceira alusão ao corpo, através do orifício deixado pela extração de coração na representação de Kahlo; uma barra, na qual dois anjinhos parecem brincar de gangorra, também a perfura, atravessando o mesmo orifício. Essa terceira alusão ao corpo é uma vestimenta constituída de uma saia azul e uma blusa branca, que lembra um uniforme escolar, com o outro braço ausente da representação central de Kahlo, mas, dessa vez, o braço não se une a ela, e está mais longe do que a vestimenta indígena. A quarta alusão ao corpo é o grande coração ensanguentado no canto inferior esquerdo da obra.

Essa pintura foi reproduzida no artigo “Rise of Another Rivera”, de Bertram Wolfe (apud Ankori, 2002, p. 85), com o título de *Self-Portrait with Heart*. Nesse texto, o autor salientou ser a obra a expressão de um tempo de solidão que se seguiu à descoberta da relação amorosa entre Rivera e a irmã de Frida, Cristina. Outras interpretações, como a de Herrera (2002b, p.

112), também vincularam *Recuerdo o el Corazón* ao sofrimento em decorrência da descoberta da traição de Rivera. Mas a obra parece evocar outras leituras, e é nesse sentido que desenvolvemos nossa análise a seguir.

Longe de ser uma ilustração de um momento doloroso da vida da artista, como Wolfe sugeriu – apesar da alusão ao sofrimento ser clara, já que Kahlo está sem coração e este aparece no chão e ensanguentado –, *Recuerdo o el Corazón* parece representar um momento de busca de identidade. Quem é Kahlo? Aquela que se une às raízes mexicanas, e assim se torna expressão de seu país, ou aquela que ficará com roupas europeias? É interessante notar que, mesmo na dúvida, reforçada pela ideia da gangorra que sobe e desce, mudando assim os parâmetros das coisas, a artista já coloca a sua preferência pela identidade *tehuana*, o que é demonstrado pela proximidade dessa vestimenta à sua própria representação, unidas por braço e manga, e também porque a fita vermelha que une as duas vestimentas está fortemente atada à roupa indígena e fracamente ao uniforme.

O uniforme escolar também simboliza uma certa época de sua vida, ou seja, a juventude, e, nesse sentido, Kahlo parece também escolher entre a mulher adulta e a eterna jovem estudante. Tais escolhas envolvem muita dor para a artista: ela está chorando, sem coração e sem braços para agir. É a vestimenta de *tehuana* que lhe dá o braço. Será que se trata de uma decisão alheia às suas escolhas?

No âmbito dessas escolhas, é interessante destacar que essa obra está assinada como “Frieda”, acrescentando-se à grafia de seu nome a letra “e”, da forma germânica, o que reforça a sua identidade europeia. Com isso, aumenta-se em muito o jogo e as inversões que a gangorra das escolhas pode introduzir nas nossas vidas.

Podemos comparar *Recuerdo o el Corazón* (1937) a *Mis Abuelos, Mis Padres y Yo* (1936), pois nessas duas obras Frida se apresenta entre duas tradições, a europeia e a mexicana, e se reinventa a partir delas. Em *Mis Abuelos, Mis Padres y Yo*, a artista define as tradições através de seus antecedentes, unindo-as, ou seja, dando a mesma importância ao componente europeu e ao mexicano e, ao fazer isso, se define como mestiça. Já em *Recuerdo o el Corazón*, por outro lado, as duas tradições aparecem simbolizadas pelas roupas e há uma aparente preferência pela tradição mexicana.

Em *Raíces* (1943), as plantas fazem parte do corpo da artista, buscando uma integração, e assim novamente Kahlo procura a sua identidade através das imagens que cria, agora deitada sobre a terra mexicana, acolhida pela Mãe Terra e permeada pelas plantas de seu país. É interessante notar que plantas frequentemente compõem o plano atrás dos retratos da artista, como em *Mi Nana y Yo* (1937), mas em *Raíces* as plantas estão integradas à sua identidade, integrando-a, por sua vez, à terra; as folhagens saem de seu corpo, sugerindo que as raízes e caules passam por ele tal como a corrente sanguínea. Kahlo afirma precisar da flora e de toda a paisagem mexicana; afirma, portanto, precisar do México.

A mesma relação demonstra com a fauna. Durante 1937, a artista se retratou com vários animais no seu entorno. Em 1946, porém, em *El Venado Herido*, ela se imagina como um ser híbrido, seu rosto aparece chorando e o animal está ferido, flechado, tal como São Sebastião.

Nesse quadro Kahlo se funde com um animal: sua cabeça está unida ao corpo de um veado crivado de flechas, aludindo ao martírio de São Sebastião. Novamente a iconografia cristã transparece em sua obra, mesmo que ela evitasse ser vinculada ao catolicismo. É interessante se ater ao entorno criado pela artista para a imagem de



Raíces, óleo sobre lâmina, 30,5 cm x 49,9 cm, 1943. Coleção particular



El Venado Herido, óleo sobre masonite, 22,4 cm x 30 cm, 1946. Coleção particular

Frida-veado, pois não é pleno de vida; a presença de troncos de árvore quebrados, petrificados e a ausência de folhas reforçam a ideia de natureza não viva, ferida como o corpo de Frida-veado, todo flechado e sangrando. O animal ferido está em meio a uma floresta sem vida, na qual há somente um galho arrancado com folhas verdes, possivelmente indicando ser possível a ressurreição. Todo esse entorno faz acentuar o estado de tensão instaurado pelo martírio de Frida-veado.

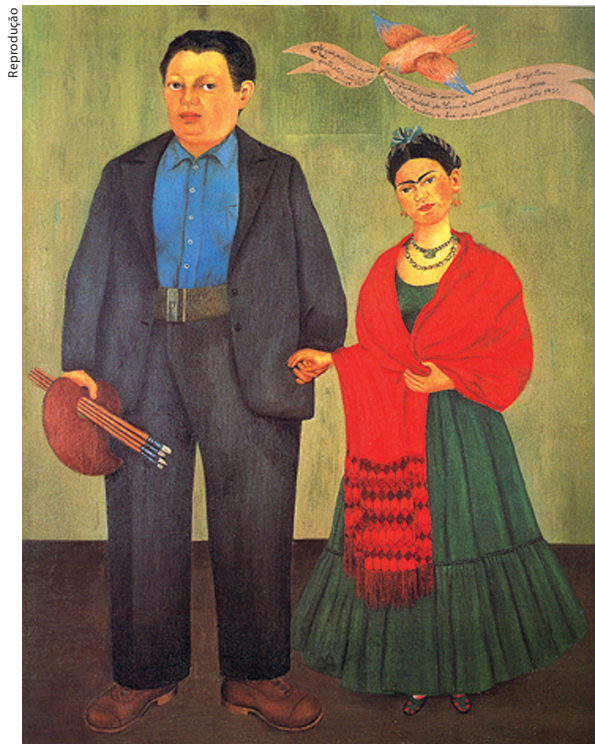
FRIDA KAHLO COMO ESPOSA

Frida Kahlo y Diego Rivera (1931) formalmente representa duas figuras em um espaço sem elementos decorativos. Kahlo pintou Rivera do lado esquerdo da composição; ele segura as mãos da mulher, aludindo à união pelo casamento. A mulher aparece com os traços peculiares do rosto de Kahlo, principalmente as sobrancelhas unidas; ela está vestida com roupas regionais do México, uma longa saia e um *rebozo*, e adornada com dois colares feitos com pedras de seu país. Rivera aparece com o seu atributo de pintor, ou seja, a palheta e os pincéis. Kahlo não carrega esses atributos,

portanto, nesta obra, ela não se define como artista e sim como esposa. O ambiente no qual o casal se encontra não possui decoração e o espaço da pintura é vertical, ou seja, não se busca a ilusão da profundidade, o que podemos nomear de espaço moderno. Um pássaro traz alguns escritos que reiteram a cena e também introduzem novos índices: “Aqui você nos vê, a mim, Frieda Kahlo, junto com meu amado marido Diego Rivera. Eu pintei este retrato na bonita cidade de São Francisco, Califórnia, para nosso amigo Sr. Albert Bender, e isto ocorreu no mês de abril do ano de 1931”.

Como já foi observado, a representação da artista, nessa obra, apoia uma de suas mãos sobre a mão do marido, enquanto a outra segura o *rebozo* vermelho. Assim, ela se define tanto como esposa do artista quanto como uma mulher mexicana.

Nos anos que Kahlo passou nos Estados Unidos (1930-33), o seu modo de se vestir chamou a atenção a ponto de as americanas a imitarem, como é relatado em uma carta à sua amiga de infância Isabel Campos: “[...] até algumas gringas me imitam e querem vestir-se de mexicanas, porém as pobres parecem nabos...” (apud Tibol, 2005a, pp. 160-3).



Frida Kahlo y Diego Rivera, óleo sobre tela, 100 cm x 78,7 cm, 1931. Museo Dolores Olmedo Patiño

O fato de Kahlo usar vestimentas regionais, especialmente as vestimentas de *tehuana*, estava intrinsecamente associado ao desejo de mostrar-se mexicana, o que é condizente com outras escolhas da artista, como colecionar ex-votos, os *judas* e outros artigos da cultura popular mexicana. Soma-se a isso o fato de viver entre objetos pré-colombianos, afinal, vivia ao lado de outro artista com os mesmos ideais. Além de manter essas coleções, ela mostra esses objetos na sua pintura. Contudo, ao declarar que usava aquelas amplas saias para esconder os problemas da sua perna (Klein, 2000, p. 82), reduz a sua escolha a uma comodidade de esconder defeitos físicos, sendo essa uma colocação tão redutora quanto outras, já citadas, como a de que pintava sempre o que passava em sua cabeça, “sem nenhuma consideração”¹¹. Em alguns momentos, a artista se representou sem as roupas regionais ou os longos cabelos, que geravam penteados elaborados, como o que aparece na obra *Cortándome*

el Pelo con unas Tijeritas (1940), também conhecida como *Autorretrato de Pelona*. Ao fazer isso, ela abandona a autorrepresentação que a identifica como La Mexicana.

Nessa obra, a artista se autorrepresenta ao centro da composição, sentada, com vestes masculinas muito maiores que o seu número. Serão roupas de Diego? Ela acaba de cortar os seus cabelos, pois há cabelos por todo o chão da cena; em uma mão da figura está a tesoura e na outra, uma das tranças. As mechas de cabelo se espalham, representadas no momento exato do corte, durante a queda, em que ainda é possível ver o movimento das mechas, que estão por todo o chão; o vasto cabelo com o qual Kahlo acostumou-se a se apresentar com elaborados penteados agora domina o chão. Ela está sentada em uma cadeira amarela com assento de palha sob o chão terroso, e o fundo não possui elementos decorativos, apenas duas estrofes e a melodia escritas, funcionando como enunciado da obra: “*Mira que si te quise, fué por el pelo, / Ahora que estás pelona, ya no te quiero*”.

Do mesmo modo como vimos Kahlo unindo-se às plantas e aos animais em outras obras, em *Au-*

11 Declaração de Frida Kahlo, em 1938, publicada em Dexter & Barson (eds.), 2005, p. 76.



Cortándome el Pelo con unas Tijeritas, óleo sobre tela, 40 cm x 28 cm, 1940. The Museum of Modern Art, Nova York

torretrato como Tehuana (ou Diego en Mi Pensamiento) (1943) e *Diego y Frida 1929-1944* (1944), ela incorpora o rosto de Diego Rivera, ou parte dele, ao seu ser, à sua identidade.

Kahlo pintou *Diego y Frida 1929-1944* em 1944. Representando a união entre ela e Diego, a pintura é composta da metade direita do rosto de Rivera e da metade esquerda do rosto da artista. Essa união é reforçada ou mesmo garantida por um pedaço de madeira seca, que envolve o pescoço desse personagem Frida-Diego, o qual se ramifica e se estende por toda a pintura. É interessante notar que esse tronco seco tem a forma de um coração. Na parte inferior do trabalho aparece uma concha e um caracol, enquanto na parte superior da composição estão representados o Sol e a Lua, símbolos da oposição, como opostos são o homem e a mulher fundidos no retrato.

Mesmo estando separados em 1944, Kahlo oferece a pintura a Rivera como comemoração de 15 anos de casamento. É um trabalho cuja composição está repleta de ambiguidade e de tensão. A ambiguidade se expressa pela união dos

opostos homem e mulher e pela representação da Lua e do Sol. Já a tensão aparece primeiramente porque Kahlo e Diego estão pela metade. Também a união dos dois artistas não expressa harmonia, já que é garantida por um tronco de madeira que, apesar da forma de coração, os une de maneira bem justa, ou melhor, quase apertada. Toda a tensão dessa composição é, formalmente, reforçada pela cor vermelha dominante. Tensão que expressa imenso e turbulento amor.

Outro aspecto de extrema complexidade em *Diego y Frida 1929-1944* é a sua moldura, cuja forma é de uma flor, ou cálice pronto a receber todo o sentimento expresso na pintura. É interessante como esse receptáculo é cuidadosamente composto de inúmeras conchas, algumas prateadas, outras vermelhas, e entre as quais são cuidadosamente colocados alguns caracóis. É nessa moldura especial, receptáculo de amor e esperança, que aparece o título da obra.

Lo que el Agua me Dio (1939) é uma composição que evoca várias outras obras de Kahlo. Nesse autorretrato, os pés da artista substituem o

Reprodução



Autorretrato como Tehuana (ou Diego en Mi Pensamiento), óleo sobre masonite, 76 cm x 61 cm, 1943. Fundación Cultural Parque Morelos, Guernavaca

Reprodução



Diego y Frida 1929-1944, óleo sobre masonite, 12,3 cm x 7,4 cm, 1944. Coleção particular



Lo que el Agua me Dio, óleo sobre tela, 91 cm x 70,5 cm, 1939. Coleção privada

seu rosto. As unhas pintadas e os dedos sangrando são representativos de todo o corpo de Frida Kahlo, sempre bem-vestida, bem-arrumada, bem penteada e sempre ferida.

Na composição aparecem vários elementos. Um edifício bastante alto, provavelmente o Empire State Building, surge no topo de um vulcão em erupção. Perto desse vulcão há uma árvore, cuja copa serve de leito para um pássaro, talvez morto, de somente uma pata. Será mais uma vez Kahlo? Ao pé do vulcão, é representado um homem seminudo com o rosto tampado por uma máscara indígena, e em seu pulso está amarrada uma corda que o une a um corpo de mulher (talvez Kahlo), circundando seu pescoço e não permitindo que afunde. Essa corda deixa a mulher e segue até uma rocha submersa e depois retorna à ilha. Sobre a corda, caminham vários insetos e uma pequena bailarina, todos se afastando da mulher que boia sobre a água.

Nessa obra reconhecemos os pais de Kahlo e duas mulheres nuas em posição muito semelhante à de outro trabalho. O passado mexicano está presente não somente na máscara indígena, mas também na roupa de *tehuana* que boia so-

bre as águas. O país natal volta a ser ditado por plantas características da região. Por todos esses elementos, *Lo que el Agua me Dio* parece ser a síntese da busca de identidade da artista, na qual aparecem referências importantes, tais como a herança indígena que a sustenta, seus pais, a dor e a morte. Frente a isso, não podemos deixar de lado a referência não positiva aos Estados Unidos através do Empire State Building no topo de um vulcão em chamas. Toda essa complexa figuração de sua identidade está sobre a água de uma banheira prestes a se esvaír pelo ralo, com uma fragilidade extrema de existência. Identidade que deve ser repensada e reelaborada com a periodicidade de um banho; identidade flutuante sobre um suporte tão instável como a água. Mas a identidade não é isso mesmo, algo a ser constantemente construído?

Durante os últimos anos de vida, Kahlo pintou várias obras no gênero natureza-morta. Em *Naturaleza Viva* (1952), reaparece o tema da dualidade na composição que a artista criou. No último plano, o céu azul é metade claro e metade escuro, e no qual são representados o Sol e a Lua. Essa dualidade entre claro e es-



Naturaleza Viva, 1952. Coleção particular, Monterrey, México



Viva la Vida, 1954. Museo Frida Kahlo, Cidade do México

cuero, retomada em várias de suas obras, é reforçada pela ideia de uma pintura do gênero natureza-morta que se intitula “natureza viva”.

Em 1954, Frida pintou *Viva la Vida*, provavelmente o seu último trabalho. Também é uma pintura do gênero natureza-morta, composta por melancias, na qual Frida celebra a vida e parece cunhar a expressão “*viva la vida*” com

força na fruta. Esse otimismo com relação à vida contrasta com informações de seu diário, onde se lê: “Espero alegre a saída... e espero não voltar jamais... Frida”¹².

12 Inscrição no diário de Frida – uma das últimas páginas (Kahlo, 1995).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Simone Rocha de. *Frida Kahlo e Ismael Nery: Aproximações e Divergências*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Prolam-USP, 2008.
- ANKORI, Gannit. "Frida Kahlo: The Fabric of her Art", in Emma Dexter; Tanya Barson (eds.). *Catálogo da Exposição Frida Kahlo*. Londres, Tate Modern, junho-outubro/2005.
- _____. *Imaging Her Selves: Frida Kahlo's Poetics of Identity and Fragmentation*. Londres, Greenwood Press, 2002.
- ARAGÓN, Luis Cardoza y. *Pintura Contemporanea de México*. México, Era, 1991.
- CONDE, Teresa del. *Frida Kahlo. La Pintora y el Mito*. México, Plaza y Janés, 2004.
- DEXTER, Emma; BARSON, Tanya (eds.). *Catálogo da Exposição Frida Kahlo*. Londres, Tate Modern, junho-outubro/2005.
- FUENTES, Carlos. "Introducción", in *El Diario de Frida Kahlo: Un Íntimo Autorretrato*. México, La Vaca Independiente, 2001.
- HERRERA, Hayden. *Frida: A Biography of Frida Kahlo*. Nova York, Perennial, 2002a.
- _____. *Frida Kahlo. The Paintings*. Nova York, Perennial, 2002b.
- KAHLO, Frida. *O Diário de Frida Kahlo: Um Autorretrato Íntimo*. Tradução de Mário Pontes. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
- KLEIN, Orli Monakier. *Frida Kahlo y Surrealismo*. Tesis de Maestria en Historia del Arte. Mexico, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.
- RICO, Araceli. *Frida Kahlo: Fantasía de un Cuerpo Herido*. México, Plaza y Valdés, 2004.
- RIVERA, Diego. "Frida y el Arte Mexicano", in *Boletín del Seminario de Cultura Mexicana*, n. 2. México, outubro de 1943.
- TIBOL, Raquel. *Frida Kahlo: Una Vida Abierta*. Mexico, Programa Editorial de la Coordinación de Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.
- _____. *Escrituras de Frida Kahlo*. México, Plaza & Janés, 2005a.
- _____. *Frida Kahlo en su Luz Más Íntima*. México, Lumen, 2005b.
- WOLFE, Bertram. "Rise of Another Rivera", in *Vogue*, 1º de novembro de 1938, p. 64.

textos

A propósito de um equívoco da literatura

Varlam Chalámov

*Tradução do original russo,
apresentação e notas de Francisco Araújo**

LITERATURA E BARBÁRIE DO SÉCULO XX

Como autor da literatura de testemunho do século XX, Varlam Tikhonovitch Chalámov (1907-1982) coloca-se ao lado de Jorge Semprún, Imre Kertész, Primo Levi – vítimas dos campos de concentração nazistas – e de seu compatriota Aleksandr Soljenítsin.

Filho de um sacerdote da Igreja Ortodoxa, nasceu em Vologda. Quando era estudante de direito da Universidade de Moscou engajou-se na oposição a Stalin. Foi detido como “elemento socialmente perigoso”, em 1929, por difundir cópias do “Testamento de Lênin” – carta aos membros do Comitê Central do Partido Comunista, onde alertava sobre as inclinações monopolizadores de Stalin.

Pelo exercício de “atividades trotskistas contrarrevolucionárias” é detido pela segunda vez, em 1937. Então passaria longo período nos campos de trabalho de Kolimá (Sibéria), ao todo, 20 anos. Em 1954 começa a escrever os contos e ensaios que comporiam sua epopeia de seis volumes. Esta só viria a ser publicada na URSS em 1989, sete anos após sua morte.

* Francisco Araújo é tradutor e mestrando do curso de Literatura e Cultura Russa na FFLCH/USP.

Chalámov pretende que sua prosa seja alheia a qualquer mentira. Diante do horror que revela a insuficiência da língua e abala a fé no homem, a única forma que encontra de manter no horizonte os ideais do humanismo ante a barbárie racionalizada – a violência de Estado – é a ideia de oferecer um testemunho. Para ele, o narrador honesto deve conhecer com perfeição o material que transforma em arte. Impõe-se ao escritor o desafio de engendrar a forma de melhor narrar o horror a quem não o conhece. Para Boris Schnaiderman, seus contos “são o polo extremo atingido pela assim chamada ‘literatura do Gulag’”.

A obra de Chalámov tem despertado interesse da crítica literária e inspirado autores contemporâneos. Este primeiro dos *Ensaio sobre o Mundo do Crime*, o quarto entre os seis volumes ordenados pelo autor, trata da recusa às literaturas humanísticas, sobretudo do século XIX, e à picaresca russa do início do século XX. Dos escritores dessa literatura, segundo Chalámov, uns não dizem a verdade sobre o mundo do crime, outros lhe conferem uma aura romântica. Uma voz necessária, a nos lembrar da barbárie cotidiana que a todos envolve.



literatura de ficção sempre representou o mundo dos criminosos com simpatia, por vezes com complacência. Seduzida por seu esplendor aparente, ela o envolveu de uma aura romântica. Os artistas não foram capazes de discernir a verdadeira e repugnante face desse mundo. É um pecado pedagógico, um erro pelo qual nossa juventude paga muito caro. Pode-se até compreender que um rapaz de 14 ou 15 anos se deixe fascinar pelas heroicas figuras desse universo; mas a um artista é imperdoável. Entretanto, mesmo entre os grandes escritores não encontramos um que, discernindo a verdadeira face do ladrão, tenha lhe voltado as costas ou tenha-o reprovado, como deve todo grande artista reprovar tudo o que é moralmente inadmissível. Por capricho da história, os mais expansivos propagadores da consciência e da honra, como Victor Hugo, por exemplo, consagraram grandes esforços ao louvor do mundo do crime. A Hugo parecia que o mundo do crime é aquela parte da sociedade que protesta abertamente, com firmeza e decisão, contra a hipocrisia do mundo dominante. Mas ele não se deu ao trabalho de examinar de que posição essa comunidade de malfeitores luta contra qualquer poder governamental. Não são poucos os rapazes

que, depois da leitura do romance de Hugo, buscam conhecer “miseráveis” reais. O apelido *Jean Valjean* existe até hoje entre os bandidos.

Em suas *Recordações da Casa dos Mortos* Dostoiévski evita dar uma resposta clara e direta a essa questão. Do ponto de vista do verdadeiro mundo do crime – dos autênticos *blatares*¹ – todos esses Petrov, Lutchka, Suchilov, Gazin² são uns “patos”, otários, broncos, isto é, *fráieres*³, são aqueles que a bandidagem despreza, espolia e pisoteia. Para os *blatares*, os assassinos e ladrões Petrov e Suchilov estão muito mais próximos do autor de *Recordações da Casa dos Mortos* que da bandidagem. Os “ladrões” de Dostoiévski eram alvo de ataque e roubo do mesmo modo que Aleksandr Petrovitch Goriantchikov⁴ e seus pares, por maior que fosse o abismo que separava os delinquentes da nobreza daqueles que provêm da gente simples. É difícil dizer por que Dostoiévski não se decidiu por construir uma imagem verídica dos bandidos. Um bandido não é simplesmente aquele que rouba. É possível roubar, e até mesmo de modo sistemático, mas não ser um *blatar*, ou seja, não pertencer a essa abominável ordem clandestina que a bandidagem representa. Ao que parece, na colônia penal em que Dostoiévski esteve preso não havia essa “categoria”. Normalmente, tipos como esse não são condenados a penas de prazo muito longo, pois não é de assassinos que se constitui sua grande maioria. Ou melhor, não se constituía no tempo de Dostoiévski. *Blatares* condenados por atos “banhados de sangue”, aqueles criminosos de mão “ousada”, não eram especialmente numerosos no mundo do crime. Arrombadores, assaltantes, golpistas, batedores de carteira – eis

as principais categorias da sociedade dos *urkas*, ou *urkaganes*⁵, como se autodenominam os criminosos. A expressão “mundo do crime” é um termo com significado preciso. Vigarista, meliante, *urka*, *urkagán*, *blatar* – são todos sinônimos. Dostoiévski não os encontrou em sua prisão, se os tivesse encontrado, teríamos sido privados, talvez, das páginas mais nobres de seu romance, aquelas que afirmam a fé no homem, na existência de um princípio positivo na natureza humana. Mas Dostoiévski não encontrou verdadeiros *blatares*. Os personagens encarcerados de *Recordações da Casa dos Mortos* são pessoas tão ocasionais no crime quanto o próprio Aleksandr Petrovitch Goriantchikov. O roubo, por exemplo, de um pelo outro – o que Dostoiévski especialmente ressalta, detendo-se nisso por muitas vezes – acaso seria coisa possível no mundo dos *blatares*? O que por lá se encontra é a espoliação dos *fráieres*, a repartição desse espólio, o jogo de cartas e a passagem das coisas roubadas de um bandido a outro, a depender da vitória nas partidas de farao ou trinta e um. Na Casa dos Mortos Gazin vende aguardente, o que também fazem outros taberneiros. Mas os *blatares* não esperariam muito para extorquir a bebida de Gazin, de modo que não teria tempo de fazer carreira.

De acordo com a antiga “lei” da bandidagem, um *blatar* não deve trabalhar no lugar em que está preso, seu trabalho deve ser feito por *fráieres*. No mundo do crime, esses Miasnikov e Varlamov receberiam o desdenhoso apelido de “carregadores do Volga”. Todos esses “ossos” (soldados), Bakluchin, maridos de Akulka⁶, nada têm a ver com o mundo dos criminosos profissionais, o mundo da bandidagem. São simplesmente homens que vieram a se deparar, por algum acaso, com a força negativa da lei, que às cegas ultrapassaram algum limite, como Akim Akimovitch – um típico *fraieriuga*⁷. Quanto ao mundo *blatar*, é um ambiente que tem sua lei e que mantém eterna guerra com

1 De *blatar*: bandido ou criminoso profissional que segue o “código de conduta” da bandidagem. (N. do T.)

2 Personagens de *Recordações da Casa dos Mortos* (1861-62), de Dostoiévski, romance baseado na experiência do escritor, que estivera detido por quatro anos numa colônia penal siberiana. (N. do T.)

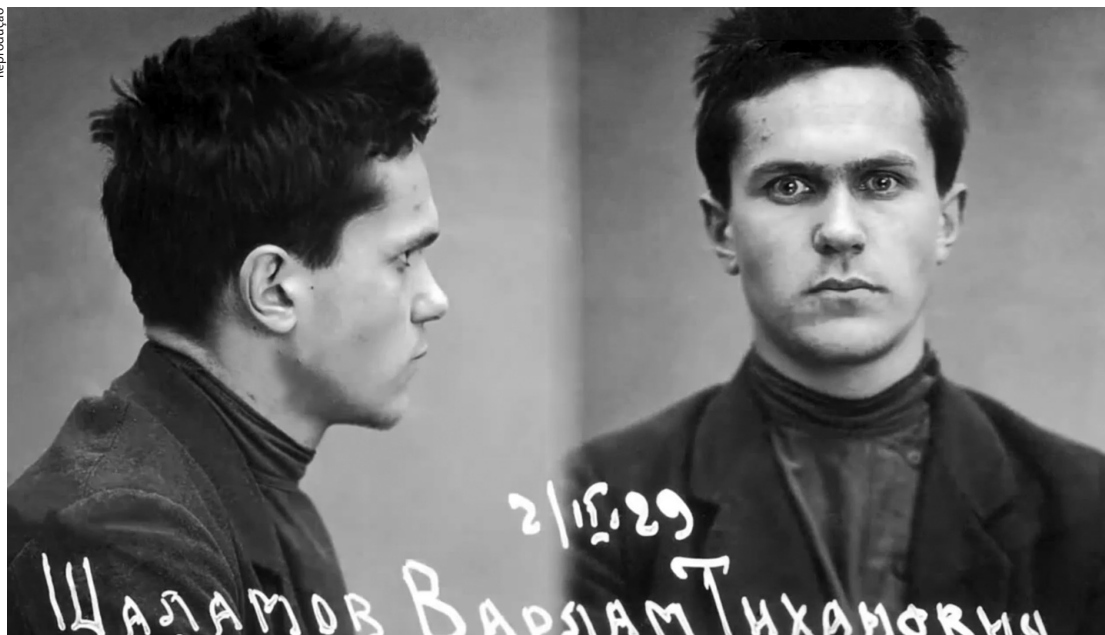
3 De *fráier*: termo do jargão criminal. Indica o criminoso ocasional, que não faz parte da bandidagem; sinônimo de ingênuo, vítima dos bandidos de verdade. (N. do T.)

4 Personagem condenado pelo assassinato da esposa, do qual as memórias, lidas por um narrador, constituem o enredo, conduzido em primeira pessoa, de *Recordações da Casa dos Mortos*. (N. do T.)

5 De *urka*, *urkagán*: bandido proeminente no mundo do crime; de modo geral equivale ao termo *blatar*. (N. do T.)

6 Estes últimos, citados em sequência, são outros personagens de *Recordações da Casa dos Mortos*; “o marido de Akulka”, em particular, é personagem-título de um dos capítulos. (N. do T.)

7 Variação diminutiva de *fráier*. (N. do T.)



Varlam Chalámov em foto de 1929, quando de sua primeira prisão, em Vishera

esse outro mundo do qual são representantes tanto Akim Akimovitch quanto Petrov, com o major “oito-olhos”. O major é até mais próximo aos *blatares*. É uma autoridade comissionada por Deus, então lidar com ele, enquanto representante do poder, é um tanto mais simples, e a um major desses qualquer *blatar* teria muitas coisas belas a dizer sobre justiça, honra e outras elevadas matérias. Ludíbrico que há séculos se repete. O ingênuo major de rosto espinhento é deles um inimigo declarado, enquanto tipos como Akim Akimovitch e Petrov são suas vítimas.

Em nenhum dos romances de Dostoiévski os bandidos estão de fato representados. Dostoiévski não os conhecia, e se os viu e conheceu, como artista voltou-lhes as costas.

Em Tolstói não há nenhum retrato significativo de homens desse tipo, nem mesmo em *Ressurreição*, onde os traços externos e ilustrativos estão postos de tal maneira que o artista se exime de responder por eles.

Um escritor que se deparou com esse universo foi Tchekhov. Durante sua viagem a Sacalina⁸

houve alguma coisa que alterou sua escrita. Em algumas das cartas posteriores ao seu retorno, Tchekhov expressa claramente que tudo o que escreveu antes dessa viagem lhe parecia futilidade, qualquer coisa indigna de um escritor russo. Como em *Recordações da Casa dos Mortos*, também na ilha de Sacalina a estupidificante e depravadora torpeza dos lugares de detenção arruína, e não poderia deixar de arruinar, tudo o que há de puro, de bom, de humano. O mundo dos *blatares* amedronta o escritor. Tchekhov percebeu nele o principal acumulador dessa torpeza, uma espécie de reator nuclear a se abastecer do combustível que ele mesmo produz. Mas Tchekhov não podia mais que abrir os braços, sorrir tristonho e apontar esse mundo com um gesto doce, mas insistente. Também ele o conheceu por Hugo. Tchekhov esteve por bem pouco tempo em Sacalina e até sua morte não ousou utilizar esse material em sua obra de ficção.

Era de se esperar que o lado biográfico da criação de Gorki lhe desse motivos para apresentar os *blatares* de maneira crítica e veraz.

8 Ilha do extremo oriente da Rússia, onde situava-se a maior colônia penal do império czarista. Em 1890 Anton Tchekhov empreende uma viagem para Sacalina a fim de estudar a vida dos condenados aos trabalhos forçados;

em 1895 publica o volume *A Ilha de Sacalina – De Notas de Viagem –*, do qual a maior parte fora publicada entre 1893-94 na revista político-literária moscovita *Russkaia mysl'* (Pensamento Russo). (N. do T.)



O Gulag de Kolimá, no qual Chalámov passou boa parte da vida

Tchelkach⁹ é incontestavelmente um *blatar*. Mas no conto esse ladrão recorrente é representado como os personagens de *Os Miseráveis*, a partir daquele mesmo rigor forçado e enganoso. A Gavrila, é claro, é possível interpretar não apenas como um símbolo da alma camponesa. Ele é discípulo do *urkagan* Tchelkach. Um aprendiz fortuito, certamente, mas indispensável. Um discípulo que amanhã, talvez, como um *chtimp*¹⁰ corrompido, subirá o primeiro degrau da escada que conduz ao mundo do crime. Porque, como disse um filósofo *blatar*, “não se nasce bandido, bandido se torna”. Em *Tchelkach*, Gorki, que havia se deparado com o mundo da bandidagem na juventude, contentou-se com apenas demonstrar um entusiasmo irrefletido diante da aparente liberdade de julgamento e ousadia de conduta desse grupo social.

9 Protagonista do conto homônimo de Maksim Gorki (1868-1936). (N. do T.)

10 Termo semelhante a *fráier*; criminoso novato, inexperienced. (N. do T.)

Vaska Pepel¹¹ (*Ralé*) é um bandido inteiramente dúbio. Do mesmo modo que Tchelkach, ele é romantizado, exaltado e em nada reprovado. A autenticidade de certos traços exteriores dessa figura e a manifesta simpatia do autor fazem com que também Vaska Pepel se preste a uma causa negativa.

Tais são as tentativas de representar o mundo do crime empreendidas por Gorki. Ele também não conhecia esse mundo, pelo visto não se deparou com *blatares* de verdade, porque isso é geralmente difícil a um escritor. O mundo da bandidagem é fechado, apesar de não ser uma ordem estritamente conspiratória e clandestina, não permitem que estranhos a estudem ou observem. Nenhum *blatar* se abriria, como faria a um igual, nem com o Gorki-vagabundo, nem com o Gorki-escritor, porque para qualquer *blatar* Gorki seria antes de tudo um *fráier*.

11 Personagem da peça *Ralé* (1901-02), de Maksim Gorki; Vaska Pepel é um ladrão nascido na cadeia. (N. do T.)

Nos anos 20 nossa literatura foi tomada por uma moda de salteadores. *Bienia Krik*, de Bábel, *O Ladrão*, de Leónov, *Moltke Malkhamoves*, de Selvinski, *Vaska Svist em Apuros*, de V. Inber, *O Fim de uma Gangue*, de Kaverin e, por fim, o vigarista Ostap Bender, de Ilf e Petrov¹² – ao que parece, todos os escritores pagaram frívolo tributo a essa repentina demanda do romantismo criminal. A poetização desenfreada dos delinquentes fez-se passar por “nova corrente” literária e seduziu muitas penas experientes da literatura. Apesar do extraordinariamente débil entendimento que demonstram autores de obras com semelhante tema, tanto os citados quanto os não citados, em relação à matéria que pensavam revelar, não deixaram de obter êxito junto aos leitores e, consequentemente, causaram danos consideráveis.

Posteriormente foi ainda pior. Teve vez um longo período de entusiasmo pela famigerada *perekóvka*¹³, aquela tal “reforja” da qual os bandidos caçoavam e até hoje não se cansaram de caçoar. Foram criadas as comunas de Bolshevo e Liubertsi, 120 escritores redigiram um trabalho “coletivo” sobre o Bielomorkanal¹⁴, que resultou num livro publicado em exemplar extraordinariamente pare-

cido com o *Evangelho* ilustrado. O apogeu literário desse período foi *Aristocratas*, de Pogódin¹⁵, em que o dramaturgo repete pela milésima vez o velho equívoco, sem dar-se ao trabalho de pensar de modo mais sério naquelas pessoas reais que representavam em vida, diante de seus ingênuos olhos, um espetáculo de fácil compreensão.

Foram lançados muitos livros e filmes, muitas peças foram montadas sob o tema da reabilitação de criminosos. Uma lástima!

O mundo do crime permanece, desde os tempos de Gutenberg até nossos dias, um livro fechado a sete selos, tanto para autores quanto para leitores. Os escritores que abordaram esse seriíssimo tema trataram-no levemente, deixando-se seduzir e iludir pelo fosforescente brilho da criminalidade, adornando sua verdadeira face com uma máscara romântica, com o que reforçam, junto ao leitor, uma ideia inteiramente falsa desse pérfido e repugnante universo, no qual nada de humano está contido.

A agitação em torno das diversas “reforjas” acabou por dar uma trégua que salvou a muitos milhares de ladrões profissionais.

Mas o que afinal é o mundo do crime?

(1959)

12 Biénia Krik é protagonista da série de contos intitulada *Os Contos de Odessa* (1931) e da peça *O Pôr do Sol* (1927), de Isaak Bábel (1894-1940); *O Ladrão* (1927), romance de Leonid Leonov (1899-1994), conta a história de um ex-herói da guerra civil, comandante do Exército Vermelho, que se torna um ladrão no período da NEP; *Moltke Malkhamoves* (1923), poema escrito no “dialeto” de Odessa, de Iliá Selvinski (1899-1968); *Vaska Svist em Apuros*, poema de Vera Inber (1890-1972); *O Fim de uma Gangue* (1925), romance de Veniamin Kaverin (1902-89); Ostap Bender é uma espécie de malandro aventureiro, um dos mais populares personagens da literatura picaresca russo-soviética, protagonista dos romances *Doze Cadeiras* (1928) e *Bezerro de Ouro* (1931), de Iliá Ilf (1897-1937) e levguiêni Petrov (1902-42). Bender, que tinha o Rio de Janeiro como cidade dos sonhos, cunhou o bordão: “Não, isso não é o Rio de Janeiro”, pronunciado por ocasião de algum enfado ou decepção. (N. do T.)

13 Literalmente: tornar a forjar; trata-se da “reeducação” dos detentos por meio do trabalho correccional e da atividade educacional promovida nos campos de trabalho soviéticos. Oriundo da metalurgia, acredita-se que o termo tenha surgido durante a construção do Bielomorkanal – canal que liga o Mar Branco ao Báltico – onde trabalharam milhares de detentos. (N. do T.)

14 Encabeçado por Maksim Gorki, um grupo de 120 escritores visitou o recém-inaugurado Bielomorkanal em agosto de 1933; 36 deles tomaram parte na elaboração de um volumoso livro dedicado à construção do canal, intitulado *O Canal Mar Branco-Mar Báltico de Stalin* e publicado em 1934, coincidindo propositadamente com o XVII Congresso do Partido Comunista. (N. do T.)

15 *Aristocratas* (1934), peça de Nikolai Pogódin (pseudônimo de Stukálov, 1900-62), sobre a reabilitação de criminosos por meio do trabalho. (N. do T.)

Quem escreve a crônica?

A correspondência entre Clarice Lispector e Fernando Sabino

Élide Valarini Oliver

A

correspondência entre Fernando Sabino e Clarice Lispector foi trocada entre os anos 1946 e 1969 e posteriormente publicada por Sabino como *Cartas Perto do Coração*, com o subtítulo: *Dois Jovens Escritores e o Mistério da Criação* (Sabino & Lispector, 2011).

Nela, os dois jovens escritores apoiam-se, instigam-se, perguntam-se, de Nova York (Sabino) a Berna (Clarice), do Rio de Janeiro (Sabino) a Washington (Clarice). Editada por Sabino, a correspondência evidencia a amizade que os unia (perto do coração), faz menção ao título do livro de Clarice, *Perto do Coração Selvagem*¹ e indica no subtítulo a intensidade dessa correspondência centrada, mas não totalmente, no fazer literário.

1 Sugerido a ela por Lúcio Cardoso, que o havia encontrado em Joyce, o livro foi publicado pela própria autora em 1943 na Editora A Noite, do jornal homônimo, onde trabalhava como jornalista. A citação vem do *Portrait of the Artist as a Young Man*: "He was alone. He was unheeded, happy, and near to the wild heart of life".

ÉLIDE VALARINI OLIVER é professora de Literatura Brasileira e Comparada da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (EUA).

O que me chamou a atenção no livro não foi tanto a publicação das sugestões de Sabino a Clarice – e a adoção desta de praticamente todas elas em seu *A Maçã no Escuro* –, mas uma *conversa* que poderia passar despercebida, e que gira em torno de uma questão importante.

A QUESTÃO SE PÕE. QUEM É O NARRADOR DA CRÔNICA?

A bifurcação entre o eu biográfico e o eu literário, entre o ser biológico e o ser literário, é lugar-comum nos estudos literários. A crítica há muito estabeleceu a questão do foco narrativo como um terreno de possibilidades abertas ao escritor. Mas e o *escritor*? O que é esse ser? A somatória do ser biológico, biográfico, experiencial? Sua fonte e causa? Ou seria o *escritor* o conjunto de intersecção (aqui no sentido matemático) entre ser e experiência, parte formada e formante, que tem a capacidade de, num dado momento temporal, gerar uma obra?

Torna-se difícil discriminar, mesmo porque a própria denominação de ser biológico e de ser do escritor não passa de conveniente generalização que apaga os múltiplos e complexos traços que unem um ao outro.

Dada essa complexidade, como caracterizar o foco narrativo da crônica?

Poderíamos, heurísticamente, argumentar alguma diferença entre o conceito de foco narrativo na crônica e no romance, por exemplo?

NARRADOR CONFIÁVEL E NÃO CONFIÁVEL

O narrador da crônica não apenas é confiável, mas *deve* sê-lo. É a exigência do *contrato*, por assim dizer, entre leitor e cronista. Em torno desse contrato que se renova e *deve* renovar-se a cada crônica, há um contexto aparentemente extraliterário, ou melhor, até circunliterário, que assegura essa confiabilidade: o nome do cronista, sua assinatura, e sua assiduidade no espaço a ele demarcado no jornal ou revista.

Nesse sentido do *dever*, a crônica partilha da deontologia que cerca outro gênero literário, o

memorial. Ali também, a expectativa do leitor é a do testemunho, e testemunho da verdade. Enfatizemos: *testemunho* de/a verdade, não a verdade. O leitor aceita e muito bem o *assim é se lhe parece*, mas a fraude, num memorial que se pretenda testemunho, é duramente rejeitada, pois quebra a confiança depositada no contrato tácito entre memorialista e leitor, como vemos periodicamente, e causa escândalo².

É interessante tomar um memorial francamente ficcional, como as *Memórias Póstumas*, e constatar que, para seu narrador, Brás Cubas, o relato de sua vida é confiável e autêntico. Temos que admitir o paradoxal: não há quebra de confiança entre nosso memorialista Brás e o leitor. Em ironia dupla – de Machado e de Brás –, vemos que essa confiança e autenticidade são ganhas justamente pela condição de morto de Brás, o defunto autor e não o autor defunto:

“Talvez espante ao leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência [...]. Mas, na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas [...]” (Machado de Assis, 2006, pp. 545-6).

Conclui-se, portanto, que é o testemunho o grau zero de onde emana e deve emanar o engajamento do leitor com seu narrador – seja ele ficcional ou não –, pois vale sempre lembrar que ficção não é mentira mas representação imaginada. A partir desse nexos tece-se também a crônica: voz, testemunho, narrativa.

2 Dentre alguns, o caso de Misha Defonseca e seu completamente fictício *Misha: A Mémoire of the Holocaust Years*, publicado em 1997, traduzido para 18 línguas e transformado em filme na França. Em 2008 descobriu-se que a autora belga era de família católica e estava tranquilamente estudando numa escola em Bruxelas durante o período em que supostamente deveria ter estado no gueto de Varsóvia, ou vivendo entre lobos, matando um soldado alemão ou tendo seus pais executados pelos nazistas por serem membros da resistência.

CRÔNICA SERÁ POESIA?

A crônica tem algo da voz do poeta. E aqui também se repete o mesmo jogo de espelho entre o ser experiencial e a voz do poema. Em casos extremos, como o da poesia lírica, onde o *eu* do poema vem matizado com a experiência vivida do ser biológico e biográfico, a ambiguidade pode ser bastante aumentada.

Mas vale lembrar a diferença fundamental entre a construção subjetiva do *eu* ficcional e as particularidades individuais (quase sempre de veio narcisista) do ser existente e real. Na poesia inferior, é sempre a segunda opção a que vence, confundida, consciente ou inconscientemente, com a primeira. Tal voz resulta numa poesia estéril, voltada ao próprio umbigo, exibicionista até mesmo quando se reivindica modesta em sua autocomiseração. O truque, porém, nunca passa despercebido:

“Tua gota de bile, tua careta de gozo, ou de dor
[no escuro
são indiferentes.

Nem me reveles teus sentimentos,
que se prevalecem do equívoco e tentam a longa
[viagem].
O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.

[...]

Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,
vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de
[família
desaparecem na curva do tempo, é algo
[imprestável”
(Andrade, 1969).

O conforto com que poetas escrevem crônicas (Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Ferreira Gullar) não é novidade. O imenso sucesso de público do Drummond cronista, comparado ao Drummond poeta, não apenas demonstrou sua evidente capacidade comunicativa, mas sublinhou o fato de que poesia não necessariamente vive apenas de versos. Sublinha também a facilidade com que o poeta fala com a voz do *eu* sem falar *de si*, mesmo que fale de uma experiência *particular*.

A crônica, igualmente, consegue manter um *eu híbrido* entre o ficcional e o experiencial sem cair no *eu narcísico*. Rubem Braga (2003), em “Lição de Inglês”, reproduz a *provável* ou *possível* experiência de um aluno em sua primeira aula de língua (qualquer que seja), com uma experiência *particular* que, embora gerada na experiência individual dele, é abarcada, compreendida e potencialmente vivida pelo leitor.

Em consequência, o laço que une cronista e leitor se estreita. Ao penetrar nessa subjetividade que pode ser partilhada, o leitor pode “achar-se”, mesmo que jamais tenha vivido tal experiência. Pode arquivá-la, guardá-la na memória para alguma ocasião em que possa viver algo semelhante. Em suma, pode aprender com ela. Quer o leitor tenha tido aulas de inglês, de qualquer outra língua, ou não, a crônica traz a ele o testemunho do memorialista, o olho do contista em seu relato de uma fatia da vida, e a voz subjetiva do *eu* poético que lhe oferece uma experiência formadora³.

Esse aspecto de ensinamento, porém, não é didatismo, que é hierárquico por natureza. A crônica ensina de maneira bem próxima à da *fábula*. O que se aprende não é explícito, de fora para dentro – como um dos didatismos da educação pela pedra de João Cabral –, mas implícito, no *modo de encarar* tal e tal situação, no modo de reagir a tal e qual notícia, etc. O leitor, na crônica, fica atento, consciente ou inconscientemente, às reações do cronista em seu viver o mundo; e compara implicitamente suas reações, atitudes, opiniões, com as dele. Em outras palavras, é o que Antonio Candido (1992, p. 14) aponta quando escreve que “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas [...] ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas”.

Até mesmo num caso extremo, como o de Clarice Lispector, cujas crônicas poderiam ser consideradas de uma particularidade quase irreduzível à mastigação do leitor, um exame mais detido pode demonstrar que não o são. Em suas

3 “Homem no Mar” é outra das muitas crônicas de Rubem Braga (2003, pp. 133-4) em que ele desenvolve magistralmente todos os registros acima apontados.

estranhezas aparentes, em suas originalíssimas particularidades, essas crônicas acabam fornecendo ao leitor justamente as verbalizações necessárias para iluminar, em seu mundo interior, verdades intuídas e de difícil expressão para as quais Clarice encontrou palavras.

ESCUTANDO A CONVERSA ENTRE CLARICE E FERNANDO

A correspondência entre Fernando Sabino e Clarice Lispector indica aspectos interessantes do ponto de vista do cronista nascente e em potencial. Nesse microcosmo privado entre os dois escritores, podemos divisar alguns elementos essenciais.

Clarice, em carta datada de 28 de julho de 1953 – de Washington D.C., onde residia então –, pergunta a Sabino se ele acha

“[...] possível eu escrever para a *Manchete* – uma espécie de ‘bilhete dos E.E.U.U.’, com notícias e comentários variados (livros, acontecimentos, fatos, etc.), provavelmente em estilo curto, rápido, na quantidade que a *Manchete* quisesse ou precisasse – e até no estilo que quisessem – como você vê, não estou sendo nada difícil. É possível uma coisa dessas? Eu assinaria com um pseudônimo qualquer, onde me sinto mais à vontade – até Tereza Quadros poderia ressuscitar, dessa vez sem se especializar em assuntos femininos, já que ela é tão espertinha e versátil. Acontece que o dinheiro que eu tinha de *A Noite*, e reservado para os fins mais nobres, já gastei. Gostaria assim de me pôr de novo em movimento, e esse movimento seria escrever para *Manchete*, se fosse possível, se isso interessasse a eles de algum modo” (Sabino & Lispector, 2011, p. 94).

O trecho é rico de possibilidades. Não apenas temos uma preciosa definição da crônica: estilo curto, rápido, variável, com notícias e comentários sobre livros, acontecimentos, fatos, etc. Aspectos de frequência e tamanho. Adaptação do estilo do cronista aos desejos e necessidades do editor – aqui vemos como Clarice discernia bem entre seu estilo *literário* e seu estilo *instrumental* –, aquele usado para assinar propagandas de cremes, entre outras coisas, e a fundamental questão envolven-

do o uso do *pseudônimo*. A crônica é uma forma importante para o escritor não apenas de ganhar a vida, mas também de “pôr-se em movimento”.

Do ponto de vista do editor da revista ou jornal em que se publica a crônica, ela vale pelo *nome* ou *renome* de quem a assina. Clarice Lispector já tinha certo renome. Dentre o grupo de jovens escritores, quase todos amigos entre si, nasceu praticamente a geração dos cronistas modernos: Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Rubem Braga, Fernando Sabino, Lúcio Cardoso. Manuel Bandeira também havia começado a escrevê-las, assim como Raquel de Queiroz, e posteriormente nelas se iniciaria Carlos Drummond de Andrade⁴.

Aparentemente por uma questão de *estilo*, Clarice hesita em assinar com seu próprio nome. Não quer expor-se *como Clarice Lispector* ao assinar nesse estilo curto, rápido e variável. Daí o *ressuscitar* de Tereza Quadros⁵, esse pseudônimo/personagem especializado em assuntos femininos ao qual Clarice não poupa ironias: “Ela é até um pouco feminista”. É importante enfatizar a distância que Clarice impõe entre ela própria, uma escritora profunda, completa e avessa a *ismos*, e a reduzida Tereza Quadros, a jornalista. Confundir uma com a outra e ler Clarice como Tereza é um exercício escorregadio.

Não se trata tanto de necessidade material o que a faz pedir a Sabino que interceda por ela na *Manchete*⁶, mas sobretudo o “pôr-se em movimento”. Esse exercitar-se ao escrever e no escrever, mesmo que seja num estilo curto, rápido e

4 Da mesma geração, Sérgio Porto e Hélio Pellegrino. Sérgio Porto, sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, assinava uma coluna de humor. Pellegrino colaborou com diversos jornais, dentre eles o *Jornal do Brasil*, escrevendo artigos.

5 Tereza Quadros – que Clarice escreve com z – nasceu como pseudônimo da autora para o semanário *Comício*, fundado por Rubem Braga. Nele, Clarice Lispector, que era jornalista, publica uma coluna feminina. O primeiro artigo saiu em 15 de maio de 1952. Posteriormente, em 1959 diga-se, Clarice Lispector também assinará colunas no jornal *Correio da Manhã* sob o pseudônimo de Helen Palmer. E a partir de 1960, assinará com o mesmo pseudônimo outra coluna no mesmo jornal.

6 Com o fim de *Comício*, os cronistas amigos de Clarice haviam se mudado para a revista *Manchete*. Vivendo fora do Brasil, longe dos amigos, talvez o pedido tenha nascido de uma necessidade de continuar fazendo parte do grupo de escritores do Rio.

variável. Mesmo não articulando abertamente essa dialética, é assim que se apresenta tal exercitar-se. O pôr-se em movimento é tão necessário quanto o estilo pessoal e original da escritora. O estilo curto e rápido incorporou-se ao resto. Numa crônica como “Brasília: 1962”⁷ temos *ambas* as coisas: uma *objetividade subjetiva* que, mesmo sob o efeito de imagens originais e personalíssimas, passam ao leitor impressões que ele mesmo reconheceria: “Olho Brasília como olho Roma: Brasília começou como uma simplificação final de ruínas” (Lispector, 2003, p. 138).

A questão do tamanho da crônica e sua frequência, embora exigência externa, é também incorporada interiormente a ela, da mesma maneira que a forma exterior do soneto nada impede sua originalidade. Pelo contrário, aliás, é o exercício da forma fixa que a alimenta. Sabino, em sua resposta de 8 de agosto, escreve:

“Não fique ofendida, mas falei imediatamente com Hélio Fernandes, diretor de Manchete, que ainda por cima agradeceu muito pela ideia. Escreva duas páginas e meia a três páginas tamanho ofício sobre qualquer coisa, semanalmente” (Sabino & Lispector, 2011, p. 95).

E aí vem a questão crucial do pseudônimo:

“*Tem que ser assinado, mas não tem importância, nós todos perdemos a vergonha e estamos assinando* [grifos meus]. Ele quer pagar 750 cruzeiros por crônica – ficou de dar a resposta definitiva amanhã, mas de qualquer maneira já está combinado. Não se incomode muito com a qualidade *literária* [grifo de Sabino] por ser assinado – um título qualquer como Bilhete Americano, Carta da América ou coisa parecida se encarregará de dar caráter de seção e portanto sem responsabilidade literária. O pagamento é pontual, em cheque” (Sabino & Lispector, 2011, pp. 95-6)

O editor precisa do prestígio do escritor que assina a crônica. Isso será, afinal, o que *diferen-*

ciará a crônica das outras páginas na revista, ou jornal, que poderá até mesmo trazer artigos assinados. Mas artigos não são crônicas, e é a assinatura do escritor que importa. É a assinatura o performativo que diferencia o artigo e a opinião (ambos também assinados) da crônica, pois, ao assiná-la *qua* escritor (sem vergonha), o texto se transforma em crônica. E, para tanto, não é importante, segundo Sabino, que o texto tenha *qualidade* ou *responsabilidade literária*.

Esse comentário do jovem Sabino à jovem Clarice, que, no calor da hora, ou seja, na energia do fazer, na necessidade financeira, na oportunidade aberta aos jovens escritores pelos editores de revistas e jornais, deixa claro que *não havia* ainda consciência do quanto a crônica *seria literária* a despeito de tudo, inclusive do não incomodar-se com sua qualidade literária. Mesmo sem se preocupar com qualidade de literatura, a crônica desses escritores *já* o era⁸.

O caso das crônicas de Machado de Assis pode nos ajudar a esclarecer o ponto. Escrevendo sob pseudônimo, Machado, após sua morte, teve recolhidas em seu nome crônicas que jamais poderia ter escrito: toscas, grosseiras, pobres de vocabulário e francamente mal escritas; fez-se necessário uma seleção que iniciasse o processo de separação entre o joio e o trigo. No caso das crônicas de Machado, é muito mais o estilo que as diferencia, mais do que a preocupação literária do próprio autor. Mesmo porque houve mudança estrutural entre o tipo de crônica que se escrevia no século XIX e a geração de cronistas modernos – geração que, diga-se, *inventou* a crônica literária tal como a conhecemos. Machado podia escrever sob pseudônimo. Para os editores da geração de cronistas modernos a *assinatura literária* garante

8 E podia sê-lo com tranquilidade ao adotar o tom conversacional, o *sermo humilis*, que já havia sido conquistado pelos modernistas da primeira leva em seu trabalho da quebra de barreiras e de experimentalismo. A dicção literária da crônica dos modernos derivou-se da dicção modernista de primeira extração. Mário de Andrade (*pace* sua hiperbólica “língua brasileira”), Oswald de Andrade, Manuel Bandeira já haviam limpo o terreno estilístico e apontado o caminho ao despojar a literatura escrita no Brasil dos aspectos empolados e artificiosos de uma subliteratura parnasiana que a sufocava e à qual Lima Barreto, em fins do século XIX, havia chamado de literatura de sobremesa.

7 “Brasília: 1962” saiu na revista *Senhor* na coluna Children’s Corner, em que Clarice Lispector publicou tanto contos como crônicas. Em 1964, isso foi reunido em livro, *A Legião Estrangeira*.

a *qualidade literária* da crônica – algo de que nem mesmo os cronistas, no calor da hora, estavam se dando conta, como vimos na conversa de Sabino: a qualidade não precisa ser literária!

Isso demonstra que o que comumente se repete da crônica – que é atividade *rés do chão*, como a qualificou Antonio Candido há décadas⁹ – deve ser urgentemente revisado, sobretudo quando analisamos as coleções de crônicas que nos deixaram essa geração. Candido escrevera então que a crônica “não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba de pressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos” (Candido, 1992, p. 14). Porém reconhece que ficamos “meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (Candido, 1992, p. 15).

Com a vantagem da perspectiva proporcionada pela passagem do tempo, hoje já não é mais o caso de se espantar. Acostumados que estávamos à ideia e à prática da crônica no século XIX, não esperávamos que uma geração de escritores fabricasse um gênero literário novo a partir do mesmo rótulo antigo. E o fizesse, ainda por cima, com o franco intuito de ganhar o pão e aceitar as restrições de espaço que lhe eram oferecidas. O que superficialmente pode ser visto como detrimento à atividade propriamente literária acaba mostrando-se, na verdade, como mais um elemento na longa história de como realmente se faz a literatura.

A questão da assinatura literária é, portanto, central ao que diferencia a crônica dos simples artigos assinados numa revista ou jornal. O caso é posto em evidência, como está se observando na correspondência entre os dois escritores, e a reação de Clarice à questão da assinatura põe o dedo na ferida do que justamente estamos tentando definir neste artigo: quem escreve a crônica?

De Washington, 30 de agosto de 1953, ela escreve:

“Agradeço o fato de Hélio Fernandes agradecer o fato de eu oferecer colaboração. Fico muito sem

jeito de assinar, não pelo nome ligado à literatura, mas pelo nome ligado a mim mesma: terei pelo menos num longo começo a impressão de estar presente em pessoa, lendo minhas noticiinhas e provavelmente gaga de encabulamento. É mesmo impossível ressuscitar Tereza Quadros? Ela é muito melhor do que eu, sinceramente: a revista ganharia muito mais com ela – ela é disposta, feminina, ativa, não tem pressão baixa, até mesmo às vezes feminista, uma boa jornalista, enfim. Se for mesmo impossível, tentarei assinar e tentarei um ‘à vontade’ quase insultuoso” (Sabino & Lisspector, 2011, p. 97).

Tereza Quadros é *tudo* o que Clarice não é. Notemos: jornalista, ativa, disposta, sem pressão baixa e até mesmo feminista. Clarice, que era realmente tímida e calada, sobretudo na presença de desconhecidos¹⁰, realmente não poderia ter reagido de maneira menos avessa ao que claramente encarava como um escancarar-se a si mesma para toda a gente. Aqui está o cerne da questão do foco narrativo da crônica. O fato de Clarice sentir-se ameaçada pela exposição indevida demonstra a forte relação que cada um de nós tem com o próprio nome. Não é preciso uma análise detalhada para darmos conta das variações de temas, de registro, de estilo, enfim, de todos os elementos que compõem um texto, quando assinado pelo nome próprio do escritor, por um pseudônimo, ou francamente anônimo¹¹. O satirista que assine seu livro tabu pode ser morto.

Não se pode também deixar de notar aqui um elemento cultural importante. A cultura puritana, como sabido, tem menos inibições em escancarar-se (e escancarar aos outros) publicamente. A ques-

9 Antonio Candido escreve seu prefácio “A Vida ao Réz-do-chão” originalmente em 1981, para o volume 5 da antologia *Para Gostar de Ler: Crônicas*, da Editora Ática.

10 Dentre os testemunhos dos que a conheceram, a autora deste artigo conta com o que lhe relatou a pintora Eleonore Koch, que a conheceu fazendo parte do mesmo grupo de terapia da escritora. Eleonore, que tinha por apelido Lori, relatou que Clarice lhe disse que gostava muito do nome dela e se ela não se importasse, gostaria de usá-lo, o que acabaria fazendo em *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres* (1969), mas garantiu a Lori que a personagem não teria nada a ver com ela.

11 Na linguagem corriqueira dos comentários na internet, por exemplo, ou de *blogs* assinados, anônimos ou sob pseudônimos, tal flutuação pode ser vista com bastante clareza. Veja-se o fenômeno do *trolling* e o anonimato, dentre outros.

tão da pessoa humana, na crônica, separando-se do eu do cronista no papel, é uma *convenção* a ser *inventada e conquistada* no fazer da própria crônica. Clarice vê-se, portanto, com um dilema. Como assinar sem assinar-se?

COMO ASSINAR SEM ASSINAR-SE?

A réplica de Sabino vem em carta de 10 de setembro de 1953:

“Antes de mais nada, Manchete: estou meio sem jeito de dizer a eles que você não quer assinar, por duas razões: primeiro, porque a despeito da elevada estima e distinta consideração que eles têm pela formosa Tereza Quadros, sei que *fazem questão de seu nome* – e foi nessa base que se conversou; *não sei se você sabe que você tem um nome*. E segundo, porque acho que você deve assinar o que escrever; como exercício de humildade é muito bom. E depois, você leva a vantagem de estar enviando *correspondência* do estrangeiro, *o que sempre exime muito a pessoa de responsabilidade propriamente literária*. No fundo, isso pode ser sofisma de quem se vê obrigado a assinar o que não quer e está querendo ver os outros no fogo também. De qualquer maneira, se você insiste, posso tentar convencê-los, mas vai haver briga. Fora disso, embora não tenha estado mais com Hélio Fernandes, sei que o acordo está de pé” (Sabino & Lispector, 2011, p. 101 – grifos meus).

E Sabino pede que Clarice já lhe mande a primeira colaboração.

“Como você sabe, o que quer que você escreva será bom (e não tome isso como elogio, pois o que é bom para os outros nem sempre é bom para nós). Não leve a sério demais senão a *pontualidade*; seções como esta sempre acabam se firmando por si mesmas, depois de duas ou três vezes. Só lhe aconselho a fazer, pelo menos nas primeiras, o mais variado possível, *vários assuntos de cada vez, para despertar logo o interesse*. Mas vamos deixar disso, faça o que quiser, qualquer coisa sua interessa e quem sou eu, prima, para lhe aconselhar” (Sabino & Lispector, 2011, pp. 101-2 – grifo meu).

Sabino, cronista exímio, que aproveitou em suas crônicas essa variedade que recomenda a Clarice, absorvendo, em suas alterações, toda uma gama de observações do cotidiano e em linguagem concisa, fixando-o em literatura, convida Clarice a penetrar na assinatura *das coisas*, deixando de lado a questão do *assinar-se a si mesma*.

Sabino provoca: você, Clarice, tem que pular também no fogo. Mas teria Sabino assinado o que não queria? Tudo leva a crer que mesmo na hesitação, que chama de sofisma, Sabino já tivesse conseguido forjar, assinando, um eu cronista. Arrisco até mesmo a hipótese de que se deu o escritor tão bem dentro dessa pele de cronista, que teve dificuldades para transferir o eu cronista ao eu romanista. O foco narrativo de Sabino é essencialmente o do cronista¹².

Clarice já tinha o próprio nome¹³, como reafirma o amigo apoiador. Seria fácil para ela passar disso para a assinatura do nome na crônica através de uma mediação, talvez até um truque: o de *correspondente*. O escritor na posição de correspondente é quase um jornalista (Tereza Quadros?, pensamos). Ele não enuncia claramente, mas é tentador pensar que talvez a saída do impasse para Clarice fosse justamente entrar na pele de Tereza Quadros, mas assinar Clarice Lispector. Fácil? Não. Não foi o que Clarice fez.

Assinar o que se escreve como lição de humildade é outro ponto levantado por Sabino. Parece-me importante que a inflexão do foco narrativo da crônica não seja *autocentrada*. O cronista que só fala de si mesmo não é cronista. A crônica autocentrada não pode existir. O eu do cronista se coloca como observador de algo que se passa fora de si. O eu do cronista *refrata* impressões, não as gera.

Isso também fica claro na carta que Sabino escreve a Clarice em 21 de setembro do mesmo ano. Num momento de intensa crise pessoal. Ele diz que quer enviar a ela um conto “com a condição de ser logo devolvido pois é muito *a clef* para ficar sendo lido pelos outros” (Sabino &

12 A essa altura já autor do livro de contos *Os Grilos Não Cantam Mais* (1941) e da novela *A Marca* (1944).

13 Tendo já publicado a essa altura *Perto do Coração Selvagem* (1943) e *O Lustre* (1945).

Lispector, 2011, p. 102) e acrescenta: “Comecei a escrever coisas que deveria guardar comigo, pois preciso delas para viver – inclusive para *Manchete*, e isso é grave”. Vê-se que Sabino escreve para desafogar-se, e que pode estar cometendo um erro ao enviar à revista *Manchete* “coisas que deveria guardar” consigo “pois precisa delas para viver”. Novamente, vê-se, pela explicação, que o que o autor está enviando à revista não está passando pelo crivo de refração do foco narrativo exigido pela crônica, que o eu que assina está muito próximo do eu real: cru, exposto.

Compare-se com o que pode fazer Sabino: “Menino”, crônica em que o autor desenvolve uma polifonia construída de frases feitas que chegam rapidamente a um *crescendo* em ápice emocional. Esse recurso literário, climático, próprio do conto, ressignifica o sentido originário das frases clichês, que toda mãe diz e repete. A justaposição catalogal de frase após frase já é um arranjo literário e expressa uma meditação contida do cronista a respeito do amor que une uma mãe ao filho (Sabino, 2003).

Em 5 de outubro, Clarice (que anda lendo a *Imitação de Cristo*) envia a primeira crônica para a *Manchete* e diz que continuará mandando até receber resposta¹⁴, “mas me diga depressa se o ‘bilhete americano’ está bem assim” (Sabino & Lispector, 2011, p. 105), e termina: “Fernando, veja se pode arranjar um modo de ficar assinando ‘C. L.’, sim? Por que não? E me escreva. Estou esperando carta sua. E não é a horrível C. L. que está esperando, é Clarice” (Sabino & Lispector, 2011, p. 105). E esse “Clarice” vem abaixo, assinado duas vezes: a primeira, à máquina, a segunda, à mão. E ela acrescenta: “desculpe, saiu à máquina, mas repito: ‘Clarice’” (assinado à mão).

Vê-se que Clarice quer agarrar-se a um fiapo de distanciamento entre ela e a crônica. Como não pode ser Tereza Quadros, ao menos que sejam as iniciais, outra forma de pseudonímia, talvez, velada, mas muito diferente da Clarice que assina a carta a Sabino (à mão), que também é diferente da Clarice Lispector, escritora. Em 21 de outubro, Clarice conta que está enviando à *Manchete* outros

“bilhetes cacetíssimos”¹⁵ (em referência ao título que deu à sua primeira crônica, “bilhete americano”). Estaria mesmo ela achando chato o que escreve ou seria isso apenas conversa autoderrogatória entre amigos? Como não recebe resposta do editor, parece querer desistir do projeto:

“Francamente, se Hélio Fernandes quiser, paro imediatamente, se possível mais rápido que imediatamente. Hélio Fernandes não precisa hesitar em dizer que não quer – acho mesmo muito difícil mandar notícias, sem saber o que serve ou não; o mais possível é que não sirva. E acontece que só gostaria de assinar C. L.” (Sabino & Lispector, 2011, p. 107).

Como a autora também se diz “tão preguiçosa que choro à ideia de estar tendo trabalho destinado à cesta”, pede a Sabino que verifique se o acordo está de pé.

Vê-se aqui que Clarice já conseguiu escrever três “bilhetes americanos”, que considera “cacetíssimos”, está prestes a desistir e insiste em assinar C. L.

Em sua resposta de 27 de outubro de 1953, Sabino comenta:

“Só ontem consegui falar com o Hélio Fernandes, que agora é importante diretor da revista. Disse-me ele que recebeu sua colaboração, gostou muito, e que ainda não tinha publicado porque está às voltas com *problema de espaço*. Disse também que ia lhe escrever diretamente para acertar tudo. Quanto à primeira, que você me enviou, ia lhe escrever sobre e só não fiz logo porque as seguintes tinham sido mandadas à revista e eu primeiro queria saber a reação deles. Já que foi boa, segundo disseram (não tenho convívio intenso com eles), fiquei quieto. *Achei que naquela primeira você tinha dado um tom excessivamente impessoal e noticioso* – ainda que notícias de interesse. *E o que interessa é Clarice Lispector*, pelo menos uma Clarice Lispector dando notícias – mesmo assinando C. L.” (Sabino & Lispector, 2011, p. 108 – grifos meus).

14 Clarice Lispector enviou três crônicas para a *Manchete*, que nunca foram publicadas.

15 Clarice Lispector também havia comentado com a irmã, Tânia, em carta de 5 de novembro de 1948, que seu romance *A Cidade Sitiada* (finalmente publicado em 1949) era “cacete”.

Então, por um lado, o problema material com o qual o cronista deve se haver: a questão do espaço. Não se pode, como mencionamos em outra parte, achar que essa questão seja um limite arbitrário à criatividade do autor. Pelo contrário, a restrição espacial impõe um *ritmo* à crônica – ao menos à crônica bem escrita. É justamente a atenção ou intuição do tamanho e do *ponto final* que imprime o *élan*, o ritmo do cronista e dá à crônica um andamento quase poético. Sem a noção de ritmo, o cronista não pode ir longe.

Por outro lado, a crítica de Sabino vai direto ao *coração* da crônica: o *tom*. Ele chama a atenção de Clarice para o tom *excessivamente impessoal e noticioso*. Ou seja, jornalismo *não é* crônica. Confiando-se na crítica de Sabino – essas crônicas de Clarice não foram encontradas¹⁶ –, podemos inferir que a questão do próprio nome incomoda Clarice e tenha contribuído, se não causado, o tom “excessivamente impessoal e noticioso”. Isso pode ser também inferido pelo comentário dele, que vem a seguir: o que *interessa* – e aqui lemos: ao público e aos editores – é a autora, o que ela pensa, vê, observa, transmite, escreve. Até mesmo banais notícias, para um cronista, devem ser refratadas pelo seu próprio *testemunho*: Clarice Lispector *dando notícias mesmo assinando-se com iniciais*. A confiança do leitor implica o nome.

A partir daí, a conversa sobre a crônica se escasseia ou cessa por completo nessa correspondência. Clarice comenta que lê as crônicas de Sabino na *Manchete*, cobrando-o por andar sumido e não escrever. Os autores conversam sobre futuras publicações, sobre o impacto de ler *Grande Sertão: Veredas*, reconhecendo em João Guimarães Rosa o genial autor de uma obra marco na literatura brasileira.

Quando Sabino critica o que considera excessos de intromissão do eu do escritor no rascunho que lhe envia Clarice do que será posteriormente *A Maçã no Escuro*, ele se justifica de maneira esclarecedora para a composição do sujeito subjetivo, do

foco narrativo da crônica. Ele diz que os andaimes que possam ter ajudado na concepção do livro

“[...] devem ser retirados, obra acabada – e neles incluo o ‘prefácio’ e o uso excessivo da primeira pessoa (onde assinaei). Todo mundo sabe que um construtor constrói uma casa para outra pessoa morar e para isso ele põe na construção uma placa com seu nome – mas depois da casa pronta não é preciso placa nenhuma para todo mundo saber que alguém (que não mora ali) a construiu. *‘Todo mundo sabe que alguém está escrevendo o livro, por que não admiti-lo?’*” (Sabino & Lispector, 2011, p. 134 – grifos do autor).

Ora, isso encapsula a questão do narrador da crônica e talvez aponte para sua resolução: inscrevendo-se num espaço restrito e ritmo próprios, o construtor da crônica-casa *sabe* o que construiu e o leitor reconhece tanto a casa quanto o construtor. Isso sem a necessidade de placas indicativas, apenas pelo trabalho de uma obra bem construída. Assim se leem as crônicas de Sabino, em sua concisão vocabular e imagética, ritmo poético e olhar humano e emotivo.

Incomoda um pouco a repetição de que a crônica é um gênero menor, como se ela tivesse que se desculpar por ser literatura. Como ela (ao menos na forma que tomou a partir do século XX) não pode ser praticada por quem não escreva literatura, por quem não traga em sua maleta as ferramentas do escritor ou poeta, não se entende bem a lógica dessa ressalva.

Ao analisarmos a crônica, observamos que tais ferramentas não são em nada diferentes das necessárias para o conto, a poesia, a fábula e o romance. Nada mau para um gênero supostamente menor. Só o escritor pode transformar os acidentes do cotidiano em meditação curta; aprofundar uma rápida impressão passageira; lançar um olhar irônico ou humorístico para situações onde qualquer uma delas apenas recolheria o tédio. E se o tamanho e o espaço delimitados para a crônica são aparentemente impostos de fora, tal limite não nos parece substancialmente diferente dos aparentemente internos ao conto, à fábula, ou mesmo ao verso.

Arrisco uma provocação final: a obra fundamental de Clarice Lispector está em suas crônicas e contos-crônicas. Nessa fusão, o foco narrativo

16 Como nunca foram encontrados ou publicados os “bilhetes americanos”, é tentador pensar que a questão envolvendo a assinatura tenha sido crucial no desinteresse da revista. Por outro lado, pode-se inferir pelos comentários de Sabino que o tom noticioso dos bilhetes tenha desapontado o editor da *Manchete*, que esperava, ironicamente, algo mais literário.

se refrata, mas não se perde em si, “no excessivo da primeira pessoa”; o tempo é o tempo generosamente dividido entre leitor e escritor como em “A Repartição de Pães”, nem tão longo, nem tão intensamente obscuro; os temas são variados, o estilo conciso e cortante; e, como queria seu ami-

go Fernando, o tom “excessivamente impessoal e noticioso” foi engavetado para sempre.

Assim concluo com o que pude aprender dessa correspondência: que crônica é fusão, conto e poesia, opinião e fatia de vida, fábula e experiência, conversa entre amigos.

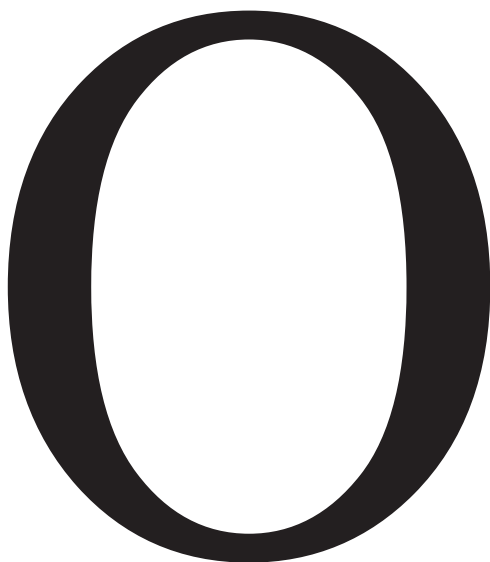
BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drummond. “Procura da Poesia”, in *Reunião*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- BRAGA, Rubem. “Lição de Inglês”, in *Elenco de Cronistas Modernos*. 19ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003, pp. 105-8.
- CANDIDO, Antonio. *A Vida ao Rés-do-chão. A Crônica: o Gênero, sua Fixação e suas Transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- LISPECTOR, Clarice. “Brasília: 1962”, in *Elenco de Cronistas Modernos*. 19ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003, pp. 138-42.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2006.
- SABINO, Fernando; LISPECTOR, Clarice. *Cartas Perto do Coração. Dois Jovens Escritores Unidos pelo Mistério da Criação*. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- SABINO, Fernando. “Menino”, in *Elenco de Cronistas Modernos*. 19ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003, pp.43-4.

Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas

Pedro Roberto Jacobi

Samia Nascimento Sulaiman



s eventos extremos têm-se tornado mais frequentes, ameaçando cada vez mais a precária infraestrutura das cidades. A própria expansão das metrópoles e, conseqüentemente, das ilhas de calor provocadas pela impermeabilização do solo favorece o aumento das precipitações. As inundações e deslizamentos que têm ocorrido nos grandes centros urbanos do país já são conseqüência das mudanças climáticas.

Os cenários de risco e as fatalidades urbanas criadas pelas ações antrópicas estão associados tanto à forma de ocupação de terrenos e de empreendimentos regulares quanto a assentamentos de população de baixa renda em áreas invadidas, resultado de uma ocupação desordenada que reflete a falta de uma lógica de governança colaborativa. A “insustentabilidade” desse contexto se

PEDRO ROBERTO JACOBI é professor titular da Faculdade de Educação e do Instituto de Energia e Ambiente da USP.

SAMIA NASCIMENTO SULAIMAN é doutora em Educação e pesquisadora do Laboratório de Práticas e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade – Lappes-USP.

caracteriza pela prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços intraurbanos, marcados exponencialmente pelo crescimento da ilegalidade urbana e acesso diferenciado aos investimentos públicos (Jacobi, 2012).

Cabe incluir a incapacidade das políticas urbanas na gestão do uso do solo, a setorialidade na aplicação das políticas ambientais, com repercussão no planejamento dos territórios, e diversos instrumentos que permitiriam identificar áreas vulneráveis e estratégias para prevenção, mitigação e adaptação diante de eventos extremos em unidades tais como áreas costeiras e bacias hidrográficas (Schult et al., 2010).

Este trabalho introduz a preocupação com a sustentabilidade urbana, uma dimensão do desenvolvimento sustentável, que representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano não só crescentemente ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais.

RISCOS ANUNCIADOS?

Os riscos socioambientais urbanos estão associados à pobreza, às desigualdades e à lógica de desenvolvimento urbano que ainda prevalecem. A população residente em assentamentos humanos precários está exposta a riscos socioambientais (sujeitos a inundações e deslizamentos) e a situações climáticas severas, e se confronta com a necessidade de suportar os impactos do perigo. Warner (2010) mostra que, em situações como inundações, desastres mais comuns e devastadores, os problemas gerados após um evento expõem a falta de planejamento de uso e ocupação do solo, o despreparo das autoridades e a falta de um *ethos* de prevenção na sociedade. Identificam-se, assim, os componentes analíticos de uma realidade socioambiental caracterizada pela fragilidade na capacidade de respostas das sociedades com menos recursos, assim como a falta de ações intersetoriais (Warner et al., 2002).

A desigualdade urbana, funcional e social tem-se aprofundado, e o resultado é uma metrópole

partida e segregada (Bonduki, 2011). As manchas urbanas que se expandem horizontalmente e configuram grande parte das áreas periféricas são construídas, basicamente, a partir das ocupações de terras vazias realizadas por grupos de baixa renda, da implantação de loteamentos clandestinos construídos e comercializados irregularmente, dos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda produzidos pelo poder público e de assentamentos precários e informais, como as favelas e muitos bairros populares que compõem as imensas periferias urbanas (Nakano, 2011).

A falta de infraestrutura de saneamento e de equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer, entre outros, é o traço comum à maioria desses assentamentos, estigmatizados pela precariedade. A tônica dominante de produção desses espaços urbanos irregulares decorre de omissões históricas do poder público, tanto no tangente às ações regulatórias e de fiscalização, quanto em relação à provisão de urbanização adequada. A maioria desses assentamentos é construída com pouco ou nenhum acompanhamento técnico em áreas ilegais, com invasão e ocupação irregular, que apresentam risco de deslizamento. Encontra-se também em várzeas inundáveis e áreas de proteção aos mananciais.

Existe uma forte dimensão social no risco, que é agravado pela vulnerabilidade das populações (Ojima, 2009; Marandola, 2009) e do contexto físico no qual se localizam. A questão que se coloca, portanto, é sobre a gestão dos riscos (Veyret, 2007; Irwin, 2001; Howes, 2005). O que define a dinâmica que prevalece é que a prevenção e a minimização das consequências dependerão das medidas políticas no contexto de cada território.

Os “desastres anunciados” não podem ser vistos como fatalidades, mas na maioria dos casos podem ser previstos e evitados. No Brasil, a forma desordenada como as cidades cresceram nos últimos 50 anos é a principal causa das tragédias. Para Ribeiro (2011), os desastres são consequência de décadas de descaso do poder público com o planejamento urbano e com as políticas setoriais relacionadas, e as cidades brasileiras apresentam a marca da desigualdade até na distribuição social dos riscos decorrentes da precariedade urbana.

Mas os desastres também mostram o despreparo das autoridades para, em situações de calamidade, alertar, remover e garantir abrigo à população diante de ameaças iminentes. As autoridades públicas explicam tais tragédias, geralmente, como as consequências de eventos climáticos incomuns, fora dos padrões previstos e da suposta irracionalidade do comportamento da população, que aceita morar em áreas sujeitas a evidentes riscos ambientais e não cuida adequadamente dos seus lixos.

Apesar da multiplicação das tragédias, o Brasil investe muito pouco em prevenção. Segundo a Comissão Especial de Medidas Preventivas e Saneadoras de Catástrofes Climáticas da Câmara dos Deputados, uma análise do histórico de tragédias naturais no Brasil mostra que pouco se fez para evitar a ação da natureza. Entre os anos de 2000 e 2010, pelo menos 2 mil pessoas morreram em acidentes climáticos. Somente em 2010 foram comunicadas à Secretaria Nacional de Defesa Civil ocorrências em 883 municípios. Somado ao número de mortos registrado na enxurrada de 2011, que devastou áreas de municípios da Região Serrana do Rio, o total de vítimas fatais sobe para quase 3 mil (Eco Debate – Cidadania e Meio Ambiente, 12/1/2012), trazendo à tona o custo social das tragédias relacionadas com catástrofes naturais.

SUSTENTABILIDADE URBANA

Nos últimos anos, com a variabilidade climática e seu efeito na intensificação das chuvas, os desastres têm-se multiplicado em virtude dos deslizamentos nos quais toneladas de terra e rochas rolam sobre moradias e bairros inteiros, predominantemente ocupados por famílias pobres, provocando verdadeiras tragédias urbanas. Mas cabe lembrar também que as águas invadem ruas e edificações, provocando perda de bens, saúde e vidas. Essas notícias e ocorrências se repetem ano após ano. Nas cidades, os desastres naturais nas áreas mais pobres provocam impactos maiores em virtude da sua vulnerabilidade em relação aos recursos hídricos, à falta de saneamento e ao contato com doenças de veiculação hídrica.

Mas quais os aspectos que devem ser enfatizados ao abordar o tema da sustentabilidade

urbana? A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e necessidade de desenvolvimento. Isso representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais; entretanto, é cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano não só crescentemente ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais. Observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles: o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades socioeconômicas imperantes, a ineficácia ou mesmo a ausência total de políticas públicas para o enfrentamento desses problemas, predominando a inércia da administração pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando a ordenar o território do município e garantir a melhoria da qualidade de vida.

Para as metrópoles, a denominação “riscos ambientais urbanos” pode englobar uma grande variedade de acidentes, em diversificada dimensão e socialmente produzidos. Não há como negar a estreita relação entre os riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo: as questões determinantes das condições ambientais da cidade delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal. A tensão permanente que se opera no espaço urbano entre o interesse público e os interesses privados tem-se configurado como um dos aspectos de maior complexidade para a formulação de políticas ambientais centradas no espaço urbano, onde se destaca a problemática da ocupação do solo.

Os desafios metropolitanos que se colocam nos dias atuais é que as cidades criem as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. Trata-se de uma realidade complexa e heterogênea, na qual as cidades convivem simultaneamente com os problemas

que caracterizam uma realidade de pobreza – ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis que se multiplicam pelas cidades, tais como encostas e áreas alagáveis, problemas de saneamento ambiental decorrentes do baixo índice de coleta e tratamento de esgotos e problemas relacionados com padrões elevados de consumo – poluição do ar e aumento do volume de resíduos sólidos. Cabe pensar em políticas de gestão participativa e colaborativa baseadas na perspectiva de governança socioambiental.

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL E CAPACIDADE ADAPTATIVA

O cenário da gestão do risco de desastres interpõe a urgência frente ao aumento da ocorrência e da intensidade de eventos extremos à vulnerabilidade de populações em áreas de risco, o que demanda avanços na gestão preventiva e, principalmente, participativa para uma governança ambiental dos riscos de desastres naturais que possibilite o desenvolvimento da capacidade adaptativa das sociedades contemporâneas.

As bases conceituais da expressão “capacidade adaptativa”, na atualidade, têm sido associadas ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que caracteriza adaptação como um “ajustamento nos sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos reais ou esperados ou aos seus efeitos” (Parry et al., 2007). Para o IPCC, há seis determinantes que influenciam a resposta adaptativa: recursos econômicos, tecnologia, informações e habilidades, infraestrutura, instituições e patrimônio líquido (Smit et al., 2001).

A adaptação bem-sucedida significaria que um sistema socioecológico, grupo ou indivíduo foi capaz de mobilizar recursos para se preparar e responder, obtendo sua recuperação e recomposição a uma situação igual ou melhor que a inicial, enquanto uma resposta malsucedida permitiria a recuperação de curto prazo, mas a permanência da vulnerabilidade. Em outras palavras, a combinação sinérgica entre elementos genéricos e específicos estabeleceria um círculo virtuoso para uma capacidade adaptativa sustentada de longo prazo (Lemos, 2007; Lemos

& Tompkins, 2008), enquanto a tensão nessa relação poderia resultar em cenários negativos, como a promoção da pobreza, agravando e/ou perpetuando a má adaptação (Lemos, 2007; Nelson & Finan, 2009; Maru et al., 2012) e sufocando esforços endógenos na gestão de riscos específicos (Eakin et al., 2011; Murtinho, 2011).

A governança é uma das dimensões importantes para o desenvolvimento da capacidade adaptativa (Lockwood et al., 2015). Ela abarca arranjos institucionais que potencializam o engajamento individual e comunitário, estendendo a participação pública na tomada de decisão e implementação das ações. Dessa forma, envolve interação entre pessoas e grupos, troca de conhecimentos, ambiente de confiança, reciprocidade, cooperação e trabalho em rede, experimentação, inovação e aprendizagem constante, compartilhada e retroalimentada. A literatura sugere que a limitação das comunidades em agir coletivamente debilita a capacidade de adaptação local, mas também explicita que capital social, confiança e organização são elementos que influenciariam positivamente essa capacidade (Adger & Neil, 2003; Pelling & High, 2005).

A 3ª Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, em Sendai, Japão, em 2015, identificou a necessidade de centralizar as ações para redução de desastres em processos de governança. O *Marco de Ação de Sendai para Redução de Risco de Desastre 2015-2030* explicita a necessidade e urgência do trabalho conjunto entre diferentes atores sociais, apoiado numa abordagem multiriscos, na troca de experiências, no compartilhamento de informações do campo da ciência complementadas pelo conhecimento tradicional, assim como na construção de conhecimento por meio de processos de formação e educação baseados em aprendizagem entre pares (UN, 2015).

O principal desafio à governança dos riscos de desastres reside na tradição tecnocêntrica e corretiva das ações frente a riscos de desastres. Para Buckle (1990), essa limitação deve-se à incapacidade dos gestores públicos em considerar uma avaliação sistemática dos aspectos operacionais e em formular políticas de futuro. A limitação dos gestores públicos na gestão dos riscos de desastres materializa-se na preponde-

rância de medidas estruturais baseadas em intervenções técnicas e construtivas para aumentar a segurança intrínseca dos biótopos humanos, mas que são de curto prazo, custosas, paliativas, com possível impacto ambiental e geradoras de falsa segurança (UNISDR, 2004; 2009).

No âmbito da comunicação e participação social, a abordagem corretiva da gestão de riscos de desastres expressa-se na promoção de campanhas e distribuição de materiais, especialmente nos períodos de maior ocorrência de eventos extremos, direcionados a informar sobre o risco existente e sobre atitudes e comportamentos adequados para que indivíduos, grupos e comunidades saibam conviver com esse risco. Esse processo circunscreve a participação social à adoção de medidas adequadas de adaptação e autoproteção, especialmente para moradores em áreas de risco (Sulaiman, 2014).

A perspectiva educativa sobre riscos de desastres e formas de agir frente a eles enfocou inicialmente a definição dos tipos de risco e ações de preparação e resposta (Lidstone, 1999; Petal, 2008), principalmente com o protagonismo das instituições de ajuda humanitária e de ação militar, apoiando uma abordagem corretiva centrada em ações sobre o risco existente (Nogueira, 2002; Ceped-UFSC, 2014). O entendimento centrava-se na participação social a partir da compreensão de conhecimentos técnicos e científicos e de uma percepção de risco racionalizada (Silva & Macedo, 2007) que permitisse à população diagnosticar os elementos e os territórios em risco. No texto da *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014*, coordenada pela Unesco (2005), indica-se aos sistemas de ensino e planos de desenvolvimento nacional a promoção de conscientização pública e engajamento da sociedade civil, dentro da chamada educação para a preparação frente aos desastres naturais (*education for natural disaster preparedness*), já que “educação e saber forneceram à sociedade estratégias de autoajuda que diminuem sua vulnerabilidade e melhoram sua vida” (Unesco, 2005, p. 55). No entanto, para Leff (2003, p. 58), a educação tem a responsabilidade de trabalhar com as novas gerações as complexas inter-relações entre os processos objetivos e subjetivos

que constituem seu modo de vida, para gerar habilidades inovadoras para a construção do inédito, muito além de uma postura de aceitação da incerteza e do risco dentro de uma educação como preparação ante o desastre ecológico e capacidades de respostas para o imprevisto.

APRENDIZAGEM SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Para a viabilização da mudança social e a reorientação da sociedade em direção à sustentabilidade, Keen et al. (2005) apontam a necessidade de três novas agendas de aprendizagem. Demanda-se formar parcerias equitativas de aprendizagem combinando o conhecimento das comunidades, dos profissionais e dos governos; organizar plataformas de aprendizagem que possibilitem espaços de interação entre indivíduos e grupos preocupados com questões ambientais comuns para que possam resolver conflitos agindo de forma colaborativa e tomando decisões coletivas; e direcionar os processos de aprendizagem à mudança social quanto ao modo de pensar e aos novos valores éticos que sustentam o processo de aprendizagem. Processos que dialogam com a perspectiva da aprendizagem social.

O conceito de aprendizagem social (*social learning*) tem um longo percurso histórico com diferentes abordagens e contextos. No campo da psicologia behaviorista ou comportamentalista, estava relacionado a um tipo de aprendizagem individual possível por meio da observação e/ou interação com o contexto social. A teorização inicial desenvolvida pelo psicólogo canadense Albert Bandura encontra-se na obra *Social Learning and Personality Development* (1963). A sua teoria é atualmente considerada uma teoria social cognitiva. No campo da gestão ambiental, o termo “aprendizagem social”, como conceito moderno, parte da premissa de que as decisões sociais podem ser melhoradas por meio do aumento do número de oportunidades de práticas de diálogo, para além da obtenção de apenas um consenso de opinião.

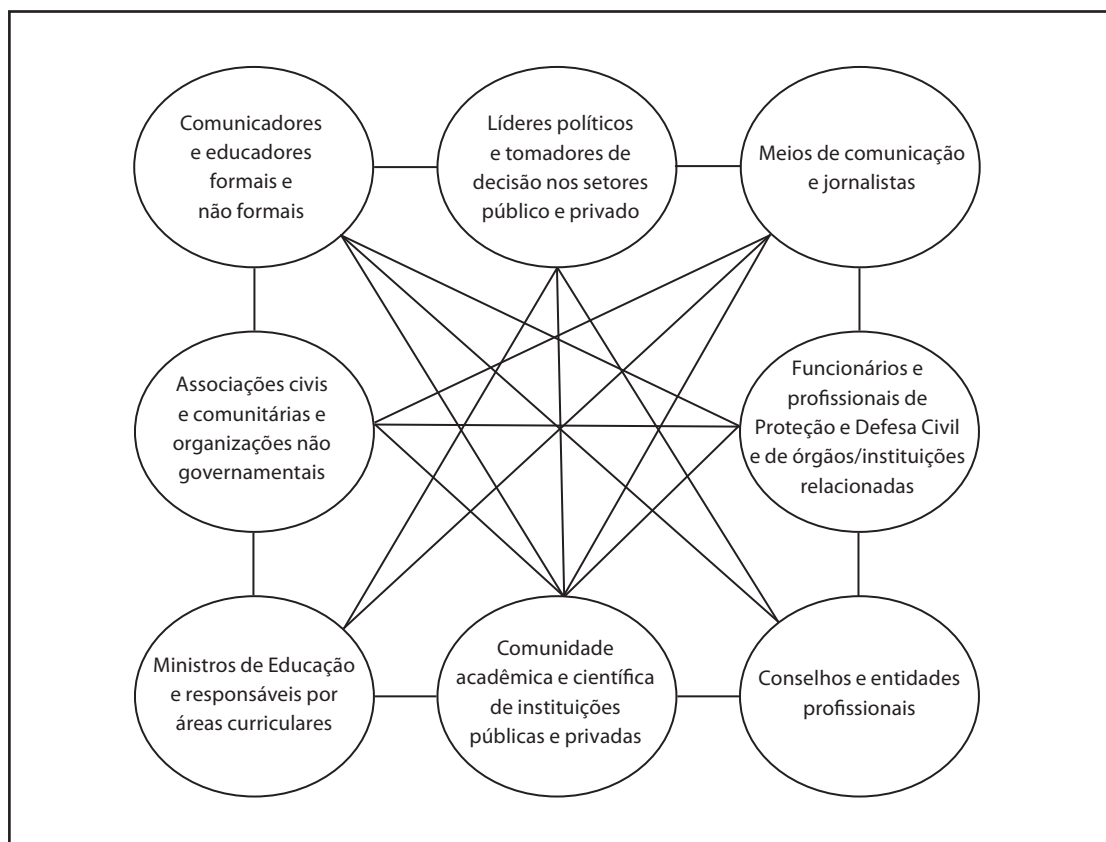
Para Kilvington (2007, 2010), a aprendizagem social tem surgido como um conceito normativo global pelo crescente entendimento

de que a diversidade de opiniões dos diferentes atores sociais relacionados à questão ambiental (planejadores, organizações não governamentais, políticos, etc.) e as diversas fontes de conhecimento da área (pesquisa científica, povos indígenas, donos de terras, etc.) podem, em diálogo e interação, subsidiar tomadas de decisão com maior qualidade e validade social. A integração desses *stakeholders* permite compor um quadro analítico construído a partir da mediação entre diferentes pontos de vista e fontes de informação, que pode ser utilizado para apoiar a decisão coletiva na gestão de recursos naturais. Esse processo permite uma melhor decisão coletiva das ações mais adequadas a serem implementadas em cada caso pela possibilidade de considerar a complexidade e a incerteza que permeiam a resolução das problemáticas ambientais atuais.

Essa interação e inter-relação mútua entre *stakeholders* encontra correspondência na Figura 1, que traz uma imagem ilustrativa da estratégia educativo-comunicacional do projeto Apoio a la Prevención de Desastres en la Comunidad Andina (Predecán). Com o objetivo de “facilitar espaços e condições para que todos aprendam de todos” (Predecán, 2006), o projeto foi desenhado de acordo com a noção de que os desastres são problemas de falta de comunicação, considerando-se a comunicação – e a educação como parte dela – como um processo complexo, permanente, multilateral e recíproco de intercâmbio de informação entre atores institucionais e atores e setores sociais, que, mediante a geração de confiança mútua, a identificação de interesses compartilhados e a construção de uma linguagem comum, contribui a semear e consolidar a incorporação da prevenção na cultura (Predecán, 2006, p. 19).

FIGURA 1

Rede de aprendizagem social na gestão do risco de desastre



Fonte: Predecán (2006, p. 23)

Reconhecer o risco e saber atuar frente a eles são conhecimentos importantes para garantir a segurança social e a vida humana, mas o desenvolvimento de uma capacidade adaptativa demanda construir e oportunizar processos comunicativos multidialogados, troca de conhecimento e negociações e busca por melhorias e soluções adequadas ao contexto. O diálogo entre as diferentes formas de conhecimento e a ação social potencializam a visão sobre a realidade e a corresponsabilização para enfrentar e solucionar a configuração de áreas de risco, apoiando o desenvolvimento da capacidade adaptativa das populações em risco.

CONCLUSÕES

O maior desafio da governança do espaço urbano é a integração intergovernamental, o aperfeiçoamento da gestão municipal, que demanda gestores qualificados apoiados por uma administração que desenvolva planejamento estratégico dos municípios, para que eles possam ter uma visão de longo prazo, e uma gestão baseada mais na prevenção do que na ação emergencial e curativa.

No atual quadro urbano brasileiro, é inquestionável a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis, como uma forma de se contrapor ao quadro de deterioração crescente das condições de vida e de multiplicação de riscos associados a eventos extremos.

A democratização do conhecimento tecnocientífico não pode estar desvinculada da democratização dos processos decisórios. É necessário criar e multiplicar espaços de diálogo e integração que potencializem processos de governança para a gestão integrada das políticas públicas, a visão de médio/longo prazo no planejamento urbano e a construção de processos participativos. O desenvolvimento da capacidade adaptativa frente aos desastres naturais está imerso nesse cenário.

As atuais diretrizes internacionais caminham no sentido da governança dos riscos de desastres naturais, no entanto, elas precisam encontrar permeabilidade e infraestrutura nas esferas nacionais e, especialmente, no âmbito local das cidades. O município é o responsável direto pela gestão ambiental, territorial e de risco de desastre, assim como é o espaço primeiro do cidadão e de seus deveres e direitos democráticos.

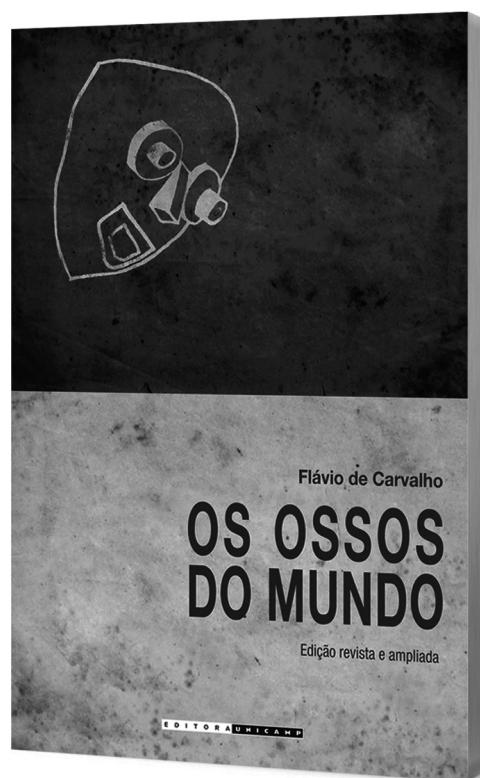
BIBLIOGRAFIA

- ADGER, N. W.; NEIL, W. "Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change", in *Economic Geography*, 79(4), 2003, pp. 387-404.
- BONDUKI, N. "O Modelo de Desenvolvimento Urbano de São Paulo Precisa Ser Revertido", in *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, 2011, pp. 23-36.
- CEPED-UFSC – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres/Universidade Federal de Santa Catarina. *Capacitação Básica em Defesa Civil: Livro Texto para Educação a Distância*. 5. ed. Florianópolis, Ceped-UFSC, 2014.
- EAKIN, H.; PERALES, H. et al. "Between Rigidity and Lock-in traps: Adaptability and the Future of Maize in Mexico", in *Resilience*. Tempe AZ, 2011.
- HOWES, M. *Politics and the Environment – Risk and the Role of Government and Industry*. London, Earthscan, 2005.
- IRWIN, A. *Sociology and the Environment*. London, Polity Press, 2001.
- KEEN, M.; BROWN, V. A.; DYBALL, R. "Social Learning: a New Approach to Environmental Management", in *Social Learning in Environmental Management: Towards a Sustainable Future*. London, Earthscan, 2005, pp. 3-21.
- KILVINGTON, M. J. *Building Capacity for Social Learning in Environmental Management*. Tese de doutorado em Filosofia. Canterbury, Nova Zelândia, Lincoln University, 2010.
- _____. *Social Learning as a Framework for Building Capacity to Work*, nov./2007.
- LEFF, E. "Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental", in *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, 14(2), 2011, pp. 309-35.
- LEMOS, M. C. "Drought, Governance and Adaptive Capacity in North East Brazil: a Case Study of Ceará", in *Fighting Climate Change: Human Solidarity in a Divided World, Human Development Report 2007/2008*. Paper, United Nations Development Program, 2007.
- LEMOS, M. C.; TOMPKINS, E. L. "Creating Less Disastrous Disasters", in *IDS Bulletin-Institute of Development Studies*, 39(4), 2008, pp. 60-6.
- LIDSTONE, J. "Disaster Education in the School Curriculum", in J. Ingleton (ed.). *Natural Disaster Management*. Tudor Rose, Leicester, 1999, pp. 235-45.
- LOCKWOOD, M. et al. "Measuring the Dimensions of Adaptive Capacity: a Psychometric Approach", in *Ecology and Society*, 20(1), 2015, p. 37.
- MARANDOLA JR., E. "Tangenciando a Vulnerabilidade", in D. Hogan & E. Marandola Jr. *População e Mudança Climática – Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais*. Campinas, Unicamp/UNFPA/Nepo, 2009.
- MARU, Y. T. et al. "A Synthesis of Current Approaches to Traps Is Useful but Needs Rethinking for Indigenous Disadvantage and Poverty Research", in *Ecology & Society*, 17(2), 2012, p. 7.
- MURTINHO, F. *Adaptation to Environmental Change among Water User Associations in the Colombian Andes*. PhD. Santa Barbara, University of California, 2011.
- NAKANO, K. "A Produção Social da Vulnerabilidade Urbana", in *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 45, 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=907>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

- NELSON, D. R.; FINAN, T. J. "Praying for Drought: Persistent Vulnerability and the Politics of Patronage in Ceara, NE Brazil", in *American Anthropologist* 11(3), 2009, pp. 302-16.
- NOGUEIRA, F. R. *Gerenciamento de Riscos Ambientais Associados a Escorregamentos: Contribuição às Políticas Públicas Municipais para Áreas de Ocupação Subnormal*. Tese de doutorado. Rio Claro, Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2002.
- OJIMA, R. "Perspectivas para a Adaptação Frente às Mudanças Ambientais Globais no Contexto da Urbanização Brasileira: Cenários para os Estudos de População", in D. Hogan e E. Marandola. *População e Mudança Climática – Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais*. Campinas, Nepo/Unicamp/UNFPA, 2009.
- PARRY, M. L. et al. "Technical Summary. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability", in M. L. Parry et al. (orgs.). *Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2007.
- PELLING, M.; HIGH, C. "Understanding Adaptation: What Can Social Capital Offer Assessments of Adaptive Capacity?", in *Global Environmental Change*, 15, 2005, pp. 308-19.
- PETAL, M. *Disaster Prevention for Schools: Guidance for Education Sector Decision-makers*. Suíça, UNISDR – Thematic Platform for Knowledge and Education, 2008.
- PREDECAN – Apoyo a la Prevención de Desastres en la Comunidad Andina. *Estratégia Educativo-comunicacional de Predecán sobre Gestión del Riesgo en la Subregión Andina*. Secretaria Geral da Comunidade Andina/União Europeia, março/2006. Disponível em: <http://goo.gl/RoSTC4>. Acesso em: 23/1/2013.
- RIBEIRO, L. C. Q. "Desastres Urbanos: que Lição Tirar?". Observatório das Metrôpoles. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. 30/1/2011. Disponível em: http://web.observatoriodasmetrôpoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1555%3Adesastres-urbanos-que-licao-tirar-catid=34%3Aartigos&Itemid=138&lang=pt. Acesso em: 8/3/2011.
- SCHULT, S. I. M.; JACOBI, P. R.; GROSTEIN, M. D. "Desafios da Gestão Integrada de Recursos Naturais: Entre a Gestão de Recursos Hídricos e a Gestão do Território na Bacia do Rio Itajaí – Santa Catarina", in W. C. Ribeiro (org.). *Rumo ao Pensamento Crítico Socioambiental*. São Paulo, Annablume, 2010.
- SILVA, F. C.; MACEDO, E. S. "Percepção Ambiental e Riscos Naturais com Enfoque em Deslizamentos", in *Anais Sibraden II*. Santos, dez./2007.
- SMIT, B. et al. "Adaptation to Climate Change in the Context of Sustainable Development and Equity. Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability", in J. J. McCarthy et al. (orgs.). *Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2001.
- SULAIMAN, S. N. *De que Adianta? O Papel da Educação para a Prevenção de Desastres Naturais*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 2014.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*.

- Documento Final – Plano Internacional de Implementação. Brasília, Unesco no Brasil, 2005[2004].
- UNISDR. *Terminología sobre Reducción del Riesgo de Desastres*. Suíça, 2009.
- _____. “International Strategy for Disaster Reduction”. *Living with Risk – a Global Review of Disaster Reduction Initiatives*. Genebra, Suíça, 2004.
- VEYRET, I. *Os Riscos: o Homem como Agressor e Vítima do Meio Ambiente*. São Paulo, Contexto, 2007.
- WARNER, J. *The Politics of Flood Insecurity*. Wageningen, Wageningen University, 2010.
- WARNER, J.; WAALJW, P.; HILHORST, D. *Public Participation in Disaster – Prone Watersheds: Time for Multi-Stakeholder Platforms*. Disaster Site Paper nº 6, 2002.

livros



Para além de um simples relato de viagem

Iuri Pereira Jaime

Ossos do Mundo, de Flávio de Carvalho, edição revista e ampliada,
organização Rui Moreira Leite e Flávia Carneiro Leão, Campinas, Unicamp, 2014, 176 pp.

Flávio de Carvalho escreveu *Os Ossos do Mundo* durante uma viagem à Europa, entre setembro de 1934 e fevereiro de 1935, a fim de participar de dois congressos internacionais, um dos quais, em Praga, foi o VIII Congresso Internacional de Psicotécnica. O autor diz, no prefácio (p. 15), que o livro teria sido encomendado por uma editora, que mais tarde o teria recusado. Diz que sempre desejou “produzir um livro de viagens”, como a justificar-se pela iconoclastia genérica e temática do livro, características que, supomos, tenham sido responsáveis pela desistência da publicação. Não obstante, o livro foi publicado em 1936 por outra editora, a Ariel. Embora haja registro de alguma recepção, o livro caiu no esquecimento e foi novamente publicado 78 anos depois, em 2014.

A razão para a irrisória recepção do livro é sua iconoclastia. Sua escrita não se prende a nenhum gênero fixo que poderia emoldurá-la como o relato de viagem, a crônica pitoresca, o roteiro turístico. Seus temas também não se deixam sediar em um só campo de conhecimento, ao contrário, agenciam opiniões formuladas tangenciando campos como crítica de arte, crônica pessoal, antropologia cultural, psicologia e sociologia. Suas análises de cons-

tantes e variáveis culturais são moralmente desinibidas, sexualizando ícones católicos, como o tema *madona e bambino*, e a representação de Cristo com ou sem barba e de sua iconologia sexual, também analisando o índice de civilidade de um povo pela maior ou menor dedicação à higiene anal ou dedicando-se a uma experiência comportamental que incluía sexo com mulheres vegetarianas.

Ossos do Mundo é dividido em 11 capítulos e traz apenas dois prefácios. O livro inicia-se como crônica de viagem *in medias res*: “Perdi o meu navio no Rio”. A frase direta coloca o leitor em movimento com o viajante, e continua: “Informação errada do *steward*. Seguiu-se uma série de peripécias e sustos e 3 dias depois embarcava em avião [...]”. Aqui é notável que o avião já não seja o objeto idealizado dos primeiros modernistas, como ocorre no “Manifesto Futurista” de 1909, de Marinetti, e em muita poesia da Primeira Guerra Mundial, mas seja o meio de transporte sem *glamour* do viajante moderno. Lembre-se que no *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, publicado três anos antes de *Ossos do Mundo*, em 1933, o protagonista vai de navio –

IURI PEREIRA JAIME é mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas.

como vai à Europa Flávio de Carvalho –, quando faz sua viagem de formação pela Europa e Oriente Médio; ou seja, o meio de transporte do homem moderno é o vapor. Entretanto, é preciso destacar que Santos Dumont tinha publicado seu *O que Eu Vi, o que Nós Veremos* em 1918, com relatos tão espantosos como este:

“A *Demoiselle* media dez metros quadrados de superfície de asas; era oito vezes menor que o *14-bis!* Com ela, durante um ano, fiz voos todas as tardes e fui, mesmo, em certa ocasião, visitar um amigo em seu castelo. Como era um aeroplano pequenino e transparente, deram-lhe o nome de *Libellule* ou *Demoiselle*.

Este foi, de todos os meus aparelhos, o mais fácil de conduzir, e o que conseguiu maior popularidade. Com ele obtive a ‘carta de piloto’ de monoplanos. Fiquei, pois, possuidor de todas as cartas da Federação Aeronáutica Internacional: piloto de balão livre, piloto de dirigível, piloto de biplano e piloto de monoplano.

Durante muitos anos, somente eu possuía todas estas cartas, e não sei mesmo se há já alguém que as possua.

Fui, pois, o único homem a ter verdadeiramente direito ao título de aeronauta, pois conduzia todos os aparelhos aéreos.

Para conseguir este resultado me foi necessário não só inventar, mas também experimentar, e nestas experiências tinha, durante dez anos, recebido os choques mais terríveis; sentia-me com os nervos cansados.

Anunciei a meus amigos a intenção de pôr fim à minha carreira de aeronauta – tive a aprovação de todos” (Dumont, 2000, pp. 80-2).

A narrativa de Carvalho encaminha-se para a descrição da sensação do homem em voo e então para o medo e a iminência do desastre, que deixa o escritor catatônico por um momento, até que em seguida repara em uma mulher que subira a bordo mas passara despercebida. A visão lasciva da mulher atenua o pavor até a próxima aterrissagem da aeronave, em Ilhéus. Segue-se uma descrição da cidade. O capítulo encerra-se com uma reflexão sobre o medo e sua relação com o estômago, passagem de grande interesse pois antecipa a experiência sexual e afetiva com mulheres vegetarianas

descrita adiante, e acena para o namoro do autor com o Movimento Antropofágico.

“Deus Assinalado a Bordo” é o segundo capítulo, bastante curto. O autor o inicia por uma descrição da viagem marítima e breves relatos de encontros com tipos curiosos, como um homem melancólico e lacônico que vislumbra o horizonte entre lágrimas e a pintora alemã amiga de Picasso, que tinha ido “a bordo para curtir uma emoção amorosa” (p. 36). Descreve em seguida as visitas ao Mosteiro de São Jerônimo e à Torre de Belém, em Lisboa. Passa à Inglaterra e, nesse trecho, seu relato ganha o matiz da antropologia cultural, posto que tratará do caráter dos ingleses em termos de determinações insulares (“O seu ponto de vista estreito é apenas consequência do isolamento da ilha”, p. 38) e de pulsações afetivo-sexuais (“O inglês constrói um altar para a mulher em qualquer circunstância. [...] todos acariciam no inconsciente o culto da virgem, e do irrealizável amoroso”, p. 39). “A Taverna Fitzroy”, capítulo seguinte, prossegue com a descrição da passagem por Londres, com destaque para a noite passada no Blue Cockatoo, lendário bar da intelectualidade inglesa entre os anos 1930 e 1950, no Chelsea, e a descrição de outra noite na Taverna Fitzroy, também famosa e ainda em atividade.

O quarto capítulo é muito importante na economia narrativa do livro. Trata-se de “As Ruínas do Mundo”, reflexão sobre o objeto artístico e seus agenciamentos em museus, galerias, coleções ou castelos. Aqui é interessante como o autor associa ideias desenvolvidas no primeiro capítulo, sobre o homem em voo, com a visitação a museus: “O observador no museu tem a claridade e a transparência do homem em voo” (p. 51). Só que no museu o homem sobrevoaria o tempo e não o espaço, repassando em poucas horas muitas eras do processo histórico. Também fala da incapacidade de perceber aquilo que está próximo demais de nosso ponto de observação, tanto no tempo quanto no espaço, e daí valoriza seu olhar de viajante, que não deve se fixar tanto para não naturalizar as paisagens físicas e culturais (“Quem viaja e deseja observar não deve permanecer muito tempo no mesmo lugar, pois arrisca a se ambientar; e o observador ambientado é um mau observador: não enxerga porque é incapaz

de fornecer contraste”, p. 106). Quanto à teoria do objeto artístico, possivelmente associável à noção de aura, Flávio de Carvalho afirma:

“A atmosfera de um objeto são as ‘recordações’ que o objeto oferece ao observador; estabelece-se uma ligação entre as camadas profundas do inconsciente; essas camadas profundas ressoam ao aspecto do objeto [...] e surgem na tona do consciente, não propriamente uma imagem mas a sugestibilidade de uma recordação longínqua” (p. 53).

A passagem poderia ser analisada à luz do que diz Freud – uma influência teórica explícita na reflexão de Carvalho – sobre o estranho (*das Unheimliche*), em seu ensaio sobre a novela “O Estranho”, de E. T. A. Hoffmann. A ambiguidade de uma percepção formulada entre um objeto externo e uma afecção subjetiva que resulta na impressão de uma familiaridade obscura, uma reminiscência de reconhecimento, que pode fazer soar notas esquecidas de nossa experiência biográfica (Freud, 2014). Nesse capítulo aparece a expressão que dá título ao livro, e ela está associada ao objeto artístico, à interpretação cultural e à reminiscência como parte da recepção: “A sensibilidade do homem é, precisamente, os ossos do mundo organizados em coleção” (p. 52). Carvalho faz, nesses trechos, arqueopsicologia ou psicoarqueologia, uma investigação do caráter de um povo por meio da observação de seus objetos de cultura e de sua relação com eles.

A narrativa desenvolve-se incluindo noções que aproximam essa reflexão do campo da antropologia cultural, notadamente James Frazer e seu *Ramo de Ouro*. Trata-se de um trecho dos mais bonitos do livro, que aborda arte, resíduo, fetiche e magia (p. 55). “Resíduo” é, tanto quanto sei, um conceito original de Flávio de Carvalho, que estabelece quatro etapas para o seu desenvolvimento (p. 56). O capítulo encerra-se com uma brilhante análise da importância das coleções para a psicologia dos povos e de uma reflexão sobre a anialidade, a higiene e o cuidado dedicados a essa região: “O papel higiênico é um índice de elevação do indivíduo e elemento de estudo para o sociólogo” (p. 61). O autor justifica a incursão temática e ao mesmo tempo fornece uma autodescrição da natureza de seu texto:

“A ideia de discutir esse assunto pode parecer deslocada em um simples livro de viagens, mas este livro não é um simples livro de viagens e sim um livro de meditações livres sobre viagens, um resumo de ideias e sensações colecionadas sem preocupação de ordem ou de estética e não visa nem destruir, nem construir, e nem quer ser ético, não é um livro para o grande jardim de infância constituído pelas massas; quando muito pode atuar como um estimulante para o cérebro seguindo apenas o tumulto dos acontecimentos pessoais do autor” (p. 61).

Apresso-me a sobrevoar os demais capítulos. O capítulo seguinte, “Dois Congressos Sofisticados”, fala sobre o clima que Flávio de Carvalho encontrou nos congressos de que participou na capital tcheca, clima de recrudescimento das tendências de extrema direita. O sexto capítulo, “O Mapa da Saudade, o Primeiro Mapa do Mundo”, traz como notas relevantes da visita à Eslováquia a descrição do comportamento cultural da população desse país, com especial interesse para seu hábito de cantar e a análise das funções sociais do canto. Ainda em trânsito pela Europa Central, o autor faz instigante reflexão sobre a possível relação entre as vistas da paisagem local e o desenvolvimento de *patterns*, padrões, ditos decorativos da arte popular – antes, ele já tinha indicado o parentesco entre a visão aérea da espuma do mar no litoral nordestino e as rendas locais. Para Carvalho, “para formar uma arte decorativa camponesa é necessário uma vida ‘sessile’, parada e presa diretamente à terra durante muitas centenas de anos” (p. 78). No curto capítulo 7, “A Memória do Inacabado”, o autor propõe uma teoria da apreciação artística como uma remissão ao inacabado. Em que pese o interesse poético, é possível surpreender afirmações que soam como platitudes, como a que afirma que temos saudade daquilo que não chegou a se constituir como prazer, restando como potência e frustração ou impedimento (pp. 84 e 88). “O Berço da Força Poética” propõe uma análise da arte moderna em termos de figurações de pulsações coletivas, numa chave simultaneamente psicológica, antropológica e histórica da crítica de arte e da interpretação cultural. “À Procura de um Monarca Cigano” se passa no Leste Europeu e descreve a passagem do autor por cidades

como Cracóvia e Bratislava, na Tchecoslováquia, e Uzorod, que pertencia à Rússia Subcarpática e, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi anexada à União Soviética e, mais tarde, à Ucrânia, além de Khust, atualmente no leste da Ucrânia, que o autor grafa em sua forma germanizada, “Chust”. “O Tabu da Vegetariana” relata a espantosamente moderna experiência comportamental do autor sobre as reações ao envolvimento amoroso das mulheres vegetarianas e seus reflexos nas restrições alimentares que praticam. Se lêssemos essas reflexões lembrando-nos das preleções de Freud sobre o tabu nas sociedades primitivas e suas relações com os sintomas observados em casos de neurose obsessiva¹, o texto de Flávio de Carvalho resultaria tanto mais oportuno e atualizado com

uma pesquisa, a psicanálise, que demorou a adquirir sua autoridade. O último e mais longo capítulo, “Madona e *Bambino*”, é um breve tratado de interpretação cultural e artística, um dos mais elevados momentos de reflexão do livro, em que Flávio de Carvalho avulta como ousado intérprete de eventos artístico-culturais, como a proliferação do motivo pictórico “madona e *bambino*” na península itálica e o aparecimento da barba na iconografia de Cristo e seus significados culturais.

Os Ossos do Mundo é um livro profundamente inteligente e seu autor mostra uma liberdade de reflexão total, extraordinária erudição e facilidade na articulação de constantes da vida anímica das sociedades, preferencialmente a partir da observação dos campos artístico e comportamental.

1 “Submetendo à análise os fatos descritos, como se fizessem parte do quadro de sintomas de uma neurose, detemo-nos primeiramente no excesso de angustioso cuidado que se apresenta como razão para o cerimonial

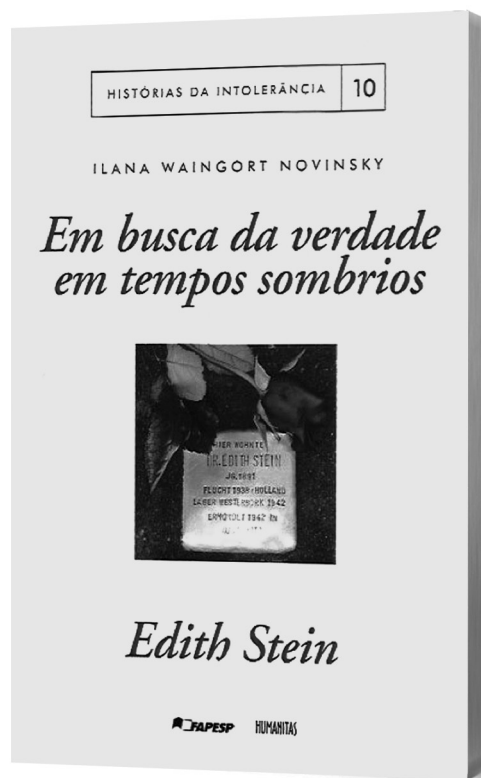
do tabu. Na neurose, em especial na neurose obsessiva, que utilizamos principalmente em nossa comparação, a ocorrência de tal carinho excessivo é bastante comum” (Freud, 2013, pp. 45-6).

BIBLIOGRAFIA

FREUD, Sigmund. "O Estranho", in *Escritos sobre Literatura*. Trad. Saulo Krieger. São Paulo, Hedra, 2014.

_____. *Totem e Tabu*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

SANTOS DUMONT. *O que Eu Vi, o que Nós Veremos*. São Paulo, Hedra, 2000.



Filósofa e santa

Mário Miranda Filho

Em Busca da Verdade em Tempos Sombrios – Edith Stein,
de Ilana Waingort Novinsky, São Paulo, Humanitas, 2014, 336 pp.

“Jamais houve até o presente subserviência pela consciência comparável àquela que o século XX conheceu.”

A

ssim o poeta e ensaísta Czeslaw Milosz se referiu, em sua obra *Mente Cativa*, ao século XX. Milosz viveu na Polônia os dois totalitarismos em sequência, o nazista e o soviético, e conheceu de perto o fenômeno da prisão mental, ou seja, da ideologia que tanto a Alemanha quanto a extinta URSS impuseram aos países que invadiram. Sua obra tornou-se um alerta sobre o quanto é possível, e mesmo relativamente fácil, fazer com que o domínio das botas seja completado pelo das mentes e do quanto pode ser trágico para qualquer país a função subserviente dos intelectuais na política.

Prisão mental: a expressão nos remete aos filósofos que fundaram a filosofia e que estavam pela primeira vez se defrontando com a questão do aprisionamento de que todos podemos ser vítimas, sobretudo quando os ferros físicos que prendem nossas pernas são substituídos pelos ferros psíquicos com que as ideologias tentam prender nossas mentes, impedindo-nos de pensar. Afinal, essa forma de libertação pelo conhecimento é a imagem arquetípica do trabalho realizado pela filosofia, tal como Platão a apresenta na alegoria da caverna. Vemos ali como, num mundo privado de filosofia, nascemos e crescemos aprisionados em obscuras cavernas onde só podemos ver imagens e simulacros que tomamos como a realidade.

O filósofo nos mostra então em que consiste o trabalho de educação filosófica para uma mente livre, e ele começa não com um passo à frente, mas, por um movimento de reviravolta, com um voltar-se sobre si mesmo e, através de uma conversão, dando as costas às imagens e simulacros e encaminhando-se para o exterior da caverna, para a realidade e a verdade.

Lembrei-me de Milosz e de Platão, desses dois notáveis teóricos da prisão mental, ao ler cada pá-

gina da saga de Edith Stein, tal como ela nos é apresentada neste livro magistral de Ilana Waingort Novinsky, pois ela nos mostra os extraordinários esforços empreendidos por Stein em sua busca da verdade. Busca que se cumpre sob a determinação da conversão, inicialmente uma conversão à filosofia, em seu encontro com a fenomenologia de E. Husserl e, posteriormente, ao cristianismo. Dupla conversão, portanto, eis o feito paradoxal de Edith e o extraordinário desafio a que teve que responder Ilana em sua pesquisa. Digo bem, extraordinário, pois Edith não se contentou, ao descobrir a filosofia, em se emancipar da tradição judaica em que fora criada, mas, num segundo passo, ousou negar sua primeira negação sob o efeito agora de seu encontro místico com a Cruz, como ela dizia.

Em sua época eram comuns, como mostra Ilana, os casos de judeus que, por motivos vários, se convertiam ao cristianismo (como ocorreu com amigos seus). Mas o caso de Edith é peculiar, pois se trata de uma doutora em filosofia (uma das dez primeiras mulheres da Alemanha a obter tal título) cuja tese elaborou questões trazidas por uma corrente filosófica de vanguarda nas primeiras décadas do século XX. Pois essa vanguardista, não contente em romper com os laços da tradição em que fora criada, rompeu também com os parâmetros positivistas da vida acadêmica ao entrar para o convento das carmelitas, recusando assim, na prática, o dogma da incompatibilidade entre a ciência e a religião. Seu gesto parece, à primeira vista, portanto, um passo atrás, e houve quem o interpretasse como uma traição e a própria autora chega a julgar incompreensível que Edith o tivesse feito em 1933, momento crítico para os judeus alemães.

A fenomenologia a encantou desde cedo por propor uma via alternativa aos excessos formais do racionalismo neokantiano vigente à época. Sua proposta de “ir às coisas mesmas”, de buscar o concreto, de lutar contra todos os tipos de pressupostos que até então orientavam o pensamento abria um horizonte repleto de possibilidades para a jovem que antecipou sua vida como uma missão e que se acreditava destinada “a algo grande”.

MÁRIO MIRANDA FILHO é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP.

Certamente, essa nova disposição intelectual mostrou-se sempre frutífera e enriquecedora para Edith, em seus trabalhos de filosofia, de pedagogia, em sua atuação feminista e na psicologia. Como sublinha Ilana, tudo isso se dá no momento histórico em que Freud proclama o caráter ilusório da religião, dogma “compartilhado por muitos ainda hoje” (p. 236).

Já convertida ao cristianismo, Edith ensina por nove anos no Colégio Dominicano de Santa Madalena, em Speyer, desenvolvendo novas perspectivas pedagógicas (que incluem orientação sexual para as alunas). Mas, já sob o *pathos* da nova conversão da cruz, não se limita a aplicar o método fenomenológico ao que seus olhos e seus sentidos veem, ao plano do mundano. Vai além, submetendo também os fenômenos religiosos ao novo método. O que leva Ilana a perguntar:

“Até que ponto a fenomenologia contribuiu para essa escolha? A procura da essência com certeza fez parte do seu caminho, permitiu seu olhar para o ontológico do ser humano e levou-a até a mística, não como uma alternativa à pesquisa racional, mas como um caminho alternativo em direção à Verdade” (p. 278).

De fato, diz a autora, sem nunca ter abandonado a fenomenologia, “seu tema de pesquisa, aquele em que mostrou sua originalidade, é o ser humano, contemplado em sua vida psíquica, nas suas manifestações espirituais, nas suas diferenças sexuais, na sua vida comunitária” (p. 167). E a vida psíquica, ela não a podia conceber senão em sua integridade, e não de modo compartimentado, como seccionada dos fenômenos religiosos.

Diz Ilana:

“Toda a questão para Edith é procurar, a partir da experiência de si, do método fenomenológico, poder vislumbrar o Divino. O objetivo é, através da introspecção de si mesmo, do acolhimento do fenômeno daquilo que se é, poder ter uma visão da questão divina, da questão do Sentido do ser... Mostra que o homem precisa de sustentação para ter o Ser, o que revela a sua relação com o Divino” (pp. 263-4).

Pois, realmente, se, por um lado, a descoberta da fenomenologia husserliana representou uma li-

bertação, por outro, “o sol de Cristo, que começou a se levantar em seu coração” e diante do qual sua “incredulidade cedeu”, representou para a já madura filósofa um “renascimento” capaz até mesmo de aliviar sua depressão (p. 157).

Vemos como Edith, num gesto de lealdade para consigo mesma, e para desgosto de familiares e colegas, judeus ou não, leva a fidelidade ao seu próprio ser, ao seu próprio sentir às últimas consequências, não se detendo diante das demarcações convencionais que então, e hoje ainda, delimitam prudentemente as áreas das ciências e das religiões. Como poderia fazê-lo alguém que soube encarar a teratológica e covarde máquina de destruição de vidas nazista com a convicção e altivez dos mártires, dedicando-se a consolar as crianças à beira dos crematórios de Auschwitz, como nos conta a autora, citando o seguinte testemunho de um prisioneiro sobrevivente?

“[...] irmã Benedita [Teresa Benedita da Cruz foi o nome que adotou] se destacava por sua calma e postura. O desespero nas barracas e a agitação causada pela chegada dos novos prisioneiros eram indescritíveis. Irmã Benedita era como um anjo, andando entre as mulheres, ajudando e acalmando-as. Muitas mães estavam como que enlouquecidas, não cuidavam mais de seus filhos, apenas sentadas melancolicamente, em desespero e depressão. Irmã Benedita cuidou das crianças pequenas, lavou-as e penteou-as, alimentando-as e cuidando de suas necessidades. Durante toda sua estada lá, lavou e limpou as pessoas, fazendo um ato de caridade atrás do outro, até que todos notaram sua bondade” (p. 190).

Como se vê, a segunda conversão de Edith em nada afetou sua disposição filantrópica e caridosa. Ao contrário, como ocorreu com tantos outros religiosos, a fé reforçou sua determinação de se opor à barbárie (como não lembrar aqui, por exemplo, dos bravos jovens cristãos do grupo Rosa Branca da Universidade de Munique, Hans Scholl, sua irmã Sophie e Christoph Probst – entre 22 e 24 anos –, presos, “julgados” e guilhotinados – tudo em quatro dias! – em fevereiro de 1943, por distribuírem panfletos contra o regime nazista?).

Foi como se a prisioneira Edith, com seu gesto de amor e coragem, quisesse reafirmar

uma última vez a fecundidade da síntese entre o saber filosófico e a fé no mundo dos homens, para além do plano teórico.

Portanto, diante da grandeza com que soube transformar sua vida, em que conseguiu harmonizar os dotes intelectuais e a caridade, toda a questão sobre a viabilidade da união entre razão e fé se torna, em seu caso, nada mais do que mero exercício acadêmico. Claro, isso não poderia impedir que os estudiosos de sua vida e obra manifestassem seu desconcerto diante de sua singular humanidade. E o leitor desse livro verá que sua autora não foi a primeira, nem terá sido a última, a sentir em profundidade o choque do contato com essa filósofa e santa.

Ilana, de fato, não se propôs a fazer mais uma biografia de Edith. Escorada na psicanálise, mas numa vertente analítica que já incorpora os legados da própria Edith, nutridos, expandidos e metabolizados por outras contribuições, como as de Heidegger, Levinas, Winnicott e de Gilberto Safra *inter alia*, nossa autora leva adiante o que designa de modo muito original como uma busca da “verdade emocional”. Trata-se de uma expansão da atividade clínica para além do consultório. Assim, nossa autora, fiel ao seu *métier*, não se furta a proceder àquilo que um neófito no assunto como eu designaria como uma espécie de psicanálise ontológica de Edith (ou o que os heideggerianos designam geralmente de “daseinsanálise”)¹. Mas ela não se lança nessa arrojada e arriscada empreitada desprovida de recursos. Ao contrário, o leitor verá que ela se põe a campo bem equipada, munida de conceitos como “acolhimento”, “idioma pessoal”, “fragmentação ética”, “falha ética”, “mitopoiesis”, “rostos”, “*sobornos*” e tantos outros mais, hauridos nos autores acima mencionados, na tentativa de dar conta do caráter enigmático da vida e obra de Edith Stein. Por fim, ultrapassando a advertência de um de seus mestres, Levinas, que dizia “jamais posso nomear a totalidade que é o outro”, chega a aventurar a hipótese de algo próximo a um diagnóstico. De fato, referindo-se à opção de Edith pelo convento, pergunta se essa “escolha

não seria uma falha ética, para com todos os seus e para com esta mesma humanidade?” (p. 278). E responde duramente à sua própria questão: “[...] ao retirar-se do mundo, Edith trai os que pretende salvar” (p. 278).

Traição que, no caso, é entendida como sua opção radical por Jerusalém, mais precisamente, por sua entrada para o convento.

Assim, ao proferir esse julgamento, Ilana, por sua vez, permanece fiel à tradição de Atenas, à tradição daqueles que pensavam, como Sócrates, que uma vida de obediência incondicional a um Deus inescrutável, tal como a Bíblia exige de seus fiéis, uma vida sem *zétesis*, sem exame, não tem sentido.

Já ao final de sua obra, Ilana nos fala da tensão a que se viu submetida desde o início de seu trabalho sobre a figura enigmática de Edith Stein e de como essa tensão ainda se mantém para além da conclusão da obra. Essa sua confissão, pouco habitual nos trabalhos acadêmicos, sempre preocupados com a isenção, de algum modo atenua a dureza de seu julgamento referido acima. E, numa demonstração de que esse seu estado de alma não provém apenas da singularidade de sua subjetividade, ela nos remete às belas reflexões de um contemporâneo de Stein, o filósofo Leo Strauss, que, em sua conferência sobre *Jerusalém e Atenas*, isto é, sobre a religião revelada e a filosofia, pôde justamente mostrar como essas duas robustas e indestrutíveis raízes constituem a insolúvel tensão que define o Ocidente.

Nesse sentido é que podemos compreendê-la melhor quando diz que Edith é “alguém com quem se tem muito que aprender” (p. 287). Ilana terá aprendido com essa mestra, que soube estabelecer um diálogo fértil entre a religião e a filosofia, a se manter na tensão fecunda desse diálogo. E nós, leitores, de nossa parte, podemos também, a partir de agora, meditando sobre esse belo livro, aprender com Edith e com Ilana que nossa humanidade se desenvolve diante de múltiplos horizontes, e que o nihilismo de nossa época não tem necessariamente o caráter inexorável que lhe atribuem Nietzsche e seus discípulos.

1 É claro que a autora do presente livro não se identifica rigorosamente com os conteúdos da análise heideggeriana.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130404-6) em nome da Superintendência de Comunicação Social/USP, CNPJ 63.025.530/0053-35, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsas é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

<http://jornal.usp.br/revista-usp>
revisusp@edu.usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **Revista USP**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

| | | | | | |
|--|---|--|--|-------------------------------------|--|
| 6 Europa Central | 55 Revolução Virtual | 78 Gestão e Política na Universidade Pública | 89 Ciência, Tecnologia e Inovação | 97 Computação em Nuvem | 105 Universidade em Movimento |
| 7 Tecnologias | 62 Cosmologia | 80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais | 90 Marketing Político | 98 Memória | 106 Crise Hídrica |
| 33 Aids | 64 Brasil Rural | 83 Nabuco e a República | 91 Catástrofes | 99 Futebol | 107 Saúde Urbana |
| 39 Rumos da Universidade | 65 20 Anos de Redemocratização | 84 Vinte Anos da Queda do Muro | 92 Redes Sociais | 100 Educação | 108 Jogos Olímpicos |
| 47 Alternativas para o Século XXI | 66 Ano Internacional da Física | 85 Balanço da Crise Mundial | 93 Caminhos do Desenvolvimento | 101 Justiça Brasileira | |
| 50 Revista Cinquenta | 72 Ar/Fogo | 86 Cibercultura | 94 Semana de Arte Moderna | 102 Metrópoles | |
| 51 Saúde | 73 Financiamento da Pesquisa no Brasil | 87 Música Brasileira | 95 Desafios do Pré-sal | 103 Clima | |
| 54 Os Sertões: Cem Anos | 76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas | 88 Humor na Mídia | 96 Alcoolismo | 104 Energia Elétrica | |

Já está programado o próximo volume: nº 110 – Ética e Sociedade

Você pode acessar todas as edições da *Revista USP* no Portal de Revistas da USP:

www.revistas.usp.br/revusp/

A REVISTA USP RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@edu.usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensine e/ou pesquise, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter *resumo/abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e *palavras-chave/keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a Revista não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da Revista a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

